



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO +
DESIGN

ALANA ARAGÃO VASCONCELOS

CIDADE E CRIANÇA

ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE FORTALEZA
SOB A ÓTICA BRINCANTE INFANTIL

FORTALEZA

2022

ALANA ARAGÃO VASCONCELOS

CIDADE E CRIANÇA: ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE FORTALEZA SOB A
ÓTICA BRINCANTE INFANTIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zilsa Maria Pinto Santiago. Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V45c Vasconcelos, Alana Aragão.
Cidade e criança : estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica do brincante infantil / Alana Aragão Vasconcelos. – 2022.
218 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Zilsa Maria Pinto Santiago.

Coorientação: Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas.

1. Lazer - Fortaleza. 2. Parques infantis - MEAC - Ergonomia. 3. Espaços públicos - Análise ambiental - Fortaleza. 4. Crianças - Recreação - Fortaleza . I. Título.

CDD 720

ALANA ARAGÃO VASCONCELOS

CIDADE E CRIANÇA: ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE FORTALEZA SOB A
ÓTICA BRINCANTE INFANTIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação

Aprovada em 19/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zilsa Maria Pinto Santiago (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Lourival Lopes Costa Filho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Giselle Cerise Gerson
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

AGRADECIMENTOS

Eu início agradecendo a Deus pela oportunidade de viver todos esses meses mergulhada em um assunto que tanto me emociona.

Agradeço a minha família, ou, melhor dizendo, meus “cuidadores”! Mãe, pai, avós e irmão, a forma amorosa que vocês me apresentaram o mundo segue me motivando a contribuir para uma realidade mais amigável para as crianças.

Ao Fábio, pelo companheirismo, pelo apoio carinhoso e pela paciência em me ajudar em tantas revisões textuais.

À eterna Vilma Villarouco. A energia realizadora dela estará sempre permeando as MEACs e os corações de quem teve a oportunidade de pesquisar ao seu lado.

Às orientadoras Zilsa e Clarissa que me acolheram e conduziram de forma tão gentil e instigante. Sinto-me honrada de ter compartilhado esta caminhada ao lado de vocês.

Aos membros da banca examinadora, Giselle e Lourival, pelo interesse e disponibilidade de aceitar o convite.

Aos meus amigos pelo apoio emocional e encorajamento precioso. A academia me apresentou pessoas inspiradoras. Registro um agradecimento especial às pesquisadoras Raquel Morano, Mariana Oliveira, Manuela Lima, Camila Bandeira, Camila Girão, Larissa Ramos, Carolina Carvalho e Thaísa Sarmiento.

A todos os meus colegas e professores do PPGAUD+.

A todos os meus colegas de trabalho pela compreensão e apoio técnico na pesquisa.

A todas as crianças e cuidadores que se disponibilizaram (e até mesmo as que negaram) em participar da pesquisa. Aprendi muito com vocês!

“Eu não quero uma cidade infantil, uma cidade pequena. Não quero uma cidade montessoriana. Quero uma cidade para todos. E para estar seguro de que não esquecerei ninguém, escolho o mais novo.”
Francesco Tonucci

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar em que medida os espaços públicos de lazer de Fortaleza se alinham aos fundamentos de uma Cidade Amiga da Criança. O primeiro passo foi realizar a revisão de literatura em artigos científicos, teses, dissertações, obras clássicas e publicações institucionais que abordam assuntos relacionados à cidade amiga da criança, participação infantil, políticas públicas e acessibilidade urbana. A partir do repertório levantado e sistematizado, foram feitas análises em escala internacional, nacional e local a fim de justificar a relevância deste tema, identificar avanços e lacunas de pesquisa. Em campo, foi realizado um estudo de caso observacional, descritivo, exploratório, com abordagem quali-quantitativa e aplicação da Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC), de Villarouco (2001; 2008). A amostragem contemplou crianças de 3 a 11 anos frequentadoras da Praça Luiza Távora e seus respectivos cuidadores e, para as cinco etapas da MEAC, foram atribuídas diferentes técnicas de percepção ambiental, sendo elas: observação direta simples, check-list, mapa comportamental, entrevista estruturada, mapeamento participativo e poema dos desejos. Assim, foram analisadas as configurações deste espaço público de lazer e como este atende às demandas das crianças no que se refere à ergonomia, acessibilidade e ludicidade, organizadas através das categorias: proteção, necessidades básicas, conforto, interação e conexão, estabelecidas por Gehl e Fundação Bernard van Leer (2018). Por fim, a pesquisa contribui na compreensão de processos participativos com crianças, do quanto os espaços públicos de Fortaleza estão alinhados com o conceito de Cidade Amiga da Criança e, assim, contribui para embasamento de estratégias de planejamento e projetos.

Palavras chave: Cidade Amiga da Criança, Participação infantil, Espaço livre público, Praças, Acessibilidade Urbana.

ABSTRACT

The present research aims to analyze to what extent the public leisure spaces in Fortaleza are aligned with the fundamentals of a Child Friendly City. The first step was to conduct a literature review in scientific articles, theses, dissertations, classic works and institutional publications that address issues related to the child-friendly city, child participation, public policies and urban accessibility. From the repertoire surveyed and systematized, analyses were made on an international, national and local scale in order to justify the relevance of this theme, identify advances and research gaps. In the field, an observational, descriptive, exploratory case study was carried out, with a quali-quantitative approach and application of the Ergonomic Methodology for the Built Environment (MEAC), by Villarouco (2001; 2008). The sample included children from 3 to 11 years old who frequent Luiza Távora Square and their respective caregivers and, for the five steps of the MEAC, different techniques of environmental perception were assigned, being them: simple direct observation, check-list, behavioral map, structured interview, participatory mapping and wishful thinking poem. Therefore, the configurations of this public leisure space were analyzed and how it meets the demands of children regarding ergonomics, accessibility and playfulness, organized through the categories: protection, basic needs, comfort, interaction and connection, established by Gehl and Bernard van Leer Foundation (2018). Finally, the research contributes to the understanding of participatory processes with children, of how much the public spaces of Fortaleza are aligned with the concept of Child-Friendly City and, thus, contributes to the foundation of planning strategies and projects.

Key Words: Child-Friendly City, Child participation, Urban Accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da Revisão Integrativa de Literatura	29
Figura 2 – Critérios de Inclusão e Exclusão da busca de artigos dentro do Portal de Periódico CAPES	31
Figura 3 - Escada de Participação de Roger Hart	44
Figura 4 - Linha do tempo sobre o envolvimento de crianças em assuntos urbanos	49
Figura 5 - Mapa mental do território de uma criança participante do estudo Growing Up in Cities	50
Figura 6 - Diagrama comportamental feito por um pesquisador do estudo Growing Up in Cities	51
Figura 7 - Indicadores de qualidade ambiental segundo perspectiva de crianças de dez a quinze anos de idade.....	53
Figura 8 - Mapeamento dos 32 artigos analisados na Revisão Integrativa de Literatura	54
Figura 9 – Expansão urbana de Fortaleza	63
Figura 11 – Passeio Público em 2022	64
Figura 10 – Passeio Público em 1888.....	64
Figura 12 – Fotos antigas Passeio Público (Praça dos Mártires) no século XIX.....	65
Figura 13 - Praça do Ferreira em meados do século XX	66
Figura 14 - Parque da Liberdade 1939 no momento de recreio.....	68
Figura 15 - Planos urbanísticos de Fortaleza até o final do século XX	71
Figura 16 - Linha do tempo das legislações federais e municipais referentes às áreas verdes urbanas.....	76
Figura 17 - Proximidade de acesso à equipamentos urbanos em um Bairro Amigo da Criança.....	80
Figura 18 - Imagem de satélite de 2022 da Cidade 2000.....	82
Figura 19 - Corredor 1 da Cidade 2000 com restaurante	83
Figura 20 - Corredor 2 da Cidade 2000 com parquinho infantil.....	83
Figura 21 - Corredor 3 da Cidade 2000 com estacionamento	83
Figura 22 - A primeira Areninha, localizada na comunidade Campo do América	88
Figura 23 - Praça Amiga da Criança	91

Figura 24 - Modelo padrão de Brinquedopraça	93
Figura 25 - As sete ilhas de brincadeiras na nova Cidade da Criança	97
Figura 26 - Ilha da Inteligência Interpessoal da nova Cidade da Criança	97
Figura 27 - Microparque urbano José Leon antes e depois da intervenção	101
Figura 28 - Playground convencional	102
Figura 29 - Parque naturalizado	102
Figura 30 - Registros do Microparque Seu Zequinha antes (à esquerda) e depois (à direita) da intervenção	104
Figura 31 - Registros do parque naturalizado do Microparque Seu Zequinha	105
Figura 32 - Criança e cuidador utilizando o Microparque Seu Zequinha como atalho no percurso de volta da escola	106
Figura 33 - Comunidade Campo do América em contraste com as edificações multifamiliares nas proximidades	110
Figura 34 - Áreas verdes invadidas do bairro Aldeota: Praça Cedro Corá e Praça Monte Caseiros	111
Figura 35 - À esquerda, Castelo Plácido de Carvalho (década de 20) e, à direita, Praça Luiza Távora (atual)	113
Figura 36 - Etapas e técnicas da MEAC	117
Figura 37 - Reformas identificadas na Praça Luiza Távora	121
Figura 38 - Planta baixa da Praça Luiza Távora	123
Figura 39 - Árvores da Praça Luiza Távora	124
Figura 40 – Bancos e arquibancadas da Praça Luiza Távora	125
Figura 41 - Brinquedos antigos da Praça Luiza Távora	125
Figura 42 - Placas informativas da Brinquedopraça da Praça Luiza Távora	126
Figura 43 - Planta baixa colorida da Brinquedopraça da Praça Luiza Távora	127
Figura 44 - Brinquedo 06 superlotado	129
Figura 45 - Brinquedo 06 interdito	129
Figura 46 – Rampas de acesso à praça	130
Figura 47 - Contrastes de cores de pavimentações	131
Figura 48 – Grelhas	131
Figura 49 - Brechas entre placas emborrachadas da Brinquedopraça	132
Figura 50 – Desnível existente no acesso à Brinquedopraça	132

Figura 51 - Planta baixa com levantamento de medidas.....	132
Figura 52 - 13 pontos da análise de conforto ambiental.....	139
Figura 53 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (manhã).....	143
Figura 54 – Ação subversiva na arquibancada.....	144
Figura 55 - Criança interagindo com arbusto	144
Figura 56 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (tarde)	145
Figura 57 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (noite).....	146
Figura 58 - Ações subversivas na Brinquedopraça	147
Figura 59 – Fonte d’água em uso.....	148
Figura 60 - Comparação de Mapas Comportamentais 2020 e 2022	149
Figura 61 – Técnicas da Etapa Percepção Ambiental do Usuário.....	151
Figura 62 - Registro de criança participante lendo o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido ao lado de sua cuidadora.....	159
Figura 63 - Tela compartilhada no momento introdutório da Oficina 02	165
Figura 64 - Mapa base para Mapeamento Participativo	166
Figura 65 – Mapeamento Participativo da Praça Luiza Távora	167
Figura 66 – Poema dos Desejos - C4	169
Figura 67 – Poema dos Desejos – C7.....	170
Figura 68 - Poema dos Desejos – C8	171

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de calor de concentração de áreas verdes de Fortaleza	81
Mapa 2 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro em Fortaleza	85
Mapa 3 - População consolidada de crianças (0 a 12 anos) por bairro em Fortaleza	85
Mapa 4 - Areninhas em Fortaleza	89
Mapa 5 - Playgrounds públicos em Fortaleza	94
Mapa 6 - Mapa de calor da concentração de equipamentos de lazer voltados para crianças (0 a 12 anos) em espaços públicos de Fortaleza.....	95
Mapa 7 - Bairro Aldeota.....	112
Mapa 8 – Entorno da Praça Luiza Távora	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro síntese de obras de base	27
Quadro 2 - Publicações institucionais	28
Quadro 3 - Artigos analisados na Revisão Integrativa.....	32
Quadro 4 – Assuntos abordados nos artigos analisados na Revisão Integrativa	33
Quadro 5 - A imagem da criança nos códigos internacionais	39
Quadro 6 – Teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget	41
Quadro 7 – Desenvolvimento da percepção ambiental humana segundo Tuan (1983)	43
Quadro 8 - Percentual de área verde Anexo 3 da LPUOS	75
Quadro 9 - Diferentes índices utilizados na análise de áreas verdes urbanas	78
Quadro 10 - Indicadores para analisar áreas verdes das cidades	79
Quadro 11 - Indicadores para analisar a ludicidade nas cidades	90
Quadro 12 - Equipamentos públicos de lazer para crianças de Fortaleza por Regionais	95
Quadro 13 – Equipamentos da Brinquedopraça	128
Quadro 14 - Check-list de acessibilidade	134
Quadro 15 - Conforto Ambiental da Praça Luiza Távora	139
Quadro 16 - Perfil e informações gerais de cuidadores da Praça Luiza Távora.....	153
Quadro 17 - Proteção da Praça Luiza Távora	154
Quadro 18 - Necessidades Básicas e Conforto da Praça Luiza Távora.....	155
Quadro 19 - Interação e Conexão da Praça Luiza Távora	156
Quadro 20 - Resposta Cuidadora A4 e da Criança C4 nas Entrevistas Estruturas	160
Quadro 21 - Resposta Cuidadora A7 e da Criança C7 nas Entrevistas Estruturas .	161
Quadro 22 - Resposta Cuidadora A8 e da Criança C8 nas Entrevistas Estruturas	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Buscas nos periódicos CAPES - combinações em português.....	30
Tabela 2 - Buscas nos periódicos CAPES - combinações em inglês	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileiras de Normas Técnicas
AMC	Autarquia Municipal de
AOP	Análise de Orientação Prévia
BCC	Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFCI	Child Friendly Cities Initiative
COVID-19	Coronavírus
ENEAC	Encontro Nacional sobre Ergonomia do Ambiente Construído
FBVL	Fundação Bernard van Leer
GUIC	Growing Up in Cities
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LGPD	Lei de Proteção de Dados
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MEAC	Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído
ONU	Organização das Nações Unidas
OOAU	Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo
PDPFor	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PMPIF	Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza
RIL	Revisão Integrativa de Literatura
SEINF	Secretaria de Infraestrutura
SEGER	Secretaria de Gestão e Recursos Humanos
SER	Secretaria Executiva regional
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CIDADE AMIGA DA CRIANÇA	26
2.1	Revisão de Literatura	26
2.2	A construção da cidadania infantil	34
2.2.1	<i>“As crianças tudo sabem porque tudo veem”</i>	36
2.2.2	<i>“As crianças nada sabem porque são crianças”</i>	38
2.3	A inserção das infâncias em pautas urbanísticas	48
2.4	Considerações sobre o capítulo	58
3	O ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER DE FORTALEZA	60
3.1	De vila à capital do Ceará Moleque	60
3.2	Um breve histórico sobre as primeiras praças	62
3.3	O processo de formação e consolidação das áreas verdes na cidade	69
3.4	Fortaleza contemporânea e os projetos amigos da criança	84
3.4.1	<i>Projeto Areninhas</i>	87
3.4.2	<i>Projetos de parquinhos infantis</i>	89
3.4.3	<i>A nova Cidade da Criança</i>	96
3.4.4	<i>Microparques Urbanos</i>	99
3.5	Considerações sobre o capítulo	107
4	ESTUDO DE CASO	109
4.1	O recorte espacial	109
4.2	A Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC)	115
4.2.1	<i>Aproximação com o objeto de estudo</i>	116
4.2.2	<i>Análise global do ambiente</i>	119
4.2.3	<i>Identificação da configuração ambiental</i>	122
4.2.3.1	<i>Layout e mobiliário</i>	122
4.2.2.2	<i>Acessibilidade</i>	130
4.2.2.3	<i>Conforto ambiental</i>	138
4.2.4	<i>Avaliação do ambiente em uso</i>	141
4.2.5	<i>Percepção ambiental do usuário</i>	150
4.2.5.1	<i>Entrevista estruturada com cuidadores</i>	151
4.2.5.2	<i>Entrevista estruturada com crianças (Oficina 01)</i>	158

4.2.5.3	<i>Mapeamento Participativo (Oficina 02)</i>	164
4.2.5.4	<i>Poema dos Desejos (Oficina 02)</i>	168
4.2.6	<i>Diagnóstico ergonômico e Recomendações do ambiente</i>	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO ONLINE APLICADO COM CUIDADORES	197
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO ONLINE APLICADO COM CRIANÇAS 7 A 11 ANOS NA OFICINA 01	211
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA	215

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge do interesse por compreender como atender as demandas infantis ao ponto de restabelecer condições físicas favoráveis à convivência urbana, assim como, da satisfação pessoal da pesquisadora em observar, interagir e aprender com crianças, por compreender que elas são capazes de enxergar potenciais que parecem invisíveis na ótica adulta.

Ao observar uma criança relacionar-se com outra e com o ambiente, é comum testemunhar gestos em que ela atribui novas funções a elementos ordinários: um cabo de vassoura pode ser um cavalo; os rejuntas de paginações de calçada se transformam em obstáculos de uma corrida; os bancos viram montanhas; os galhos, espadas; folhas e frutos encontrados na terra se transformam em ingredientes de refeições delicadas, e tantas outras infinitas possibilidades. O que seria apenas assistir uma criança brincando, pode se transformar em um convite para enxergar os espaços em uma perspectiva criativa e lúdica que, ainda que timidamente, resiste no interior de todo adulto: a “ótica brincante infantil”. Enxergar o espaço público de lazer¹ com lentes de quem brinca é entender que há muitos outros verbos de ação além dos simples “andar”, “sentar” e “correr”.

Os primeiros anos de vida consistem no “período de crescimento mais acelerado do cérebro e é importante justamente por sua velocidade e por construir a fundação. Tudo que se segue é a continuação da fundação feita nos primeiros anos” (Shonkoff, 2016). Logo, investir nesse público resulta em um retorno valioso de qualidade de vida à sociedade, como confirma estudo do norte-americano James Heckman que recebeu Prêmio Nobel em Economia em 2000². Segundo a pesquisa, a cada dólar investido nessa fase da vida, sete dólares retornam como resultado positivo no longo prazo através da redução das taxas de criminalidade, de gravidez na adolescência e de evasão no ensino médio.

Seguindo esta linha de raciocínio, pensar em espaços públicos com atenção ao público infantil passa a ser encarado como um dos primeiros cuidados da

¹ Para este trabalho, compreende-se que “espaço público de lazer” são os espaços livres e de acesso público que foram planejados e que dispõem de infraestruturas favoráveis ao uso lúdico para todas as idades.

² HECKMAN, James. **Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia.** Heckman equation, 2012. Disponível em:

https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf

vida humana, já que 84% da população brasileira vive em cidades (IBGE, 2018). Para o arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2013), as cidades devem ser vivas, seguras, saudáveis e sustentáveis, sendo pensadas não apenas como locais de transição, mas também de relacionar-se. As premissas defendidas por Gehl buscam apontar para a concepção de um espaço urbano mais conectado e plural, logo, a partir disso, é importante refletir sobre os habitantes e transeuntes. O geógrafo brasileiro Milton Santos personificou esta reflexão através da figura do homem lento:

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. [...] Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio [...]. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. (SANTOS, M., 2006, p.220).

Este personagem pode ser interpretado como todos os vulneráveis em aspectos socioeconômicos, cognitivos ou motores, aqueles que não acompanham o ritmo acelerado contemporâneo. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)³, é considerada pessoa com mobilidade reduzida a pessoa com deficiência, mas também o adolescente, a mulher, o idoso e a criança. Entretanto, as cidades brasileiras ainda não estão preparadas para a este público, afirmação esta que se comprova diante ao fato de que acidentes de trânsito são a principal causa de morte no Brasil no público de 0 a 14 anos⁴. Associado a isso, os suscetíveis relatos envolvendo violência armada, drogas e doenças repelem os mais vulneráveis e seus cuidadores de vivências urbanas.

Como consequência deste cenário desfavorável, uma série de comportamentos problemáticos se sucede, aqui em destaque dois. Primeiro, cresce o medo social (BAIERL, 2018), o qual se manifesta recorrentemente na fala dos cuidadores (“Não pode!”, “Cuidado!”, “Não corra para longe da minha vista!”, “Não mexa nisso”) que pode gerar experiências traumáticas, ansiedade e privação de experiências que seriam benéficas ao desenvolvimento das crianças. Segundo, em

³ BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 abril 2021.

⁴BRASIL, Aldeias Infantis SOS. **Diariamente, 8 crianças morrem e 288 são internadas por causas acidentais no Brasil**. 2021, Disponível em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/engajese/noticias/recentes/acidentes-criancas-brasil#:~:text=Acidentes%20s%C3%A3o%20a%20principal%20causa,em%202020%2C%20por%20causas%20acidentais>.

substituição às vivências em espaços livres, muitas crianças passam a ter acesso às telas de forma indiscriminada, sendo expostas a conteúdos perigosos e submetidas à condição de isolamento social, o qual foi ainda mais agravado⁵ no contexto da pandemia do COVID-19⁶.

A fim de fortalecer políticas públicas que priorizem as crianças, incluindo a participação ativa delas no processo construtivo de leis, projetos e demais iniciativas que tratem sobre os desafios próprios desta fase, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, criou a iniciativa Cidade Amiga da Criança (*Child Friendly Cities Initiative*). Assim, surge à inquietação de investigar como seria possível, com base nesse conceito, resgatar o senso de apropriação das crianças urbanas contemporâneas em relação aos espaços públicos, senso este tão presente na fala de seus antepassados, os quais lembram com saudosismo de brincarem na rua, sem medo de carros ou violência.

Fortaleza é um município essencialmente urbanizado que registra uma população de 2.703.391 (IBGE, 2021) e é a cidade do nordeste que mais produz riquezas, tendo o maior PIB do Nordeste e o nono maior do Brasil (IBGE 2019). Entretanto também é a sétima cidade do país com maior desigualdade de renda (Índice de Gini⁷ da Região Metropolitana, IBGE 2018). Conforme explica o Plano Fortaleza 2040,

Pode-se afirmar que Fortaleza não teve seu crescimento planejado para além de sua área central e, mesmo nas tentativas de planejamento ou ordenamento do território, não houve uma efetiva integração entre os conhecimentos sobre o meio natural e as prerrogativas urbanísticas para a construção de uma cidade saudável e sustentável. (FORTALEZA, 2020, p.58)

⁵ A pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box – Crianças e smartphones (2021) no Brasil entrevistou 1.607 cuidadores de crianças de 0 a 12 anos e 78% afirmaram que houve um aumento do uso de smartphones, os quais, por muitos meses, se tornaram o principal dispositivo de acesso às aulas online entre estudantes da rede pública. Segundo os resultados da pesquisa, 19% das crianças dessa faixa etária utilizam smartphones diariamente por três horas, e outros 24%, por quatro horas ou mais. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/uso-excessivo-de-telas-na-pandemia-provoca-danos-a-saude-mental-em-criancas-e-adolescentes/> Acesso em: 06 jun. 2022.

⁶ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizou a doença como uma pandemia. A maioria das pessoas que adoece em decorrência da COVID-19 apresenta sintomas leves a moderados e se recupera sem tratamento especial. No entanto, algumas desenvolvem um quadro grave e precisam de atendimento médico, tendo sido registrados até março de 2022, mais de 6,07 milhões de óbitos. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F02j71&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> Acesso em: 06 jun. 2022.

⁷ Índice Gini é um método criado pelo matemático italiano Conrado Gini para mensurar o grau de concentração de renda em grupos. Para saber mais sobre, acesse o link: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28

Ainda assim, em 2022, Fortaleza possui quase trinta parques urbanos municipais⁸, o maior parque natural em área urbana do Norte/Nordeste (Parque do Cocó)⁹ e centenas de praças distribuídas no território. Alguns destes espaços vêm sendo qualificados com a prerrogativa de beneficiar especialmente o público infantil, através de iniciativas públicas como o “Projeto Areninhas”, o “Praça Amiga da Criança”, o “Programa Mais Infância” e os “Microparques Urbanos”. A Praça Luiza Távora, recorte espacial abordado no estudo de caso desta pesquisa, é um dos espaços beneficiados pelo Programa Mais Infância, por exemplo. Outro ponto de destaque é que, em 2018, Fortaleza foi reconhecida internacionalmente por uma significativa redução nos índices de morte e acidentes de trânsito¹⁰, como dito anteriormente, a principal causa de morte da infância brasileira.

A capital cearense também possui um histórico de feitos importantes relacionados a políticas públicas voltadas à participação cidadã infantil. Em 2005, criou o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente¹¹ e em 2014 foi cidade brasileira pioneira na publicação de um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)¹², o qual já foi revisado e sancionado em 2022. Assim, é possível afirmar que Fortaleza já não se encontra mais em estaca zero quando se trata do tema “Cidade Amiga da Criança”, então a fim de compreender, de forma crítica e lúcida, sobre as origens e resultados dos projetos aqui destacados, estes são abordados nos capítulos de desenvolvimento da pesquisa.

Diante à contextualização de Fortaleza, nota-se que a capital cearense apresenta potenciais campos de aprofundamentos, então, para nortear esta pesquisa foram definidos os seguintes aspectos:

⁸ Para saber mais informações sobre os parques urbanos de Fortaleza, acesse a página “Parques urbanos – Fortaleza” do Canal Urbanismo e Meio Ambiente, disponível em <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/696-parques-urbanos-fortaleza> Acesso em: 28 nov. 2022

⁹ Para saber mais informações sobre o Parque do Cocó, acesse a página “Parque Estadual do Cocó PA”, disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/parque-do-coco-pa/> Acesso em: 28 nov. 2022

¹⁰ WRI BRASIL. **Como Fortaleza atingiu meta da ONU de reduzir taxa de mortes no trânsito à metade em dez anos.** 2020. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/02/como-fortaleza-atingiu-meta-da-onu-de-reduzir-mortes-no-transito-a-metade-em-dez-anos> Acesso em: 08 jul. 2022

¹¹ Para saber mais detalhes sobre o processo, as críticas e as conquistas do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente de Fortaleza, leia a pesquisa SOARES, L. B. **Formação conceitual em crianças participantes do Orçamento Participativo de Fortaleza.** Polis e Psique. v. 1, n.2, 2011, p.43-59.

¹² Para saber quais outros municípios brasileiros possuem PMPI, acesse o site do Observatório do Marco Legal da Primeira Infância, disponível em: <https://rmpiobserva.org.br/planos-pela-primeira-infancia> Acesso em: 28 nov. 2022

Pergunta de Pesquisa

Como a configuração do espaço público de lazer de Fortaleza atende as demandas das crianças?

Objetivo geral

Analisar o modo que os espaços públicos de lazer de Fortaleza se alinham aos fundamentos de uma Cidade Amiga da Criança.

Objetivos específicos

1. Entender os fundamentos de uma Cidade Amiga da Criança
2. Debater sobre o protagonismo infantil e a sua importância no (re) desenho de espaços públicos de lazer;
3. Analisar o histórico de criação de espaços públicos de lazer no município de Fortaleza e a relação com as demandas do público infantil;
4. Analisar as demandas das crianças (3 a 11 anos) e dos seus respectivos cuidadores a partir de um estudo de caso de uma praça de Fortaleza com a aplicação da Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC)

Metodologia e estrutura do trabalho

A elaboração metodológica deste trabalho constitui-se em três partes, as quais são brevemente apresentadas neste item, sendo posteriormente detalhadas ao longo dos capítulos para que se saiba com clareza as ferramentas e amostras utilizadas. A **primeira parte** percorre o levantamento bibliográfico, o qual foi realizado por meio da realização de uma Revisão Integrativa de Literatura para os artigos, no esforço de investigar até que ponto que o tema Cidade Amiga da Criança foi explorado cientificamente, nos recortes temporais estabelecidos. No percurso também foram acessados livros de autores clássicos, teses, dissertações e publicações institucionais; a **segunda parte** apresenta a captação de dados e sua análise utilizando o método de Georreferenciamento, com dados oficiais do Município de Fortaleza, da leitura de reportagens que apontam os mais recentes projetos urbanos nesta temática e de visitas à campo; e a **terceira parte** apresenta

um estudo de caso, observacional, descritivo, exploratório, com abordagem quali-quantitativa baseado na acessibilidade urbana, design universal e participação infantil. Para isto foi escolhida a Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC), de Villarouco (2008), por esta propor a compreender o sistema ambiente-homem-atividade através de uma trajetória de investigação sistemática já consolidada que orienta o estudo do espaço de forma a contemplar todas as esferas interdisciplinaridade própria deste tipo de tema. Além disso, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com especialistas e técnicos atuantes em Fortaleza a fim de compreender as dinâmicas práticas dos projetos urbanos locais.

Em relação ao recorte espacial, no título, a escala de estudo definida é a cidade, o espaço público em geral, desta forma, o levantamento bibliográfico e a discussão contemplam tal abrangência. Todavia, na etapa de estudos de caso, o escala escolhida foi a praça. Esta postura se justifica com base em alguns pontos: a) os espaços públicos intitulados “amigos da criança” de Fortaleza, em sua maioria, são praças; b) esta escala se mostrou mais estratégica de ser trabalhada no contexto do COVID-19. Com as medidas de isolamento, as praças ainda são espaços com presença de crianças de forma segura, sendo um lugar para realizar observações, coletar contatos e, a partir disso, conduzir o restante da pesquisa de maneira remota.

É importante pontuar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - CEP UFC - Universidade Federal do Ceará / PROPESQ-UFC, tendo sido obedecidos os preceitos éticos de pesquisa, pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional, especialmente por tratar-se de uma pesquisa envolvendo o público infantil. A fim de realizar um processo de escuta mais horizontal, foi realizada uma adaptação do tradicional Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para Crianças para uma versão em linguagem simples e fazendo o uso de ilustrações. Ao final do trabalho, em apêndices, encontram-se todos os documentos referentes a este processo.

Estrutura do trabalho

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos.

O **primeiro capítulo** introduz e justifica o tema escolhido, apresenta brevemente a metodologia, assim como define a pergunta de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos.

O **segundo capítulo** contempla o levantamento e a análise da literatura com o objetivo compreender o quanto que o conhecimento científico já avançou nesta temática e os campos que ainda carecem de aprofundamento nesta área. Para isto, na primeira parte, foram analisados artigos científicos, teses, dissertações, publicações institucionais e obras clássicas a fim de construir um repertório sobre história da infância; desenvolvimento infantil e o brincar; espaço público e direito à cidade; desenho urbano (para crianças); políticas públicas e participação infantil; metodologias participativas. A segunda parte, com base no conteúdo acessado na primeira, tem como principal propósito explicar como as crianças foram reconhecidas como sujeitos de direitos no mundo e, especialmente, no Brasil, assim como justificar porquê elas também são importantes agentes urbanos. Para isto foi feita uma contextualização histórica e social pautada em Ariès (1981), Priore (2010) e Cohn (2005, 2013). O resgate temporal contempla também a análise da pesquisa de Rizzini, Tabak e Sampaio (2018); sobre a construção da imagem da criança na participação cidadã em documentos institucionais de escala global, desde a Declaração de Genebra (1924) até a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Também, busca-se compreender sobre desenvolvimento infantil com base no diálogo entre três autores e suas respectivas esferas: (1) Piaget (GOULART, 2013), que traz um embasamento biológico do desenvolvimento humano; (2) Tuan (1983), que trata sobre percepção ambiental; (3) Dreyfuss e Tilley (2007), sobre questões motoras, sociais, cognitivas e de aquisição da linguagem. Por fim, é feito um resgate sobre o desenho urbano dos espaços públicos concebidos sob a ótica infantil, tendo como base os autores clássicos Lynch (1977); Lima (1989); Hart (1992); Chawla (2001); Francis and Lorenzo (2002) e manuais contemporâneos de instituições como Fundação Bernard van Leer.

O **terceiro capítulo** contextualiza a cidade de Fortaleza, com foco nos espaços públicos de lazer. Para isto, primeiramente é feito um resgate histórico da expansão urbana, passando por discussões referentes a produção das áreas verdes, até chegar na análise específica de projetos de espaços públicos que vieram após a publicação do plano Municipal pela Primeira Infância.

O **quarto capítulo**, com base no conteúdo teórico acessado e analisado, chega-se na etapa de o estudo de caso, o qual tem como objetivo analisar as demandas das crianças e dos seus respectivos cuidadores através de um estudo de caso e assim buscar a compreensão de como a configuração do espaço público de lazer de Fortaleza atende as demandas das crianças, através da aplicação da Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC), desenvolvida pela professora Villarouco (2001; 2008).

No **quinto capítulo** conclui-se o trabalho, expondo as considerações finais relevantes da pesquisa. Ressalta as barreiras e descobertas vivenciadas no processo de pesquisa teórica e em campo da pesquisa. O capítulo é finalizado com recomendações para futuras pesquisas.

2 CIDADE AMIGA DA CRIANÇA

Para melhor compreender de que forma a construção colaborativa do espaço urbano dialoga com o protagonismo infantil, este capítulo inicia-se por uma Revisão Integrativa de Literatura. As referências acessadas e selecionadas tornam-se então base fundamental para elaboração teórica em duas partes.

Primeiro é abordado o percurso histórico-social que antecederam o cenário em que as crianças possuem direito legal de integrarem processos participativos. Em seguida, busca-se compreender o conceito Cidade Amiga da Criança, com especial atenção ao seu reatamento na construção de espaços públicos de lazer. Assim, as discussões deste capítulo têm o propósito de fundamentar todo o percurso desta pesquisa.

2.1 Revisão de Literatura

Este primeiro item propõe descrever em detalhes o processo de coleta de dados teóricos, a fim de esclarecer os métodos utilizados e assim apontar possíveis caminhos para futuras pesquisas.

Os autores clássicos e seus respectivos livros foram organizados por nacionalidade no Quadro 1 em sete temáticas: história da infância; desenvolvimento infantil e o brincar; espaço público e direito à cidade; desenho urbano (para crianças); políticas públicas e participação infantil; metodologias participativas. Este repertório foi construído, principalmente, através das leituras dos artigos da revisão integrativa.

Quadro 1 - Quadro síntese de obras de base

Temática	Obras de base	
	Internacional	Brasileira
1. História da infância	Ariès (1981)	Del Priore (2010); Cohn (2005, 2013)
2. Desenvolvimento infantil e o brincar	Dreyfuss e Tilley (2007); Lev Vigotski (1989, 2018); Jean Piaget (GOULART, 2013) Tuan (1983)	Silva (2020); Meirelles (2015; 2017)
3. Espaço público e direito à cidade	Lefebvre (2008); Harvey (2012); Borja (2000); Gehl (2013); Gomes (2006); Oldenburg (1989)	Santos (1996); Baierl (2004)
4. Desenho urbano (para crianças)	Gil (2021); Meyer and Zimmermann (2020); Louv (2018)	Almeida (1992); Vieira (2018); Santiago, Santiago e Sores (2016); IAB (2021)
5. Políticas públicas e participação infantil	Archard (2004); Francis e Lorenzo (Cambridge, 2004); Roger Hart (UNICEF, 1992); Lynch (1977); Chawla (2002); Driskell (2002); Sarmento (2018)	Rizzini, Tabak e Sampaio (2018); Friedmann (2020); Alves (2001); Lima (1989); Lúcia Rabello de Castro (Santos e Carneiro, 2021)
6. Metodologias participativas	Sanoff (1995); Derr et al. (2018)	Rheingantz <i>et al</i> (2009); Villarouco (2008); Castro (2001)
7. Fortaleza: planejamento urbano e políticas públicas infantis		Lopes e Uchoa (2009); Koster (1978); Bruno e Farias (2012); Sydrão (2017); Castro (1994; 2017)

Fonte: Elaborado pela autora

Outro tipo de material que foi acessado foram as publicações de instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos que se comprometem a trabalhar com infâncias e seus direitos à cidade, à natureza, à participação e ao brincar. O acesso a estes conteúdos aconteceu de forma orgânica, conforme a autora foi pesquisando sobre o tema em artigos, mas também em redes sociais, identificando a credibilidade destas organizações segundo os critérios: tempo de fundação e atuação, parcerias estabelecidas e compromisso científico. Todos os materiais estão disponíveis em formato virtual nos respectivos endereços eletrônicos de suas instituições e foram setorizados no Quadro 2 em quatro categorias, diferenciadas por

nacionalidade: conceituais; estudos de casos de boas práticas de participação infantil; orientações técnicas; métodos participativos.

Quadro 2 - Publicações institucionais

Temática	Publicações institucionais	
	Internacional	Brasileira
1. Conceituais	<u>Cidade Amiga da Criança</u> : FBvL (2019); UNICEF (2018); UNICEF (2004) / <u>Mobilidade urbana</u> : ITDP (2021); OMS (2015)	<u>Participação infantil e políticas públicas no Ceará</u> : CEDECA (2017)
2. Estudos de casos de boas práticas de participação infantil	KNH (2020); Krysiak (2019); FBvL (2017)	<u>Orçamento participativo de Fortaleza</u> : CEDECA (2017)
3. Orientações técnicas	<u>Participação infantil</u> : NCPI (2021) / <u>Desenvolvimento infantil e natureza</u> : Bacher et al (2021) /	<u>Planejamento de bairro</u> : IAB (2021); NCPI (2021)
4. Métodos participativos	Kraftl e Hadfield-Hill (2019); FBvL (2018); IRC/CERG (2010); Playground Ideas (2017)	CECIP (2013)

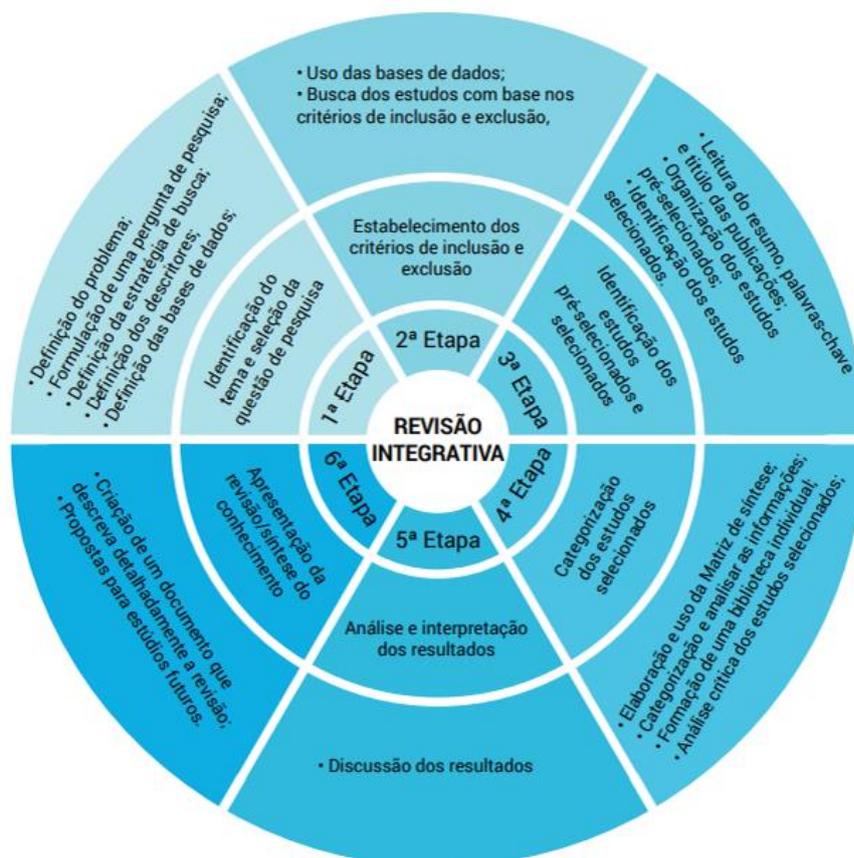
Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A busca por **teses e dissertações** foi feita com base na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Academy. Na BDTD foi feita uma busca avançada com as palavras-chaves “criança” e “cidade”, com recorte temporal de 2015 a 2020 e, assim, foram encontrados 261.838 resultados. Foram considerados os 100 primeiros potencialmente mais relevantes e, dentre estes, identificados 5 dissertações e 4 teses com alto nível de relevância.

Já no Google Academy foi feita uma busca com foco em pesquisas desenvolvidas na cidade Fortaleza. Na busca avançada desta plataforma, não há a possibilidade de restringir o tipo de material buscado, logo, são levantados milhares de arquivos variados. Na leitura dos títulos dos 100 primeiros resultados, foi encontrada 1 tese e 1 livro totalmente relevantes.

Enfim, a busca por artigos científicos se deu através de um processo mais criterioso, chamado de **Revisão Integrativa de Literatura (RIL)** (Figura 1), o qual será descrito a seguir.

Figura 1 - Etapas da Revisão Integrativa de Literatura



Fonte: Botelho, Cunha e Macedo (2011, p.129)

Na **primeira etapa** de RIL, foram definidas as palavras-chaves Criança AND Cidade; Criança AND Fortaleza; Criança AND Espaço Público; Criança AND Praça; Criança AND Parque. Em inglês: *Child AND public space; Child-friendly AND city; Child AND Square; Child AND City; Child AND Park*. Na **segunda etapa**, foi definido o critério de inclusão de que os artigos tratassem preferencialmente da participação infantil em processos de planejamento urbano e, como critérios de exclusão, foram eliminados todos os artigos que não cumpriam os seguintes critérios: a) idiomas: inglês e português; b) busca por: artigos; c) período: últimos cinco anos (2015-2020); d) filtrado por pares; e) exclusão de publicações repetidas. As buscas dos artigos foram feitas entre os meses de outubro e dezembro de 2020, nos periódicos CAPES geral e as Tabela 1 e 2 detalham o número de artigos encontrados em cada busca. De todos os resultados encontrados, passaram para a etapa seguinte apenas os 100 primeiros resultados exibidos pela plataforma CAPES.

Tabela 1 - Buscas nos periódicos CAPES - combinações em português

Categoria da busca: Qualquer – Qualquer Palavra-chave / Booleano / Palavra-chave	Retorno (em nº de artigos filtrado por pares)
Criança and Cidade	1.265
Criança and Fortaleza	366
Criança and Espaço Público	822
Criança and Praça	103
Criança and Parque	111

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Tabela 2 - Buscas nos periódicos CAPES - combinações em inglês

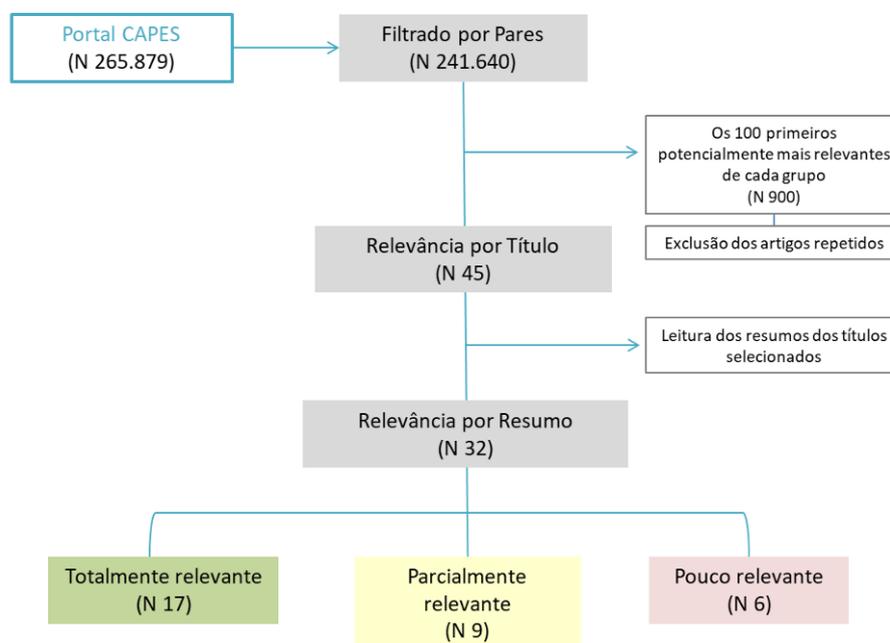
Categoria da busca: Qualquer – Qualquer Palavra-chave / Booleano / Palavra-chave	Retorno (em nº de artigos filtrado por pares)
Child and City	101.750
Child and Public Space	65.021
Child-friendly and City	717
Child and Square	71.485
Child and Park	0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A filtragem dos 100 artigos foi feita seguindo a seguinte ordem de leitura: 1- título; 2- resumo; 3- conteúdo. Assim, na **terceira etapa**, chegou-se aos 32 artigos selecionados, os quais foram analisados com o auxílio do método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (PRISMA) (LIBERATI, 2009). Para isto, foi estruturada uma tabela em *excel* com os tópicos: título, resumo, objetivo, objeto de estudo, métodos, resultados, discussão e outras informações.

Na **quarta etapa**, as publicações selecionadas foram classificadas em três grupos (Figura 2): totalmente relevante (verde); parcialmente relevante (amarelo); pouco relevante (vermelho).

Figura 2 – Critérios de Inclusão e Exclusão da busca de artigos dentro do Portal de Periódico CAPES



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

A partir disso, foi elaborado o Quadro 3 e 4, identificando os autores, a área de pesquisa, o tipo de pesquisa, o tipo de amostra e os assuntos abordados. Assim, foi constatado que os artigos selecionados este é um tema que vem sendo discutido em diferentes áreas de pesquisa, como arquitetura, engenharia, sociologia, geografia, ciências políticas e saúde. Notou-se também que o recorte etário de criança difere a depender do país, pois, enquanto no Brasil há o consenso de que a infância faz referência a pessoas de até 12 anos, muitas pesquisas internacionais estabelecem diferentes recortes etários, estendendo até 14, 17 e até 24 anos.

Foi identificado também que pesquisas de multicasos são um caminho recorrente neste meio. A fim de contemplar as diferentes infâncias e diferentes tipos de espaços públicos dentro de uma mesma cidade ou país, vários pesquisadores (DIAS 2020; KRISHNAMURTHY 2017; PITSIKALI, PARNELL, MCINTYRE, 2020; CARROLL, WITTEN, KEARNS, 2015; POLGAR, ANGUELOVSKI, CONOLLY, 2020) optam por selecionar um pequeno número de espaços públicos, por vezes localizados em realidades socioeconômicas contrastantes, e fazer um estudo comparativo dos resultados.

Quadro 3 - Artigos analisados na Revisão Integrativa

	Artigo	Autores e ano	Área de pesquisa	Tipo de pesquisa			Amostras	
				Número	Citação	Cursos	Estudos de caso (Experimental)	Revisão de Literatura
Nacionais	1	TISSOT, 2016.	Arquitetura e Urbanismo	X			3 e 5 anos	Ruas, parques
	2	MULLER, ARRUDA, 2015.	Educação	X			10 a 15 anos	Escola, bairro e cidade
	3	DIAS, 2020.	Arquitetura e urbanismo	X			...	18 espaços variados
	4	SOARES, 2011	Psicologia			X
	5	ALMEIDA, SIEBRA, 2015.	Pedagogia	X			8 a 12 anos	3 praças públicas
	6	AGOSTINI, MOREIRA, 2020.	Terapia Ocupacional	X			6 anos	...
	7	AMADO, ALMEIDA, 2020.	Direito			X
	8	TARANTINI, DERR, 2016	Environmental Design	X	X		4 a 16 anos	Cidade Boulder
	9	KRISHNAMURTHY, 2017.	Built Environment	X			7 a 12 anos	ruas, parques e espaços de brincar de 4 bairros holandeses
	10	PITSIKALI, PARNELL, MCINTYRE, 2020.	Architecture, Planning, Landscape and Built Environment	X	X		5 a 12 anos	3 praças próximas, cada uma com textos sociais diferentes
Internacionais	11	KILIÇASLAN, 2018	Architecture	X			6 a 7 anos	cidade Trabzon
	12	BUGGENHOUT, 2019,	Sociologia	X			ex-crianças de rua com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos.	Cidade Durban
	13	MCGLONE, 2016.	Architecture, Building and Planning	X	X		5 a 12 anos e cuidadores	1 Pop-up parque
	14	CARROLL, CALDER-DAWE, WITTEN, ASIASIGA, 2019	Urbanism	X	X		9 a 12 anos do centro da cidade e de nove bairros suburbanos	Cidade Auckland
	15	SENDA, 2015	Environment Design		X		...	Japão
	16	EKAWATI, 2015	Architecture, Engineering	X			7 a 11 anos	Densa região residencial de Makassar
	17	BIGGS, CARR, 2015	Psychotherapeutic Approaches in Health, Welfare and the Community		X		crianças e idosos	...
	18	ALARASI, MARTINEZ, AMER, 2015.	Geografia	X			10 a 17 anos	Cidade de Enschede
	19	YOHANA, NOR, HARDIANTI, HARAHAP, 2018.	Desenvolvimento Social	X		
	20	MARSI, 2017.	Engenharia	X			6 a 12 anos	Cidade Saida
	21	SOEHARNIS, LAKSMONO, 2018.	Ciências Políticas		X	
	22	CARROLL, WITTEN, KEARNS, DONOVAN, 2015.	Urban Design	X			9 a 12 anos	9 bairros de Auckland
	23	CAHYANI, EDEL, NGAPA, 2019.	Comunicação				...	Green Open Spaces (GOS) de Brebes
	24	SEVERCAN, 2015.	Architecture and Planning	X	X		crianças e jovens com menos de 30 anos	...
	25	NAN, 2020.	Social Sciences		X	X	...	4 cidades chinesas
	26	GRAAF, 2020.	Tecnologia		X		...	cidades inteligentes e cidades amigas da criança
	27	ELSHATER, 2017.	Urban Planning and Design	X	X		crianças (10-17 anos) e seus cuidadores	um bairro de classe média alta da cidade de Cairo, Egito
	28	POLGAR, ANGUELOVSKI, CONOLLY, 2020.	Environmental Science	X			...	2 parques de contextos socioeconômicos contrastantes de Barcelona
	29	PUTRI, ASTUTI, RAHAYU, 2016.	Social and Behavioral Sciences			X	...	Cidade Surakarta
	30	WILSON, CLARK, GILLILAND, 2018.	Health	X			crianças (9 a 14 anos) e seus cuidadores	percursos escolares
	31	WITTEN, KEARNS, CARROLL, 2015	Social Science & Medicine	X			9 a 12 anos	Centro de Auckland
	32	NAM, NAM, 2018.	Social Welfare		X	X	...	Sete municípios da Coreia

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Quadro 4 – Assuntos abordados nos artigos analisados na Revisão Integrativa

Artigo	Autoras e ano	Assuntos abordados																
		Participação infantil				Desenvolvimento infantil	Percepção	Desenho urbano, ergonômico	Brincar	Indicadores	Playground	Cidade Amiga da Criança	Diferença entre infâncias	Direito das Crianças	Bem-estar, segurança e cultura do medo	Terceiro Lugar (Third Place)	Justificativa de estudar o tema	Políticas públicas
		Metodologias	Direitos	Ética	Barreiras													
1	TISSOT, 2016.	X				X	X											
2	MULLER, ARRUDA, 2015.	X		X	X							X	X					
3	DIAS, 2020.							X		X				X				
4	SOARES, 2011		X		X	X							X					X
5	ALMEIDA, SIEBRA, 2015.	X						X				X						X
6	AGOSTINI, MOREIRA, 2020.	X		X	X	X		X									X	
7	AMADO, ALMEIDA, 2020.		X					X					X					X
8	TARANTINI, DERR, 2016	X			X			X			X	X	X					
9	KRISHNAMURTHY, 2017.	X							X		X							
10	PITSIKALI, PARNELL, MCINTYRE, 2020.	X						X		X	X							
11	KILIÇASLAN, 2018	X							X									
12	BUGGENHOUT, 2019,	X										X						
13	MCGLONE, 2016.	X				X					X							
14	CARROLL, CALDER-DAWE, WITTEN, ASIASIGA, 2019		X					X		X	X	X	X					
15	SENDA, 2015							X				X		X				
16	EKAWATI, 2015	X				X		X	X					X				
17	BIGGS, CARR, 2015							X	X	X	X		X	X				
18	ALARASI, MARTINEZ, AMER, 2015.	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X			X	
19	YOHANA, NOR, HARDIANTI, HARAHAP, 2018.		X								X							
20	MARSI, 2017.	X			X						X	X						
21	SOEHARNIS, LAKSMONO, 2018.										X		X					X
22	CARROLL, WITTEN, KEARNS, DONOVAN, 2015.	X				X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
23	CAHYANI, EDEL, NGAPA, 2019.										X		X					
24	SEVERCAN, 2015.	X			X						X	X						
25	NAN, 2020.								X		X							X
26	GRAAF, 2020.		X								X							
27	ELSHATER, 2017.	X	X		X	X					X	X				X	X	
28	POLGAR, ANGELOVSKI, CONOLLY, 2020.										X	X	X	X			X	
29	PUTRI, ASTUTI, RAHAYU, 2016.								X		X							X
30	WILSON, CLARK, GILLILAND, 2018.	X					X							X			X	
31	WITTEN, KEARNS, CARROLL, 2015	X							X	X	X		X	X	X	X	X	
32	NAM, NAM, 2018.	X	X		X						X							X

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Outro padrão identificado nos artigos foi a predominância de pesquisas qualitativas experimentais com métodos combinados, em especial a combinação de diferentes tipos de observação, entrevistas e grupos focais. Mapeamentos colaborativos e diários de campo também são métodos frequentemente utilizados. Com o uso de muitos métodos simultaneamente, surge o desafio de organizar o grande volume de dados levantados. Para esta questão, se destaca o trabalho de Alarasi, Martinez e Amer (2015), o qual teve a preocupação de gerar mapas e gráficos didáticos que facilitam a visualização e o cruzamento de informações provindas de diferentes meios.

A síntese dos conteúdos acessados, referente à **sexta etapa** da RIL de 7 a compreensão de quem são as crianças e seus respectivos direitos, e a segunda, sobre desenho urbano “amigo da criança”.

2.2 A construção da cidadania infantil

A palavra *infância* vem do latim, “infantia”. O termo *fan* deriva do verbo *fari* e significa “falante” e *in* trata-se de um prefixo de negação, logo, a palavra faz referência àquele que não fala. Sob a perspectiva dos estudos de desenvolvimento humano de Dreyfuss e Tilley (2007), aos 12 meses o bebê já começa a imitar sons e entre os 2,5 e 3 anos de idade apresenta grandes progressos na comunicação verbal, chegando a alcançar um vocabulário de mais de mil palavras com poucos erros de sintaxe já antes dos 4 anos. Além disso, a comunicação das crianças não se limita às expressões verbais. Friedmann (2011) alerta para a existência de “narrativas lúdicas” presentes nas fantasias, nas brincadeiras e na linguagem corporal das crianças.

Assim, a incapacidade de fala não condiz com a condição física desses seres, mas sim, faz alusão à condição de inferioridade social a que as crianças, historicamente, foram (e são) submetidas. O historiador francês Ariès (1981) realizou um clássico estudo etnológico que revelou que o sentimento de infância é resultado de uma construção histórico-social. Ao longo de muitos séculos, as crianças foram encaradas como “mini-adultos”, sem uma clara distinção sobre a transição de etapas da vida:

O sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não

existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIÈS,1981)

Polgar, Anguelovski e Conolly (2020) dizem que a definição de criança varia muito a depender da região, da cultura, do gênero, da raça, da idade, da classe e das habilidades físicas e mentais. Sobre isso, a pesquisadora brasileira Lúcia Rabello de Castro diz que:

“A perspectiva descolonial nos auxilia a pensar sobre os distanciamentos, rupturas, externalidades ao conhecimento tácito que recebemos da metrópole. Podemos também produzir um conhecimento sobre infância e sobre juventude que não seja condicionado a uma concepção ou uma história única, e que nos possibilite dar lugar a outras epistememes, inclusive as que possam responder de uma forma mais ajustada às nossas demandas como sociedade.” (SANTOS e CARNEIRO, 2021, p.210)

Então, ainda que a pesquisa de Ariès (1981) seja de grande valor acadêmico devido ao seu caráter pioneiro, ela retrata um recorte específico de tempo e espaço. Todavia, a historiadora Del Priore (2010, p.10) afirma que “as teses de Ariès instigam o historiador brasileiro a procurar suas próprias histórias” e, em sua pesquisa sobre as crianças no Brasil, inicia esclarecendo as constatações de que este é um país pobre, apoiado em um antigo sistema colonial e de industrialização tardia, “assim, a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”. No trecho a seguir, destaca-se a nítida desigualdade social do país nos aspectos econômicos e afetivos, a “adultificação” precoce das classes mais vulneráveis e a condição de silenciamento histórico imposto às crianças brasileiras:

No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares os mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e posteriores Febens e Funabens, a legislação ou o próprio sistema econômico fizeram com que milhares de crianças se transformassem, precocemente, em gente grande. Mas não só. Foi a voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado através de seus registros e entonações: seja através das cartas jesuíticas, relatando o esforço de catequese e normalização de crianças indígenas, ou a correspondência das autoridades coloniais sobre a vida nas ruas, pano de fundo para as crianças mulatas e escravas. Seja através das narrativas dos viajantes estrangeiros, dos textos de sanitaristas e de educadores, dos Códigos de Menores, dos jornais anarquistas, dos censos do IBGE, etc. (DEL PRIORE, 2010)

Diante a isso, Del Priore (2010) se questiona: “o que restou da voz dos pequenos?”. A partir desta provocação, no item 2.2.1 da pesquisa, é feito um breve resgate histórico pautado nos avanços legais na busca por garantir os direitos das

crianças, sendo um deles o de expressar suas opiniões através de suas próprias vozes.

Ainda sobre a busca por definições, agora ciente da existência de inúmeras diferentes infâncias, haveria alguma convergência entre elas? A pesquisadora brasileira Clarice Cohn, há anos, inquietava-se na busca por responder “o que é uma criança?”. Ela se propôs a investigar a concepção de infância em comunidades indígenas, até que um dia se deparou com a resposta surpreendente do velho Bep-Djoti, liderança do povo Xikrin: “*as crianças tudo sabem porque tudo veem e nada sabem porque são crianças*” (COHN, 2013). Embora breve, esta contraditória frase é capaz de sintetizar uma série de aspectos fundamentais para esta pesquisa, então, visando um aprofundamento didático, a frase foi segmentada em duas partes.

2.2.1 “As crianças tudo sabem porque tudo veem”

A primeira parte da frase provoca a reflexão sobre qual seria esta habilidade capaz de proporcionar sabedoria às crianças ainda que estas não possuam maturidade cognitiva suficiente para serem merecedoras de tamanho reconhecimento. Seguindo uma interpretação não literal, “tudo veem”, não se restringe ao sentido da visão, mas sim, se refere a uma capacidade perceptiva aguçada das crianças. Gopnik (2016) confirma que, quando as crianças brincam, o que elas realmente estão fazendo são experimentos, da mesma forma que um cientista tenta entender o que ocorre no mundo, pois elas são hipersensíveis a todos os padrões de informação, tudo o que acontece ao redor.

Lefebvre (1991, p.207-208) já dizia que é através do brincar que a criança começa a “ser”, através de em uma mistura de violência, carência, desejos, necessidades e conhecimento. Assim sendo, o brincar seria a lente pela qual as crianças veem o mundo. Segundo Friedman (2020, p.68),

brincadeiras e jogos trazem à tona valores essenciais de seres humanos; dão lugar a uma forma de comunicação entre iguais e entre as várias gerações; são instrumento para o desenvolvimento e pontes para diversas aprendizagens; possibilidades de resgate do patrimônio lúdico-cultural em diferentes contextos socioeconômicos.

A educadora Renata Meirelles percorreu oito estados brasileiros durante quase dois anos, visitando comunidades rurais, quilombolas, grandes metrópoles, sertão e litoral, em busca de registrar o lado potente da infância, o que resultou no documentário “Território do Brincar”. O projeto nasceu da vontade de descobrir a

consistência da afirmação “as crianças não brincam mais”, que segundo Meirelles (2017), já se tornou uma espécie de mantra contemporâneo. Os registros audiovisuais revelam a disseminação de repertórios brincantes: brinquedos artesanais, cantigas e danças que atravessam fronteiras espaciais, permeiam diferentes culturas e classes socioeconômicas. Assim, Meirelles (2017) chega à conclusão de que “há brincadeiras universais que nos conectam a uma espécie de memória coletiva”, descobre que as crianças atuais seguem brincando e evidencia que o brincar é um ponto de convergência entre as infâncias, por mais distintas que sejam entre si.

Silva (2020) define as manifestações lúdicas citadas como “cultura tradicional da infância”, um patrimônio que deve ser preservado, disseminado e praticado, principalmente, em ambientes de natureza. Segundo Friedman (2020, p.71), “oferecer oportunidade de as crianças terem contato com a natureza, espaços variados, diversos materiais e repertórios lúdicos, ou de construírem seus próprios brinquedos, é uma forma de contribuir com a saúde e integridade mental, física e emocional”. Entretanto, ainda que já houvesse legislações garantindo o direito da criança a um meio ambiente ecologicamente equilibrado¹³ e ao brincar¹⁴, em 2013, foi aprovado o Comentário Geral #17 para o Artigo 31 da Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança da ONU a fim de enaltecer o **direito da criança de brincar na natureza**, em especial, às crianças que residem em cidades urbanizadas:

Falta de acesso à natureza: as crianças entendem, apreciam e cuidam do mundo natural pela exposição a ele, pelo brincar autodirigido e a exploração com adultos que comunicam sua maravilha e significado. Memórias de brincadeiras da infância e de lazer na natureza reforçam os recursos com os quais se lida com o estresse, inspiram um sentimento de admiração espiritual e incentivam a gestão da terra. Brincar em ambientes naturais também contribui para agilidade, equilíbrio, criatividade, cooperação social e concentração. A conexão com a natureza pela jardinagem, colheita, festas tradicionais e tempo para a contemplação pacífica representa uma dimensão importante das artes e do patrimônio de muitas culturas. **Em um mundo cada vez mais urbanizado e privatizado, o acesso das crianças aos parques, jardins, florestas, praias e outras áreas naturais está sendo corroído. Crianças em áreas urbanas de baixa renda têm mais probabilidade da falta de acesso adequado aos espaços verdes.** (ONU, 2013)

¹³ No Brasil, este direito está garantido no Art. 227 da Constituição Federal do Brasil (1989).

¹⁴ Em 2022, as legislações federais vigentes que garantem o direito de brincar às crianças brasileiras são o Art 225 da Constituição Federal do Brasil (1998); o Art 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (2016). Há também o II Plano Nacional pela Primeira Infância (2020).

A falta de acesso adequado aos espaços verdes, combinada ao fácil acesso aos aparelhos eletrônicos e ao medo social configura um cenário infértil para brincadeiras e prejudicial para a saúde das crianças. Louv (2018) cunhou o termo “transtorno de déficit de natureza” e disse que “a sociedade que desconectou as crianças da natureza com quase toda certeza está desajustada, ainda que bem-intencionada. Tirar a natureza e o brincar das crianças pode ser equivalente a tirar seu oxigênio”. Ciente disto, em 2019, Sociedade Brasileira de Pediatria publicou um artigo esclarecendo os benefícios da natureza na saúde das crianças e adolescentes que, ao final, inclui uma “receita médica para brincadeiras ao ar livre”, sugerindo as seguintes práticas: brinque ao ar livre e explore mais a natureza à sua volta; faça passeios ao ar livre e sempre que possível ande a pé ou de bicicleta; adote hábitos saudáveis em relação ao uso de tecnologias digitais. E inclui uma advertência: “se persistirem os sintomas de desânimo, falta de curiosidade ou de amigos, reforçar as doses de brincadeiras ao ar livre” (SBP e Criança e Natureza, 2019).

Em frente a toda esta contextualização, ao revisitar a primeira parte da frase do velho Bep-Djoti, conclui-se que o brincar é o meio pelo qual as crianças enxergam o mundo e, conforme afirma Vigotski (2018, p. 48), ainda que a criança seja capaz de imaginar bem menos do que um adulto, ela confia mais nos produtos de sua imaginação e os controla menos. As crianças não conhecem as amarras do mundo, não têm noção do perigo, pois, segundo Tuan (1983, p.37), a criança tem seus olhos no presente e no futuro imediato. Esta é a ótica brincante infantil.

Ainda que as crianças sejam dotadas de muitas habilidades sensíveis, os “adultos são necessários não somente para a sobrevivência biológica da criança, mas também para desenvolver seu sentido de mundo objetivo” (TUAN, 1983, p.26). Logo, é necessário refletir sobre como vem sendo vivenciada esta relação e como as legislações asseguram as crianças de seus direitos de brincar e de participar de forma ativa na sociedade.

2.2.2 “As crianças nada sabem porque são crianças”

Em comparação aos adultos, as crianças possuem menos tempo vivido, então, naturalmente, têm um repertório menor. Entretanto, é preciso ter cautela ao interpretar o trecho da frase que diz que elas “nada sabem” para não cair no tentador “adultocentrismo” que, segundo Friedmann (2020, p.34) são as decisões que adultos tomam para as crianças e por elas, em geral sem consultá-las, sem lhes dar voz ou

sem criar espaços de escuta. Este item da pesquisa se propõe a pontuar os principais marcos históricos na busca por garantir os direitos das crianças, contextualizar as fases do desenvolvimento infantil, tendo como objetivo sistematizar o conhecimento científico sobre o protagonismo infantil nos processos sociais e políticos que se propõe a discutir o espaço urbano.

Com base nos estudos de Rizzini, Tabak e Sampaio (2018) foi identificado que, em escala global, a imagem da criança foi sendo transformada ao longo dos anos, conforme indica o Quadro 5.

Quadro 5 - A imagem da criança nos códigos internacionais

ANO	1924	1948	1959	1979	1989
CÓDIGO	Declaração de Genebra dos Direitos da Criança - Liga das Nações	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Declaração dos Direitos das Crianças - ONU	Ano Internacional da Criança - ONU	Convenção sobre os Direitos da Criança
IMAGEM DA CRIANÇA	Crianças são seres vulneráveis, inocente e são vistas como uma promessa de futuro.	Crianças são objetos de cuidados e atenções especiais.	Adultos precisam proteger as crianças	Crianças começam a ser considerados sujeitos de direito	Criança com direito à participação

Fonte: Elaborado pela autora com base no conteúdo de Rizzini, Tabak e Sampaio (2018)

A promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 foi o grande pontapé internacional na busca por garantir respeito às vozes das crianças. Nela estão presentes os artigos 12 ao 17 que fazem alusão à participação infantil. Entretanto, Archard (2004, p.65) identificou que o artigo 12.1, impõe duas condições nos processos participativos, os quais foram destacados na citação abaixo:

Os Estados-partes assegurarão à **criança, que for capaz de formar seus próprios pontos de vista**, o direito de exprimir suas opiniões livremente sobre todas as matérias atinentes à criança, levando-se devidamente em conta essa opiniões **em função da idade e maturidade da criança**. (ONU, 1989, grifo nosso)

Assim, Archard (2004, p.65) provoca a reflexão de quais seriam, afinal, os critérios para discernir a capacidade das crianças para expressarem seus pontos de vista, assim como, questiona a coerência de usar a idade como um índice confiável de maturidade. De todo modo, na visão de Archard, o artigo não garante um direito universal, tendo em vista que o texto define que o direito à participação é limitado.

Anos se passaram e ressalvas semelhantes seguem sendo reproduzidas, a exemplo do inciso II do Art. 4 do Marco Legal da Primeira Infância, Lei brasileira nº 13.257/2016:

As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, **em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento** (BRASIL, 2016, grifo nosso)

Esta redação, por sua vez, não é condicional e excludente, mas sim, expressa a preocupação de aplicar metodologias e instrumentos compatíveis com a respectiva etapa de desenvolvimento da criança. Nas áreas da saúde e da educação, há muitos pesquisadores de meados do século XIX e início do XX que se dedicaram a estudar o desenvolvimento infantil, dentre eles o suíço Jean Piaget (1896-1980).

Piaget era biólogo e considerava impossível separar o crescimento orgânico e o desenvolvimento psicológico, criando assim, a teoria da “epistemologia genética do desenvolvimento”, a qual define três períodos cognitivos pelos quais necessariamente todos os seres humanos passam: sensório-motor, da inteligência representativa (dividido em: pré-operatório e das operações concretas) e das operações formais (Quadro 6). Mas ele também ponderava que nem sempre o desenvolvimento acontece no mesmo ritmo, pois pode variar de criança para criança de acordo com a maturação neurofisiológica, o crescimento orgânico do corpo, a carga genética hereditária, o meio e os estímulos que recebem (GOULART, 2013). Por este motivo, seus estudos registraram a importância de haver “escolas ativas” com o compromisso de estimular a autonomia das crianças. O pedagogo brasileiro Paulo Freire (1997, p. 66) dizia que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Quadro 6 – Teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget

1 Período sensório-motor	Do nascimento a um ano e meio de idade, as crianças conhecem o mundo, os outros e os objetos ao seu redor a partir de interações; percepção, sentidos, imitação e experimentação.
2 Período da Inteligência representativa	A partir do aparecimento da linguagem – de um ano e meio até seis/sete anos: desenvolvimento da imaginação e fantasia, universo simbólico, faz de conta, teatro, contos e construção de conceitos. a. Período pré-operatório – dois a sete/oito anos Neste período, as crianças estão muito centradas em si mesmas. É a fase dos “porquês” e elas agem simulando. As crianças percebem de forma global, sem discriminar detalhes. Elas agem no nível das intuições. b. Período das operações concretas – sete a 11/12 anos As crianças desenvolvem, neste período, noções de tempo, espaço, causalidade, noções físicas. Elas ainda dependem do mundo concreto para chegar à abstração. Nesta fase, as crianças já são capazes de compreender e seguir regras e se colocar no lugar dos outros.
3 Período das operações formais	Construção das estruturas intelectuais próprias (raciocínio hipotético-dedutivo): dos 11 até os 15/16 anos. Ocorre aqui o momento mais importante no desenvolvimento da inteligência: o ser humano consegue libertar-se do pensamento concreto. A partir deste período, o diálogo torna-se possível. O indivíduo consegue se colocar no lugar do outro e cooperar.

Fonte: Fundação Maria Cecília Vidigal (2015)¹⁵

Anos mais tarde, o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan lança publicação com capítulo especialmente dedicado às crianças¹⁶, utilizando Piaget como referência para elaborar suas ideias, reconhecendo que, logo após o nascimento, as crianças começam a ser culturalmente influenciadas por suas experiências particulares e ponderando que “os imperativos biológicos do crescimento impõem curvas crescentes de aprendizagem e compreensão que são semelhantes e podem, portanto transcender a ênfase específica da cultura” (TUAN, 1983, p.22). Todavia, na maior parte da pesquisa, o geógrafo não se compromete em precisar idades específicas, muitas vezes fazendo diferenciação de fases apenas como “bebês”, “crianças pequenas” e “crianças maiores”; e quando cita uma aproximação etária, por vezes, enfatiza que está se referindo a uma “criança sadia”.

¹⁵ Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/formacao-em-espacos-ludicos-volume-5/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

¹⁶ Capítulo 3 “Espaço, Lugar e Criança” no livro “Espaço e Lugar – a perspectiva da experiência” de 1989

Tuan (1983) esclarece que o primeiro ambiente que a criança descobre é seus pais e define que, quando mais velha, “o lugar” transforma-se em um tipo de objeto grande e um tanto imóvel. No mesmo ano desta publicação, a arquiteta Mayumi de Souza Lima definiu o conceito de espaço físico na dimensão emocional da perspectiva infantil:

“O espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para crianças existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços da liberdade ou da opressão” (LIMA, 1989, p. 30).

Já a partir desses conceitos gerais, é possível identificar o quanto que a visão dos adultos difere das crianças, sendo esta última mais lúdica, afetiva e concreta. Sobre as etapas de desenvolvimento infantil, Tuan (1983) afirma que os sentidos de olfato, paladar e tato são os primeiros a serem desenvolvidos, logo, são as principais vias de contato dos bebês com as pessoas e com os ambientes em que vivem. Conforme crescem, a noção de espacialidade vai sendo amadurecida, sendo a figura materna o seu primeiro referencial, o qual as crianças pequenas se aproximam e se distanciam em movimentos brincalhões que parecem buscar conquistar a autonomia. Os pequenos elementos (folhas, gramas, pedras e sujeiras) ou estímulos sonoros e visuais distantes são frequentemente apontados por chamarem a atenção delas. Piaget considerava que todo movimento, pensamento ou sentimento corresponde a uma necessidade (GOULART, 2013, p.23) e neste período em que ainda falta a linguagem, no estágio sensório-motor, o movimento corporal se revela como a principal forma de construção de percepções.

Nos primeiros seis anos da vida, em um curto intervalo, o ser humano já é capaz de demonstrar grandes avanços em habilidades diversas (SHONKOFF, 2016). Assim, entre cinco e seis anos, ainda que sem noção de proporção espacial, as crianças já são capazes de compreender imagens aéreas, fato que indica que, em pouco tempo, já será possível começar trabalhar com leitura de plantas baixas, fotografias aéreas e mapas. Segundo Tuan (1983, p.31) “talvez uma razão pela qual as crianças pequenas conseguem realizar estas façanhas de extrapolação é porque tenham brincado com brinquedos. As crianças são miniaturas no mundo dos adultos, mas gigantes em seu mundo de brinquedos.”

A linguagem já começa a surgir como uma forma de comunicação a partir dos dois anos de idade, no período pré-operatório. Segundo Dreyfuss e Tilley

(2007), entre quatro e seis anos, a criança pensa que o seu ponto de vista é o único possível, mas já aos sete “a criança se dá conta de que uma situação pode ser interpretada de maneiras diferentes da sua”. Porém, até o os doze anos, quando finda o período de operações concretas, ela ainda apresenta um pensamento essencialmente lógico concreto, não abstrato. Por este motivo, Tuan (1983, p. 37) diz que “as crianças ficam desconcertadas quando solicitadas a interpretar o estado de espírito de uma paisagem ou de uma pintura de paisagem”. O Quadro 7 sintetiza as observações de Tuan (1983) sobre marcos de habilidades físicas ou cognitivas aos progressos das habilidades humanas de percepção ambiental:

Quadro 7 – Desenvolvimento da percepção ambiental humana segundo Tuan (1983)

Ao nascer	4 meses	6-8 meses	8 meses	Ao aprender a engatinhar
Não são capazes de distinguir entre o eu e o meio ambiente externo.	Ainda não se locomovem. Mostram pouco interesse em explorar o espaço visualmente além do raio de um metro.	Começam a separar as pessoas entre "familiares" e "estranhos", demonstrando emoções ao interagir com pessoas.	Estão atentos aos ruídos e suas esferas de interesse se expandem além do que é visível. Escolhem o que preferem em vez de que está mais próximo, mas se desanimam facilmente com as dificuldades percebidas.	Podem explorar o espaço, mas não tem os instintos de sobrevivência bem desenvolvidos ainda.
Ao aprender a andar	2-2,5 anos	3-4 anos	5-6 anos	6-7 anos
As crianças gastam a maior parte do seu tempo aproximando-se ou distanciando-se de sua mãe com um andar brincalhão de experimentação.	Adquirem um sentido de lugar, demonstrando terem capacidade de diferenciar claramente opostos espaciais (em cima e embaixo, aqui e lá, longe e perto, topo e fundo, frente e trás...).	Já possuem a capacidade de não se perderem, pois conseguem se lembrar do ponto de partida e chegada de um trajeto. Mas isto não significa que elas já tem um conhecimento conceitual das relações espaciais, elas não conseguem lembrar de nenhum referencial no percurso.	Conseguem compreender paisagens vistas de cima. Porém, ainda estão em processo de maturação sobre o conhecimento de escalas, podendo fazer comparações desproporcionais.	Apreendem conceitos geométricos. Mas, o ambiente não é o principal ponto de interesse, mas sim, as pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De todo modo, independente da idade, “o importante não é apenas garantir que as crianças possam falar, ao invés de serem silenciadas; mas sim, que elas sejam escutadas, ao invés de serem ignoradas” (ARCHARD, 2004, p. 66, tradução nossa). Segundo Friedmann (2016), escutar não se trata de intervir, de propor, de julgar, de avaliar, de classificar a criança. As crianças são muito únicas e para conseguir acessá-las é preciso primeiro aquietar-se. A arte de escutar bem é escutar o que *realmente* a pessoa deseja comunicar:

Palhaços e psicanalistas concordam que a arte da escuta do outro começa pela possibilidade de escutar a si mesmo. Chatos e neuróticos são caracterizados pela pouca atenção às suas próprias palavras, daí o desprezo ou a indiferença pelos efeitos que elas causam nos outros. Chatos e arrogantes sempre colocam o que eles queriam dizer e as suas boas intenções à frente do que o outro realmente ouviu. Eles acham que a escuta é uma questão de telepatia e não de atenção à realidade das palavras. (DUNKER e THEBAS, p.25)

Em 1992, Roger Hart lança a **Escada de Participação**, uma teoria que classifica processos participativos que envolvem crianças, a qual teve como base os estudos de Arnstein (1969). A escada é composta por oito degraus, em ordem crescente de nível participação (Figura 3). O primeiro degrau é a “Manipulação” (*manipulation*) que, por iniciativa de adultos, as crianças são convidadas para projetos de causas infantis, mas elas não recebem esclarecimentos sobre as motivações, os objetivos, as etapas nem sobre os desdobramentos dos projetos. O autor aponta que, às vezes, esse tipo de abordagem acontece por desconhecimento dos adultos sobre as habilidades das crianças. Segundo Hart (UNICEF, 1992), os três primeiros degraus não representam processos que respeitam genuinamente as vozes das crianças, podendo ser considerada participação apenas a partir do quarto degrau.

Figura 3 - Escada de Participação de Roger Hart



Fonte: CECIP (2021)¹⁷

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wHr6-K_DTkc&t=22s (minuto 1:21:05). Acesso em: 16 out. 2020

Já o oitavo degrau, o mais participativo, seria o “Iniciativa das crianças, e decisões e direcionamentos são feitos pelas crianças em parceria com os adultos”, (*child-initiated, shared decisions with adults*), no qual o olhar atento do adulto sobre as manifestações espontâneas infantis auxilia a potencializar, em fornecer estrutura, para que os objetivos das crianças sejam capazes de serem desenvolvidos com excelência. Mas, ainda que esta última seja teoricamente o cenário ideal, Hart alerta:

Não é necessário que as crianças atuem sempre nos degraus mais altos possíveis da escada. Crianças diferentes em momentos diferentes podem preferir atuar com graus variados de envolvimento ou responsabilidade. O princípio importante novamente é uma escolha: os programas devem ser projetados para maximizar a oportunidade para qualquer criança escolher participar no nível mais alto de sua capacidade. (UNICEF, 1992, p.11)

Em 2002, Francis e Lorenzo realizaram uma revisão de literatura sobre processos participativos, onde identificaram convergência em teorias, incluindo a de Roger Hart (UNICEF, 1992) e, por fim, estabeleceram sete tipos de participação que se propõem a envolver crianças em processos de desenho e planejamento urbano. A escala varia dos tipos mais utópicos aos mais praticáveis. Assim, o primeiro seria o “Romântico” onde as crianças são as próprias planejadoras, muitas vezes sem o envolvimento dos adultos. Mas, para Friedman (2016), o modelo ideal não se trata de atender todos os desejos das crianças. Se trata de compreender o que essas crianças estão vivendo em seus entornos, o que elas têm a nos ensinar, pois elas têm saberes muito potentes. Em alinhamento com esta visão, a categoria mais viável e equilibrada de Francis e Lorenzo (2002) seria o “Proativo”, a qual se propõe a realizar um processo respeitoso de escuta ativa, transgeracional, interdisciplinar, que aborda as preocupações de segurança e proteção colocando as crianças ao ar livre e que usa tecnologias digitais como ferramentas de design (CAMBRIDGE, 2005, p.233). Os pesquisadores apontam que a principal barreira desta abordagem é que ela exige profissionais do design e do planejamento capacitados com habilidades específicas, ou seja, conhecedores de técnicas participativas e que sejam sensíveis às causas infantis.

A pesquisadora brasileira Lúcia Rabello de Castro parte da compreensão de que o objetivo de aplicar metodologias participativas é que os sujeitos envolvidos reduzam assimetrias de poder, logo, para que isto se concretize, é preciso reconhecer que o profissional que lidera esses processos é completamente atravessado por suas condições de gênero, raça e classe. Assim, conquistar total simetria seria impossível, mas o caminho para progredir é assumir tais condições e

questioná-las (SANTOS e CARNEIRO, 2021). E neste sentido, cientes do distanciamento de realidades, mas desejosos por oportunizar espaços de diálogo, um ponto que merece especial atenção é a ética. Sobre este assunto, Kramer (2002) destaca cuidados necessários em processos participativos envolvendo crianças como, por exemplo, o resguardo à integridade das crianças omitindo seus nomes, não revelando sua identidade em fotografias e demais dados sensíveis. Esse debate está expresso também na Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei de Proteção de Dados (LGPD), “promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo”¹⁸. Mas antes mesmo de coletar os dados, Friedmann (2020, p.125-126) enaltece sobre a importância de fazer uma aproximação respeitosa com as crianças, se colocando em papel de humildade, não impositiva e com empatia:

Ao pedir licença, estabelecemos não somente um vínculo de confiança, como também a possibilidade de diálogos, explicando, na medida da compreensão de cada idade, a razão da nossa curiosidade e vontade de conhecer seus mundos. Nossa aproximação respeitosa significa também aprender a escutar e compreender suas linguagens expressivas, assim como o que vivem, o que sentem, do que gostam, seus lugares cotidianos, seus hábitos, suas referências, seus amigos, seus afetos etc. Mas precisamos também aceitar – e respeitar – que as crianças podem nem sempre querer compartilhar seus mundos, segredos ou vivências; ou ter seus dizeres, narrativas, processos, produções ou imagens expostos ou compartilhados. Como saber? Só fazendo o exercício de nos colocarmos em seu lugar.

*Como ouvir o público infantil é desafiador, pois, dialogar verdadeiramente com uma criança implica em acessar a própria criança interior, desconstruir padrões e livrar-se do *adultocentrismo*. A dificuldade de livrar-se dessa vaidosa de acreditar ser superior do que a criança está fundamentada, segundo Lima (1989, p.11), na insegurança que a liberdade da criança nos provoca, logo há a tendência de buscar tranquilidade impondo-lhes até os caminhos da imaginação. Muito frequentemente, os projetos que declaram apoiar a participação dos jovens, quando avaliados com minúcia, são projetos controlados por adultos com participação modesta ou nenhuma participação real dos jovens (Marsi, 2017). Assim sendo, Elshater (2017) acredita que as crianças serão capazes de cumprir seus papéis apenas quando os adultos renunciarem alguns de seus poderes hegemônicos de tomada de decisão em nome das crianças.*

¹⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — Português (Brasil) (www.gov.br)

Severcan (2015), pesquisador norte-americano, elenca as principais barreiras nos processos participativos infantis: (1) a conceituação negativa da infância; (2) as falsas presunções sobre quem tem interesse em planejar e a capacidade de fazer planos, (3) a falta de poder político dos jovens na tomada de decisões, (4) a falta de habilidade e tempo dos planejadores, (5) as leis que regulam os espaços públicos e (6) as práticas de planejamento atuais que impedem a atuação de crianças e jovens. Em sintonia com estes tópicos, as pesquisadoras brasileiras, Agostini e Moreira (2019) apontam os três maiores impedimentos para incorporar as crianças como participantes de pesquisa: (1) pesquisador assumir que as crianças são menos competentes, (2) desigualdade nas relações de poder na relação adulto-criança considerando o adulto como autoridade e (3) diferenças de comunicação entre crianças e adultos.

As diferenças socioeconômicas, como aponta Severcan (2015), também são fatores que merecem especial atenção, pois, ao envolver crianças e jovens de baixa renda em processos participativos, é preciso ter a ciência de que estas geralmente lidam com analfabetismo, insegurança, pobreza extrema e, às vezes, pesadas obrigações trabalhistas, realidades que desafiam a capacidade de populações marginalizadas de participarem do planejamento. Mas, além disso, Luzia Laffite alerta que é preciso estar atento para perceber que as vulnerabilidades vivenciadas pelas infâncias extrapolam as questões financeiras:

Claro que a gente vai sempre olhar para a vulnerabilidade social, econômica, mas nós precisamos também olhar para a vulnerabilidade emocional e afetiva de todas as crianças. Nós temos hoje no Brasil uma discrepância muito grande de classes sociais, mas existe uma infância que tá sendo muito necessitada de cuidados e proteção: que sobre violência doméstica, que sofre todos esses desafios, esses abusos de redes e isso é uma infância que permeia todas as classes sociais. A gente não pode negar isso! (IFAN, 2022)

Como aponta o II Plano Nacional da Primeira Infância (2020, p.239-244), no Brasil, ainda há lacunas importantes de pesquisas sobre: metodologias e técnicas de escuta; como fazer as vozes das crianças chegarem à sociedade; os cuidados éticos a serem tomados em pesquisas com esse público. Além disso, o Plano também evidencia a prática profissional de arquitetura e urbanismo como uma área prioritária de ser aprofundada em temas congruentes à infância. “O arquiteto pode ser aquele que, ao invés de sempre propor e ter resposta para todos os espaços desafia-se a deixar acontecer o imprevisto, entrando na brincadeira” (NASCIMENTO, 2009, p.56) e a cidade é um potencial espaço para ser palco de cidadania prática:

Mas a cidade também pode potencializar a cidadania da infância. Ela é, por definição, um espaço de interações sociais múltiplas, onde as funções essenciais da vida individual e coletiva têm lugar. O que determina a possibilidade de potenciação da cidadania é o desenvolvimento de políticas urbanas que permitam a concretização do reconhecimento e da participação das crianças. (SARMENTPO, 2018, p.236)

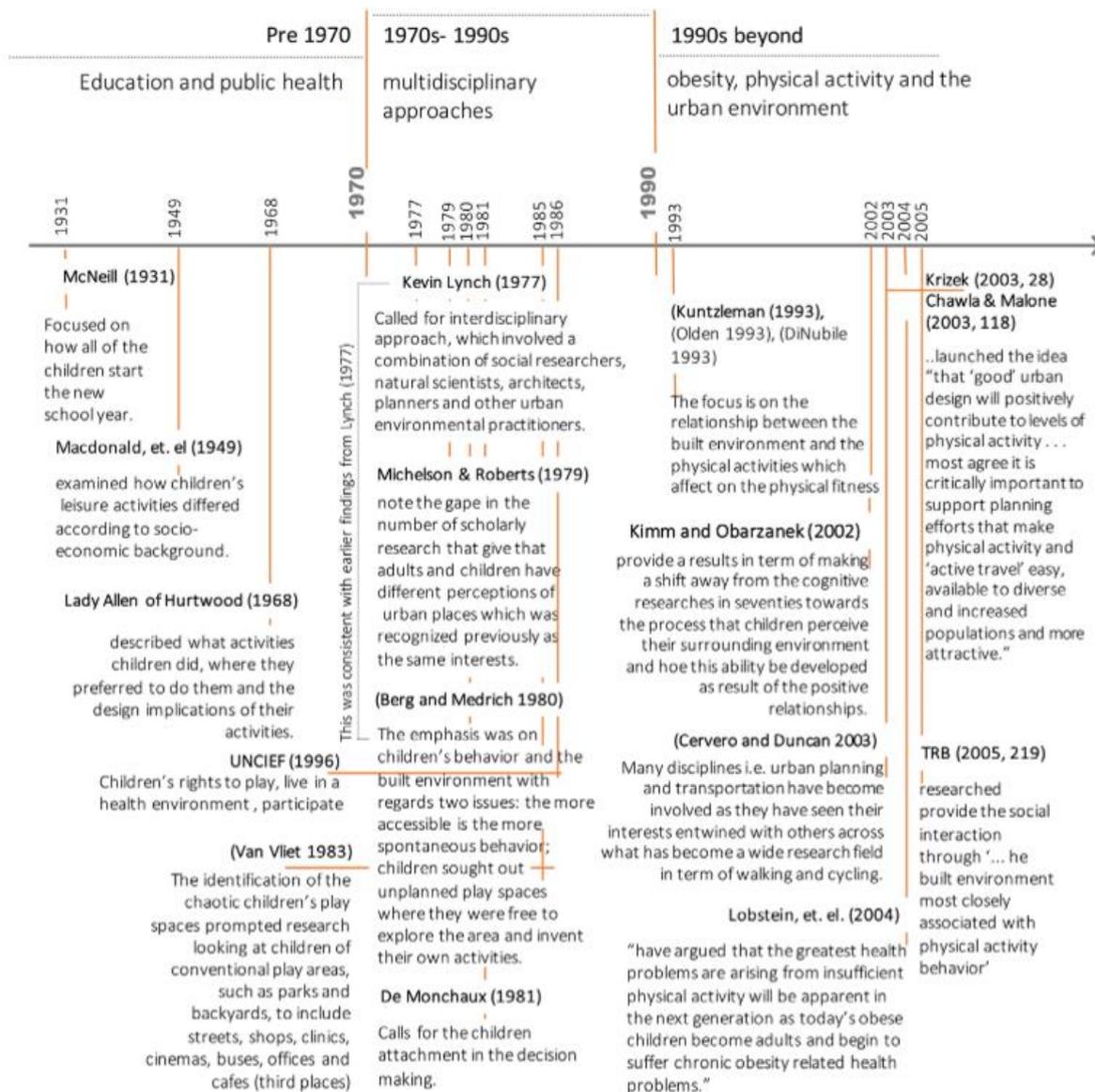
Enfim, em resposta à provocação levantada no título deste item, conclui-se que não é responsável afirmar que as crianças “nada” sabem, assim como, que elas “tudo” sabem. As pesquisas aqui debatidas apontam que as crianças diferem entre si a depender de uma série de fatores (biológicos, culturais, sociais, econômicos e emocionais, por exemplo), logo, a forma mais coerente de adultos lidarem com este público seria estando atentos, buscando alinhar a forma de interação com o objetivo de sintonizar com a realidade das crianças.

2.3 A inserção das infâncias em pautas urbanísticas

Com base em revisão de literatura de estudos clássicos, Elshater (2017) elaborou uma linha temporal (1931-2005) do processo de envolvimento de crianças em assuntos urbanos (Figura 4) e as pesquisas do arquiteto norte-americano Kevin Lynch revelou-se como um marco por ir além do ambiente escolar, por propor processos participativos com uma abordagem interdisciplinar e com atenção às questões sociais. Assim, a ideia de Cidade Amiga da Criança (*Child-friendly City*) foi iniciada em 1971, na pesquisa "Children's Perception of the Environment", a qual durou cerca de quatro anos e serviu de base para o "Growing Up in Cities" (GUIC), projeto financiado pela UNESCO, que resultou na publicação do livro homônimo em 1977¹⁹

¹⁹ Disponível em versão virtual em: <https://archive.org/details/growingupincitie00lync>

Figura 4 - Linha do tempo sobre o envolvimento de crianças em assuntos urbanos

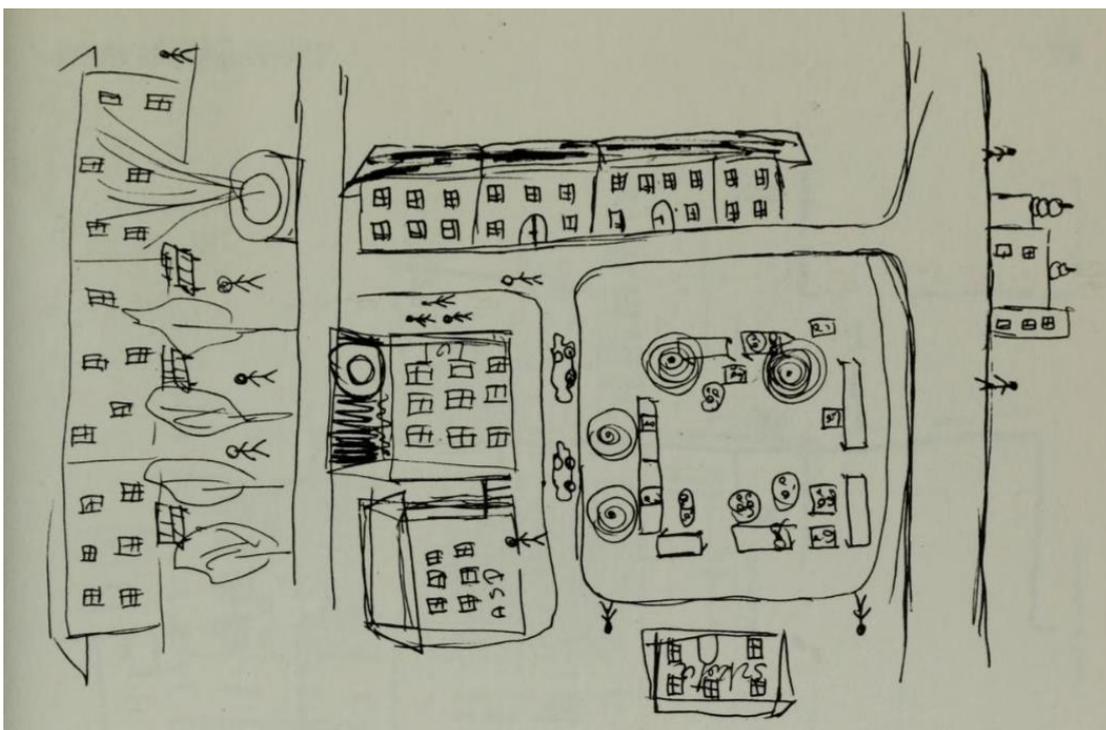


Fonte: Elshater (2017)

Segundo Lynch (1977, p.82), três decisões são necessárias para iniciar esse tipo de estudo: escolher o tipo geral de cenário; selecionar o tipo de localidade e de grupo social a ser estudado; selecionar os objetos de pesquisa. Assim, Lynch se propôs a estudar regiões com concentração de imigrantes em situação de vulnerabilidade, por compreender que nelas reside o público exposto a condições de estresse urbano; e foram envolvidas vinte pessoas de doze a quatorze anos de idade por cidade, localizadas na Argentina, da Austrália, do México e da Polônia. A intenção do recorte etário estabelecido foi atingir sujeitos que estão no início da adolescência, em um momento em que não são mais considerados crianças

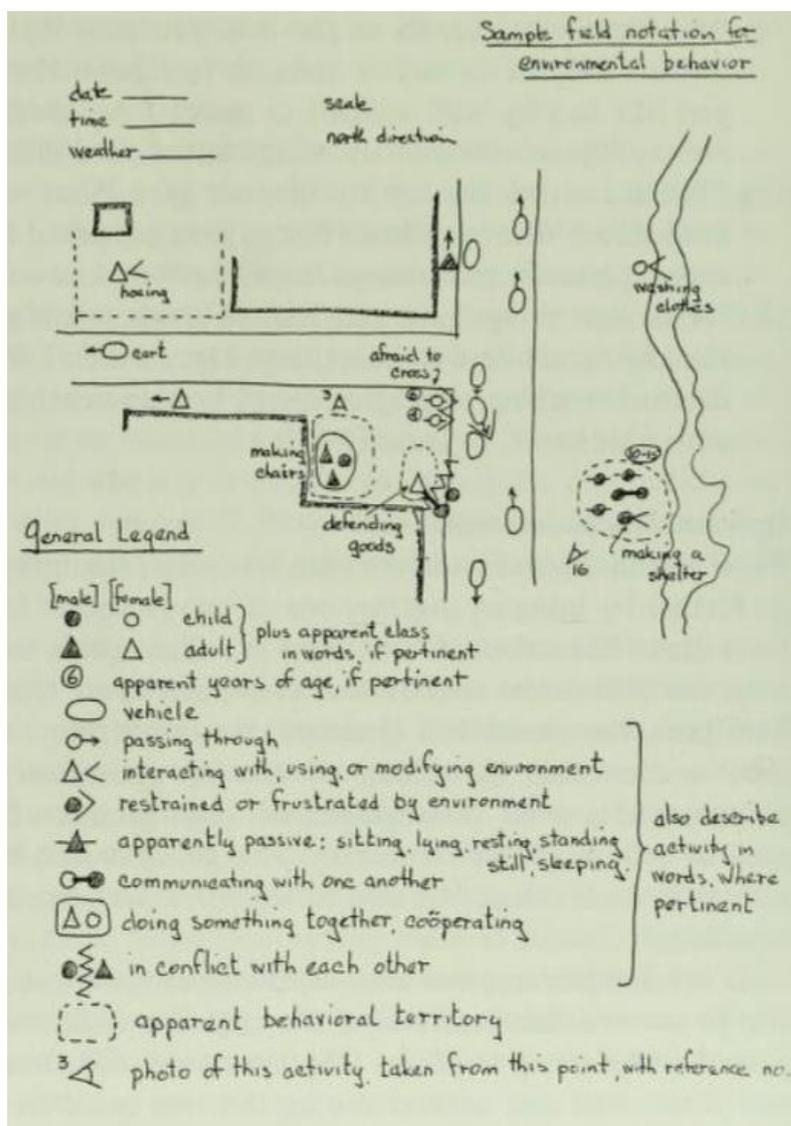
pequenas nem adultos plenos (LYNCH, 1977, p.85). As metodologias aplicadas foram: (1) entrevistas semiestruturadas aplicadas de forma individual, em um ambiente seguro para a criança, com uso de linguagem informal, composta por perguntas que traçam um breve perfil do participante e depois com questionamentos sobre suas vivências, preferências e desgostos. Logo no início é solicitado que o entrevistado desenhe um mapa mental do território em que habita (Figura 5), o qual se torna uma ferramenta para referenciar os locais listados verbalmente pela criança ao longo da aplicação do método; (2) diagrama comportamental elaborado pelo pesquisador a partir da observação das crianças enquanto ocupam coletivamente os espaços (Figura 6); (3) entrevista com funcionários da região e com os respectivos cuidadores das crianças participantes; (4) análise dos dados coletados conferindo a frequência de aparição de respostas semelhantes.

Figura 5 - Mapa mental do território de uma criança participante do estudo Growing Up in Cities



Fonte: Lynch (1977, p. 41)

Figura 6 - Diagrama comportamental feito por um pesquisador do estudo Growing Up in Cities



Fonte: Lynch (1977, p. 54)

Ao final da pesquisa, Lynch (1977) expressou intenção em expandir o projeto, avançar para uma segunda fase da participação infantil em desenho urbano e de formulação de políticas envolvendo crianças, pois acreditava no potencial da metodologia desenvolvida. Infelizmente, o arquiteto não pôde testemunhar estes desdobramentos, tendo falecido em 1984, mas deixando um legado sobre esse tema inovador que chamou a atenção das grandes organizações mundiais.

Assim, em 1989, a ONU lança a Convenção sobre os Direitos das Crianças incluindo uma disposição sobre o direito das crianças de expressar suas opiniões (Art. 12) e em 1996 acontece a II Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos Humanos (Habitat II), onde é declarado que o bem-estar das

crianças é um indicador de saúde de todos e onde é criado o programa Child Friendly Cities Initiative (CFCI) para oferecer suporte aos governos municipais na aplicação da Convenção. Em uma das primeiras publicações sobre o tema, a UNICEF (2004, p.6)²⁰ estabelece nove blocos de construção necessários para se construir uma Cidade Amiga da Criança, os quais defendem a construção de uma estrutura política sólida que prevê orçamento específico, agenda, apoio de instituições não-governamentais e, em destaque, a promoção da participação ativa das crianças nas questões cidadãs que as afetem, ouvindo-as e respeitando seus pontos de vista ao longo de todo o processo.

Outro conceito que também emergiu nesta época e que dialoga com o programa da UNICEF, é o “Cidade Educadora”. Em 1990, foi realizado o Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, onde foram estabelecidos e registrados na Carta, os princípios básicos pelos quais se deve reger o impulso educativo das cidades. Deste então, o documento já foi revisado no II Congresso Internacional (Bolonha, 1994), no VIII Congresso (Génova, 2004) e em 2020. Dentre os princípios vigentes, estão o compromisso que as cidades devem ter com a participação dos cidadãos e em proporcionar espaços públicos habitáveis:

As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados. (...) O ordenamento do espaço público deverá ter em conta as necessidades de acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, jogo, esparecimento e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. A Cidade Educadora prestará uma atenção especial às necessidades da infância, das pessoas com diversidade funcional e dos idosos na sua planificação urbanística, equipamentos e serviços, de forma a garantir-lhes um ambiente amigável e respeitador, no qual se possam deslocar com a máxima autonomia possível. Da mesma forma, garantirá um urbanismo com perspectiva de gênero. Estes múltiplos olhares garantirão um espaço urbano ao serviço do conjunto das cidadãs e dos cidadãos. (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020, p.13-14)

Também em meados da década de 90, um grupo multidisciplinar de pesquisadores, liderado pela professora norte-americana Louise Chawla, se compromete a dar continuidade aos estudos de Lynch, lançando o projeto “Growing Up in an Urbanism World”, com publicação homônima em 2003. Esta publicação registrou dois anos de trabalho (1996-1998) em oito cidades de diferentes contextos

²⁰ Esses conceitos permanecem vigentes, tendo sido reforçados na publicação UNICEF Child Friendly Cities and Communities Handbook de 2018. Site oficial da iniciativa Child-friendly city da UNICEF <https://childfriendlycities.org/what-is-a-child-friendly-city/> Acesso em: 06 jan. 2022.

socioculturais, seguindo as diretrizes gerais da primeira versão do projeto, trabalhando com um número maior de crianças de dez a quinze anos de idade. Como resultado, gerou a sistematização de indicadores de qualidade ambiental na perspectiva infantil (Figura 7).

Figura 7 - Indicadores de qualidade ambiental segundo perspectiva de crianças de dez a quinze anos de idade



Fonte: Chawla (2003, p.228), adaptado pela autora, tradução nossa.

Os indicadores abordam aspectos físicos e sociais do ambiente, e são dispostos no gráfico em polaridades, onde as condições ideais se localizam na posição oposta da condição desfavorável. Segundo Chawla (2003), foi identificado que houve congruência de valores expressos nas falas de crianças de diferentes regiões, as quais enfatizavam a importância do acesso justo a condições básicas de saúde e bem-estar, visando qualidade social, cultural e ambiental. Assim, esses indicadores descrevem lugares aonde pessoas de todas as idades podem se reunir, interagir com sensação de segurança e liberdade, realizando atividades e costumes que expressam suas identidades.

Através da Revisão Integrativa de Literatura (RIL) foram encontradas pesquisas contemporâneas (2015-2020) com aprofundamentos no tema (Figura 8), tanto nos aspectos da participação cidadã, quanto na construção de políticas e na elaboração de indicadores para analisar aspectos de design urbano. Foi identificado que os resultados da pesquisa de Chawla (2003) seguem sendo relevantes para

referenciar novos estudos, estando presente na metodologia da pesquisa de Alarasi, Martinez e Amer (2015), por exemplo.

Figura 8 - Mapeamento dos 32 artigos analisados na Revisão Integrativa de Literatura



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Dentre os artigos analisados, são destacados os processos e resultados alcançados nas pesquisas de Muller e Arruda (2015) e Marsi (2017) por terem aplicado uma grande variedade de metodologias participativas com crianças objetivando compreender o conceito Cidade Amiga da Criança a partir das percepções delas sobre seus respectivos contextos.

As pesquisadoras brasileiras Muller e Arruda (2015) selecionaram dois grupos de crianças de 10 a 15 anos de Maringá-PR que vivem em espaços socialmente distintos, sendo onze crianças de uma escola particular e dez, de escola pública estadual, com o objetivo de conhecer os pontos de vista delas sobre o que pensam e querem para a cidade. Tratou-se de um estudo qualitativo com uma metodologia organizada em três encontros temáticos sobre: (1) Experiências de participação infantil em diferentes cidades do mundo; (2) Estatuto da Criança e do

Adolescente; (3) Rede de atendimento às crianças na cidade, apresentação sistematizada das opiniões das crianças e o que fazer para que as sugestões delas possam acontecer em Maringá. Todos foram gravados e norteados por questões de apoio e slides com imagens. Como resultado do terceiro encontro, foi identificado que os desejos das crianças, em grande parte, tratavam de melhorar as categorias: cultura, segurança, liberdade, transporte/comunicação, higiene, participação e assistência social. Também foram registradas reivindicações de crianças de ambos os grupos sobre atitudes dos adultos e de outras crianças.

Dentre as sugestões das crianças para a cidade, temos: maior participação infantil; mais liberdade e segurança; mais respeito de todos com a cidade e com as outras pessoas; mais passeios nas escolas; mais livros, bibliotecas, circos e museus no município; mais ciclovias e bicicletas para todos, para diminuir a poluição; consertar os buracos nas ruas e melhorar as calçadas; mais árvores e limpeza nos espaços públicos; mais centros esportivos, praças e parques para todas as crianças. (MULLER e ARRUDA, 2015, p.154)

Muller e Arruda (2015) relatam diferenças percebidas entre os dois grupos de crianças. Os estudantes de escola pública assumiram uma postura mais tímida, enquanto os de escola particular se sentiram mais à vontade para manifestar perguntas e observações. A justificativa para este comportamento veio à tona no encontro de devolução dos resultados, quando as próprias crianças da escola estadual afirmaram que não eram escutadas pelos adultos e adolescentes do grêmio, e por isso se sentiam desmotivadas. Além disso, é interessante perceber a atitude dos pesquisadores de, antes de demandar atividades às crianças, se colocarem a serviço de contextualizarem o tema, estabelecendo regras claras sobre a condução ética das atividades e prezando por encaminharem as propostas registradas para instituições políticas como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Já Marsi (2017) é uma pesquisadora que se propõe a pesquisar a cidade libanesa Saida, que inclusive foi uma das cidades pesquisadas no projeto GUIC de Lynch (1977). Na metodologia, foi selecionada uma série de técnicas, que foram aplicadas em crianças de 6 a 12 anos com o objetivo de engajá-las em processos participativos e de decisão. As atividades priorizavam a comunicação através de técnicas de observação, desenhos, palavras-chaves e maquetes. Como resultado, a pesquisa registrou que os três locais que as crianças participantes mais gostam de frequentar são shoppings, cinema e centros esportivos, enquanto os espaços públicos foram descritos como sujos, com mau cheiro, barulhentos e com tráfego

intenso. Sobre os locais que gostariam que fosse mais próximo de suas casas, foi destaca uma mesquita. A pesquisa também indicou que as crianças participantes não se sentem seguras para ter autonomia nos deslocamentos a pé, seja caminhando na rua ou ir ao supermercado, mas, ainda assim, a grande maioria expressou gostar da casa e da vizinhança em que moram. Em desenho, todas incluíram uma mesquita e fontes d'água como desejo para a vizinhança e, nas maquetes, a maioria posicionou grandes espaços públicos verdes em regiões centrais e indicaram preferência por uso misto do solo. Por fim, os adultos envolvidos na coleta de dados expressaram surpresa sobre as contribuições das crianças, as quais se revelaram de grande nível de elaboração.

Os adultos envolvidos ficaram surpresos e até espantados com o que as crianças eram capazes de dizer e fazer. As fases do trabalho revelaram que as crianças forneceram observações e insights valiosos sobre sua cidade, e os resultados se opõem às concepções adultas de que as crianças de Saida são ignorantes e imaturas para se engajar efetivamente no planejamento e na tomada de decisões de desenho urbano. (MARSI, 2017, p.907, tradução nossa)

É importante identificar as particularidades de cada território e de cada infância. As crianças libanesas da pesquisa de Marsi (2017) expressaram forte tradição religiosa, sendo do desejo delas que a cidade oferecesse melhores condições de acesso ao espaço de encontro religioso. Já as crianças brasileiras da pesquisa de Muller e Arruda (2015) não manifestaram o aspecto religioso, a questão que mais se evidenciou foi a carência por oportunidades de escuta ativa por parte dos adultos das escolas estaduais.

Assim, ainda que haja o esforço da UNICEF de definir critérios para o conceito “Cidade Amiga da Criança”, Marsi (2017) alerta que “não há um modelo único para ser seguido”. Por este motivo Lynch (1977) já dizia que fazer comparações entre grupos da mesma região é mais importante do que, entre contextos distintos, pois, ainda que o objetivo seja compreender como seria uma cidade boa para crianças, a depender do contexto em que elas estão inseridas, as necessidades e preferências podem variar. Ao mesmo tempo, nota-se que, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou no Líbano, os desejos expressados pelas crianças apresentam convergências. Nos aspectos físicos, os desejos por espaços mais limpos, por mais espaços verdes e variedade de uso do solo foram comuns e, nos aspectos sociais, o desejo por liberdade e segurança se apresentaram como essenciais.

Nota-se que os trabalhos até então apresentados, desde Lynch (1977), deram preferência em envolver crianças maiores. Muller e Arruda (2015) justifica o recorte etário por compreender que a partir dos dez anos as crianças “já têm uma maior probabilidade de ter mais autonomia e maturidade para a compreensão dos conteúdos apresentados” e Marsi (2017) afirma que a “seleção se deve ao fato de que as crianças da segunda infância passam mais tempo com os amigos em outros ambientes fora de casa e da escola”. Dentre os artigos analisados na RIL, a pesquisa da brasileira Tissot (2016) foi uma das poucas exceções tendo em vista que aplicou observação participante e entrevista livre em campo com crianças de três e cinco anos. Um dos pontos que esta pesquisa revelou foi que, quando inseridas em ambientes externos, as crianças participantes manifestaram preferência por brincar com elementos e em espaços naturais do que com brinquedos estruturados.

Na Praça Coronel Pedro Osório, ao contrário, existe uma área reservada para as crianças (além de urbanização com bancos, passeios, iluminação, chafariz, jardinagem), e periodicamente eles frequentam esse espaço. No entanto, ainda que possam aproveitar os brinquedos do parquinho, eles e outras crianças, repetidas vezes, preferem uma elevação de terra localizada próxima ao banheiro público e a uma árvore que protege a guarita da guarda municipal. O elevado também foi nomeado como montanha e a praça, por causa dele, é identificada como a praça da montanha. Naquele pequeno metro quadrado de terra, eles passam a maior parte do tempo dedicado à praça, preferindo-o aos brinquedos onde não se sentem seguros. **A existência dos equipamentos, aliás, serve mais como um indicativo de que, naquele espaço, as crianças são bem-vindas, seja para explorar o ambiente, seja para utilizar os brinquedos** que, apesar do desinteresse por parte de Maria e João, são bastante concorridos nos fins de semana ensolarados. A própria montanha constantemente é alvo de conflito e disputa entre as crianças que querem apropriar-se exclusivamente das brincadeiras ali. (TISSOT, 2016, p.43, grifo nosso)

A pesquisa de Pitsikali, Parnell e McIntyre (2020, p.157), que realizou estudos com crianças de cinco a doze anos em Atenas, na Grécia, também constatou a mesma situação, de que muitas vezes as crianças não brincam dentro dos limites do parquinho. Entretanto, complementa que a presença de parquinhos, para os cuidadores, é muitas vezes um fator decisivo na hora de escolher quais espaços públicos irão levar as crianças.

(...) muitas vezes foi argumentado durante entrevistas e discussões que as pessoas – apesar de nem sempre pretenderem brincar dentro dos limites do playground – não visitariam a área se não houvesse playground nas proximidades.

Na linguagem de Lefebvre (1991), a cidade precisa de “espaços de representação” onde crianças e famílias possam se tornar visíveis e serem vistas

como legítimas moradoras da cidade. Em consonância com esta linha de pensamento, já na década de 1950, Jane Jacobs havia argumentado sobre a importância de haver multiplicidades de locais de brincar nas cidades e evidencia o papel das crianças como agentes urbanos:

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender [...], no entanto precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo. É essa espécie de recreação informal que as calçadas propiciam, e as calçadas movimentadas da cidade têm ótimas condições de fazê-lo. (JACOBS, 2000, p. 80)

Estes espaços, segundo Oldenberg (1989), seriam os “terceiros lugares”, como praças e parques, os quais são de livre acesso e oferecem oportunidades para as pessoas observarem, conhecerem e interagirem com os outros, inclusive, através do brincar. Nesta lógica, o primeiro lugar é a casa e o segundo, o trabalho. Carroll, Witten e Kearns (2015) afirmam que os atributos físicos e sociais dos terceiros lugares podem facilitar ou restringir o uso da esfera pública pelas crianças, seus níveis de mobilidade independente, exploração da vizinhança e interação social.

Com atenção aos aspectos físicos das cidades, o volume 3 da publicação “Bairros Amigos da Primeira Infância” (IAB, 2021, p.39) parte do princípio de que, para uma cidade ser considerada amiga da primeira infância, precisa vencer os seguintes desafios: modelo centrado no automóvel; excesso de obstáculos; equipamentos e serviços inacessíveis; violência urbana; ausência de manutenção; e prioridades equivocadas. Desta forma, elenca como primícias que estas cidades sejam inclusivas, acessíveis, seguras, verde e livre, lúdicas. Para isso, no Guia 3, há 29 indicadores que são diretrizes para o desenho urbano nas escalas de bairro, rua, parques/prança/espços abertos, infraestrutura social e equipamentos/serviços urbanos. Para esta pesquisa, estes indicadores foram escolhidos para serem norteadores na análise da cidade de Fortaleza, pois têm a proposta de orientar uma análise mais precisa sobre aspectos que contemplam as necessidades expressadas no histórico de pesquisas participativas analisadas.

2.4 Considerações sobre o capítulo

Este capítulo foi de fundamental importância para compreender sobre as infâncias, suas particularidades e como elas podem contribuir para a construção do espaço urbano, em especial o espaço público de lazer. A partir da Revisão Integrativa de Literatura dos 32 artigos, foi possível constatar que o tema “Cidade

Amiga da Criança” vem sendo discutido em diferentes regiões do mundo, em variadas áreas de pesquisa. Os países Nova Zelândia, Estados Unidos, Espanha e Holanda se destacam por já possuírem um histórico de projetos na área e por, na esfera política, reconhecerem a importância de seguir investindo na participação infantil, tendo um amplo acervo de metodologias participativas já testadas.

Ainda que haja referências internacionais de boas práticas nesta área de pesquisa, compreender que não há um consenso universal sobre o conceito de Cidade Amiga da Criança e que há diferentes infâncias são pontos importantes para evitar generalizações capazes de silenciar contextos particulares. Entretanto, através do exercício de correlacionar estudos de diferentes regiões do mundo, notou-se que há convergências entre os desejos expressados pelas crianças, em especial, no que diz respeito ao acesso a espaços verdes e às sensações de liberdade e segurança.

Sobre incluir as crianças no planejamento urbano, foi compreendido que há diferentes níveis de participação e foi elencada uma série de fatores capazes de barrar a realização desses processos, sendo o “adultocentrismo” o principal a ser superado. Foram identificadas que a humildade e a empatia são habilidades necessárias para o profissional que se propõe a facilitar processos participativos com crianças. Também se constatou que o domínio sobre desenvolvimento infantil é importante para auxiliar o discernimento do vocabulário utilizado no diálogo com crianças e a ponderação das expectativas geradas sobre o nível de elaboração das respostas verbais ou não. Assim, evitam-se frustrações por parte de pesquisadores, e aumenta-se o respeito às crianças. Com base nas teorias apresentadas, aplicar perguntas subjetivas, por exemplo, resulta em respostas por vezes imprecisas das crianças, já que elas tendem se expressar através de uma linguagem mais lúdica, afetiva e concreta. Isto, por sua vez, resulta na dificuldade do adulto entender a visão das crianças.

Utilizar brincadeiras em conformidade com o desenvolvimento e o contexto sociocultural foi indicada como uma prática capaz de promover construção de diálogos potentes entre mundos (adulto-infância). O brincar é a principal via de comunicação das crianças, a lente pela qual enxergam o mundo e, por mais distintas que sejam as culturas, foi levantado a possibilidade de haver brincadeiras universais capazes de construir uma espécie de memória coletiva, a qual deve ser respeitada e vivenciada, especialmente, em ambientes que promovam o contato com a natureza.

Assim, partindo dessa base social sobre as infâncias, o próximo capítulo busca compreender o processo histórico da configuração espacial da cidade de Fortaleza e como a existência e as vozes das crianças vêm sendo contempladas nos seus projetos urbanos.

3 O ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER DE FORTALEZA

Castro (2017) explica de forma bem didática que as cidades são núcleos humanos permanentes que surgiram graças a uma cadeia de acontecimentos, iniciada na criação da moeda, a qual favoreceu a formação e manutenção de estoques e, em seguida, os postos de comércio contínuos. Assim, as cidades foram crescendo constituídas de cheios e vazios urbanos, sendo os cheios as edificações arquitetônicas, e os vazios, os espaços abertos destinados ao uso público. Diante a isto, o presente capítulo propõe realizar um resgate histórico dos espaços públicos de lazer de Fortaleza desde seus surgimentos até a atualidade, com especial atenção ao público infantil.

3.1 De vila à capital do Ceará Moleque

Fortaleza é reconhecida como capital do estado do Ceará em 1726, porém, até os primeiros anos do século XIX, não receberá investimentos visando o planejamento espacial. Assim, a vila litorânea apresentava condições bastante precárias e não era atrativa a investimentos, cenário este descrito pelo inglês Henry Koster em sua primeira visita em 1810:

As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n'algumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila. (...) Não é muito para compreender-se a razão de preferência dada a este local. Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso difícil. As vagas são violentas e o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa. (...) O porto é exposto e mau. Os ventos são sempre do sul e de leste. Fossem mais variados, e seria raro um navio chegar à costa. Os recifes formam uma cadeia completa, a considerável distância da praia, sendo visíveis nas marés baixas. Próximos à costa os recifes correm mais rasteiros que na direção de Pernambuco, oferecendo essa pequena vantagem aos habitantes do Ceará, pois dão uma certa proteção aos barcos no ancoradouro. O local pareceu-me profundo por causa desta vantagem, insignificante é verdade, porque as rochas são muito inferiores às formadoras do litoral íngreme de Pernambuco. (KOSTER, 1978, p.129-130)

O “baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo” era o Forte de Schoonenborch que, com a retirada dos holandeses do país, em 1654, foi rebatizado pelos portugueses de Forte de Nossa Senhora de Assunção, localizado às margens do Riacho Pajeú. Por décadas a expansão da cidade aconteceu de forma espontânea ao redor do Forte até que, em 1812, o engenheiro militar português Silva Paulet propôs um plano de organização do território que concretizou o traçado xadrez de Fortaleza, o qual orientou as ações posteriores de correção e expansão do tecido urbano. (SYDRÃO, 2017, p.30)

Em 1882 o Brasil torna-se independente de Portugal e, no ano seguinte, Fortaleza é elevada à categoria de cidade. Com sua consolidação como centro coletor e exportador de algodão, no século XIX, Fortaleza passou a estabelecer posição de importância nas atividades comerciais. Diante ao novo contexto econômico, o processo de urbanização também passou por transformações importantes: a reconstrução do Forte, a construção do mercado público, o melhoramento do abastecimento de água e a expansão urbana seguiram os caminhos das antigas “estradas sertanejas”. (BRUNO e FARIAS, 2015) O primeiro levantamento urbano foi registrado na “Planta da Cidade de Fortaleza”, feita por Padre Manuel Rêgo, em 1856, porém, foram identificadas algumas imprecisões neste desenho, deixando de traduzir com exatidão quer a realidade quer as possibilidades de expansão urbana, sendo importante a contratação de um profissional com maior rigor técnico (CASTRO, 1994, p.52). Assim, para este serviço, foi contratado o pernambucano Adolfo Herbster para ser o engenheiro da Província o qual , durante o exercício da profissão, foi autor da “Planta Exacta da Capital do Ceará”, em 1859.

Herbster elaborou um plano que expandiu a malha xadrez e, inspirado nos conceitos de embelezamento e controle social francês, incluiu três “boulevards”. Ainda que com avanços importantes na urbanização, Castro (2017, p. 47-48) descreve as precárias condições das áreas de lazer e de acessibilidade que a Cidade oferecia até o século XIX:

De qualquer modo, deve-se lembrar de que ainda nos anos centrais do século XIX a Cidade não oferecia condições para esparecimento público elegante, fosse por falta de espaços adequados fosse pelas dificuldades de locomoção interpostas pelo imenso areal que se alastrava por ruas e praças, provocando o espanto dos visitantes. Em meados dos Oitocentos, quando os problemas de acessibilidade urbana conheceram melhorias promovidas pela pavimentação das ruas, a sociabilidade da população

passou a se desenvolver, traduzida com festas e recepções, todavia realizadas em ambientes residenciais.

O lazer na cidade de Fortaleza para as classes dominantes, em meados do século XIX, estava representado pelo hábito de ir à missa e aos clubes de acesso privado (Clube Cearense e Clube Iracema) que promoviam práticas esportivas e eventos, como os bailes nos moldes comportados do carnaval veneziano. Enquanto isso, para as classes medianas, restou à prática de atividades em espaço público como: futebol em campos abertos, momentos sentados nas calçadas no final da tarde e banho de mar na praia. Já os miseráveis como escravos urbanos, vendedores de rua, trabalhadores informais, loucos e crianças abandonadas eram vistos como improdutivos, gerando constrangimento às “pessoas do bem”. Assim, eram submetidos a códigos de posturas e leis da cidade que ordenavam a forma de circulação de pessoas e que previam severas punições àqueles que não seguissem os “bons costumes” (BRUNO e FARIAS, 2015).

Entre os anos 1830 a 1880, o carnaval de rua ganhou força em Fortaleza como manifestação brincante, uma válvula de escape das dificuldades da vida e um ato político ao se propor combater a visão conservadora das elites. Bruno e Farias (2015) destacam também o “espírito amolecado” do povo, em outras palavras, a irreverência popular diante às normatizações higienistas expressadas através de comportamentos cômicos, sátiras, ironias e piadas que eram feitas sobre a própria condição precária e os padrões civilizatórios. Essa forma inusitadamente lúdica de lidar com questões delicadas deu origem à expressão “Ceará Moleque”, que revela que a cidade de Fortaleza, desde tempos longínquos, já possuía vocação para o estado brincante, sendo este compreendido aqui como ferramenta de resistência popular. Assim sendo, até hoje o povo cearense é conhecido por nascer no “Ceará, Terra do Humor”²¹.

3.2 Um breve histórico sobre as primeiras praças

A Figura 9 é uma sobreposição das contribuições de Silva Paulet e Adolfo Herbster, registra, assim, as primeiras praças da cidade, sendo elas: Praça do

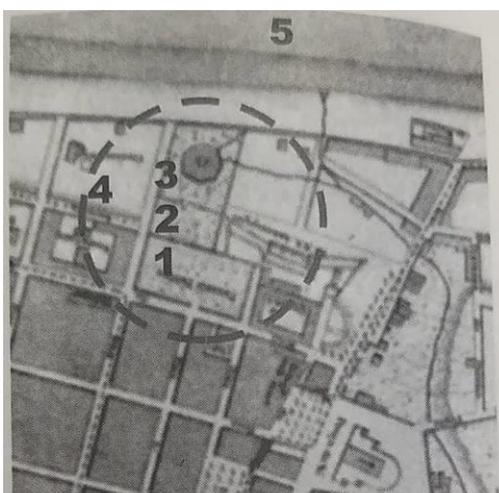
²¹ Título oficializado na Lei Chico Anysio (Lei N.º 16.234, de 16.05.17) que reconhece o humor como patrimônio imaterial do Estado. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5747-lei-n-16-234-de-16-05-17-d-o-16-05-17> . Acesso em: 14 de ago. 2022

Castro (2017), receberam uma acomodação social voluntária dos frequentadores, em que a classe mais nobre ocupava prioritariamente o patamar mais elevado, enquanto que as camadas menos consideradas circulavam nas calçadas lindeiras, no exterior do Passeio, na rua.

O patamar mais elevado foi o primeiro a ser concluído e o único a permanecer até os tempos atuais, tendo sido tombado em nível federal pelo Decreto-lei 25 de 30/11/1937 e pelo IPHAN na Inscr. nº 38, de 13/04/1965. Entretanto, notam-se na Figura 11 significativas mudanças no entorno como aberturas e alargamento de vias, construção do Mercado Central, do Comando da 10ª Região Militar (no mesmo terreno do segundo plano do antigo Passeio Público) e, o mais, impactante, o distanciamento do mar, com a construção de um grande aterro onde hoje estão instaladas edificações comerciais e o Hotel Park, o qual privatizou o acesso público à faixa de orla.

Figura 11 – Passeio Público em 1888

Figura 10 – Passeio Público em 2022



**Figura 5 – Fortaleza
O Passeio Público com os três planos.**
A. Herbster, Planta da Cidade da Fortaleza 1888
1. 1º. Plano
2. 2º Plano
3. 3º Plano e o lago
4. Gasômetro
5. Praia

Fonte: Castro (2017)



Fonte: Imagem aérea do Google Earth, adaptada pela autora (2022)

A concepção do espaço interno do Passeio sofreu forte influência da estética Belle Époque, adotada em 1880 na capital cearense. Na Figura 12, além dos traços europeus no paisagismo do Passeio, é interessante destacar que as crianças burguesas da foto vestiam roupas bem adornadas acompanhadas de acessórios (chapéus, maletas, bengalas...), possivelmente quentes e que dificultavam a livre movimentação. Àries (2014) explica que os trajes são uma pista do quanto que a infância foi, ao longo de anos, pouco particularizada na realidade, que as crianças eram tratadas e exigidas como se fossem pequenos adultos.

Figura 12 – Fotos antigas Passeio Público (Praça dos Mártires) no século XIX



Fonte: Bonani (2013)

Outro espaço público desta época que merece destaque é a **Praça do Ferreira** (Figura 13). Diferente da anterior que enaltecia momentos de passeio e contemplação, esta surgiu por ser um ponto de encontro de comerciantes e, posteriormente a sua urbanização, ficou conhecida pelos cafés do entorno. Estes estabelecimentos foram atrativos pontos à classe intelectual da cidade, assim como às pessoas representativas dos setores econômicos e políticos (Silva, 2006). A praça

também ficou marcada por seus extensos bancos de madeira, popularmente intitulados como “Bancos dos Velhos” onde senhores passavam longas horas conversando, tradição esta que perdura. Outro equipamento importante no espaço foi a inauguração do Cineteatro São Luiz que difundia valores, condutas e comportamentos europeus através dos filmes (Bruno e Farias, 2015).

Figura 13 - Praça do Ferreira em meados do século XX



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2012)²²

As duas praças citadas contavam com bancos, fontes, árvores, quiosques, marcos visuais, e a disposição destes, seguia o estilo clássico europeu, valorizando a simetria, a imponência e a sobriedade. O lúdico não era contemplado de forma direta, não havia convite a vivenciar experiências de brincadeiras. Mas esta não era uma condição exclusiva de Fortaleza, tendo em vista que as primeiras áreas públicas infantis do Brasil foram criadas apenas em meados de 1930, em São Paulo, com Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura²³.

²² “As Diversas Reformas da Praça do Ferreira”. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/03/as-diversas-reformas-da-praca-do.html>. Acesso em 16 ago 2022

²³ Para mais detalhes sobre o histórico sobre o espaço e equipamentos do playground no Brasil e no mundo, ler item 2.2 da pesquisa VIEIRA, Andrea de Brito Stefanelli. Mobiniário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no contexto da "academia da primeira idade" na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2018.

Em 1875, a implementação das ações previstas por Herbster são concluídas, não de forma integral, mas deixando um importante legado para orientação da expansão urbana que se sucederia. Apesar dos esforços de remodelamento das praças existentes, não houve significativas construções de novos espaços públicos de lazer por alguns anos. Até que, em 1890, no governo do tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, dá início a obras na Lagoa do Garrote, onde as crianças costumavam tomar banho e os animais vindos do interior matavam a sede (Bruno e Farias, 2015), visando construir uma ampla área de lazer no centro da cidade. A inauguração do espaço acontece doze anos depois e, em 1922, o espaço recebe o nome de Parque da Liberdade, em homenagem ao centenário da independência do Brasil.

Neste mesmo ano acontecia a Reforma de 1922 na educação do Ceará que foi uma reorganização no ensino primário estadual incorporando novos métodos de ensino. Segundo Santiago (2011, p.214), para a implementação das mudanças sugeridas, o material didático e o mobiliário foram pontos importantes, haja vista a precariedade que vinham representando as condições do ensino público. Um dos assuntos abordados foi a inclusão de práticas de Educação Física visando à saúde corporal, entretanto, segundo Santiago (2011, p.213), não havia na legislação exigências em termos de espaços reservados para tal prática dentro das escolas. Como consequência, era comum que as crianças praticassem os exercícios físicos e celebrassem datas comemorativas nas praças e nas ruas ao redor das escolas.

Em 1934, Fortaleza tem o prestígio de sediar a VI Conferência Nacional de Educação, e, em 1936, o Parque da Liberdade recebe o nome de **Cidade da Criança**, onde dois anos mais tarde foi instalado o 1º jardim de infância público da cidade, nomeado em 1967 de Escola Alba Frota, em homenagem póstuma a esta educadora que integrou o corpo docente da instituição por dezesseis anos e deixou um grande legado à educação municipal²⁴. Segundo o jornal “A Razão” de 24 de

²⁴ Para maiores aprofundamentos sobre a contribuição de Alba Frota no contexto da educação infantil pública na cidade de Fortaleza, é recomendada a leitura da dissertação “Biografia da educadora Alba de Mesquita Frota e sua atuação na Cidade da Criança (1937-1954)”, de Stascxak (2021). Disponível em: http://www.uece.br/ppge/wp-content/uploads/sites/29/2021/04/Dissertacao_FRANCINALDA-MACHADO-STASCXAK.pdf

maio de 1937²⁵, o espaço recebeu as funções de educação pública pré-escolar para até 150 crianças de 3 a 7 anos (primeira infância), e recreação, sob supervisão de adultos, para faixa etária de 7 a 13 anos, com matrículas ilimitadas para crianças de todos os grupos escolares da capital. Em 1938, o Parque passou por reformas que incluíram o melhoramento do jardim, a construção de novas salas de aula e recebeu um espaço denominado de *Parque de Recreio* descrito na mesma matéria do jornal “A Razão” como “seção de brinquedos, com *deslizadores, pão de assucar, balanços, velocípedes* etc.”.

Não foram encontradas fotografias dos *Parques de Recreio*, mas a Figura 14 é um registro do uso do espaço para finalidades recreativas aonde crianças brincavam à beira do lago sob a supervisão de duas figuras adultas.

Figura 14 - Parque da Liberdade 1939 no momento de recreio



Fonte: Exposição Arquivo Nirez da Caixa Cultural (2017)

Segundo descrição feita por Ruth Bezerra, ex-professora da Cidade da Criança por 30 anos, percebe-se que o caráter educativo do espaço extrapolava o serviço pré-escolar, pois alunos de outras instituições costumavam frequentar o espaço para desempenhar atividades recreativas e artísticas:

²⁵ Cidade da Criança Alba Frota. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/05/cidade-da-crianca-escola-alba-frota.html>. Acesso em 16 ago de 2022.

Bem, a parte da tarde funcionava...funcionava de que maneira? Era assim: aqueles, digamos adolescentes, meninos e meninas que estudavam no colégio ou particulares ou do governo e estudavam pela manhã nos seus colégios e de tarde iam para a Cidade da Criança preparar os seus deveres escolares e receber essa parte artística, então tinha modelagem, modelagem com o barro, a arte de música também. Houve um tempo em que o maestro Gorga andou por lá e chegou a fazer festivais, até preparar demonstrações no Teatro José de Alencar por ocasião de alguma festa, mas esses aí não eram alunos da Cidade da Criança, para ficar bem certo isso aí. Eles vinham de outros colégios, já estudantes, iam para lá justamente para essa parte mais recreativa. (BEZERRA, 2020, apud STASCXAK, 2021)

A Cidade da Criança foi possivelmente o primeiro espaço público de Fortaleza que legitimou a presença da criança na cidade, com oferta de espaço e atividades destinadas a promoção do movimento e do brincar livre. Seu propósito educativo foi de caráter vanguardista, dialogando com o conceito proposto pela UNICEF em 1990 de “Cidade Educadora”, apresentado no capítulo anterior. Logo, é um espaço público de grande relevância para a história da cidade, ainda presente na memória afetiva de seus habitantes.

Após quase 60 anos de funcionamento neste espaço a Escola Alba Frota, em 1996 vai para um nome endereço, com edificação projetada pela arquiteta Ana Vettorazi na Praça da Câmara Dirigentes Lojistas (CDL). Depois disso, a Cidade da Criança assumiu outras funções como a de sede da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI. Entretanto, também passou por períodos de esvaziamento, com problemas de manutenção e de segurança, o que tornou o lugar não mais atrativo para o uso infantil. No item 3.4.3, se volta a falar deste espaço público, tendo em vista que em 2021 foi concluída a sua mais recente reforma, por meio de um concurso público promovido pela prefeitura de Fortaleza, com o propósito de revitalizar e de resgatar a ludicidade.

3.3 O processo de formação e consolidação das áreas verdes na cidade

Quando as próprias crianças são questionadas sobre como seria uma “cidade amiga da criança”, frequentemente é expresso o desejo por mais áreas verdes. Esta constatação baseia-se nos estudos levantados na revisão de literatura, em especial, os apresentados no item 2.3, como o de Lynch (1977), Chawla (2003), Muller e Arruda (2015) e Marsi (2017). Além disso, os indicadores de IAB (2021) reforçam que a presença de áreas “verdes e livres” são primícias para mensurar quão amiga da criança uma cidade pode ser considerada. Diante a isto, este item tem como propósito oferecer um panorama de como foram surgindo as áreas verdes

de Fortaleza no processo de produção da cidade, e refletir sobre as metodologias de mensuração deste aspecto.

A fim de esclarecer o conceito do termo “áreas verdes” para esta pesquisa será aderido o consenso identificado na pesquisa de Queiroz e Carvalho (2019, p.219) de que estas “constituem um tipo de espaço livre, enquadrado no “sistema de espaços livres de construção”, onde predomina a presença de vegetação de porte arbóreo que potencialmente desempenharia as funções ambientais, sociais e estéticas”. Enquanto isso, um espaço público para ser identificado como “praças”, segundo Silva (2008, p. 274), além da presença de elementos naturais, precisaria possuir elementos que favoreçam o cumprimento da função social de ser favorável a encontros de pessoas:

Praça, enfim, é local de permanência, de reunião, onde basicamente se exercita o direito fundamental de reunião previsto na Constituição Federal (art. 5º, XVI), ainda que esse direito se exercite também nas ruas e avenidas. A função da praça não é tanto a circulação, mas a permanência, o lazer e atividades cívico-religiosas. Por essa razão é que em sua área interna só se admite edificação institucional, como igreja, fórum, câmaras legislativas, palácios governamentais e semelhantes. Tem também a função de embelezamento da cidade, por seus aspectos ornamentais, tanto que sempre foi da tradição construir-se, nas margens das praças, edifícios mais representativos.

Enfim aproximando-se da realidade de Fortaleza, é importante registrar que, além dos planos urbanísticos de Silva Paulet e Adolfo Herbster, o processo de expansão urbana de Fortaleza contou com uma série de outras propostas de planejamento que não chegaram à fase de execução plena (Figura 16). Em 1933, o plano elaborado pelo urbanista Nestor de Figueiredo foi nomeado de “Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza”, o qual tinha o caráter de prevenir futuros problemas de tráfego, estabelecendo hierarquias viárias e um sistema radiocêntrico de vias convergentes principais. Entretanto, acabou por não ser aprovado principalmente porque suas ideias exigiam inevitáveis desapropriações que não agradaram à elite local. Anos mais tarde, em 1947, Saboya Ribeiro propôs “Plano Diretor de Remodelação e Extensão de Fortaleza”, o qual seguiu uma lógica de expansão semelhante à Figueiredo, porém trouxe também algumas questões de caráter inaugural como a criação de uma rede equidistante de espaços públicos, de um sistema de áreas verdes conectadas e trouxe considerações relativas a intensidades de usos do solo. Todavia, mais uma vez o plano não foi aceito pela mesma elite. Em paralelo às duas rejeições de planos, a cidade de Fortaleza seguiu

crescendo, comandada pela iniciativa privada através da implantação de loteamentos, em parte justapostos a outros antecedentes, muitas vezes ocupando áreas ambientalmente vulneráveis. (FORTALEZA, 2016)

Figura 15 - Planos urbanísticos de Fortaleza até o final do século XX



Fonte: Fortaleza (2016)

O Centro da cidade no século XX seguiu crescendo e recebendo investimentos para a construção de sedes de repartições públicas, teatros, cinemas, escritórios, novas opções de transporte (bondes elétricos) e lazer. Porém, quanto mais o Centro da cidade se afirmava como núcleo comercial e administrativo, mais ia perdendo sua função residencial, pois as elites cearenses buscavam fugir da sua agitação, chegando ao processo de “esvaziamento” a partir de 1970, quando a chegada do automóvel possibilitou a realização de deslocamentos de maiores distâncias. Assim, as elites formaram novos bairros: Jacarecanga, Benfica e, posteriormente, a Aldeota (antigo Outeiro). Enquanto isso, a população de baixa

renda procurou bairros periféricos principalmente na zona sul e oeste, ao longo da ferrovia. (GONÇALVES, 2019)²⁶

Santos (2011) explica que até a década de 1960, a maioria dos loteamentos aprovados na cidade localizava-se em áreas ainda não definidas como urbanas pelos planos municipais, deste modo aprovaram-se muitos loteamentos em áreas rurais, desconectadas da malha urbana, fato este que fragilizou o processo de planejamento na cidade. Santos (2011, p. 23) diz que, segundo informações colhidas em entrevista com técnicos do Cadastro de Loteamentos da SEINF/PMF, a implantação dos loteamentos era aprovada com base nos Códigos de Postura até 1962 (Código de Postura de 1893, de 1932 e de 1948), quando foi aprovado o primeiro Código Urbano de Fortaleza, Lei 2.004/1962, o qual ditava que os “espaços livres”²⁷ a serem doados para a utilização pública seriam definidos pela secretaria municipal responsável, mas não indicava maiores detalhes sobre percentuais ou diretrizes para definição da área.

Anos mais tarde, seria sancionada a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza, Lei 4.486/1975, que, segundo Costa (2009, p. 61) corroborou para o “acelerado processo de especulação imobiliária abrindo-se novos loteamentos, sem nenhuma fiscalização do Poder Municipal e sem nenhuma infraestrutura, construindo-se residências de alto padrão em lotes de grandes testadas”. Todavia, apresentava maiores esclarecimentos sobre as áreas verdes da cidade, estabelecendo o percentual mínimo de 15% da área total objeto do parcelamento para “áreas livres”.

Em 1990, a pesquisadora Maria Noélia Rodrigues da Cunha publicou uma minuciosa pesquisa sobre as praças de Fortaleza, na qual constatou a presença de pequenas praças espalhadas pela cidade e atribuiu a existência desses espaços à legislação municipal.

Nas minhas andanças, visitando praças “in loco”, descobri uma quantidade infindável de pracinhas, muitas delas bem cuidadas, soltas na Grande Fortaleza, completamente pagãs (sem nomes e sem leis). Enquanto isso, há uma lei que obriga a todo loteamento doar uma área verde à Prefeitura e

²⁶ Para maiores aprofundamentos sobre o processo de parcelamento do solo de Fortaleza, é recomendada a leitura da dissertação “Parcelamento e ocupação do solo: pormenores das irregularidades na zona sudeste de Fortaleza”, de Gonçalves (2019). Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26643&sa=D&source=docs&ust=1663958282378565&usg=AOvVaw103_i960qxVTYNBmYyZA2L. Acesso em 10 ago de 2022.

²⁷ Definidos ao longo da lei como “Praças, parque e jardins”.

que está sendo realmente cumprida. E como tem loteamento! (CUNHA, 1990)

A lei a qual Cunha (1990) faz referência é Lei 5122-A/1979, vigente na época, que estabelecia que, no mínimo, 40% da área total do projeto de parcelamento deveria ser doada ao município, onde, no mínimo, 15% seria para áreas livres, definidas como “praças, parques, jardins, etc.”. Em 1981, a Lei 5530/1981, o Código de Obras e Postura, veio para reforçar tal determinação, acrescentando a orientação de que estas áreas verdes deveriam ser localizadas de modo a aproveitar ao máximo as plantas de porte arbóreo existente na área. Esta então seria a causa do espraiamento das “pequenas pracinhas” espalhadas pela cidade.

Todavia, vale ressaltar que até o final da década de 70, em escala federal, não havia determinação legal sobre a criação de áreas públicas de lazer nos espaços urbanos. Esta regulamentação se deu apenas a partir da Lei 6766/1979, a Lei de Parcelamento do Solo²⁸, que, em sua primeira versão, no artigo 4, definia que a percentagem de áreas públicas de um loteamento não poderia ser inferior a 35%. A partir disto, surgiu, no mesmo ano, a lei municipal de Fortaleza já apresentada, se mostrando ainda mais rigorosa na porcentagem total e especificando a parcela mínima para áreas verdes. Até hoje, a Lei federal 6766/1979 encontra-se em vigor, se caracterizando como a “lei mãe” do parcelamento urbano brasileiro, mas, desde sua publicação, passou por algumas alterações, dentre elas, com a de Lei 9785/1999, que revogou o Art. 4, incorporando uma nova redação que definiu ser responsabilidade da legislação municipal a definição dos usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo.

Em 2001, é publicado o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, que em seu Art. 41 estabelece a obrigatoriedade da criação de um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes²⁹. Assim, em 2009 é sancionado o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), Lei 62/2009, o qual, dentre suas contribuições, estabelece ações estratégicas para o sistema de áreas verdes e os

²⁸ O Art. 2, conceitua loteamento como “a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existente”. O Art. 17 define lote como “o terreno servido de infraestrutura básica com dimensões que são definidas em legislação municipal”

²⁹ Segundo o IBGE, em 2000, Fortaleza, já possuía 2.141.402 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/pesquisa/43/0?ano=2000>. Acesso em 05 ago de 2022.

macrozoneamentos (urbano e de proteção ambiental), o quais foram de grande importância para estabelecer critérios na produção da cidade considerando suas particularidades locais. Um avanço na gestão democrática do PDPFor foi o fato de o seu processo de elaboração ter incluído a participação popular, que, na fase de leitura comunitária, incluiu escuta do público infantil³⁰.

Enfim, em 2017, é sancionada a atual Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei 236/2017 que estabelece orientações mais precisas sobre as porcentagens a serem doadas para assumir função de área verde³¹. Alguns pontos de destaque são: os percentuais de doação pública passam a variar de acordo com o tipo de uso do solo (Quando 8); são estabelecidas diretrizes a serem consideradas pelos técnicos da prefeitura municipal durante a Análise de Orientação Prévia (AOP)³² do loteamento. Além disso, surge a obrigatoriedade de os proprietários dos loteamentos em garantir a implementação de mobiliário urbano, arborização e pavimentação adequada às condições de permeabilidade do solo das áreas verdes. Mediante a esta exigência legal, mais praças e parques passam a ter a perspectiva de receberem infraestrutura mínima para uso público de lazer.

³⁰ A pesquisa “Planejamento e participação: o caso da LUOS e do Fortaleza 2040” de Rodolfo Ander Damasceno Góis (2018) aprofunda-se sobre os processos vivenciados na etapa de participação popular do PDPFor. Entretanto, não detalha a metodologia de escuta do público infantil. Góis (2008) cita a publicação de PERDIGÃO, L. Relatório da participação popular no PDP. Fortaleza: Iplanfor, 2015 como principal referência do processo, porém, infelizmente, este documento não mais se encontra disponível para consulta online.

³¹ A Lei 236/2017 define área verde como “o percentual da área objeto de parcelamento destinada exclusivamente a praças, parques e jardins para usufruto da população” (FORTALEZA, 2017, p. 103)

³² Os Art. 24 a 25 da Lei 236/2017 orientam primícias a serem seguidas nas Análise de Orientação Prévia (AOP)

Quadro 8 - Percentual de área verde Anexo 3 da LPUOS

ANEXO 3 - PARÂMETROS PARA O PARCELAMENTO					
ANEXO 3.1 PADRÕES PARA LOTEAMENTO					
TIPO/PARÂMETROS	RESIDENCIAL	RESIDENCIAL DE INTERESSE SOCIAL			INDUSTRIAL
		CONJUNTO HABITACIONAL		REASSENTAMENTO POPULAR	
		UNI	MULTI		
ÁREA VERDE	15%	12%	15%	10%	18%
ÁREA INSTITUCIONAL	5%	5% (1)		-----	5%
FUNDO DE TERRAS	5%	-----	-----	-----	5%
SISTEMA DE CIRCULAÇÃO	Conforme projeto, obedecidas as diretrizes fornecidas na Análise de Orientação Prévia - AOP (art. 26)				
ÁREA PARA EQUIPAMENTOS URBANOS	Conforme projeto, vinculado às necessidades				
TESTADA MÁXIMA DA QUADRA (m)	250,00	250,00		200,00	300,00
TESTADA MÍNIMA DA QUADRA (m)	50,00	40,00		30,00	100,00
ÁREA MÍNIMA DO LOTE (m ²)	Observar a zona ou zona especial (ver Anexo 4)	125,00		60,00	1.000,00
TESTADA MÍNIMA DO LOTE (m)	Observar a zona ou zona especial (ver Anexo 4)	5,00		4,00	20,00

Fonte: FORTALEZA (2019)

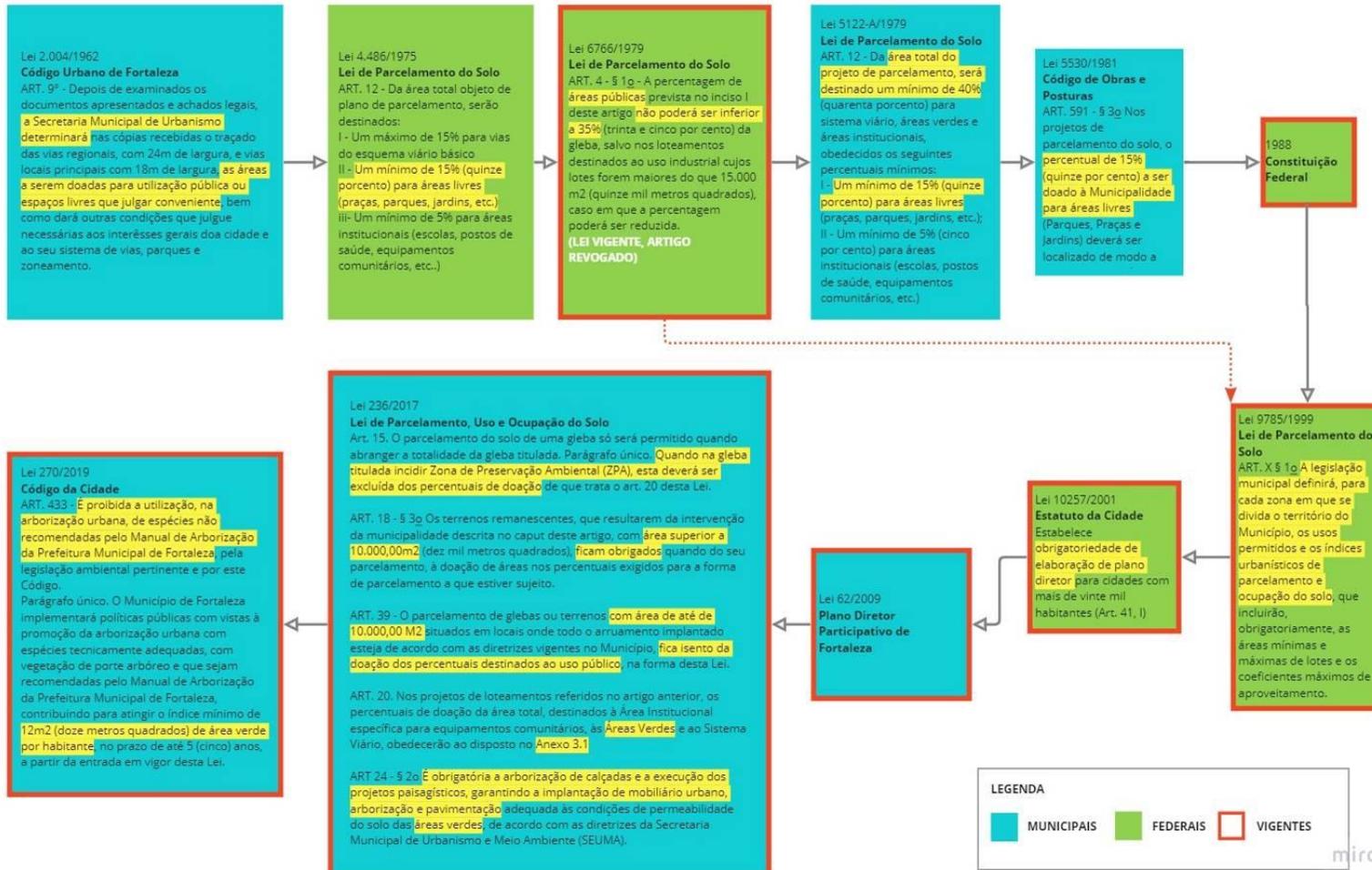
Este breve resgate histórico da legislação encontra-se na Figura 16 e tem como propósito esclarecer o percurso legal que norteou a produção do espaço urbano e ambiental de Fortaleza, até chegar à configuração espacial atual que, embora possua espaços não parcelados nem ocupados, tem todo o seu território passível de parcelamento, salvo as áreas ambientais. Em relação às áreas verdes, em 2022, Fortaleza conta com 25 Parques Municipais³³, 02 Parques Estaduais³⁴ e centenas de praças, de diferentes portes.

³³“Parques Urbanos de Fortaleza”. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/696-parques-urbanos-fortaleza> Acesso em: 26 set. de 2022

³⁴Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/cadastro-estadual-de-unidade-de-conservacao-ceuc/painel-cadastro-estadual-de-unidades-de-conservacao/downloads-de-decretos-e-poligonais-ceuc/unidades-de-conservacao-estaduais/> Acesso em: 26 set. de 2022

Figura 16 - Linha do tempo das legislações federais e municipais referentes às áreas verdes urbanas

LINHA DO TEMPO DAS LEGISLAÇÕES FEDERAIS E MUNICIPAIS REFERENTES ÀS ÁREAS VERDES URBANAS



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Gonçalves (2019, p.50) afirma que o parcelamento é o ponto de partida para a estruturação do espaço urbano, mas que, por maiores que tenham sido os avanços no entendimento e na fixação de regras para o parcelamento do solo trazidas pela Lei Federal 6766/1979, é possível perceber que essa legislação não tem eficácia para conter a proliferação de loteamentos irregulares, os quais Pasternak (2010, p.134) resumizou em três tipos:

01. Parcelamento irregular, quando possui o projeto de parcelamento aprovado, porém está em desacordo com as exigências físicas, jurídicas ou administrativas. As situações de irregularidade podem ser as seguintes: técnicas: são relativas ao cumprimento das diretrizes do parcelamento, uso e ocupação sintetizados no ato de aprovação; físicas: são relativas à implantação do loteamento e às condições de dotação de infraestrutura conforme a respectiva aprovação; jurídicas: são relativas à garantia do direito de propriedade, inerentes à forma de aquisição, à destinação e à localização do terreno; administrativas: são relativas às condições de registro do parcelamento e ao seu cadastro. Permitem o controle da ocupação do solo, da circulação e dos serviços urbanos.02. Parcelamento clandestino, quando é executado sem nenhuma licença e está em desacordo com as exigências jurídicas e administrativas, podendo também não cumprir as exigências físicas e técnicas 03. Favela: assentamento precário com origem na ocupação irregular de áreas públicas e particulares, de forma gradual ou organizada

Além disso, Gonçalves (2019, p.52) complementa que, em parcelamentos regulares, frequentemente, as áreas verdes são ocupadas para outros fins, em desacordo com a divisão ou alinhamento dos lotes aprovados na Prefeitura. Assim, conforme dito no início deste item, é preciso refletir sobre os critérios para quantificar as áreas verdes urbanas.

Ao longo dos anos, foram criados diferentes índices para quantificar as áreas verdes urbanas, conforme listado no Quadro 9. Segundo a SEUMA, em 2021, a cidade de Fortaleza registrou 18,29 m² de “Área Verde Regulamentada por Habitante” e este cálculo é feito considerando “área verde” o somatório de: Áreas de Proteção Ambientais decretadas (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), largos/jardins, orla, parques, parques decretados, áreas verdes, praças e outros, sendo subtraídas as áreas invadidas³⁵. Entretanto, este não é um padrão universal e, em rankings comparativos entre municípios, não raramente aplicam-se fórmulas diferentes entre si. Além disso, Nucci (2008, p.30) alerta que “a falta de

³⁵ Esta informação foi adquirida através do acesso ao Memorial de Cálculo oficial da prefeitura Municipal de Fortaleza (não publicado)

definição clara do termo "área verde"³⁶ e seus correlatos pode levar a falsas interpretações e a um uso político não muito correto".

Quadro 9 - Diferentes índices utilizados na análise de áreas verdes urbanas

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
O índice de Áreas Verdes para Parque de Vizinhança (IAPPV)	Somatório das áreas verdes de parque de vizinhança dividido pelo número de habitantes da área urbana.
Índice de Áreas Verdes para Parque de Bairro (IAPPB)	Somatório das áreas verdes de parque de bairro dividido pelo número de habitantes da área urbana.
Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU)	Somatório das áreas de praças totalmente utilizáveis dividido pelo número de habitantes da área urbana.
Índice de Cobertura Vegetal (ICV).	Somatório das áreas de copa dividido pelo número de habitantes da área urbana.
Índice de Espaços Livres de Uso Público (IELUP)	Expresso em m ² /hab), que é a quantidade de área de espaços livres urbanos de uso público, ou seja, as áreas cujo acesso das pessoas é livre. São somadas nesse cálculo as áreas de praças, parques, sistemas de lazer e cemitérios.
Índice de Cobertura Vegetal em Área Urbana (ICVAU)	Expresso em porcentagem, que representa a proporção de área coberta com vegetação, em função da área total estudada. Ele abrange as áreas públicas e particulares.
O Índice de Verde por Habitante (IVH)	Expressa a quantidade de cobertura vegetal dividida pelo número de habitantes do local.

Fonte: QUEIROZ e CARVALHO (2019)

Outro ponto relevante é que não há uma média universal de quantidade mínima de área verde por habitante. Desde a década de 90, os professores Felisberto Cavalheiro e Paulo Celso Dornelles Del Picchia alertam sobre a inconsistência da informação de que a OMS haveria estabelecido um parâmetro mínimo sobre esta questão:

Está difundida e arraigada no Brasil a assertiva de que a ONU ou a OMS, ou a FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de **12m² de área verde/habitante**. Nas pesquisas, por carta, que fizemos junto a essas organizações, foi constatado que este índice não é conhecido, como não o é, entre as faculdades de paisagismo da República Federal da Alemanha. Somos levados a supor, depois de termos realizado muitos estudos, que esse índice se refira tão somente às necessidades de parque de bairro e distritais/setoriais, já que são os que, dentro da malha urbana, devem ser sempre públicos e oferecem possibilidade de lazer ao ar livre. (Cavalheiro e Del Picchia, 1993, grifo nosso).

Ainda assim, este referencial persiste em publicações acadêmicas posteriores e em legislações vigentes, como é o caso do Art 433 do Código da Cidade de Fortaleza, Lei complementar 270/2019, que adotou os 12m² por habitante como um índice mínimo a ser garantido. Diante a este panorama, apesar de os

³⁶ Área verde x espaço público x praça

índices de área verde urbana serem válidos, o seu uso poderá mascarar a realidade sobre as reais condições urbanas, uma vez que retratam única e exclusivamente a relação espacial, desconsiderando outras variáveis imprescindíveis na caracterização de áreas verdes (QUEIROZ e CARVALHO, 2019, p. 2020).

A publicação do IAB (2021), com a perspectiva de como seria um espaço urbano favorável para Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores (BCCs), propõe uma série de indicadores para apoiar a elaboração de um diagnóstico das áreas verdes no contexto urbano, os quais são categorizados por nível de relevância e escala. É interessante notar que, ao “percentual de área verde per capita” foi atribuída a categoria mais baixa, a de “apoio” (Quadro 10).

Quadro 10 - Indicadores para analisar áreas verdes das cidades

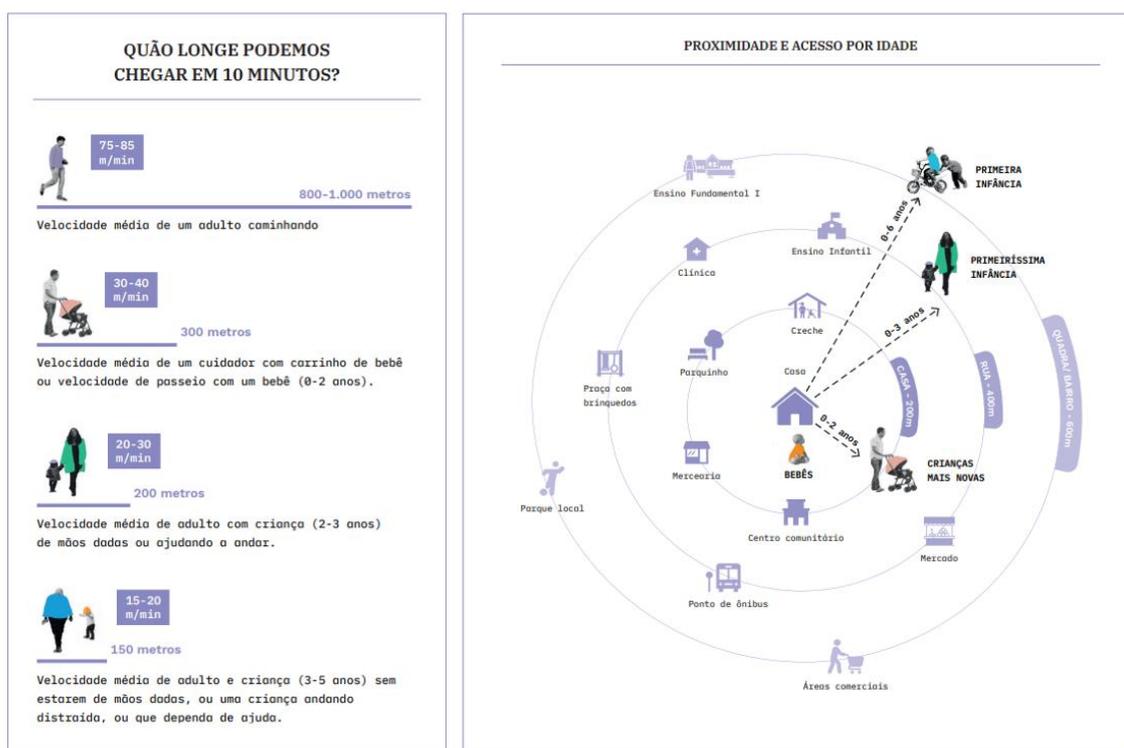
Categoria	Indicador	Descrição	Escala
Prioritário	População a 15 minutos de áreas verdes	Percentual da população atendida por áreas verdes, considerando raio máximo de 1km ou 15 minutos de caminhada.	Bairro
Prioritário	Horas no parque	Número de horas por visita que os BCCs utilizam os parques/praças	Parques, praças e espaços abertos
Relevante	Qualidade do ar	Índice de qualidade do ar – concentração de material particulado em suspensão (MP-10)	Parques, praças e espaços abertos
Relevante	Arborização viária	Percentual de ruas arborizadas em relação ao comprimento linear total.	Rua
Importante	Áreas sombreadas	Percentual de áreas de recreação sombreadas dedicadas à primeira infância	Parques, praças e espaços abertos
Apoio	Área verde por habitante	Percentual de área verde per capita	Bairro

Fonte: Dados do IAB (2021) compilados pela autora

Em contrapartida, os indicadores de relevância “prioritária”, seriam: o “percentual da população atendida por áreas verdes, considerando raio máximo de 1km ou 15 minutos de caminhada” e o “número de horas por visita que os BCCs

utilizam os parques/praças”. A Figura 17 estabelece algumas associações entre tempo e faixa etária, para esclarecer o que seria equivalente a 15 minutos a pé, assim como exemplifica outros equipamentos que idealmente devem estar próximos das residências das crianças.

Figura 17 - Proximidade de acesso à equipamentos urbanos em um Bairro Amigo da Criança

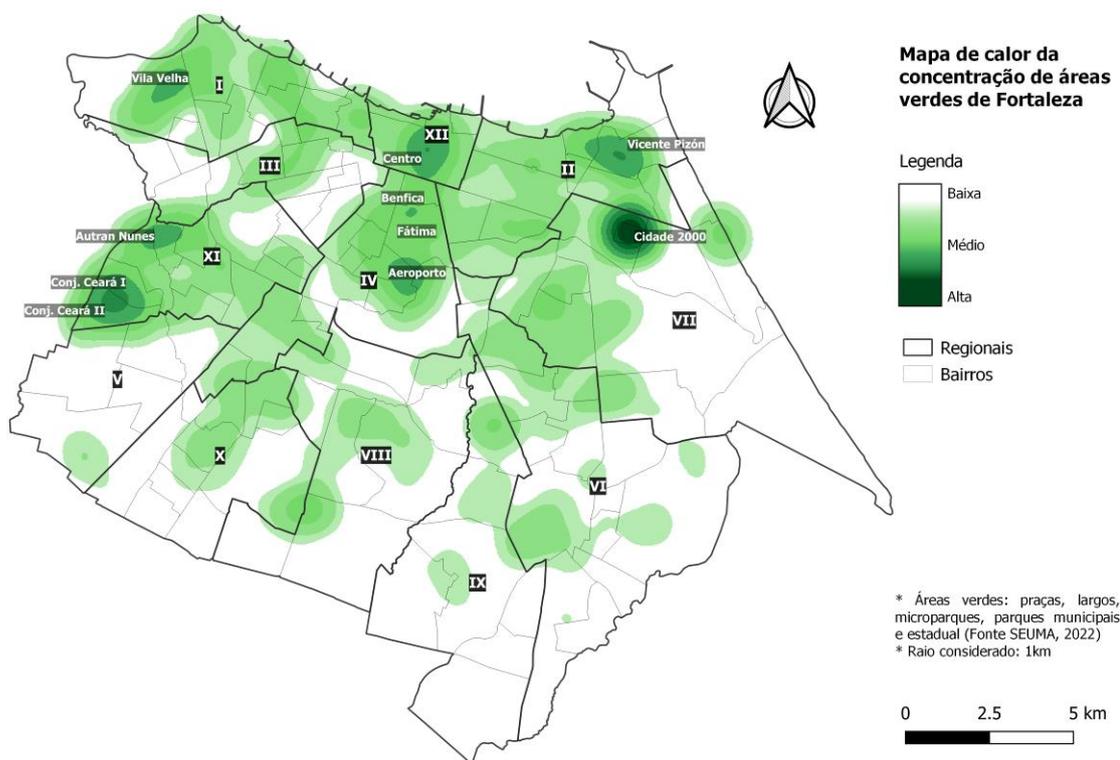


Fonte: IAB, 2021, p.24-25

Considerando o primeiro indicador do Quadro 10, foi elaborado um mapa de calor das áreas de interseção entre raios de 1km partindo dos pontos centrais das áreas verdes de Fortaleza³⁷ (Mapa 1). Segundo este mapeamento, os bairros Centro, Vila Velha, Vicente Pizón, Autran Nunes, Conjunto Ceará I e II destacam-se por possuírem uma concentração média e alta de áreas verdes, sendo o bairro Cidade 2000 a área de maior incidência de interseções de raios de 1km de áreas verdes de Fortaleza.

³⁷ Para elaboração deste mapa, foram utilizados os arquivos “Praças e Largos” e “Parques Urbanos” disponíveis em formato KMZ no Canal Urbanismo e Meio Ambiente da SEUMA da PMF, disponíveis em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/11-arquivos-kml-s-e-kmz-s>. É importante pontuar que o resultado do Mapa 1 não revela com precisão a realidade do município, tendo em vista que os arquivos municipais utilizados não informam a data de suas últimas atualizações, assim como, não faz diferenciação entre praças, canteiros ou áreas verdes não urbanizadas. Todavia, entende-se que o Mapa 1, ainda assim, apresenta uma visualização que contribui para a compreensão do processo de consolidação das áreas verdes de Fortaleza.

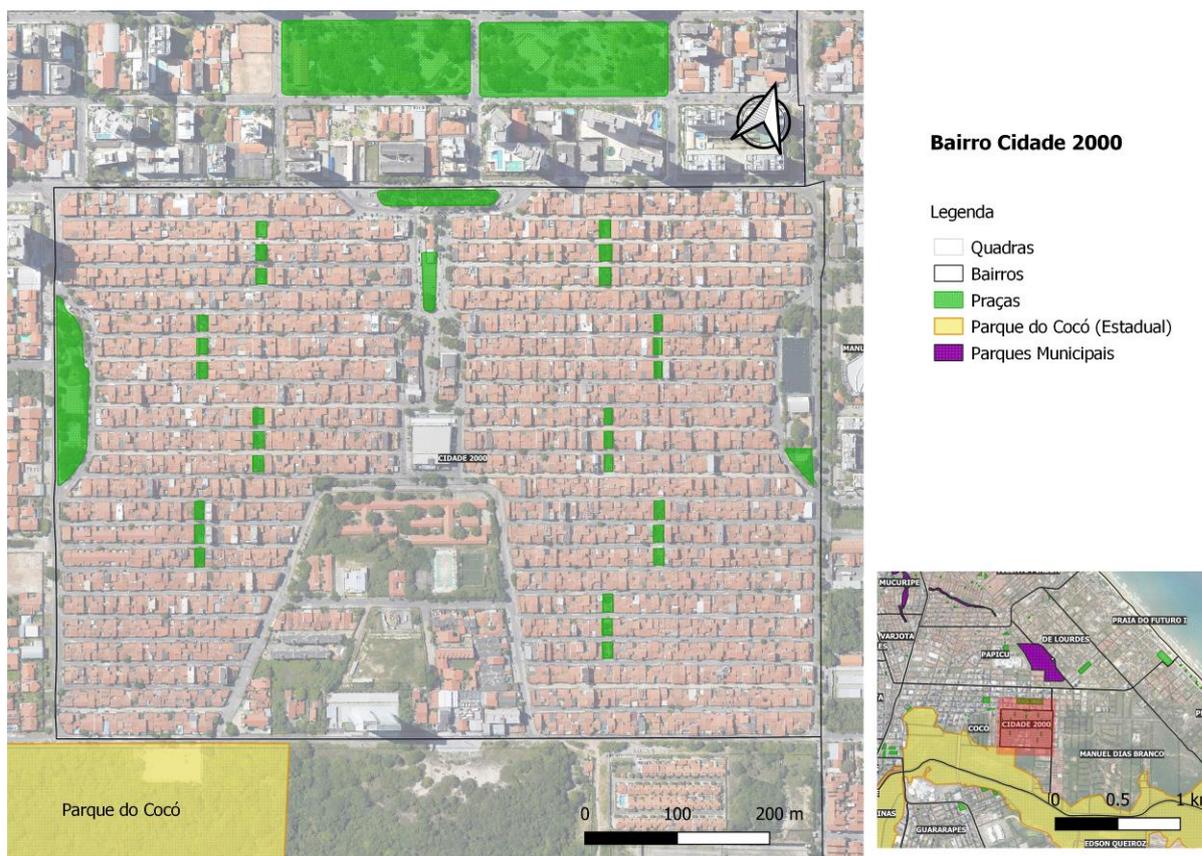
Mapa 1 - Mapa de calor de concentração de áreas verdes de Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Diferente da histórica malha xadrez de quadras padronizadas (100m x 100m) proposta por Adolfo Herbster em 1875, a Cidade 2000 é formada por quadras compridas, chegando a 350m, e estreitas, com apenas 8 metros de largura. A sua localização privilegiada pode ser justificada pelo fato do bairro estar ao sul de duas grandes praças do bairro Cocó, ao norte do Parque Cocó e ficar a menos de 3km da faixa de orla marítima do Praia do Futuro I. (Figura 18)

Figura 18 - Imagem de satélite de 2022 da Cidade 2000



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Porém, de acordo com a metodologia que foi utilizada para criar o Mapa 1, o principal aspecto que favoreceu o diagnóstico encontrado, foi a presença das 27 pequenas “Praças” em formato quadricular destacadas em verde entre os quarteirões (Figura 18). Na planta baixa do projeto de 1972³⁸, não há registros de atribuição de função social de praça a estes espaços, sendo criados com o objetivo, possivelmente, de que os pedestres simplesmente cruzassem os extensos quarteirões. Porém, em 2022, estes corredores estão registrados no arquivo KMZ da PMF³⁹ como “áreas verdes”.

Alguns destes corredores foram ocupados com atividades de permanência (Figura 19), outras com infraestrutura de sinalização tátil, jardins,

³⁸ Visualizar o projeto de 1972 na página “Loteamento Canal urbanismo e meio ambiente” Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/860-cadastro-de-loteamentos-do-municipio-2>. Acesso em 05 de ago de 2022.

³⁹ KMZ “Praças e Largos”. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/kmz/pracas_e_largos.kmz. Acesso em 05 de ago de 2022.

bancos e até parquinho infantil (Figura 20)⁴⁰. Estes espaços de encontro alinham-se, assim, às funções sociais de praça descritas por Silva (2008, p. 274), referenciado no início do deste item.

Em contrapartida, outros corredores, como o da Figura 21, vêm sendo utilizados com a finalidade de estacionamento de veículos particulares, sem presença de mobiliários ou demais condições favoráveis à permanência e transição de pessoas.

Figura 19 - Corredor 1 da Cidade 2000 com restaurante



Fonte: Google Earth (2022)

Figura 20 - Corredor 2 da Cidade 2000 com parquinho infantil



Fonte: Google Earth (2022)

Figura 20 - Corredor 3 da Cidade 2000 com estacionamento



Fonte: Google Earth (2022)

O caso da Cidade 2000 revela que, ainda que haja planejamento, no espaço urbano, ocorrem ocupações espontâneas por parte da população e estas, por vezes, possuem o potencial de corroborar positivamente para a ambiência da

⁴⁰ Na Figura 20, há a presença de uma unidade de parquinho infantil do Projeto Praça Amiga da Criança, o qual é discutido no item 3.4.2 da pesquisa

população residente. Mas também abre a reflexão de que, para constatar se são espaços favoráveis à presença de crianças, seria necessário aproximar a escala de análise, investigar as condições destas áreas, como, por exemplo: presença de arborização, condições de acessibilidade, ocupações irregulares, acúmulo de lixo, problemas de manutenção e mobiliários de sentar e brincar.

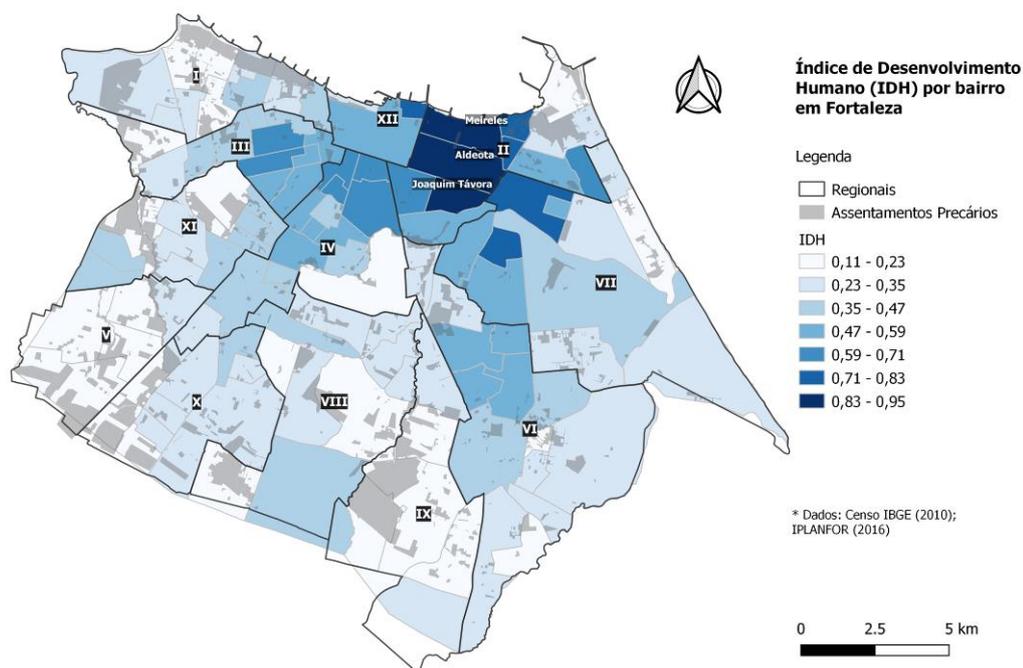
Diante a esta análise histórica e jurídica acerca da dinâmica de expansão urbana de Fortaleza abordada neste item, cabe a partir de agora refletir de que maneira as áreas verdes de Fortaleza vêm sendo traduzidas em espaços públicos de lazer, oferecendo condições favoráveis ao uso das crianças fortalezenses. O item a seguir tem como propósito aproximar a escala de cidade e bairro, para praças e equipamentos, fazendo uma discussão sobre projetos em espaços públicos de Fortaleza que têm em seu escopo o objetivo de proporcionar equipamentos de lazer para o público infantil.

3.4 Fortaleza contemporânea e os projetos amigos da criança

Conforme dito no capítulo introdutório, segundo o Índice de Gini da Região Metropolitana (IBGE, 2018), Fortaleza é a sétima cidade do país com maior desigualdade de renda, fato este que é visível no território. No Mapa 2, estão indicados em tons de azul os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro (IBGE, 2010) e, em poligonais cinzas, os assentamentos precários (IPLANFOR, 2016), que, segundo Silva, Nóbrega e Cidrão (2021), é onde reside cerca de 40% da população, o que corresponde a mais de 12% do espaço demográfico da capital. Com base no Censo de 2010, projeções feitas pela Prefeitura Municipal da Fortaleza⁴¹ estimam que a população total em 2021 é de 2.703.391 habitantes, sendo 19% formada por crianças (0 a 12 anos), as quais concentram-se especialmente nos bairros representados em cor vermelha mais vibrante do Mapa 3.

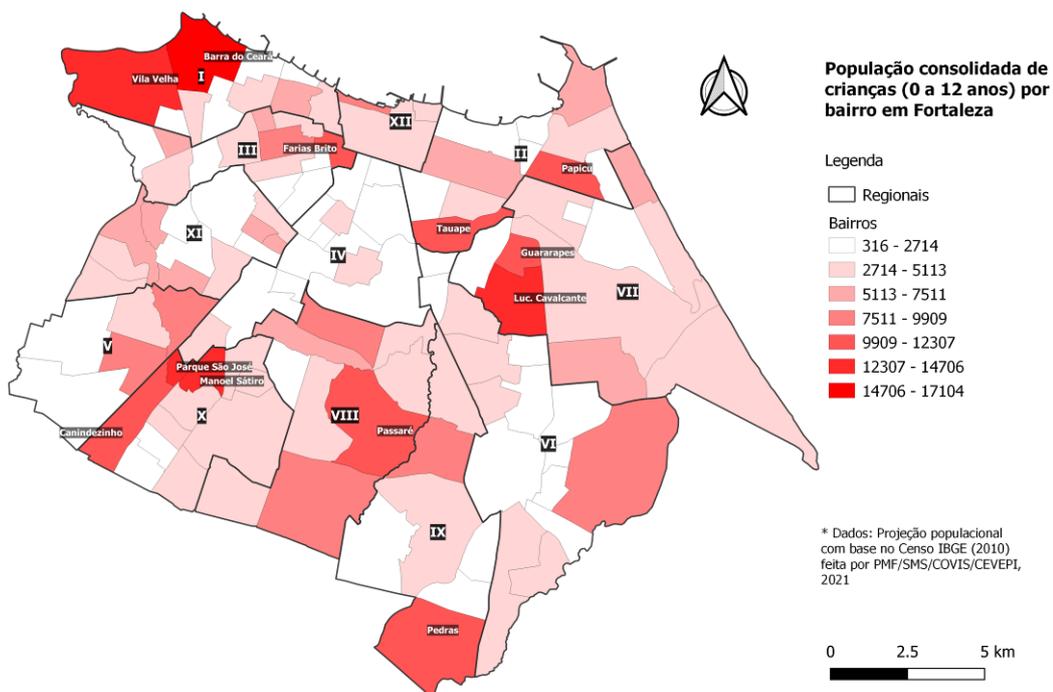
⁴¹ Fonte: PMF/SMS/COVIS/CEVEPI *Projeção populacional com base no Censo/2010, IBGE https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa?ano_pop=2021&faixaEtaria=1&modo=bairro®ional=. Acesso em 01 ago de 2022.

Mapa 2 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro em Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Mapa 3 - População consolidada de crianças (0 a 12 anos) por bairro em Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Assim sendo, ao sobrepor as informações dos Mapas 2 e 3 é possível afirmar que grande parte das crianças residentes em Fortaleza está concentrada na região oeste (bairros Barra do Ceará e Vila Velha) e sudoeste (bairros Canindezinho, Parque São José, Manoel Sátiro), as quais também são áreas de baixo IDH e de grande concentração de assentamentos. Sobre isto, Sarmiento (2018, p.236) afirma que as cidades foram organizadas em espaços exclusivos e espaços de exclusão, com áreas de transição entre ambos e essa dualidade oferece oportunidades desiguais às crianças.

As crianças pobres, que vivem nas periferias mais ou menos desqualificadas, confinadas aos “bairros sociais” ou às favelas, onde passam a totalidade do seu tempo, são as mais afetadas pela dualização social do espaço. Mas são elas, em consequência da sua situação de pobreza e de exclusão, as que menos oportunidades têm de usufruto da experiência propiciada pela cidade, dos espetáculos à frequência de monumentos e sítios, das visitas a museus e bibliotecas aos parques. Isso não significa, bem entendido, que as crianças pobres não tenham uma experiência rica na construção das suas culturas (...) significa, outrossim, que a organização dual do espaço urbano se associa à estratificação social e é desta uma componente indissociável.

Feito este panorama social, este tópico propõe contextualizar a Fortaleza contemporânea, dando destaque aos projetos mais recentes de intervenções no espaço público de lazer. Para isto, foi feito um recorte temporal a partir de 2014, ano de publicação do primeiro Plano Municipal pela Primeira Infância (Lei Nº 10.221/2014). Segundo Laffite (IFAN, 2022), o objetivo de um PMPI é organizar os programas, as políticas, as iniciativas da primeira infância (crianças de zero a seis anos) através de metas, objetivos e indicadores de acompanhamento, de forma intersetorial. Em 2022, o Ceará é o estado brasileiro com mais PMPI publicados⁴², sendo sua capital a pioneira no país, já estando na segunda versão do plano vigente⁴³. Neste mesmo ano, a capital aprovou a criação do Orçamento da Primeira Infância (OPI) e, desde 2020, conta com o Orçamento da Criança e Adolescente (OCA). Além disso, foi instituído o Marco Legal da Primeira Infância de Fortaleza (Lei nº 11070/2020), o qual transformou em política pública uma série de projetos com potencial para responder à demanda por espaços público de lazer voltado ao

⁴² Segundo a plataforma virtual da Rede Nacional da Primeira Infância, em 2022, são 50 municípios cearenses contando com seu PMPI, estando em segundo lugar o estado do Rio Grande do Norte, com 23 planos. Disponível em: <https://rnpiobserva.org.br/planos-pela-primeira-infancia>

⁴³ PMPIF (Lei nº 0117/2022) em consonância com o movimento da Rede Nacional Primeira Infância, por meio de cooperação técnica com a Fundação Bernard Van Leer e o Instituto da Infância (IFAN)

público infantil. Nos tópicos a seguir, serão analisados estes projetos e outros projetos urbanos relacionados às infâncias, em ordem cronológica de surgimento.

3.4.1 Projeto Areninhas

Jogar futebol, como descrito no item 3.1, é uma forma de ocupação histórica das classes média e baixa fortalezenses. Esta talvez seja uma das principais formas lúdicas de ocupar o espaço público na cidade, suposição que surge graças à presença de centenas de campos distribuídos pela cidade, além de ainda ser possível encontrar crianças e jovens jogando na praia, dos parques e em ruas de menor fluxo de veículos. Além dos improvisados campinhos de terra batida, das cimentadas quadras poliesportivas e dos privados campos *society*, um novo formato de campo surgiu na cidade em 2014: as Areninhas.

Apesar de não ter o foco exclusivo no público infantil, configura-se como um projeto consolidado de espaços públicos de lazer, de grande permeabilidade na cidade que se propõe a fornecer infraestrutura aos campos de futebol localizados em áreas de vulnerabilidade social. O Art 114 do Marco Legal da Primeira Infância de Fortaleza, Lei Ordinária nº 11.070/2020, determina o programa de necessidades padrão do projeto, o qual inclui um parque infantil:

Cada Areninha deve conter gramado sintético, bancos de reserva, arquibancadas, redes de proteção, alambrados, vestiários, depósito para materiais esportivos, iluminação, paisagismo, pavimentação e rampa de acesso para cadeirantes. Além do campo de futebol, as Areninhas devem contar com **parque infantil** e com academia ao ar livre. Parágrafo único. Além do campo de futebol, as Areninhas devem contar com parque infantil e com academia ao ar livre. (FORTALEZA, 2020, grifo nosso)

A origem das Areninhas vem da luta de vários atores ligados ao movimento de moradia pela delimitação das Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no PDDP 2009 (PEQUENO, 2012), tendo sido sua versão piloto inaugurada, no mesmo ano em que Fortaleza foi uma das sedes da Copa do Mundo no Brasil, na comunidade Campo do América. Esta comunidade localiza-se no bairro Aldeota, em uma das regiões de maior concentração de renda da cidade, um dos m² mais caros da capital, de nítido contraste morfológico com os bairros lindeiros (Figura 22).

Nos últimos dias do ano de 2010, o grande campo de terra batida utilizado para atividades esportivas pelos moradores do Campo, encontrava-se ameaçado a ir para leilão. Este era um cenário de gentrificação que vinha sendo maturado e que foi possível de ser evitado graças à mobilização proativa de lideranças comunitárias

que buscaram dialogar com as mais diversas esferas do poder, conquistando enfim a reforma da área em um campo de futebol estruturado. E assim, na noite da inauguração do espaço, a gestão municipal anunciou que seriam lançadas outras unidades pela cidade.

Figura 21 - A primeira Areninha, localizada na comunidade Campo do América



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2019)⁴⁴

Esta história foi narrada em detalhes no livro “Das quadras para o mundo”, de autoria de Preto Zezé, fortalezense e atual presidente a Central Única das Favelas (CUFA), que dentre as lições aprendidas dessa experiência, destaca:

Pautar o poder público com nossa demanda sem se deixar pautar e/ou aparelhar pelos grupos políticos, mas fazendo-os entender que uma sociedade democrática e justa passa pelo respeito ao protagonismo daqueles e daquelas que vivenciam os problemas e são agentes multiplicadores fundamentais das soluções e transformação das realidades que são apresentadas. Com parceria de outros órgãos importantes, como imprensa e setores formadores de opinião. (ZEZÉ, 2021)

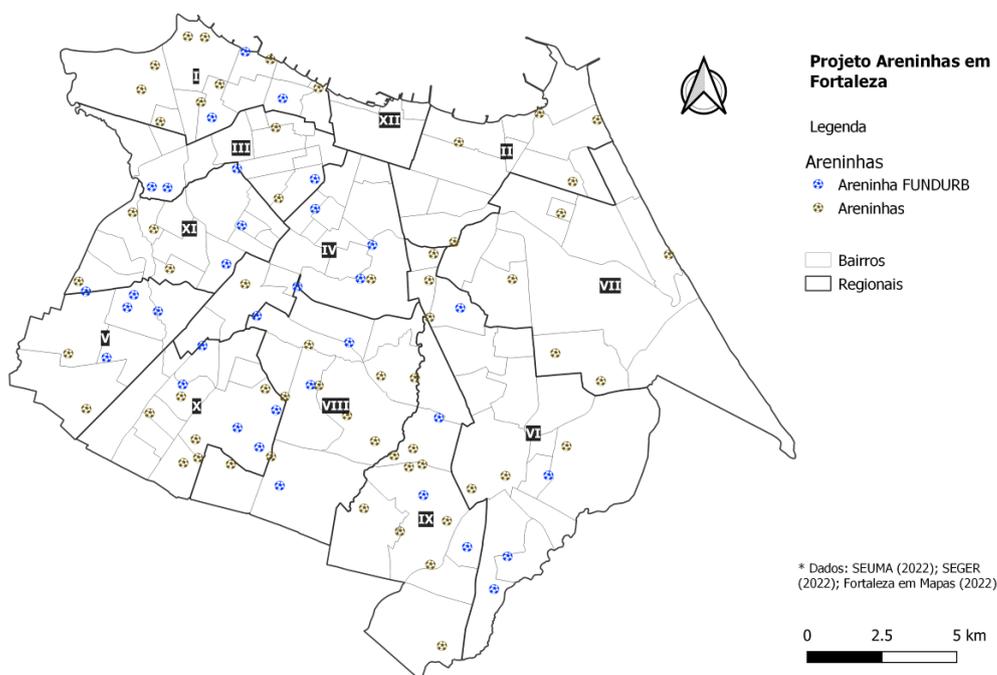
A implementação das primeiras unidades das Areninhas foi ampliada em escala estadual e, desde o seu lançamento, já foram construídas 255 Areninhas no estado do Ceará⁴⁵. Atualmente, as Areninhas também assumem a função de contrapartida da aplicação do instrumento urbanístico Outorga Onerosa de Alteração

⁴⁴ Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/tag/Atleta%20Cidad%C3%A3o>. Acesso em: 15 ago. 2022

⁴⁵ “Ceará chega a 225 areninhas inauguradas”. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/09/03/ceara-chega-a-225-areninhas-inauguradas.html>. Acesso em 01 ago de 2022.

de Uso do Solo (OOAU). Entre os anos 2019 e 2020, 34 (trinta e quatro) Areninhas foram executadas por repasse de valores do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)⁴⁶ (Mapa 4).

Mapa 4 - Areninhas em Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Desta forma, nota-se que as Areninhas vêm de encontro com a fala de Sarmiento (2018 p.236) citada no início do item 3.4, pois criam oportunidades de usufruto da experiência propiciada pela cidade por parte de crianças e jovens residentes das zonas periféricas de Fortaleza.

3.4.2 Projetos de parquinhos infantis

Sobre a ludicidade na cidade, Freeman (2006, apud CARROLL, WITTEN, KEARNS, 2015) critica que as políticas de planejamento tendem a confinar o uso dos espaços públicos pelas crianças a destinos como pistas de skate e playgrounds, em vez de encorajar sua presença em toda a cidade. Todavia, a instalação de brinquedos em espaços públicos configura-se como uma forma prática e de baixo

⁴⁶“Fundo Municipal de Desenvolvimento urbano”. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/383-fundo-municipal-de-desenvolvimento-urbano-fundurb>. Acesso em 07 ago de 2022.

custo de cumprir o dever dos municípios brasileiros de criar espaços de lazer para a infância, expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁷. Assim, a presença de parquinhos infantis segue sendo considerada como um indicador importante na mensuração de ludicidade urbana, que, segundo IAB (2021), seria classificado em categoria de prioridade (Quadro 11).

Quadro 11 - Indicadores para analisar a ludicidade nas cidades

Categoria	Indicador	Descrição	Escala
Prioritário	Parquinhos infantis	Número de parquinhos infantis.	Bairro
Importante	Ruas de lazer	Existência de ruas de lazer temporárias abertas à circulação de pedestres e veículos não motorizados (bicicleta, patins, skate, etc.) para inclusão de áreas de recreação.	Ruas
Importante	Sinalização Lúdica	Existência de sinalização lúdica para a primeira infância no entorno de escolas e parques.	Ruas

Fonte: IAB (2021) compilado pela autora

Nos Fóruns Regionais pela Primeira Infância do PMPIF 2014, foi eleito como uma das ações finalísticas o “direito de brincar ao brinquedo de todas as crianças”, cuja propositura nº 11 declarava o objetivo de “adequar, equipar e manter espaços em praças públicas com brinquedos apropriados para atender às crianças de 0 a 6 anos” (FORTALEZA, 2017). A partir das metas estabelecidas pelo plano, surge o programa municipal “Praça Amiga da Criança” (Figura 23), possivelmente o primeiro projeto municipal com foco na produção em larga escala de parquinhos infantis em Fortaleza, tendo sido registrado anos mais tarde no Art. 104 do Marco Legal da Primeira Infância de Fortaleza:

Compete à Secretaria Municipal da Gestão Regional adequar, equipar e manter espaços em praças públicas denominados Praça Amiga da Criança, com brinquedos apropriados para atender às crianças de 0 (zero) a 12 (doze) anos, requalificando e implementando equipamentos infantis (parquinhos), com o objetivo de viabilizar os espaços públicos para o

⁴⁷ Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.(BRASIL, 1990)

estímulo ao lazer e ao ato de brincar das crianças nos bairros mais vulneráveis e populosos da cidade de Fortaleza. Parágrafo único. **Todos os brinquedos instalados nos espaços denominados Praça Amiga da Criança devem possuir comprovação técnica por meio de atestado, certificado do fabricante dos equipamentos de conformidade e/ou laudos técnicos emitidos por laboratório creditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), comprovando aplicação das regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que especifica os requisitos de segurança dos equipamentos.** (FORTALEZA, 2020, grifo nosso)

Conforme dito nos trechos grifados, esta lei estabelece firmes compromissos com as questões referentes à segurança dos equipamentos de brincar. Para avaliação técnica de brinquedos de playgrounds, desde 1999⁴⁸, o Brasil dispõe de normas específicas, sendo a mais recente a NBR 16071/2021. Apesar de não ter força de lei, esta norma foi elaborada com o objetivo de criar diretrizes para minimizar os riscos de acidentes em playgrounds e, em sua última versão, apresentou o importante avanço de incluir um volume especialmente dedicado a requisitos para playground inclusivos⁴⁹.

Figura 22 - Praça Amiga da Criança



Fonte: Thiago Gaspar (2015)⁵⁰

⁴⁸ NBR 14350. Segundo Vieira (2018), esta primeira norma foi substituída pela NBR16071 de 2012, a qual baseada nas normas europeias EN1177 e EN1175.

⁴⁹ Antecessor a esta norma, o trabalho de Muller (2013) investiga a acessibilidade em parques infantis de escolas municipais do Rio Grande do Sul e assim contribui na compreensão das adaptações necessárias para os brinquedos para crianças com deficiência. Apesar de não tratar sobre equipamentos instalados em espaço público, este trabalho se mostrou como muito relevante por ser um dos poucos encontrados sobre desenho, normatização brasileira, acessibilidade e parques infantis. As normas consideradas como parâmetro já estão desatualizadas, mas as análises feitas pela a autora, em sua maioria, se mantêm pertinentes e relevantes para o presente trabalho.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-entrega-32-parques-infantis-em-toda-cidade> Acesso em: 15 ago. 2022

Em 2019, o Governo Estadual cria o Programa Mais Infância, organizado em três pilares: Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e **Tempo de Brincar**. Este último tem o objetivo de “aproveitar espaços públicos para implantar e revitalizar áreas que garantam o direito da criança ao brinquedo e às brincadeiras.” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019). O projeto é reconhecido como uma política pública pela Lei N.º 17.380/2021, cujo Art. 22 prevê que o pilar do brincar gere cinco diferentes tipologias de espaços de brincar:

I - **Brinquedopraça**: instalação de kits de brinquedos adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil, buscando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral das crianças em suas capacidades emocionais, motoras e cognitivas;

II - **Brinquedocreches**: instalação de espaços lúdicos para crianças nas creches públicas e Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, com o objetivo de estimular o desenvolvimento infantil, com oferta de livros e brinquedos educativos, pedagógicos e de playground;

III - **Praças Mais Infância**: equipamento composto por playgrounds, quadras poliesportivas, áreas de convivência, bicicletário, dentre outros, os quais poderão ser realizadas atividades artísticas, culturais, educacionais e de lazer, ampliando as dimensões coletivas favoráveis ao crescimento saudável;

IV - **Espaço de Desenvolvimento Infantil**: equipamento composto por brinquedoteca, biblioteca infantil, sala de multimídia, cozinha gourmet e cineminha, para realização de atividades de arte, cultura, lazer, saúde e educação, além de palestras para pais profissionais e cuidadores;

V - **Praia Acessível**: espaço que garante o acesso amplo à praia por crianças com deficiência e por pessoas com mobilidade reduzida. (CEARÁ, 2021)

Dentre os listados, apenas os itens I e III são referentes a novos equipamentos a serem construídos no espaço público. A unidade de Praça Mais Infância de Fortaleza teve sua conclusão em março de 2022⁵¹, logo, a Brinquedopraça (Figura 24) foi o recorte escolhido para ser estudado nesta pesquisa.

⁵¹<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/governo-do-estado-e-prefeitura-inauguram-praca-mais-infancia-do-polo-de-lazer-tancredo-neves>. Acesso em: 14 ago. de 2022.

Figura 23 - Modelo padrão de Brinquedopraça



Fonte: Governo do Estado do Ceará. Programa Mais Infância Ceará (2019)⁵².

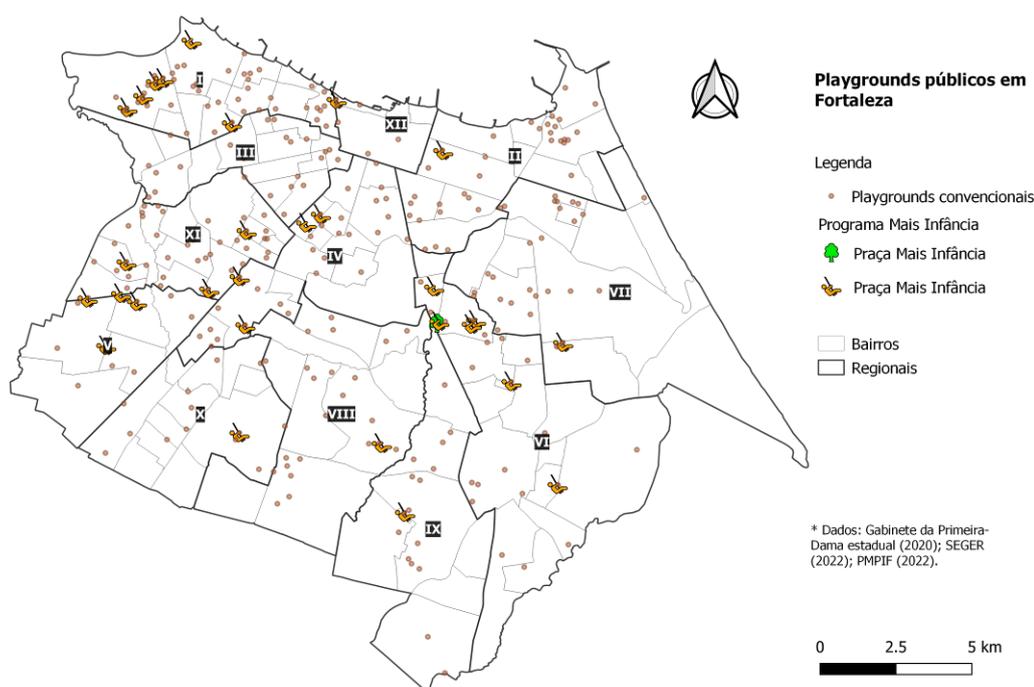
Em comparação com o projeto municipal precursor (Praça Amiga da Criança), o playground do Programa Mais Infância apresenta alguns aprimoramentos no que diz respeito à ludicidade e segurança, tendo em vista que os brinquedos são de cores vibrantes e o piso é de material anti-impacto. Outro aspecto que merece destaque é a inclusão de brinquedos para crianças com deficiência, os quais não

⁵² Mais Infância Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/EBook-MaisInfanciaCeara-2019.pdf> Acesso em 10 jun. 2020

estão presentes na Figura 24, mas que foram instalados na praça do estudo de caso, assim como, e em outras áreas verdes da cidade.

Para visualização da distribuição destes projetos de parquinhos infantis na cidade de Fortaleza, foi elaborado o Mapa 5, tendo sido identificadas uma Praça Mais Infância, e trinta e uma Brinquedopraças concluídas até agosto de 2022. Todavia, não foram encontrados registros precisos e atualizados sobre as localizações das unidades do Programa Praça Amiga da Criança⁵³, desta forma, não tendo sido possível realizar distinção entre os equipamentos do projeto e os demais, foi atribuído o nome “parquinhos convencionais” às unidades de playgrounds mapeados pela SEGER que foram publicados em mapa no PMPIF (2022, p.83).

Mapa 5 - Playgrounds públicos em Fortaleza

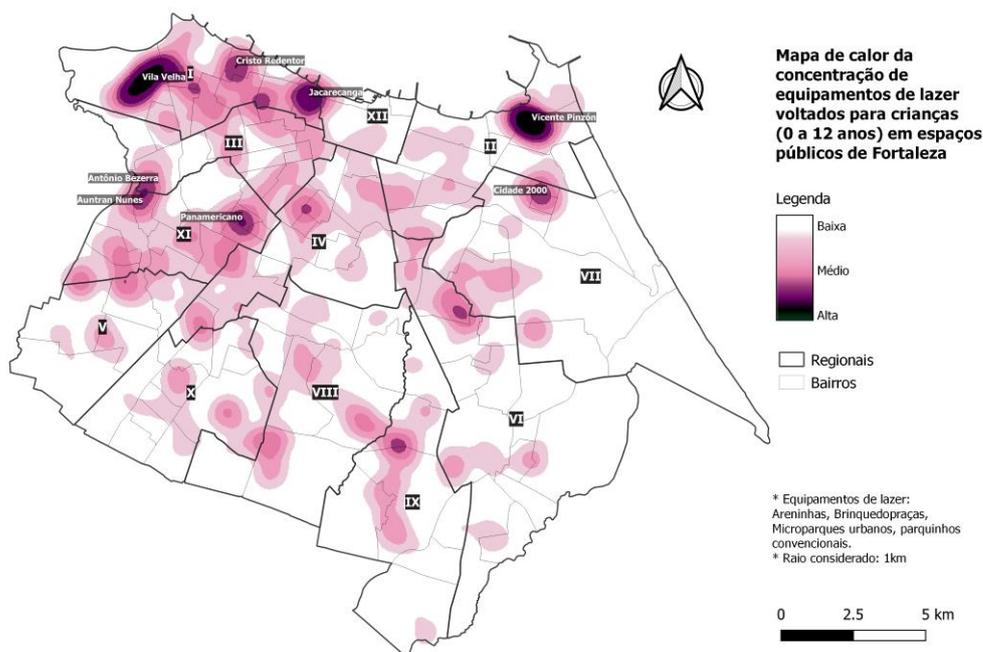


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

⁵³ Na busca por esta informação, foi feita uma solicitação de dados para a SEGER via Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (Protocolo: 46.000009/2022-16). Todavia, em resposta oficial, o órgão não foi preciso nas quantidades e localizações, redigindo como resposta a seguinte mensagem, em 06 de outubro de 2022: “o último levantamento de quantitativos do Mês de Março 2022, nas 12 Secretarias Regionais, temos um total aproximadamente de 337 - Parquinhos e ou brinquedopraça.”

A partir da sobreposição das informações de equipamentos de lazer, foi elaborado o Mapa 6 e o Quadro 12 com os equipamentos públicos de lazer de Fortaleza.

Mapa 6 - Mapa de calor da concentração de equipamentos de lazer voltados para crianças (0 a 12 anos) em espaços públicos de Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Quadro 12 - Equipamentos públicos de lazer para crianças de Fortaleza por Regionais

Regional	População 0 a 12 anos ¹	Espaços públicos com parquinho ²	Areninhas ³	Brinquedopraças ²
SER 1	54249	48%	12	6
SER 2	45263	48%	5	2
SER 3	50744	39%	5	0
SER 4	25430	36%	5	4
SER 5	26246	14%	6	2
SER 6	44682	54%	9	6
SER 7	57492	28%	5	2
SER 8	49099	46%	13	1
SER 9	30649	53%	12	1
SER 10	64623	54%	12	1
SER 11	51010	43%	8	5
SER 12	18323	19%	0	1
TOTAL	517810	40%	92	31

¹ Fonte: PMF/SMS/COVIS/CEVEPI *Projeção populacional com base no Censo/2010, IBGE. Acesso em: https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa?ano_pop=2021&faixaEtaria=3&modo=bairro®ional=

² Dados da Secretaria Municipal da Gestão Regional (2022). Neste caso, a definição de Espaço público contempla do somatório de Areninhas, Praças, Espaço não urbanizado, Largo/Canteiro/Residencial/Calçadão.

³ Fonte: Compatibilização de dados feita pela autora a partir do dados: 1) Fortaleza em Mapas. Acesso em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/#/>; Canal Urbanismo e Meio Ambiente. 2) Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Acesso em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/383-fundo-municipal-de-desenvolvimento-urbano-fundurb>. 3) Dados da Secretaria Municipal da Gestão Regional (2022)

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A partir da leitura do Mapa 6, o Bairro Vila velha, localizado na SER 1, e identificado no Mapa 3 como uma das regiões de maior concentração de crianças é diagnosticado como o de maior concentração de equipamentos infantis. Assim, é possível concluir que, segundo o critério prioritário de IAB (2021), este seria uma realidade favorável para conceituar Fortaleza como uma cidade amiga da criança. Porém, ainda que esta seja uma constatação otimista, é preciso refletir sobre a tipologia destes playgrounds e de que forma ela vem estimulando a criatividade das crianças. Lima (1989) diz que os lugares para criança devem integrar o maravilhoso, o imaginário e o espontâneo, sendo o suficientemente pensado para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompleto o bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço através de sua própria ação. Neste sentido, a mais recente obra de qualificação realizada na Cidade da Criança apresenta avanços, conforme demonstra o item a seguir.

3.4.3 A nova Cidade da Criança

A Cidade da Criança, discutido no item 3.2 da pesquisa, desde 1991 é patrimônio cultural de tombamento Municipal e em dezembro de 2021⁵⁴ teve uma reforma concluída com recursos do Concurso Nacional de Ideias promovido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2018. Segundo Nobre (2021), arquiteto da proposta vencedora, os novos espaços foram inspirados em princípios construtivistas e no conceito clássico da Teoria das Inteligências Múltiplas do psicólogo cognitivo norte-americano Howard Gardner⁵⁵, o que resultou na criação de

⁵⁴ “Aberta há 119 anos, Cidade da Criança será reinaugurada após 18 meses em obras; veja antes e depois” Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/aberta-ha-119-anos-cidade-da-crianca-sera-reinaugurada-apos-18-meses-em-obras-veja-antes-e-depois-1.3173218>. Acesso em 02 ago. de 2022.

⁵⁵ A versão clássica da Teoria afirma que a inteligência humana é dividida em sete tipos: lógico-matemática, linguística, físico-sinestésica, interpessoal, musical, natural e existencial. Fonte: GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

sete ilhas temáticas com brinquedos que se propõem a desenvolver as sete inteligências de quem brinca (Figuras 25 e 26). Nobre (2021) afirma que na busca por inovar no design foi preciso se inspirar nos brinquedos clássicos, sensibilizando o olhar para identificar, por exemplo, que a gangorra é um equipamento que por essência estimula a inteligência interpessoal, já que propõe a interação entre duas ou mais crianças.

Figura 24 - As sete ilhas de brincadeiras na nova Cidade da Criança



Fonte: Archdaily (2020)⁵⁶

Figura 25 - Ilha da Inteligência Interpessoal da nova Cidade da Criança



Fonte: Acervo pessoal (2022)

⁵⁶ "Projeto transforma o Parque da Liberdade de Fortaleza em uma "cidade das crianças"". Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/931889/projeto-transforma-a-praca-da-liberdade-de-fortaleza-em-uma-cidade-das-criancas?ad_source=myarchdaily&ad_medium=bookmark-show&ad_content=current-user Acesso em: 14 set. 2021

A autonomia foi destacada como premissa do projeto, fazendo referência aos conceitos de Jean Piaget. O arquiteto discorreu sobre decisões de projeto que podem estimular a liberdade assim como nortear os limites de segurança:

A gente criou um espaço público para criança que trouxesse o mínimo de necessidade de um adulto, visando tornar o espaço menos hostil possível para uma criança. Ou seja, tem um caminho delimitado, tem um piso bem assentado, tem as ilhas muito bem delimitadas para a criança ser atraída a brincar ali. Ela não vai ser atraída para a lagoa, por exemplo, que é um lugar relativamente perigoso. A gente criou massas vegetais ao redor da lagoa justamente para evitar que uma criança pequena chegue perto da lagoa porque lá tem mais ou menos 1,5m de altura. (NOBRE, 2021)

É curioso identificar que os valores defendidos pelo arquiteto se correlacionam com os conceitos de Tuan (1983, p.27), o qual defende que ambientes seguros e agradáveis são favoráveis ao desenvolvimento da autonomia das crianças, pois “quanto mais hostil o ambiente, mais há dependência da proteção do adulto”. Também se nota que a proposta de brinquedos capazes de explorar as múltiplas inteligências relaciona-se com a fala de Almeida (1992) de que a infância é uma fase propícia para receber estímulos criativos:

A criança, em seu período sensório-motor, entre os três e doze anos de idade, deve encontrar elementos para subir, escorregar, expandir-se, deve ter à disposição brinquedos que estimulem a descoberta e a criatividade, em sua expressão corporal. Através da ação no espaço, a criança irá descobrir-se a si própria e a tudo que está a sua volta, ganhando uma autonomia com relação ao adulto. (ALMEIDA, 1992)

Ambos defendem que é preciso projetar de modo a estimular a construção de relação de afeto entre a criança e o espaço. Nessa perspectiva, Nobre (2021) pontua que a Cidade da Criança já carrega uma rica memória afetiva no imaginário dos fortalezenses. Outro ponto em comum entre Almeida (1992) e Nobre (2021) é acreditar que, ao intervir em espaços é preciso pensar em formas de criar mobiliário cujo uso não seja óbvio demais, dando margem para que as pessoas atribuam novas funções ao espaço, podendo indicar novas necessidades.

Penso que o espaço lúdico deve tornar a criança ativa, através de brincadeira livre e criativa; deve também criar situações-estímulo à expressão lúdica, como possível alternativa ao comportamento consumista e passivo da criança urbana. (ALMEIDA, 1992)

Sobre o processo de concepção do projeto, Nobre (2021) diz que não houve participação direta das crianças. Entretanto, enaltece que antes da elaboração do projeto final, foram realizadas reuniões com associação de moradores, secretarias municipais e Câmara dos Dirigentes Lojistas, os quais

afirmaram haver carência de espaços públicos na região e que o bairro Centro ainda é muito hostil para o público infantil.

3.4.4 Microparques Urbanos

O município de Fortaleza identificou a oportunidade de promover intervenções urbanas em alinhamento com os valores da Rede Urban 95⁵⁷. Sabóia (2020) explica sobre o surgimento dos Microparques:

A gente desenhou um projeto baseado em algumas experiências que a gente viu mundo a fora e partiu de um problema da cidade: a cidade tem vários **espaços públicos que vão surgindo como remanescentes de algum loteamento que foi feito**. E aí, muitas vezes, como não é feito nada nesse terreno, ele se torna objeto de invasão e vai servindo como acúmulo de lixo e aquilo degrada completamente o ambiente. E aí a gente pensou se a gente não poderia pegar esses terrenos e começar a criar espaços de convivência. E a gente pensou: “que espaço de convivência? Uma praça? Mas e se a gente fizesse um conceito diferente? O que a gente poderia comunicar nesse espaço? A gente pensou que esse espaço deveria comunicar três conceitos: criança, família e meio ambiente. Pra você ter uma ideia, **Fortaleza tem mais de 300 espaços desses aí dispersos**. A nossa ideia é criar um conceito de um bosque urbano. E a gente batizou de Microparque Urbano. (SABOIA, 2020, grifo nosso)

Conforme pontuado no item 3.3 desta pesquisa, estes terrenos remanescentes de loteamentos são frutos da obrigação prevista em lei de o cidadão doar uma porcentagem da sua gleba parcelada para o poder público (LPUOS, 2017). Entretanto, ainda que a legislação oriente o técnico servidor a definir estrategicamente a área doada, diante à malha urbana já consolidada previamente, nem sempre é possível conectar áreas verdes de loteamentos distintos, o que resultaria em espaços públicos de lazer com dimensões mais generosas. Assim surgem as áreas remanescentes reduzidas, aonde o município vem se mobilizando para atribuir um novo tipo de uso, transformando-as em espaços públicos de lazer projetados a partir do conceito de **parques naturalizados**.

Os parques naturalizados são alternativas para que os centros urbanos possam oferecer, aos bebês e crianças, a oportunidade de crescer e brincar ao ar livre e em contato com a natureza, para que possam se conhecer, aprender a avaliar e correr riscos, cair e levantar, e ter um solo fértil para o seu desenvolvimento integral e seu vínculo com a vida e com o mundo. (INSTITUTO ALANA, 2022, P.39)

A proposta desses espaços é promover o brincar livre e os aprendizados com a natureza, contribuindo com a redução do “Transtorno do déficit de natureza”

⁵⁷ A Rede Urban 95 é um projeto da Fundação Bernard van Leer, para mais informações, acessar: <https://urban95.org.br/>

(Louv, 2016), conceito descrito no tópico 2.3 desta pesquisa. Em Fortaleza, durante a etapa de implementação, o artista educador Guilherme Blauth capacitou técnicos da prefeitura a executarem mobiliários naturalizados, em um processo de mutirão colaborativo de criação experimental.

Até outubro de 2022, Fortaleza conta com duas unidades de microparques concluídas⁵⁸. Para compreender a aplicação do conceito de parque naturalizado na prática, foi realizada uma visita no Microparque José Leon na tarde do dia 23 de fevereiro de 2021. Na ocasião, percebeu-se que se trata de espaço agradável de permanecer, que transmite sensação de amplitude e segurança. A Avenida José Leon recebe intenso fluxo de veículos, mas, é possível perceber que houve investimento em segurança viária, pois há bastante sinalização horizontal, ciclofaixa e câmeras de monitoramento.

No início da visita, por volta das dezesseis horas, não havia movimento de crianças, mas conforme foi entardecendo, foram surgindo pessoas com animais de estimação e algumas crianças foram ocupando o espaço do parquinho tradicional juntamente de seus cuidadores. Atribui-se o esvaziamento do espaço à pandemia do COVID-19, quando o governador do estado do Ceará decretou restrições de horário para livre circulação de pessoas em espaços públicos.

Foi possível identificar as seguintes zonas: horta, mesas de xadrez, academia ao ar livre e o equipamento Leitura na Praça⁵⁹. O perímetro deste Microparque possui piso tátil, com rampas de acessibilidade nas esquinas e uma pavimentação em material cimentício que, por sua configuração mais homogênea, permitiu receber desenhos de brincadeiras infantis que convida a pessoa a brincar (corrida, alfabeto e números). Espalhados por toda a praça há bancos de cimento sem encosto com cores variadas. No interior, há caminhos em um desenho mais orgânicos que convida a pessoa a explorar o ambiente em um ritmo mais lento e

⁵⁸ “Fortaleza Inaugura Dois Novos Parques Naturalizados”. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/noticias/parques-naturalizados-paisagens-para-um-brincar-natural/> Acesso em: 10 out. 2022

⁵⁹ O Projeto Leitura na Praça encontra-se no PMPIF de 2022 na Ação 66 e tem como objetivo “desenvolver atividades de lazer, cultura e educação nos espaços públicos, mobilizando a comunidade por meio do incentivo à leitura.” (Fortaleza, 2022). A meta é que sejam instalados sessenta quiosques Leitura na Praça até 2030, com gerência da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI).

com um olhar explorador. Nesses pontos, a pavimentação é de “barro duro” e britas de duas diferentes gramaturas. (Figura 27)

Figura 26 - Microparque urbano José Leon antes e depois da intervenção



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020)

Além disso, há dois espaços de brincar: um playground convencional (Figura 28) e um conjunto de brinquedos naturalizados (Figura 29). A primeira é composta por um conjunto de castelinho, dois balanços e escorrega; um balanço mais largo; um conjunto de ponte, rede, escorregador e escadinha; duas gangorras; um escorregador com escada; todos são feitos de madeira de reflorestamento. Já a área de brinquedos naturalizados é toda executada a partir de troncos de árvores e rampas resultando em formatos mais abstratos, mas que despertam a curiosidade e inspiram a ocupação criativa. Ciente das possíveis resistências da sociedade na proposta dos parques naturalizados, a Prefeitura Municipal de Fortaleza priorizou a coexistência dessas duas tipologias de parquinhos, como uma estratégia de transição cultural.

Figura 27 - Playground convencional



Fonte: Acervo pessoal (2020)

Figura 28 - Parque naturalizado



Fonte: Acervo pessoal (2020)

As áreas de brinquedos naturalizados estão alinhadas com os conceitos de Nucci (2008, p. 109) que determina que áreas verdes devem ser agradáveis e

oportunizar experiências sensíveis das pessoas com a natureza e com os demais indivíduos, em especial para o público infantil.

Esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual. Devem ser livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e da angústia das aglomerações urbanas. Principalmente para as crianças é fundamental que o espaço livre forneça a possibilidade de experimentar sons, odores, texturas, paladar da natureza; andar descalço pela areia, grama; ter contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos e insetos, etc. (NUCCI, 2008, p. 109)

Em conversa com uma moradora da região, foi compartilhado que a reforma do espaço proporcionou melhorias no aspecto da segurança e acabou com problemas recorrentes, como acúmulo de lixo e presença de animais peçonhentos, como ratos e escorpiões. Entretanto, a mesma senhora levantou pontos:

Eles fizeram essa minipraça aí dizendo que é ecológica, mas essa parte aí da calçada pra lá era rua e algumas pessoas questionaram com eles [agentes da prefeitura] deles fazerem uma praça ecológica em cima do asfalto. Porque aí tem asfalto embaixo, aí eles só fizeram cobrir o asfalto. Aí eu falei com a engenheira e ela disse “não é porque a gente abre os buracos pras plantas”, mas o asfalto tá aí, né? (Moradora da região, 2021)

Quando questionados sobre este aspecto, servidores da prefeitura confirmam a medida descrita pela moradora, justificando que o custo para remover integralmente o asfalto seria muito alto. Mas garantiram que foi adicionada uma espessa camada de terra em toda a praça que viabilizou o crescimento de vegetação no local.

Durante a entrevista com a moradora da região, uma segunda moradora também passou a participar da discussão e ambas demonstraram um ar de insatisfação, afirmando que no espaço naturalizado “dava para ter feito coisa melhor”, mais moderno e mais seguro contra quedas. Estas ponderações sobre valor estético revelam a resistência cultural prevista pela prefeitura. Já em relação à segurança, o Instituto Alana valoriza o “risco benéfico”, aquele no qual a criança se engaja por livre escolha e consegue dimensionar as consequências e lidar com elas (INSTITUTO ALANA, 2022, p.12). Em relação às normas de segurança, o Instituto Alana afirma:

Publicada em 2012 e válida desde 2013, a Norma Técnica 16.071 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) descreve uma série de pontos a serem avaliados durante o processo de montar playgrounds. Apesar de não ser uma regra obrigatória, a norma oferece diretrizes para ajudar o desenho e implementação dos brinquedos e outros equipamentos, tornando-os mais seguros e aumentando sua vida útil. Nossa sugestão é que os principais conceitos da norma sejam observados, sem que o parque naturalizado deixe de ser um espaço diverso, desafiador e rico em

oportunidades de brincadeiras e exploração nem sempre ligadas a equipamentos e brinquedos. (INSTITUTO ALANA, 2022, P.132)

O Microparque Seu Zequinha, a segunda área do projeto piloto de Fortaleza, fica localizado na Avenida Francisco Sá, no bairro Barra do Ceará, uma das áreas de menor IDH e de maior concentração de crianças da cidade. A área ocupada é maior em relação ao José Leon, apresenta uma configuração mais naturalizada, em um terreno acidentado que margeia um recurso hídrico.

Em visita realizada em 26 de maio de 2022⁶⁰, foi possível perceber o quanto que se trata de um espaço agradável, capaz de gerar uma sensação de microclima natural, ainda que esteja inserido em um contexto urbano. Antes da intervenção era uma área ocupada por grande quantidade de resíduos sólidos, os quais foram removidos e deram espaço à vegetação arbórea e arbustiva, a brinquedos naturalizados, a uma horta comunitária, a um quiosque de Leitura na Praça e a pinturas do projeto Pé de Infância, a quadra esportiva, a academia ao ar livre e a novos bancos (Figura 30 e 31).

Figura 29 - Registros do Microparque Seu Zequinha antes (à esquerda) e depois (à direita) da intervenção



⁶⁰ Esta visita aconteceu em um período de significativa queda de casos da pandemia COVID-19, em estado avançado de vacinação na cidade, já sem vigência de decreto que limita ocupação de espaços públicos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021)

Figura 30 - Registros do parque naturalizado do Microparque Seu Zequinha



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Durante a visita, foi identificado que algumas crianças e cuidadores utilizam o espaço como atalho no percurso de ida e volta da escola, uma indicação de que este é um espaço agradável para se transitar. Foi observado que a criança registrada na Figura 32, ao entrar no microparque, também usufruiu dos brinquedos naturalizados durante o percurso.

Figura 31 - Criança e cuidador utilizando o Microparque Seu Zequinha como atalho no percurso de volta da escola



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Em entrevista exclusiva concedida por servidores da Prefeitura Municipal de Fortaleza, foi esclarecido que houve participação comunitária no processo de construção dos espaços através de audiências públicas para apresentar o projeto concebido pela prefeitura e reuniões para atender as demandas de ajustes da população. Durante a entrevista foram relatadas particularidades em cada um dos Microparques, o que demonstra que há especificidades que só são possíveis de serem compreendidas mediante a construção de diálogo com a comunidade.

Em ambos os casos a gente fez uma audiência pública. A gente nunca chega com essas intervenções tipo assim “a pessoa dormiu e no outro dia tem um monte de maquinário em frente a minha casa trabalhando”, não! Por exemplo, na Francisco Sá a gente marcou uma audiência pública, em um horário que era possível as pessoas participarem, inclusive fora do nosso horário de trabalho, à noite, às 19h. A gente convocou a comunidade, óbvio que também levando em conta os preceitos de uma pandemia, os distanciamentos, tudo de uma forma bem organizada, em uma área aberta. E assim, **a gente conversou com eles, mas a gente já chegou com a nossa proposta: “olha, a nossa proposta é essa! Pegar esse terreno que hoje as pessoas utilizam para jogar lixo, transformar em um microparque”**, explicar os preceitos de um microparque, mostrar os equipamentos que serão contemplados, a gente faz algumas montagens de como tá hoje e como é o ideal e a gente escuta eles, que é o momento que a gente vai sentir. (Servidores municipais, 2021, grifo nosso)

Quanto à participação das crianças no processo de escuta, foi dito que não houve um convite específico para este público, mas que houve uma interação ativa durante a construção do espaço.

Nesse primeiro momento muitos deles eram pais ou avós das crianças. A interação com as crianças foi realmente no dia, na mão na massa, que **elas participaram, eles pintavam**. Construindo o parque naturalizado, no final do dia, eles chegavam para brincar e a gente já via quais eram os desafios, quais eram “esse aqui funcionou, esse aqui nem tanto”, a gente via eles usando o brinquedo naturalizado que **a gente pensava que seria para uma coisa, eles chegavam lá e eles reinventavam para uma outra coisa, os brinquedos iam surgindo nesse momento**. Então teve essa interação bem mais durante a construção do que antes. (Servidores municipais, 2021, grifo nosso)

Diante às falas dos servidores, em relação ao processo de participação, os adultos participaram em um formato de “Apaziguamento”, quinto degrau na Escala de Participação (ARNSTEIN, 1969), tendo em vista que apesar de a comunidade ter sido consultada de forma cuidadosa, o projeto já foi apresentado em um formato pré-definido e a decisão final do projeto, aparentemente, ficou a cargo dos agentes da prefeitura. Já em relação às crianças, o processo parece ter se aproximado de um modelo de participação genuíno, sendo classificado como uma “Iniciativa de adulto com decisões compartilhadas com as crianças”, o sexto degrau da Escala de Participação (HART, 1992). Apesar de não ter havido reuniões específicas com aplicação de metodologias de escuta infantil, segundo a fala do servidor entrevistado, o processo de construção *in loco* destinou atenção às demandas das crianças, com flexibilidade de adaptação, representando uma experiência até então inédita nos projetos de Fortaleza descritos até então.

Após a obra foi formado um conselho gestor da comunidade no Microparque Seu Zequinha, uma forma institucionalizada de a comunidade definir como ela espera que o espaço seja utilizado. E, no edital sobre a execução dos próximos trinta unidades estão previstas que a empresa vencedora irá se responsabilizar pela manutenção por cinco meses após finalizada a obra e desenvolverá um Manual de Manutenção, o qual será repassado para um futuro possível adotante através do Programa Adoção de Praças e Áreas Verdes.

Por ser uma proposta nova na cidade, ainda vem sendo construídas estratégias para realizar avaliações de pós-ocupação, sendo amadurecidos indicadores para monitoramento das próximas unidades que serão construídas.

3.5 Considerações sobre o capítulo

Diante ao resgate histórico apresentado no capítulo, foi possível se aproximar da compreensão de como aconteceu o processo de expansão urbana de Fortaleza, o qual, socialmente, foi marcado pela desigualdade de acesso aos

espaços de lazer. Assim, a ludicidade, manifestada através do humor, foi aderida pelo povo como uma linguagem de resistência cultural, tornando-se uma identidade que perdura e revela a vocação brincante de Fortaleza.

Tendo sido destinada especial atenção ao histórico das áreas verdes urbanas, notou-se que as primeiras praças da cidade possuíam tipos de uso distintos entre si: o Passeio Público de passeio, a Praça do Ferreira de comércio e a Cidade da Criança de educação. No início, os programas de necessidades desses locais não consideravam a presença das crianças como prioridade, mas, ao longo dos anos, este público foi sendo visto com mais atenção, especialmente, na Cidade da Criança que se revelou palco de iniciativas vanguardistas que envolvem as infâncias fortalezenses.

Já as legislações federais e municipais referentes ao parcelamento do solo mostraram-se essenciais no esforço de garantir a reserva de novas áreas verdes urbanas. Porém, foi identificada uma série de fatores capazes de subtrair a existência desses espaços, como: especulação imobiliária, parcelamentos e ocupações irregulares. Por outro lado, no estudo do loteamento da Cidade 2000, foi percebido que as ocupações espontâneas do espaço público também podem ser capazes de multiplicar esses espaços, como aconteceu com o caso dos corredores entre as quadras. Assim, foi levantada a discussão sobre os métodos de cálculo existentes que se propõem a mensurar a quantidade de áreas verdes disponíveis para a população que, por não considerarem variáveis de segurança, acessibilidade e ludicidade, por exemplo, não são capazes de traduzir o real panorama urbano no que diz respeito à quantidade de espaços públicos de lazer disponíveis às crianças.

Diante à análise de projetos urbanos contemporâneos para os espaços públicos de Fortaleza, foi percebido que a capital cearense se encontra em processo de aprimoramento de suas políticas voltadas para os espaços públicos de lazer infantil. A distribuição territorial dos campinhos do Projeto Areninhas, dos playgrounds dos projetos Praça Amiga da Criança, das brinquedopraças do Projeto Mais Infância e dos Microparques urbanos em zonas de menor IDH revelam o esforço da gestão municipal de garantir o direito do brincar às crianças residentes nas regiões mais vulneráveis. Todavia, é percebido que cidade ainda demonstra carência em projetos urbanos participativos com crianças que visem construir espaços públicos de lazer, tendo sido o processo construtivo dos Microparques

Urbanos o de maior êxito, já que foi capaz de alcançar o nível seis da Escada de Participação de Hart (UNICEF, 1995).

Ao final desta etapa, surgiu a inquietação de compreender sobre de que forma as demandas das crianças fortalezenses para os espaços públicos vêm sendo atendidas. Assim, no item a seguir é discutido o estudo de caso realizado em uma das praças que recebeu o equipamento Brinquedopraça, tendo em vista que, no período de início desta pesquisa, meados de 2020, o Programa Mais Infância se apresentava como sendo o exemplo mais moderno da cidade no que diz respeito ao tema de espaço público de lazer com foco nas infâncias.

4 ESTUDO DE CASO

Segundo Almeida e Siebra (2015, p. 176), “a praça pública é um espaço adequado para realizar uma investigação científica, quando se trata de verificar experiências lúdicas significativas e observar a cultura do lazer”. Além disso, dentre os espaços públicos intitulados “amigos da criança” de Fortaleza, em sua maioria, são praças e esta escala se mostrou mais estratégica de ser trabalhada com segurança no contexto do COVID-19. Por estes motivos, a unidade praça foi definida como escala para esta pesquisa.

4.1 O recorte espacial

As principais premissas para a escolha do recorte espacial era que fosse um espaço público de lazer ativo, com facilidade de acesso de transporte, frequentado por pessoas de diferentes pontos da cidade e que tratasse o público infantil como protagonista, através da presença de equipamentos e programações culturais voltadas para as crianças. Assim a Praça Luiza Távora foi escolhida e, sendo este um dos espaços públicos de lazer mais bem avaliados da cidade⁶¹, foi despertado o interesse em investigar como as suas condições físicas atendem as demandas das crianças. Esta praça fica localizada na Regional 2, no bairro Aldeota, o de segundo maior IDH (0,87)⁶² da cidade. Este bairro já foi conhecido como

⁶¹ Segundo o Google, esta é uma das praças mais bem avaliadas da cidade de Fortaleza, com mais de 8,4 mil comentários, em sua maioria, positivos que enaltecem o artesanato, a arborização e a qualidade do espaço para brincar. Disponível em: [encurtador.com.br/eilxQ](https://www.encurtador.com.br/eilxQ) Acesso em: 06 de agosto de 2022

⁶² “**Geografia do crime: áreas de Fortaleza com piores IDHs concentram maior número de homicídios em 2020**”. Disponível em:

Outeiro e, a partir da década de 50, se consolidou como um refúgio da elite da sociedade local e da classe média alta que desejava residir longe da agitação do comércio do centro (FORTALEZA, 2020).

Pois o Outeiro está irreconhecível. A linha de ônibus, ainda me lembro, morria ali no Colégio São João. É uma nova cidade dentro da cidade, com casas belíssimas, a maioria de inegável bom gosto (embora haja algumas horrendas, outras feitas em série, na base da cópia). Mas há mesmo mansões dentro do figurino cinematográfico, a que não faltam nem mármore, nem piscina, nem jardins, nem móveis suntuosos, nem quadros de grandes pintores. (Dias, 1974, p.140)

Entre as décadas de 70 e 80, o bairro passou por um grande crescimento imobiliário proporcionado pela concessão de financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e, em 1974, recebeu o primeiro *shopping center* da cidade, o Center Um (FORTALEZA, 2020). Ainda que tenha surgido como uma região nobre, duas comunidades resistem em apertados quarteirões localizados nas ruas limítrofes: o Campo do América (Figura 33) e o Conjunto Santa Cecília (popularmente conhecida como “Comunidade das Quadras”). Estas comunidades têm sua origem nas aglomerações tradicionais de famílias de pescadores, precursoras à ocupação burguesa, mas que já foram repetidamente ameaçadas pela especulação imobiliária.

Figura 32 - Comunidade Campo do América em contraste com as edificações multifamiliares nas proximidades



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Segundo estudos de Cunha (1990, p.396), já nesta época, a cidade de Fortaleza possuía uma longa lista de praças desaparecidas, em sua maioria por motivos de invasão. A Figura 34 ilustra dois exemplos do bairro Aldeota, praças “engolidas pela especulação imobiliária” – expressão utilizada por Cunha - que atualmente estão ocupadas por edificações residenciais de alto padrão.

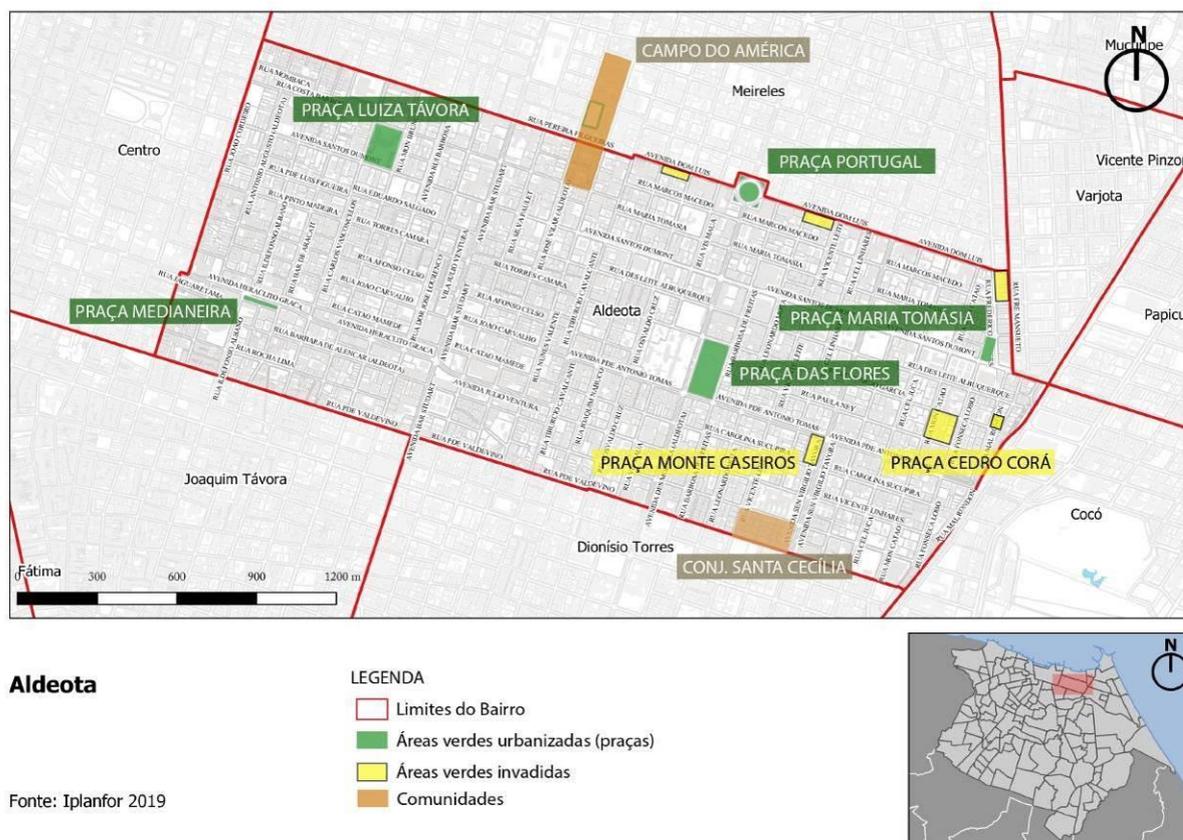
Figura 33 - Áreas verdes invadidas do bairro Aldeota: Praça Cedro Corá e Praça Monte Caseiros



Fonte: Base Google Earth editada pela autora (2022)

Assim, como toda a cidade de Fortaleza, o crescimento desta região não priorizou a reserva de generosos espaços públicos de lazer, resultando na permanência de apenas cinco praças no bairro Aldeota: Praça Portugal, Praça Maria Tomásia, Praça das Flores, Praça Medianeira e Praça Luiza Távora. (Mapa 7).

Mapa 7 - Bairro Aldeota



Fonte: Base Fortaleza em Mapas editada pela autora (2022)

A história da Praça Luiza Távora é marcada por uma narrativa de romance. Na década de 20, era um terreno de propriedade do rico comerciante cearense Plácido de Carvalho que, como prova de seu amor, mandou construir um castelo para a italiana Maria Pierina Tacconi Rossi⁶³. A edificação era imponente, feita com materiais importados, inspirada nos palácios florentinos e era um projeto do engenheiro João Sabóia Barbosa (Figura 35). Com a morte do marido, em 1933, Pierina decide construir seis castelinhos ao redor do castelo principal, desta vez, com projeto do húngaro Emilio Hinko. Em 1957, Pierina vem a falecer e uma de suas filhas decide vender o complexo para o grupo Romcy, o qual demole o castelo central com o objetivo de construir um supermercado no local, plano que nunca veio a se tornar realidade.

⁶³ Praça Luiza Távora abrigou castelo. Disponível em: <http://plus.diariodonordeste.com.br/praca-luiza-tavora-abrigou-castelo/> Acesso em: 10 abril 2022

Figura 34 - À esquerda, Castelo Plácido de Carvalho (década de 20) e, à direita, Praça Luiza Távora (atual)



Fonte: Conde (2017)

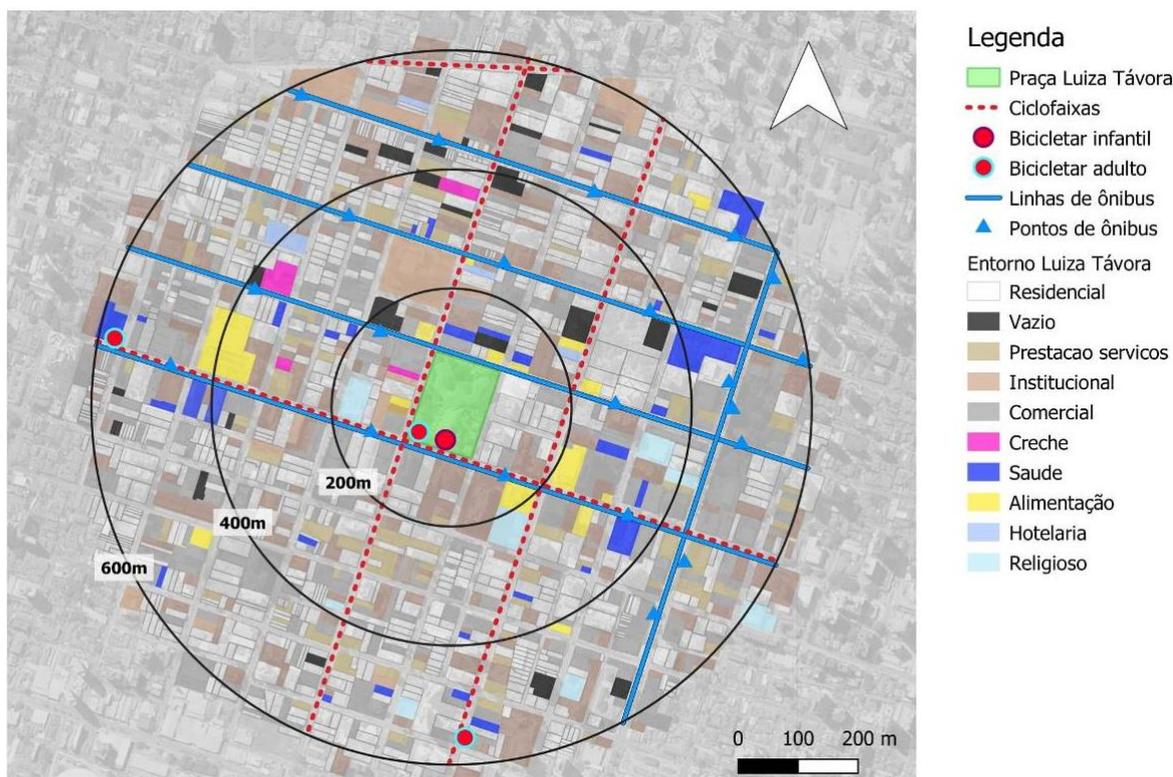
Na década de 60, devido a dívidas que o grupo possuía com o Governo do Estado, o terreno teve sua posse transferida para o poder estadual, como forma de negociação. A primeira-dama da época, Luiza Távora, teve então a iniciativa de construir no local o Centro de Artesanato do Ceará (CeArt). Desde então, a edificação já passou por algumas reformas, tendo sido a mais recente no ano de 2021, e os demais castelinhos receberam a função de órgãos estaduais, dentre eles, o gabinete da primeira-dama vigente e o *Espaço Mais Infância*. Este último trata-se de uma potente iniciativa do *Programa Mais Infância* de promover atividades educativas variadas e gratuitas com o público infantil.

A Avenida Santos Dumont, antigo Boulevard Nogueira Acciolly, era repleta de casarões imponentes, mas devido à falha preservação patrimonial de Fortaleza, muitos já foram demolidos, dando espaço a comércios, farmácias e edifícios residenciais. Atualmente, a arquitetura dos castelinhos preservados contrasta com a paisagem que está inserida, causando natural curiosidade dos transeuntes sobre a história que há por trás. Logo, é importante que essa origem seja preservada e disseminada. Há alguns anos, na Praça, havia uma placa relatando brevemente sobre essa história, porém, foi removida, possivelmente para manutenção, mas não mais reinstalada.

A Praça Luiza Távora fica localizada em uma das principais avenidas da cidade, a Av. Santos Dumont, logo é um espaço bem atendido de infraestrutura

viária, com ampla oferta de linhas de ônibus e de ciclofaixas, inclusive, tangenciando a praça (Mapa 8)⁶⁴. Sobre o uso do solo, o lugar está em um ponto predominantemente residencial, mas com uma diversidade de usos em uma distância confortável, que estimula a mobilidade ativa. Há presença de quatro creches a menos de 400m, o que indica que há fluxo crianças pequenas no entorno.

Mapa 8 – Entorno da Praça Luiza Távora



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Outros destaques são equipamentos de saúde, os quais estão contemplando clínicas e hospitais. Apesar de haver uma presença forte, todos os serviços disponíveis são particulares, não havendo nenhum posto de saúde público a menos de 600m. No entorno imediato há boas opções de alimentação em estabelecimentos formais e, em março de 2022, foi inaugurado o Café Santa Clara dentro da praça. Além disso, algo que o mapa não revela é que há um importante fluxo de ambulantes nos turnos da manhã e da tarde nas esquinas, com venda de

⁶⁴ Para a análise do entorno da praça, foi utilizado o modelo proposto no guia Bairros Amigáveis à Primeira Infância (IAB, 2021), o qual estabelece raios de 200m, 400m e 600m. Neste caso foi feita a adaptação de, ao invés do centro do diagrama ser a casa, ser a praça em estudo.

comida de rua – tapioca, café, bolo - e, pela noite, há permanência de ambulantes na própria praça.

Partindo deste estudo macro, foi aplicada a metodologia de análise do espaço de forma mais aproximada, incluindo a perspectiva dos usuários, conforme explicita o item a seguir.

4.2 A Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC)

A Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC) foi desenvolvida pela professora Villarouco (2001; 2008) com base na Análise Ergonômica do Trabalho (SANTOS e FIALHO, 1997). Compreende-se por ergonomia “o estudo científico da relação entre homem e seus meios, métodos e espaços de trabalho. Seu objetivo é elaborar, mediante a contribuição de diversas disciplinas científicas que a compõem, um corpo de conhecimento que, dentro de uma perspectiva de aplicação, deve resultar em uma melhor adaptação ao homem dos meios tecnológicos e dos ambientes de trabalho e de vida.”, (IEA, 2000, tradução nossa). Assim sendo, o estudo ergonômico apresenta-se como um caminho de análise sistêmica do espaço e Villarouco (2001) explica que a ergonomia do ambiente pode ser tratada de forma preventiva, quando inserida na fase projetual, ou corretiva, visando ajustar as situações já existentes.

Na presente pesquisa, tendo em vista que o estudo de caso é de um espaço já existente, foi feita uma análise no âmbito da **ergonomia de correção** visando “a identificação de elementos contrários à facilitação do desenvolvimento das atividades e tarefas em seu interior” (VILLAROUCO, 2011) à luz dos conceitos de Cidade Amiga da Criança. Para isto, as crianças e seus respectivos cuidadores foram os principais aliados no processo de identificação das falhas e interferências negativas do ambiente.

Sob este prisma, a ergonomia do ambiente extrapola as questões puramente arquitetônicas, ficando seu posicionamento na adaptabilidade e conformidade do espaço às tarefas e atividades que neles se irão desenvolver, mediados pelo sentimento e percepção do usuário. Evoca, portanto, elementos da antropometria, da percepção ambiental e da ergonomia cognitiva, conceitos do conforto térmico, acústico e lumínico e da acessibilidade integral, além de metodologias auxiliares na composição de arranjos produtivos. (VILLAROUCO, 2011)

Para atender todas as esferas que se propõe analisar, a MEAC se estrutura em cinco etapas: **Análise Global do Ambiente** é quando são observadas informações sobre a estrutura organizacional, as atividades desempenhadas, os

horários de funcionamento e outros aspectos mais gerais, resultando em anotações do pesquisador sobre suas primeiras impressões do lugar; **Identificação da Configuração Ambiental**, através de levantamentos - de dimensionamento, iluminação, ruído, temperatura, layout, segurança e acessibilidade – avaliar o cumprimento das respectivas normas vigentes; **Avaliação do Ambiente em Uso**, que envolve observações sistemáticas dos fluxos e das atividades realizadas; **Percepção Ambiental do Usuário**, com uso de técnicas de Psicologia Ambiental, identificar desejos dos usuários; **Diagnóstico Ergonômico e Recomendações do Ambiente**, que consiste na leitura dos dados levantados, correlacionando-os e resultando em um parecer técnico.

Ainda que haja a clara definição de etapas, a MEAC oferece liberdade de adaptação a cada tipo de pesquisa, pois, segundo Ferrer, Sarmiento e Paiva (2022, p.33-34), esta “não é uma metodologia engessada, que segue um protocolo rigoroso de técnicas, mas uma sequência de macroetapas. Essas etapas, conforme descritas, concorrem para um diagnóstico detalhado acerca das situações analisadas, com relação a aspectos técnicos, dimensionais, de conforto e de percepção dos usuários”.

4.2.1 Aproximação com o objeto de estudo

Em janeiro de 2020 foi realizada a primeira aproximação investigativa da Praça Luiza Távora, a qual resultou na publicação de um artigo⁶⁵. Esta foi uma etapa fundamental tendo em vista que possibilitou o teste de técnicas e o levantamento de um diagnóstico do local anterior à pandemia do Coronavírus. Isto possibilitou a realização de análises comparativas entre dois períodos, descritas nos próximos itens. Nesta primeira aproximação, foram identificadas algumas falhas importantes de serem reparadas para a metodologia da pesquisa da dissertação: (1) Faltou estratégia na criação de vínculos com as crianças participantes; (2) Não foi previsto ouvir, de forma sistemática, a opinião das crianças sobre a praça; (3) Os depoimentos não foram gravados nem foram registradas as respectivas idades das crianças entrevistadas. Com o agravamento da pandemia do Coronavírus, outra

⁶⁵ Este estudo está detalhado no artigo “*Estudo sobre qualidade de espaços públicos para a infância a partir da aplicação da metodologia ergonômica para o ambiente construído na Praça Luiza Távora em Fortaleza*” no VIII Encontro Nacional sobre Ergonomia do Ambiente Construído (ENEAC), em maio de 2020. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2020/54.pdf>

necessidade identificada foi adaptar as técnicas de modo a respeitar as medidas sanitárias preventivas de distanciamento social. As etapas da MEAC estão ilustradas na Figura 36 juntamente das respectivas técnicas atribuídas, as quais são detalhadas nos itens a seguir ao passo que foram sendo descritas suas aplicações.

Figura 35 - Etapas e técnicas da MEAC



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A primeira medida de amadurecimento desta pesquisa em relação à primeira aproximação foi definir o recorte etário das crianças pesquisadas. Para isto, foi considerado o artigo 2º do Estatuto da Criança de do Adolescente que define criança como todo ser humano de até doze anos incompletos (BRASIL, 1990). Assim, tendo em vista que esta pesquisa se propõe a realizar um estudo do conceito “Cidade Amiga da Criança”, não foi feito um recorte etário mais específico, pois ainda que este conceito reconheça as distinções entre as infâncias, ele tem como objetivo final atender a necessidade de todas elas. Logo, esta pesquisa assume o caráter de realizar um reconhecimento do tema e de uma realidade local, podendo seus resultados servir de embasamento para futuras pesquisas de aprofundamento.

Todavia, a primeiríssima infância (0 a 3 anos) não foi contemplada sob a justificativa de que, segundo estudos de Tuan (1983), nos anos iniciais as crianças ainda possuem pouca noção espacial, logo seria necessária a aplicação de técnicas

que ainda são raras e que carecem de maior amadurecimento científico, conforme indicam os resultados da revisão de literatura apresentada no Capítulo 2.

Posteriormente a esta definição de recorte etário, assim como orienta o artigo 4º do Marco Legal da Primeira Infância, foram definidas técnicas distintas para as crianças “em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento” (BRASIL, 2016). Conforme estudos de Tuan (1983) apresentados no item 2.2.2, as crianças de três a seis anos já possuem mais autonomia, porém, ainda estão em processo de maturação sobre o conhecimento de escalas, podendo fazer comparações desproporcionais. Para este público, então, foi aplicada a técnica **Mapa Comportamental** (Rheingantz et al, 2009; Sanoff, 1995) que possui caráter observacional sem previsão de realizar interação direta entre pesquisador e público.

Já entre sete e doze anos, segundo Piaget⁶⁶, as crianças estão no período das operações concretas, o que significa que, ainda que dependam do mundo concreto para chegar a abstrações, já têm noções espaciais, compreendem regras e possuem senso de empatia. Assim, além do Mapa Comportamental foram realizadas duas oficinas com aplicação de: **Entrevista semi-estruturada**, **Mapeamento Participativo** (KRAFTL e HADFIELD-HILL, 2019) e mantido o **Poema dos Desejos** (Sanoff, 1995) que foi aplicado na fase de aproximação do objeto de estudo.

Para os adultos responsáveis por estas crianças, os cuidadores, a ferramenta de Constelação de Atributos (Moles, 1973) foi descontinuada, pois ainda que na pesquisa de aproximação tenha surtido resultados interessantes, ao final, se constatou que a esta não foi a técnica mais compatível para o tamanho da amostragem desta pesquisa, tendo em vista que se trata de uma técnica que apresenta melhor desempenho para grande amostras. Em substituição, com os cuidadores, foi aplicada **entrevista estruturada**.

Para a versão final da pesquisa foi definido que o grupo social a ser estudado seria formado por 15 pessoas, sendo: 5 cuidadores de crianças de 3 a 6 anos, 5 cuidadores de crianças de 7 a 11 anos e 5 crianças de 7 a 11 anos. O critério de inclusão era que fossem crianças e cuidadores moradores do entorno e/ou frequentadores dos espaços públicos selecionados, e o critério de exclusão era de

⁶⁶ Conforme Quadro 6 apresentado no item 2.2.2.

crianças menores de 3 ou maiores de 12 anos e adultos que não fossem cuidadores de crianças nessa faixa etária. A amostra de pessoas foi escolhida por facilidade de acesso, não sendo estatisticamente representativa, caracterizando-se como estudo de caso (YIN, 2015; GIL, 2009), fundamentada em procedimentos distintos de coleta de dados com fontes diversas de evidências e, o propósito de consolidar as evidências através de convergências de achados (YIN, 2015).

Como protocolo de pesquisa, no primeiro contato com os potenciais participantes, a pesquisa foi explicada em detalhes, buscando sanar todas as dúvidas e, por fim, feito o convite à efetiva participação. Diante ao aceite, antes da aplicação das técnicas envolvendo pesquisa com pessoas, os cuidadores participantes leram, assinaram e receberam uma cópia via e-mail do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Para as crianças participantes foi elaborado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) com uma abordagem lúdica, a fim de tornar a leitura mais didática e facilitar a compreensão das etapas de pesquisa (Apêndice A).

Os itens a seguir descrevem a análise da praça escolhida seguindo as etapas da MEAC e, quando oportuno, fazendo comparações entre dois diferentes períodos: (1) Início de 2020, antes da pandemia do COVID-19, a partir de levantamentos realizados em caráter de primeira pesquisa de aproximação do objeto de estudo; (2) Anos de 2021 e 2022, durante período pandêmico e após algumas reformas realizadas no espaço.

4.2.2 Análise global do ambiente

Esta primeira etapa tem como função principal “entender o sistema pessoa-tarefa-ambiente numa abordagem macro, em que o pesquisador registra suas percepções sobre o ambiente a ser analisado” (Ferrer, Sarmiento e Paiva, 2022, p.36). Para isto, foi selecionada a técnica de **observação direta simples** objetivando identificar, descrever e hierarquizar quais aspectos deste ambiente ou de seu uso merecem estudos mais aprofundados. Segundo Santiago (2005, p. 148) a observação “pode ser considerada como procedimento científico à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisas; é sistematicamente planejada; é sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais, e é submetida à verificação e controles de validade e precisão”. Desta forma, foram estabelecidas

categorias a serem observadas e registradas: materiais, mobiliários, vegetação, iluminação e sensação térmica.

Esta observação foi aplicada no dia 14 de novembro de 2021, dia de sábado, entre as cinco e as sete horas da noite. Com exceção dos prédios institucionais (castelinhos, Espaço Mais Infância e Ceart), os espaços livres não possuem barreiras físicas, não havendo restrição ao horário de acesso e uso de pessoas. Em relação às impressões de estar inserida neste espaço, se confirmou o que foi relatado na pesquisa de aproximação:

um espaço agradável que transmite sensação de segurança, limpeza, amplitude e aconchego; um lugar que apresenta composições espaciais que permitem diversos tipos de uso; uma praça bem iluminada natural e artificialmente, possuindo paisagismo harmonioso e mobiliário urbano estrategicamente distribuído e executado com materiais resistentes. A praça apresenta, também, edificações antigas bem preservadas que assumem função de órgãos governamentais, intervenções lúdicas que remetem à arte local, um centro de artesanato implantado no centro geográfico da praça com uma permeabilidade visual e física bem incorporada ao lugar (parte que não entrará no restante da análise no recorte espacial); um espaço com amplas áreas de circulação com pavimentação regular, presença de rampas e de piso tátil, demonstrando-se um espaço aparentemente acessível. (VASCONCELOS *et al*, 2020).

Também foram identificadas novidades no espaço: foi inaugurado o novo Centro de Artesanato (CeArt); foi reinaugurada uma fonte iluminada central; foram instaladas placas sobre espécies de plantas e sobre comportamento de skatistas; foi ampliada a área de pista de skate; foi instalada uma unidade de Brinquedopraça (Figura 37).

Figura 36 - Reformas identificadas na Praça Luiza Távora



Fonte: Acervo Pessoal (2021)

Muitas destas reformas atendem aos pedidos registrados na etapa de percepção do ambiente da pesquisa de aproximação, em que idosos e cuidadores de crianças manifestavam preocupação sobre a convivência arriscada de pedestres, skatistas e patinadores, relatando já terem sido testemunhas oculares de acidentes entre estes indivíduos. Então, a instalação de placas e ampliação da pista de skate apresenta-se como medidas da gestão estadual de buscar sanar estas necessidades. Assim como, a instalação da Brinquedopraça atende à demanda registrada por mais equipamentos de lazer infantil.

A nova fonte luminosa possui duas intensidades e, no momento de alternância, as crianças se afetam com alegria expressa nos gritos e pulos. Além disso, o som de água e a redução da temperatura proporcionam uma sensação de relaxamento agradável aos transeuntes. Este equipamento tem seu funcionamento diário durante 1h no período da noite, quando se transforma em um potente elemento lúdico para as crianças, que se banham e brincam com a água euforicamente, enquanto seus cuidadores observam e registram a brincadeira por fotos e vídeos.

Além das opções de lazer fixas, no período do final da tarde, a praça recebe ambulantes que promovem ainda mais dinamicidade para a praça, como é o caso da chegada do pipoqueiro, das vendedoras de acessórios infantis, de lanches, do grupo de capoeira e de uma senhora que promove pintura em gesso com as crianças.

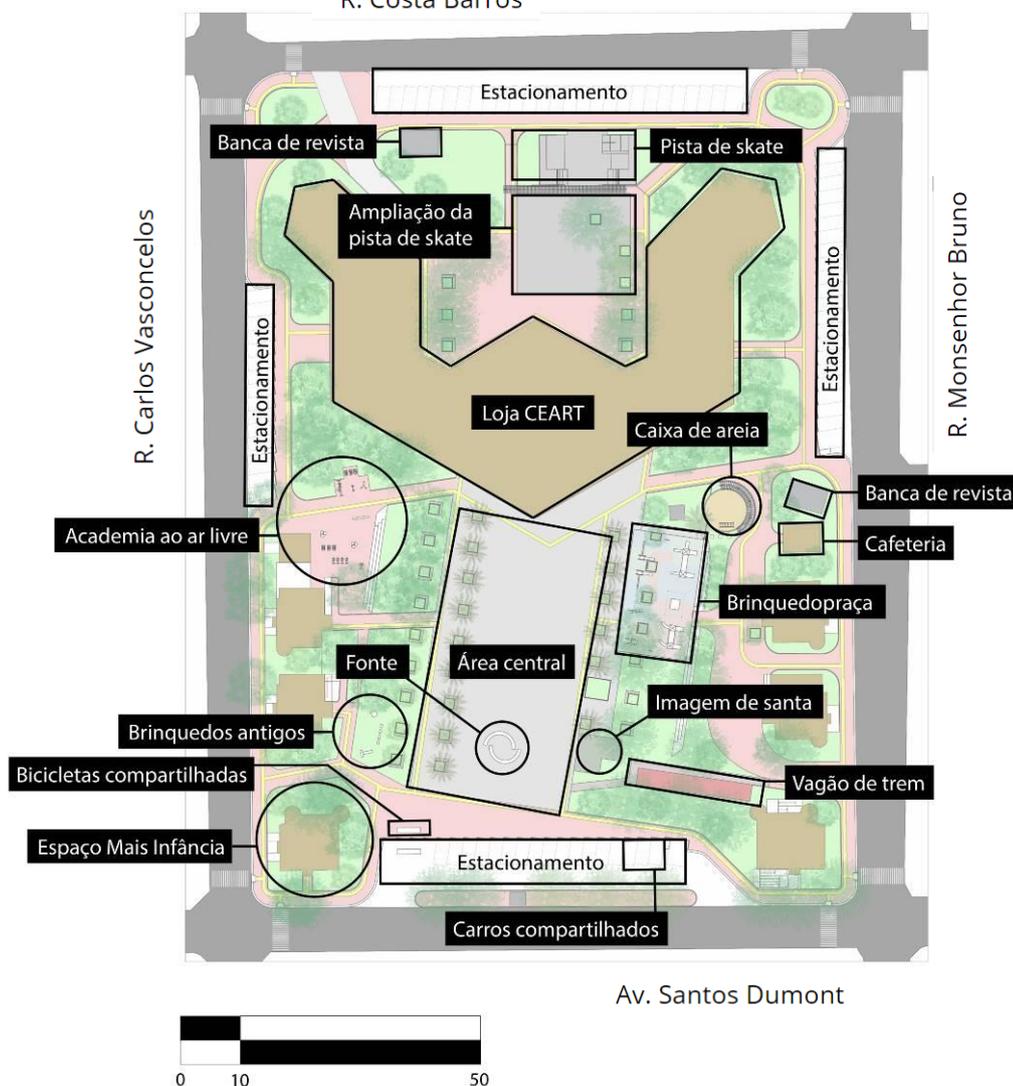
4.2.3 Identificação da configuração ambiental

4.2.3.1 Layout e mobiliário

A Praça Luiza Távora possui área de 18.235m² e dispõe de equipamentos que atendem diferentes tipos de usos (Figura 21): ampla área central para circulação e realização de eventos; uma fonte de água iluminada no centro; equipamento de ginástica para uso de adultos; dois pontos com brinquedos infantis, incluindo brinquedos acessíveis; uma ampla pista de skate; duas bancas de revista; o Centro de Artesanato do Ceará (CeArt); seis castelinhos, edifícios institucionais do Governo do Estado, incluindo, um Espaço Mais Infância; uma cafeteria no vagão de trem; vagas para veículos automotores particulares, institucionais e, do projeto VAMO, os veículos elétricos compartilhados; jardins; duas estações de bicicletas

compartilhadas do programa Bicicletar, sendo uma delas, um Mini-bicicletar. As nomenclaturas atribuídas aos espaços na Figura 38 foram adotadas ao longo das demais etapas da MEAC quando foi necessário ser feita uma referência.

Figura 37 - Planta baixa da Praça Luiza Távora
R. Costa Barros



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Em relação à **vegetação**, há uma variedade de espécies de palmeiras – rabo de raposa, coqueiros, carnaúba - e árvores - plumerias, jericuitis, *flamboyants*, casuarinas, mangueiras, ipês, abricó de macaco e outras. Há também arbustos de clúsia e forração de grama batatais. A distribuição da vegetação de maior porte garante um sombreamento onde há bancos e brinquedos. Em 2020 foram feitos registros das árvores cobertas por artesanato, assumindo uma identidade lúdica e regional impactante na paisagem e, no final de 2021, encontravam-se com as

iluminações de Natal, ou seja, além dos benefícios naturais de sombreamento, as árvores assumem um importante papel lúdico e estético na Praça (Figura 39).

Figura 38 - Árvores da Praça Luiza Távora



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Os **mobiliários de sentar** da Praça Luiza Távora são arquibancadas e os bancos (Figura 40) e estes respeitam as dimensões previstas em norma, porém, a ausência de encostos desfavorece o uso autônomo dos idosos.

Compostos por granilite retangular, possuem altura (39cm) e profundidade (50cm) adequadas para o público adulto e estão distribuídos de forma que atendem à demanda de uso no horário de pico (noturno). (...) O formato em “L” favorece o uso do mobiliário (bancos) por grupos distintos, não induzindo um excesso de aproximação física com desconhecidos, respeitando o Espaço Pessoal de cada indivíduo, que segundo Sommer (1969), refere-se a uma área com limites invisíveis que cercam o corpo das pessoas. Além disso, por não possuírem braços nem encostos, este formato dos bancos permite diversos tipos de acomodações, inclusive deitado, sendo possível uma visão plena dos responsáveis pelas crianças. Em contrapartida, para o público idoso, não é uma opção interessante nem confortável, por necessitarem de pontos de apoio para levantar e sentar. (VASCONCELOS et al, 2020)

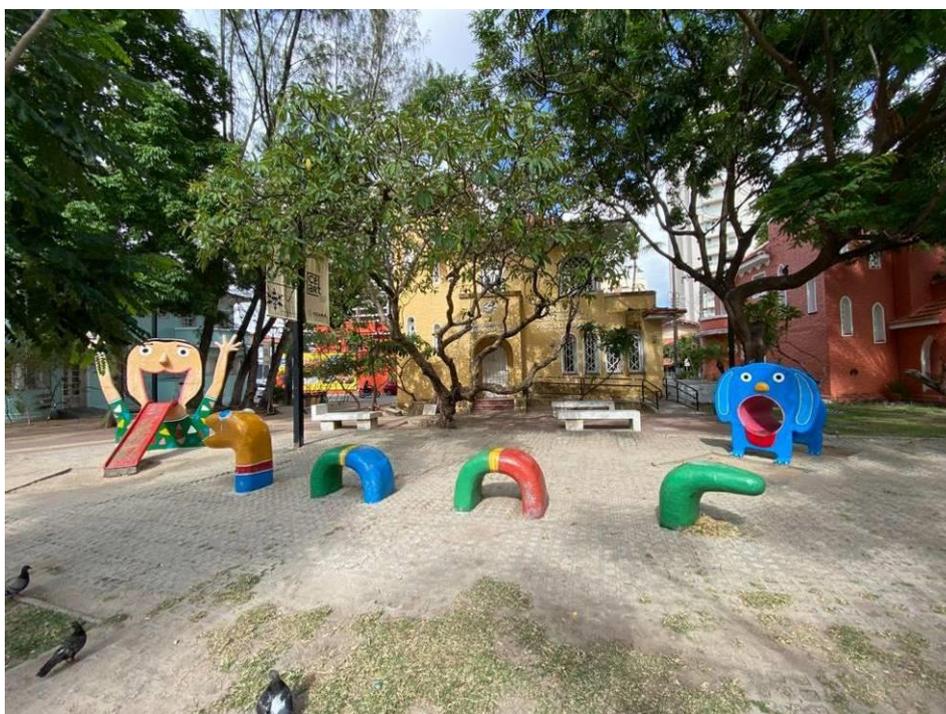
Figura 39 – Bancos e arquibancadas da Praça Luiza Távora



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Uma das queixas relatadas pelos cuidadores na pesquisa de aproximação foi a pouca opção de brinquedos para as crianças. Naquela época, havia apenas três mobiliários com esta finalidade: um escorregador, um conjunto de obstáculos em forma de cobra gigante e um tubo em forma de elefante (Figura 41).

Figura 40 - Brinquedos antigos da Praça Luiza Távora



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Em junho de 2021 foi instalada uma Brinquedopraça⁶⁷, a qual se transformou no principal polo atrativo das crianças. Este equipamento conta com aproximadamente 310m², foi a unidade 134 instalada pelo Programa Mais Infância, sendo posicionado em um espaço onde os donos de pets costumavam se concentrar. O espaço conta com placas informativas (Figura 42) sobre a faixa etária a que se destina - 2 a 12 anos – e instruções para uso dos brinquedos inclusivos. Além disso, foram instaladas novas lixeiras e pontos de iluminação com refletores.

Figura 41 - Placas informativas da Brinquedopraça da Praça Luiza Távora

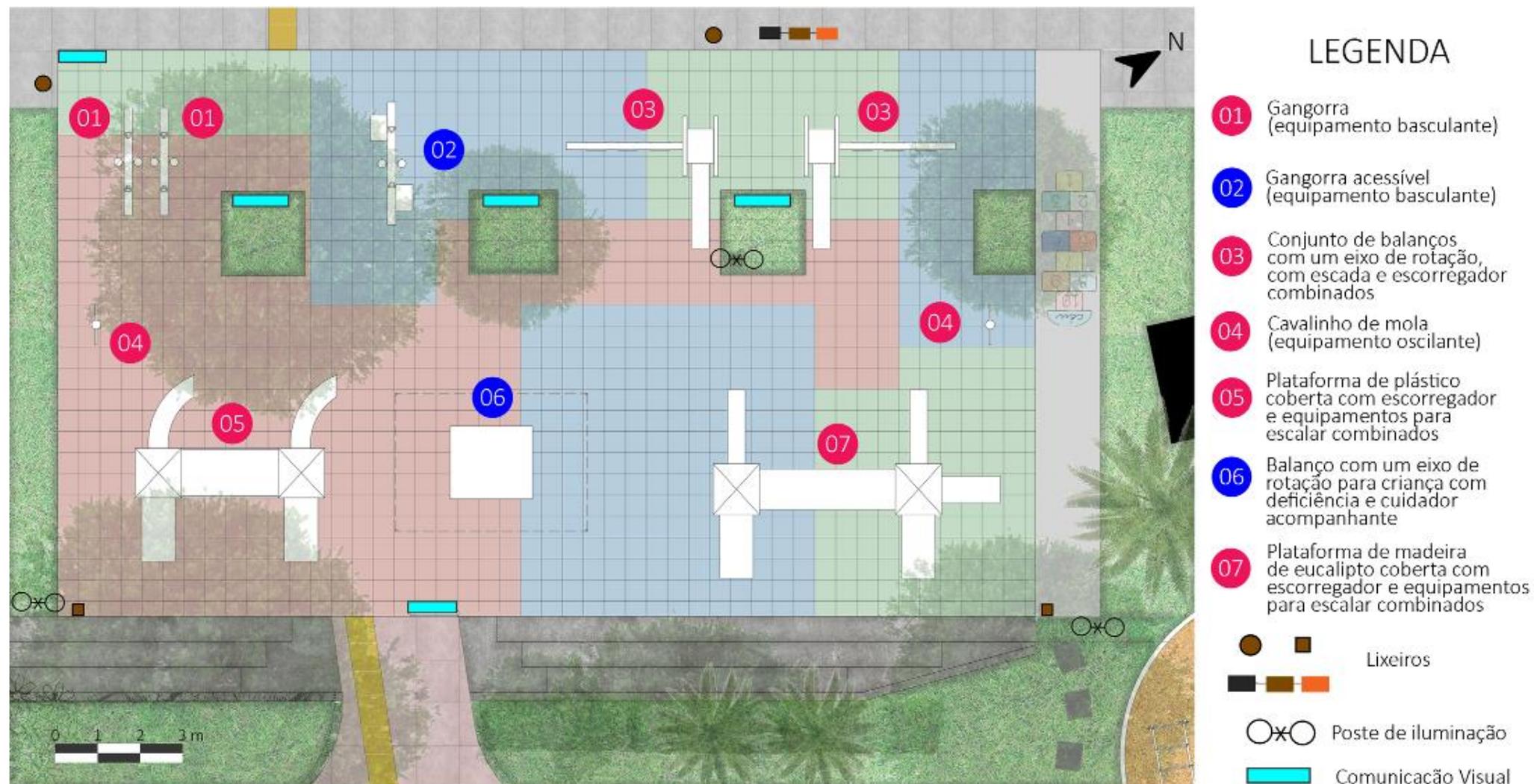


Fonte: Acervo pessoal (2021)

Esta unidade apresenta algumas adaptações em relação ao modelo padrão do Programa Mais Infância, apresentado no item 3.4.2, pois inclui a instalação de mais duas gangorras simples, dois brinquedos para crianças com deficiência e não possui gradil metálico ao redor (Figura 43). De modo geral, trata-se de um equipamento colorido, convidativo às crianças, com espaço confortável para movimentações e com variedade de brinquedos. Para análise desses novos **mobiliários de brincar**, foi feito o levantamento de suas medidas e uma análise delas com base na NBR 16071/2021 (Quadro 13).

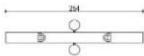
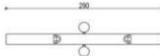
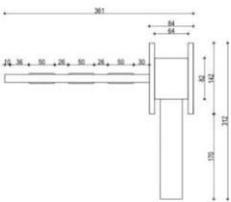
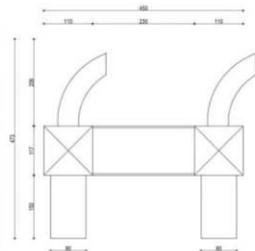
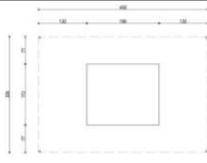
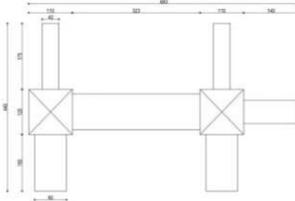
⁶⁷ **Brinquedopraças. 1 vídeo (2:04). BRINQUEDOPRAÇA CEART SM AMBIENTAL. Publicado pelo canal Brinquedopraças, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bARjKUu5bq0>. Acesso em: 20 janeiro de 2022**

Figura 42 - Planta baixa colorida da Brinquedopraça da Praça Luiza Távora



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 13 – Equipamentos da Brinquedopraça

Fotografia e dimensões		Observações	
Brinquedo 01			Gangorras excessivamente próximas.
Brinquedo 02			
Brinquedo 03	 		Risco de aprisionamento de dedo nas corrente dos balanços; distância entre primeiro e segundo degrau superior à referência da norma.
Brinquedo 04			
Brinquedo 05	 		Nos períodos de sol intenso, o material de fibra de vidro fica superaquecido e causa incomodo às crianças usuárias
Brinquedo 06			O brinquedo está interdito sem previsão para solução devido ao uso indevido de superlotação de crianças sem a supervisão responsável de cuidadores.
Brinquedo 07	  		Risco de aprisionamento de cabeça/pescoço nos guarda-corpos verticais de madeira que ficam na lateral.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As árvores ao redor proporcionam um sombreamento satisfatório, mas, entre 10 e 17h, a incidência solar torna o uso desconfortável, em especial, no Brinquedo 05 que é feito de fibra de vidro e superaquece. No dia do levantamento de

medidas, foi possível testemunhar uma criança chorando por ter sentado no equipamento excessivamente quente.

Foi registrado também um momento de superlotação do Brinquedo 06, o balanço para crianças que fazem uso de cadeiras de roda, sem supervisão responsável dos cuidadores (Figura 44). Dias depois ele estava rudemente interditado por tempo indeterminado, com correntes e cadeados (Figura 45). Tal cena despertou estranhamento e tristeza. Na etapa de Análise global do ambiente, os guardas civis e uma mãe de um jovem com deficiência informaram que isso se deu devido ao uso indevido testemunhado, o qual teve como consequência um acidente de uma criança que foi gravemente ferida no choque com o brinquedo em movimento. Esta situação deu ênfase ao problema de não haver uma sinalização sobre a necessidade da supervisão de um adulto nas atividades dos usuários.

Figura 43 - Brinquedo 06 superlotado



Fonte: Acervo da autora (2021)

Figura 44 - Brinquedo 06 interditado



Fonte: Acervo pessoal (2021)

O Brinquedo 06 apresenta problemas de design desde a sua concepção. As estruturas diagonais de sustentação oferecem sérios riscos a todas as pessoas que transitam no espaço, independente de condição física ou idade, pois as angulações diagonais se comportam como obstáculos sem indicação de alerta ao redor. Assim, este brinquedo oferece riscos de acidente a pessoas de todas as idades que transitam ou brincam ao redor.

4.2.2.2 Acessibilidade

Para a conferência das condições de acessibilidade, foram feitos registros fotográficos, levantamentos de medidas e, por fim, comparação entre ambiente real e o ideal descrito nas normas e legislações brasileiras vigentes de acessibilidade.

Em uma análise macro identifica-se que a praça oferece acesso facilitado por rampas em todas as esquinas, contém duas faixas de travessia com semáforo para pedestres, possui passeios largos, suas travessias e guias são rebaixadas com dimensões e inclinações compatíveis com as exigidas pela NBR 9050/2020. Porém, ao aproximar a escala é possível identificar pontos importantes a serem melhorados e, conforme dito por Morano e Santiago (2018), “a acessibilidade é um detalhe, porém, esse detalhe pode dificultar ou até impedir a mobilidade de muitas pessoas”.

No acesso a praça, as rampas estão nas dimensões corretas, porém estas não estão alinhadas entre si nem com a faixa de pedestre e apresentam desníveis entre o término e o leito carroçável (Figura 46). Outro ponto crítico é que não há vagas reservadas nem para idosos nem para pessoas com deficiência, em contrapartida, há vagas disponíveis em três ruas limítrofes, muito próxima do polo de atração, a praça.

Figura 45 – Rampas de acesso à praça



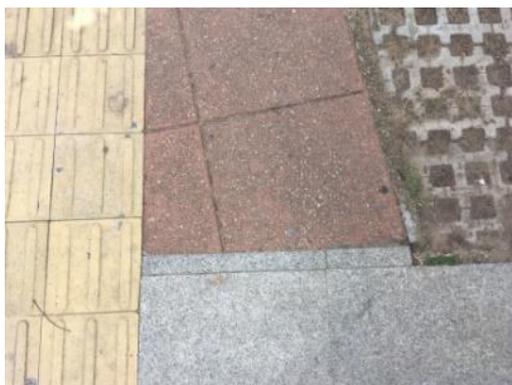
Fonte: Acervo pessoal (2021)

Há presença de uma rota acessível com sinalização tátil que respeita os contrastes de cores sugeridos na norma (Figura 47), sendo os revestimentos do piso: granito flameado, placas de concreto pré-moldado, concreto moldado *in loco*, concreto permeável, concregrama e, na área da Brinquedopraça, piso emborrachado colorido, anti-impacto, antiderrapante e drenante. O concregrama instalado ainda que seja um material interessante por viabilizar maior permeabilidade da água da chuva, apresenta problemas de manutenção:

(...) pela grande maioria dos intertravados terem sido instalados nas áreas sombreadas, a grama escolhida para nascer neste piso não atinge um crescimento regular, pois, a batatais é uma espécie de forração que prefere sol direto. Assim, na presença de eventuais falhas da grama, os intertravados ficam em contato direto com a areia, não se fixando perfeitamente e potencializando riscos de acidentes. (VASCONCELOS *et al*, 2020)

Há grelhas localizadas na rampa que fica no perímetro da edificação da CeArt (Figura 48) e, ainda que este prédio não seja espaço livre nem fazer parte da rota acessível, entre as salas do Centro há corredores que conectam a área central da praça com a pista de skate, logo, é um trecho com fluxo intenso de pedestres. Estas grelhas não estão em sentido perpendicular e possuem dimensão maior que 15mm, como previsto na NBR 9050/2020, desta forma, configuram-se como obstáculos para pessoas cadeirantes.

Figura 47 - Contrastes de cores de pavimentações



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Figura 46 - Grelhas



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Na região da Brinquedopraça, o piso emborrachado apresenta brechas com acúmulo de matéria orgânica que (Figura 49) e, em um dos seus acessos, apresenta um desnível superior a 5mm, medida máxima estabelecida na NBR9050/2020 (Figura 50). Estes dois aspectos também se configuram como barreiras para pessoas em cadeira de rodas.

Figura 48 – Brechas entre placas emborrachadas da Brinquedopraça



Fonte: Acervo pessoal (2021)

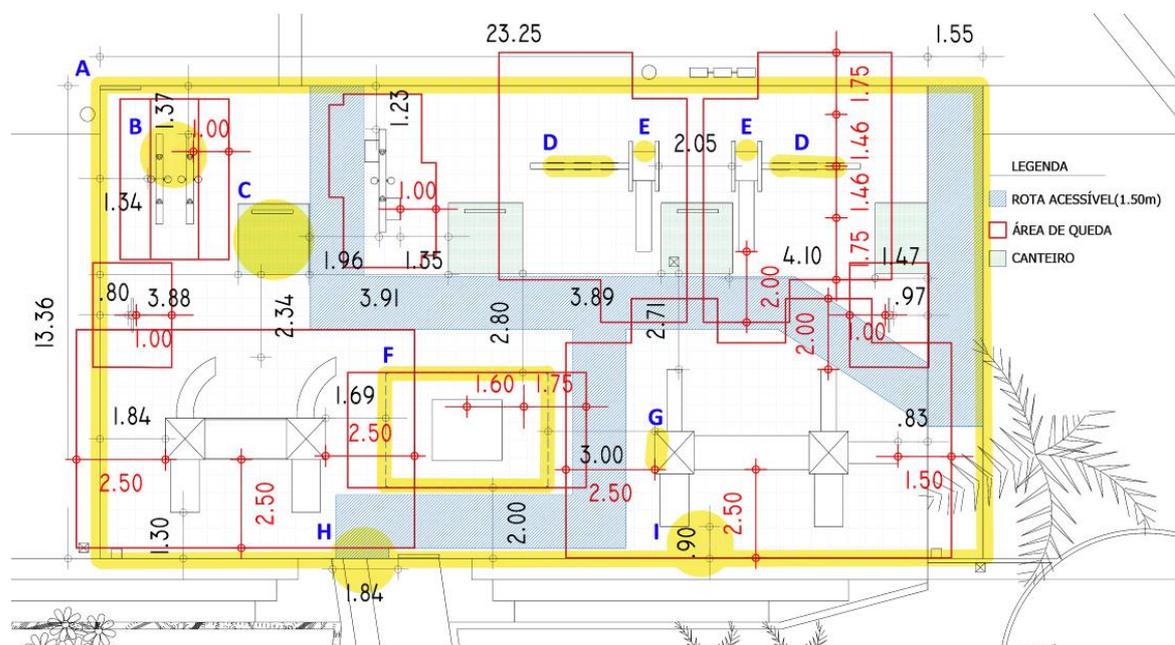
Figura 49 - Desnível existente no acesso à Brinquedopraça



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Para análise minuciosa da Brinquedopraça foi elaborada uma planta baixa incluindo indicação de rota acessível e área de queda (Figura 51). A partir da sobreposição das informações coletadas com as recomendações das Normas e legislações de acessibilidade, foram identificados importantes pontos de melhoria representados nas letras de A à I, os quais serão detalhados a seguir.

Figura 50 - Planta baixa com levantamento de medidas



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A: Ausência de cercamento. A recomendação de instalação desse tipo de estrutura está indicada na NBR 16071/2021:5 no item 4.1, em casos de riscos no entorno, sendo um deles, a presença de animais, uma realidade da Praça Luiza

Távora. A decisão de não instalar gradil, como previsto no projeto original, possibilitou uma maior fluidez nos fluxos dos usuários, tendo em vista que a brinquedopraça ocupa um espaço pequeno.

B: Proximidade entre as gangorras. Segundo a NBR 16071/2021:5, item 4.7, a área de queda de uma gangorra deve ser de 1,00 m nas laterais, condição não respeitada neste *layout*.

C: Presença de uma espécie de árvore com espinhos no tronco. A presença da espécie Paineira Rosa (*Chorisia speciosa*) pode oferecer riscos para as crianças. No momento da visita, esta se encontra com seus espinhos cortados, entretanto, a recomendação da NBR 9050:2020, item 8.8.2 (a), é que espécies com estas características não estejam presentes em espaços públicos.

D: As correntes do balanço são de aço com espaçamento que pode oferecer risco de aprisionamento de dedos infantis.

E: Distância entre os dois primeiros degraus da escadinha do Brinquedo 03, o conjunto de balanços, é maior do que a indicada na norma NBR 16071/2021:2, item 6.6. A medida real é de 350 mm, quando a ideal é entre 175 mm e 320 mm.

F: Como já citado, as estruturas de sustentação deste brinquedo oferecem risco aos transeuntes. Isto ocorre por possuírem uma inclinação acentuada que desrespeita a orientação da NBR 9050/2020 que prevê que elementos suspensos (com altura livre entre 0,60m e 2,10m) devem ter sinalização no entorno para evitar acidentes.

G: No guarda-corpo do Brinquedo 07, feito de estruturas verticais de madeira com espaçamento, há risco de aprisionamento de cabeça e pescoço.

H: Em um dos principais acessos à Brinquedopraça, há um desnível de 8 cm sem tratamento de rampa, bem acima do limite estabelecido pela NBR 9050:2020, que é de, no máximo 5mm.

I: Área de circulação estrangulada, medindo 90 cm, quando a indicada é de, no mínimo, 1,20 m. Em contrapartida, é possível identificar que as crianças com deficiência podem acessar seus respectivos brinquedos em uma rota acessível, com espaçamento de 1,50m, destacada na cor azul.

Para síntese dos dados coletados, foi utilizado um *Check-list* com base na ferramenta proposta por Santiago, Santiago e Soares (2016). Para esta pesquisa, este *check-list* foi revisado substituindo a NBR 9050 de 2015 pela versão mais

atualizada, a de 2021, e incluindo pontos da NBR 16071/2021: Playgrounds; ABNT NBR 16537/2016: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação; Lei Municipal nº 236/2017: Lei do Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza; Lei Federal Nº 10.098/2000; Lei Federal Nº 13.443/2017; e Manual de Arborização Urbana de Fortaleza. Os resultados estão expressos no Quadro 14.

Quadro 14 - Check-list de acessibilidade

Norma / legislação	PASSEIO	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 9050:2020 (6.3.2)	Existência de revestimento de piso	X		
	Tipo de pavimentação dos passeios;	X		
	Estado de conservação;		X	
NBR 9050:2020 (10.13.1)	Existência de pelo menos uma rota acessível ;	X		
NBR 9050:2020 (6.3.4)	Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial.		X	
NBR 9050:2020 (6.3.5)	Em rotas acessíveis, as grellhas e juntas de dilatação devem estar fora do fluxo principal de circulação. Quando não possível tecnicamente, os vãos devem ter dimensão máxima de 15 mm, devem ser instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou ter vãos de formato quadriculado/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação		X	
NBR 9050:2020 (6.12.3); LUOS - Lei nº 236/2017 (Anexo 3.2)	Existência de passagens estreitas de circulação	X		
Norma / legislação	TRAVESSIAS E GUIAS REBAIXADAS	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 9050:2020 (6.12.7.3)	Recomenda-se que a largura longitudinal do rebaixamento seja maior ou igual a 1,50 m, admitindo-se o mínimo de 1,20 m. O rebaixamento não pode diminuir a faixa livre de circulação da calçada de, no mínimo, 1,20 m. Em casos excepcionais, desde que justificados, admite-se a largura mínima de 0,90m.	X		
	Inclinação máxima de 8,33%;	X		
NBR 9050:2020 (6.12.7.3.1)	Não pode haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.		X	
NBR 9050:2020	Localização da guia rebaixada junto á		X	

(6.12.7.3.2)	faixa de pedestre;			
	Rampas alinhadas entre si dos lados opostos da via;		X	
NBR 9050:2020 (6.12.7.3.5)	Corte no canteiro central;			X
Norma / legislação	ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA JUNTO ÀS PRAÇAS	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 9050:2020 (6.14.3); Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Art. 7º)	Vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD);		X	
NBR 9050:2020 (6.14.3); Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, (Art. 41)	Vagas reservadas para idosos;		X	
NBR 9050:2020 (6.14.1.12)	Nas vagas reservadas para PcD existência de espaço lateral de 1,20m			X
	Sinalização visual horizontal e vertical para os dois tipos de vagas reservadas			X
	Localização das vagas reservadas próxima aos polos de atração.			X
Norma / legislação	VEGETAÇÃO	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 9050:2020 (8.8); Manual de Arborização Urbana de Fortaleza	Existência de vegetação que interrompe a rota acessível;	X		
	Existência de raízes que danificam o passeio;	X		
	Existência de espécies espinhosas;		X	
	Existência de espécies venenosas;	X		
	Espécies que liberam frutos ou resina sobre o piso;		X	
	Existência de galhos podados deixando livre 2,10m.	X		
Norma / legislação	SINALIZAÇÃO TÁTIL	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 16537:2016 (5.6)	Contraste de cores entre pavimentação e piso tátil	X		
SINALIZAÇÃO DE ALERTA				
NBR 16537:2016 (6)	Em torno dos obstáculos suspensos com altura entre 0,60m e 2,10m		X	
	Nos rebaixamentos de calçadas	X		
	No início e término de escadas	X		
	No início e término de rampas	X		
	Junto a desníveis e paradas e ônibus			X
SINALIZAÇÃO DIRECIONAL				
NBR 16537:2016 (7)	Em áreas de circulação na ausência de guia de balizamento	X		
	Em espaços amplos	X		
	De forma transversal às guias rebaixadas	X		
	Na divisa da calçada com o lote, quando não houver muro.			X

Norma / legislação	RAMPA E ESCADA	Adequado	Não adequado	Não se aplica
NBR 9050:2020 (6.9.3.2)	Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o bocel ou quina do degrau (no caso de escadas) ou do patamar, acompanhando a inclinação da rampa		X	
Norma / legislação	PARQUINHO	Adequado	Não adequado	Não se aplica
Lei Nº 13.443/2017; Lei Nº 11117/2021 (Art. 35.); NBR 16071/2021:8 (4.2.1)	Existência de brinquedos adaptados para crianças com deficiência, no mínimo 5% nos playgrounds públicos, em um layout integrado, que incentive a socialização entre todas as crianças.	X		
NBR 16071/2021:8 (4.2.2.1)	A rota acessível ao nível do solo deve ter as seguintes características: a) largura de no mínimo 1,50m; b) inclinação máxima de 1:16 = 6,25%; c) desnível máximo no nível do piso de 5 mm; d) desníveis entre 5 mm e 20 mm devem ser tratados como rampa na proporção 1:2	X		
NBR 16071/2021:5 (4.1)	Deve ser instalado um cercamento da área de lazer do playground, quando existirem riscos em seu entorno, como ruas, taludes, animais, etc. Esta barreira não pode impedir observação por parte dos responsáveis. Se forem utilizadas cercas como barreiras, elas devem atender as normas vigentes.		X	
NBR 16071/2021:5 (4.4.1)	Nos acessos às áreas do playground, deve haver uma sinalização sobre a necessidade da supervisão de um adulto nas atividades dos usuários.		X	
NBR 16071/2021:5 (4.5)	O piso da área de lazer do playground deve apresentar superfície regular, contínua, estável e antiderrapante sob quaisquer condições climáticas e com inclinação de no máximo 2%.	X		
NBR 16071/2021:5 (4.7.1)	Os equipamentos que se movem, como balanços e carrinhos, devem ser localizados preferencialmente nas áreas limítrofes da área do playground, evitando as áreas de maior circulação dos usuários	X		
NBR 16071/2021:5 (4.7.3)	As áreas de circulação devem ser dimensionadas de acordo com as seguintes situações: a) usuários correndo em volta de um equipamento ou de um equipamento para o outro: largura mínima de 1,20m; b) trechos com mudanças de direção devem ter área livre com diâmetro mínimo de 1,50 m, para permitir, por exemplo, giro de carrinho de bebê ou de cadeira		X	

	de rodas.			
NBR 16071/2021:5 (4.7)	<p>Área de queda: <u>Equipamentos estáticos</u>, posicionados de forma adjacente com sobreposição dos espaços de queda, devem estar distanciados no mínimo em 1 500 mm para altura de queda de até 600 mm, e no mínimo em 2 500 mm para alturas de queda superiores a 600 mm. / <u>Balanço:</u> A distância longitudinal deve ser de A + B ou C, sendo A = 0,867 x altura total o equipamento - altura do acento para o piso, B = 1,75m para superfícies sintéticas e C = 2,25m para superfícies naturais / <u>Escorregadores:</u> 1,0 m nas laterais e 2,0m na seção de saída / <u>Equipamentos oscilantes</u>, o espaço de queda deve ter no mínimo 1 000 mm, medidos a partir do perímetro do equipamento em suas posições mais externas.</p>		X	
NBR 16071/2021:8 (4.2.2.4.2)	<p>Área de aproximação em equipamentos de playground. Pelo menos uma área de aproximação deve ser disponibilizada no mesmo nível dos equipamentos do playground. As medidas necessárias para a manobra de cadeira sem deslocamentos, conforme a Figura 9, são: a) para rotação de 90 - 1 200 mm x 1 200 mm; b) para rotação de 180 - 1 500 mm x 1 200 mm; c) para rotação de 360 = diâmetro de 1 500 mm; d) inclinação máxima de 1:48 (2%) em qualquer direção. (...) pode estar localizada atrás ou em frente à balança, desde que esteja imediatamente adjacente à balança.</p>	X		
NBR 16071/2021:2 (6.1.1)	Corrimão de escadinhas com altura entre 600 mm e 850 mm	X		
NBR 16071/2021:2 (6.6 - TABELA 10)	Escadinhas de acesso respeitando as dimensões mínimas e máximas		X	
NBR 16071/2021:2 (6.1.2)	Guarda-corpo de brinquedos com altura mínima de 800 mm	X		
NBR 16071/2021:2 (6.2)	Pregos e terminações não podem sobressair dos cabos de metal trançados, nem pode haver componentes com bordas afiadas ou pontiagudas	X		

NBR 16071/2021:2 (6.4 - Anexo G)	Não haver possíveis situações de aprisionamento		X	
----------------------------------	--	--	---	--

Fonte: Santiago, Santiago e Soares (2016) com adaptações da autora.

4.2.2.3 Conforto ambiental

Em um levantamento feito por Ferrer, Sarmiento e Paiva (2022, p.31-33), é identificado que, desde sua consolidação⁶⁸, a MEAC já foi aplicada em diferentes tipologias edificadas, indo de habitação de pequeno porte até grandes edificações de uso coletivo. Entretanto, ainda que não haja muitos exemplos de estudos em ambientes externos, segundo Villarouco (2020), o único desafio enfrentado em pesquisas que se propõem a aplicar a MEAC neste tipo de recorte espacial seria em relação à análise do conforto ambiental, pois não há normas específicas para mensuração dos aspectos de luminosidade, ruído e temperatura nestas condições urbanas.

(...) as dificuldades que você pode ter utilizando [a MEAC] em espaços públicos, ambientes urbanos, praças, feiras *vai ser* (sic) muito em relação ao momento, na segunda etapa, onde nós fazemos as medições de conforto ambiental. Porque na hora que você usar um luxímetro pra medir a luminosidade no ambiente aberto, principalmente durante o dia, no sol a pino, no Nordeste, isso vai dar assim um valor absurdo. Nós não teremos como fazer uma comparação com as normas, por exemplo. Porque a NR17 ela sugere as normas que devemos usar, que são normas usadas na arquitetura também, onde nós usamos as NBRs para aferição de temperatura, de luminosidade, de ruído, com normas que já existem há muito tempo, né. Então a NR17 nos sugere isso. Mas em ambientes externos, (...) é o único momento que eu identifico que você vai ter uma certa dificuldade. (VILLAROUCO, 2020)

Ainda assim, na pesquisa de aproximação da Praça Luiza Távora, a fim de seguir com rigor as etapas da MEAC, foram realizadas todas as medições no recorte espacial de maior concentração de equipamentos infantis onde foram definidos 13 pontos (Figura 52). Para estas mensurações de conforto, foram utilizados os equipamentos e as respectivas calibrações a seguir: (1) Iluminação: Digital Lux Meter MLM-1011/Padrão NBR9050 2015: mín. 150 lux; (2) Temperatura: Termo Anemômetro Digital MDA-II/noite Padrão N17 20-23°C; (3) Ruído: Decibélímetro digital MSL-1325/Padrão NBR 10152: máx. 60 dB dia e 55 dB.

⁶⁸ A primeira publicação internacional que trata da MEAC enquanto metodologia aconteceu em 2009, no 17th World Congresso n Ergonomics – IEA, em Beijing – China, artigo intitulado “Na ergonomic look at the work environment”. (FERRER, SARMENTO E PAIVA, 2022, p.31)

Figura 51 - 13 pontos da análise de conforto ambiental



Fonte: Vasconcelos et al (2020)

No Quadro 15 estão compilados os resultados e destacados em vermelho as situações em desacordo com as respectivas normas vigentes.

Quadro 15 - Conforto Ambiental da Praça Luiza Távora

P	ZONA	10 - 11:30			16 - 17h			18:40 - 19:30		
		LUZ (lux)	TEMP (°C)	RUÍDO (dB)	LUZ (lux)	TEMP (°C)	RUÍDO (dB)	LUZ (lux)	TEMP (°C)	RUÍDO (dB)
1	Parquinho	107600	31,4	57	4320	30,0	56,3-66	23	28,8	62
2	Largo	108000	33,0	56	6200	30,1	60	54	28,8	60
3	Banco	7330	33,3	55	1240	30,9	63	1	28,9	60
4	Arquibancada	35800	33,4	55	44,5	30,5	63	225	28,9	64
5	Zona de skatistas	26000	34,5	50	10800	30,9	65	16	28,9	80
6	Arquibancada	30000	33,2	52	916	29,0	66	101	28,8	75
7	Arquibancada	10000	32,4	56	4220	30,3	58,8	59	28,8	60
8	Academia	960	34,0	63	2700	30,2	63,7	90	28,8	57
9	Largo	28000	33,2	57	6130	29,9	62,2	14	28,8	64
10	Banco	2450	33,3	49	1480	30,3	59,9	4	28,9	55
11	Largo (vagão)	80000	35,5	55	7600	30,6	57,4	19	28,9	73
12	Banco	42000	36,0	60	6000	30,5	59,6	13	28,9	63
13	Bikes	15800				30,3	58,7			

compart.	34,0	64	6110		35	29,0	65
----------	------	----	------	--	----	------	----

Fonte: Vasconcelos et al (2020)

Segundo a N17, norma responsável por ser parâmetro de medição de temperatura, o cenário ideal seria entre 20 e 23°C para ambientes internos de trabalho. Todavia, a cidade de Fortaleza possui a temperatura média anual de 27°C, com máximas de 32°C e mínimas de 22°C, além disso, apresenta elevada insolação média anual, baixíssimo grau de nebulosidade e alta taxa de umidade relativa do ar⁶⁹. Logo, o valor de referência da norma não se aplica às condições de ambientes externos, em especial se tratando do nordeste brasileiro. Como parâmetro para noção de conforto, utiliza-se o trabalho de Freitas (2005):

Um indivíduo em um clima temperado ou frio pode sentir-se confortável entre 14 e 18°C. Enquanto isso, um habitante de um clima quente e úmido, como em Recife-PE, só vai sentir a mesma sensação de bem-estar em temperaturas próximas a 25°C, para desenvolver suas atividades sem maiores esforços de adequação ambiental (FREITAS, 2005, p.47)

O Quadro 15 confirma que a realidade mensurada não é compatível com os referenciais normativos e chega a superar a média confortável indicada por Freitas (2005). No período da manhã, há diferenças significativas entre pontos sombreadas por árvores e os desprovidos destas estruturas naturais, chegando a diferenças de até quase três graus. O banco (P12) registrou a maior temperatura e isto acontece graças ao fato deste mobiliário estar posicionado embaixo de uma carnaúba, uma espécie de palmeira que, ainda que apresente vantagem de ser uma espécie nativa e possuir um potencial paisagístico, não proporciona sombreamento. Já os bancos (P3 e P10) são cobertos por amplas copas arbóreas, mas não possuem iluminação artificial posicionada nas proximidades, sendo assim são zonas excessivamente escuras ao anoitecer. De modo geral, à noite, por falta de incidência solar, a temperatura não apresenta significativa variação entre os pontos e a praça possui sensação térmica agradável graças à brisa de Fortaleza.

Em relação à análise sonora, nota-se que os pontos próximos às vias são os mais ruidosos e que, quanto mais tarde é o horário, maior barulho acontece na

⁶⁹ Índice de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas e Plano de Adaptação. Fortaleza, Ceará. 2020 Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/forclima/02.-ndice-de-Vulnerabilidade-s-Mudanas-Climticas-compactado.pdf> Acesso em 10 de out. 2022

praça. Isto se dá devido ao aumento do fluxo de pessoas, as quais tendem a ocupar o espaço primordialmente a partir do entardecer.

4.2.4 Avaliação do ambiente em uso

Segundo Canter (1977, p.158), o lugar deve ser pensado como uma “unidade de experiência ambiental” formada pela relação entre forma, a atividades e a concepção. Assim, tendo sido analisada a forma, este tópico se propõe a analisar as atividades, para isto, na Praça Luiza Távora, foram observadas as pessoas utilizando-o, em especial as crianças e seus cuidadores, através da aplicação do **Mapa Comportamental**, que, segundo Rheingantz et al (2009, p.38) é uma técnica especialmente recomendada na observação de ambientes utilizados por crianças.

As observações foram registradas em uma planta baixa da praça⁷⁰ e, conforme sugerido por Rheingantz et al (2009), foi previamente definida uma legenda, a qual diferenciou o público observado por cores e as atividades por formas geométricas.

Independentemente da forma de registro, para garantir a confiabilidade do instrumento é necessário sistematizá-lo de modo a garantir sua confiabilidade. Os observadores devem definir previamente a legenda e a simbologia a serem utilizadas nos registros de campo. Sempre que possível, é recomendável realizar um pré-teste, de modo a garantir a aplicabilidade e confiabilidade dos registros nas observações que envolvem vários observadores atuando em um mesmo ambiente. (RHEINGANTZ et al, 2009, p.37)

Tendo em vista o foco do trabalho, as categorias destacadas foram: (azul) 0 a 6 anos; (vermelho) 7 a 11 anos; (verde) cuidador(a); (preto) outro. Este último representa as pessoas à cima de 12 anos que não estavam tendo relação direta com o cuidado de crianças. As atividades foram divididas em categorias com base a tese de Elali (2002): (1) Atividades estáticas: pessoa parada em pé ou sentada; (2) Atividades intermediárias: pessoa interagindo com mobiliário do espaço, usando brinquedo; (3) Atividades dinâmicas: pessoa correndo, jogando futebol, se deslocando com uso de bicicleta, skate ou patins; (4) Passagem: quando há

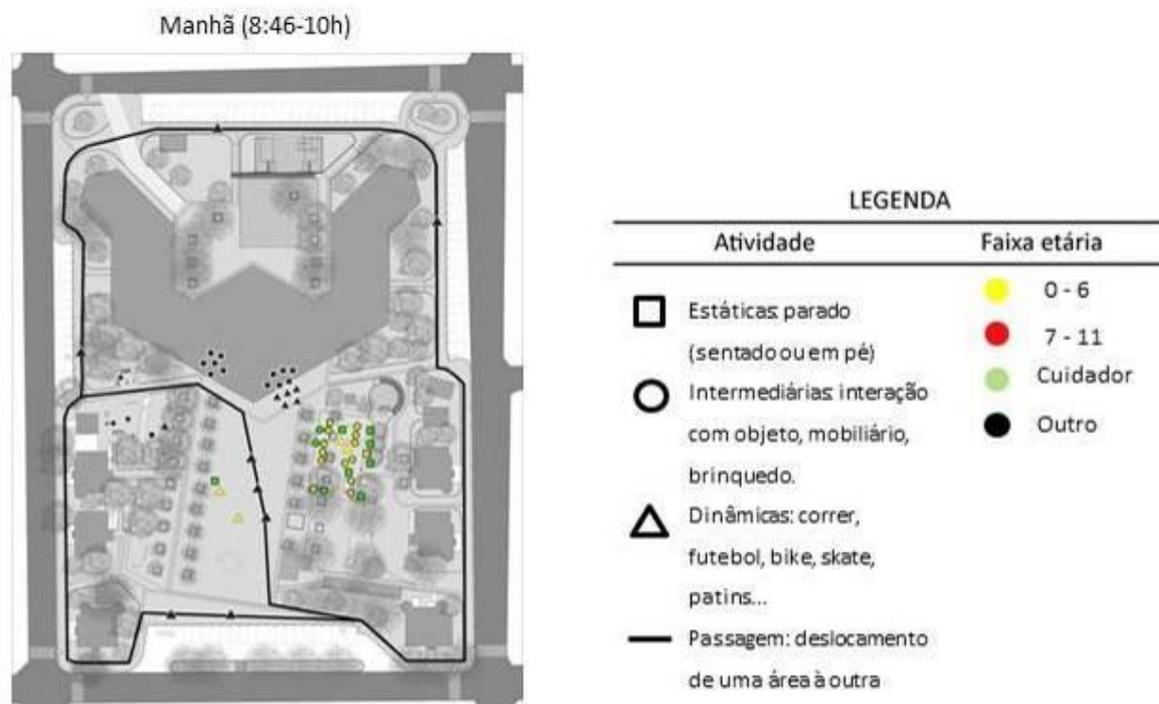
⁷⁰ A planta baixa da Praça Luiza Távora foi acessada através de solicitação formalizada via ofício à Superintendência de Obras Públicas (SOP) do Governo do Estado do Ceará, tendo sido feitas edições pela autora que incluiu cores e legendas posteriormente. As dimensões de mobiliários e circulações foram conferidas *in loco*, e quando se identificou pontos de imprecisão e desatualização do desenho, foram feitas as correções necessárias.

deslocamento de uma área do espaço para outro ou prática de corrida, caminhada pela praça.

Segundo Sanoff (1995), a observação das crianças em suas atividades diárias é a forma mais adequada para a compreensão do seu contexto ambiental. Então, a fim de considerar fatores mais sensíveis do público de 3 a 6 anos, foi idealizada a aplicação da técnica Mapa Sensorial ou *Sensory Mapping*, a qual provém da técnica descrita no “Toolkit for measuring urban experiences of young children” de Gehl & FBvL (2018, p. 34-37). Segundo o Toolkit, este tipo de mapeamento permite que o pesquisador se coloque no lugar da criança, obtendo conhecimentos sobre quais estímulos ambientais podem ser estimulantes para crianças pequenas, de 0 a 5 anos. Assim sendo, para esta pesquisa, a técnica teria o objetivo de auxiliar na compreensão da perspectiva de crianças de 3 a 6 anos a partir da observação da linguagem corporal, já que a fala e o desenhos são habilidades que, nesta faixa etária, ainda estão em processo de amadurecimento. Entretanto, na prática, esta não se mostrou ser uma técnica eficaz no contexto desta pesquisa, pois, diante a tantos movimentos e estímulos, foi especialmente desafiador registrar dados com esse nível de precisão. Logo, a única técnica aderida para esta etapa foi o Mapa Comportamental com coleta de dados feita em um dia típico de sábado, sem eventos extraordinários, nos três turnos.

No período da **manhã**, das 8:46 às 10h, a concentração de pessoas ocorreu em pontos específicos (Figura 53). As atividades que predominaram foram: a caminhada de adultos, idosos e cachorros com seus respectivos donos pelo perímetro da praça; a concentração de um grupo de adultos, em um banco sombreado, a espera de um transporte de trabalho ou passeio; a chegada de grupos de adolescentes para ensaio de coreografias de k-pop; poucos adultos utilizando a academia ao ar livre; algumas crianças e adultos pedalando na área central da praça; crianças pequenas brincando na Brinquedopraça na companhia de seus cuidadores. Não foi identificada ocupação de crianças no outro equipamento lúdico, o mais antigo.

Figura 52 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (manhã)



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Durante este período foram contabilizadas 16 crianças de 0 a 6 anos, todas acompanhadas de seus cuidadores - mães, pais, avós e babás – utilizando a Brinquedopraça. Muitos cuidadores faziam questão de acompanhar as crianças durante toda a brincadeira, enquanto outros preferiam sentar nos bancos e arquibancadas ao redor, mas ainda assim mantinham uma postura de prontidão para atender ao chamado das crianças, quando preciso. Foi identificada também a presença de uma criança com autismo e outra com Síndrome de Down, as quais usufruíram com liberdade e segurança mediante a supervisão atenta de suas respectivas mães.

Os balanços (Brinquedo 03) e a casinha de madeira (Brinquedo 07) se mostraram como os favoritos das crianças, em vários momentos atingindo suas capacidades máximas. Foi observado que cuidadores e adolescentes, por vezes, sentavam-se ou até brincavam no balanço também. O balanço inclusivo (Brinquedo 06), mesmo que com correntes que impossibilitam o seu uso pleno, despertou muita curiosidade das crianças, as quais ficavam insistindo em tentar descobrir como utilizá-lo, mas geralmente, os cuidadores prontamente informavam que aquele não era um brinquedo para eles ou que estava com defeito.

As crianças se mostravam bastante satisfeitas com a exploração da Brinquedopraça e as, acima de 3 anos, facilmente socializavam e formavam grupos de novos amigos, dando vida a brincadeiras diversas como competição no escorregador ou pega-pega nos espaços de passagem. Algo interessante de constatar foram movimentações que aqui serão referidas como “ações subversivas” que são formas não convencionais de interagir com o espaço, como, por exemplo: subir pelo escorregador, escalar as árvores e usar a lateral da arquibancada como um escorregador (Figura 54). Estas manifestações alinham-se com o pensamento de Vigotski (1989, p.65) que diz que, no brinquedo, o pensamento está separado dos objetos, e a ação surge das ideias e não, das coisas. Estas são ações recorrentes, mesmo a Brinquedopraça apresentando uma ampla variedade de brincadeiras convencionais.

Durante a observação, foi testemunhada uma criança mais nova que andava ao lado de sua cuidadora e de um bebê no carrinho mudar seu curso para tocar nas flores dos arbustos próximos aos bancos (Figura 55). Esta simples atitude revela que elementos mais baixos do que a altura de observação de um adulto podem passar despercebidos aos cuidadores, mas, para as crianças, por estarem em uma altura compatível com o olhar delas, tem o potencial de proporcionar momentos de ludicidade e conexão direta com a natureza.

Figura 54 - Ação subversiva na arquibancada



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Figura 53 – Criança interagindo com arbusto

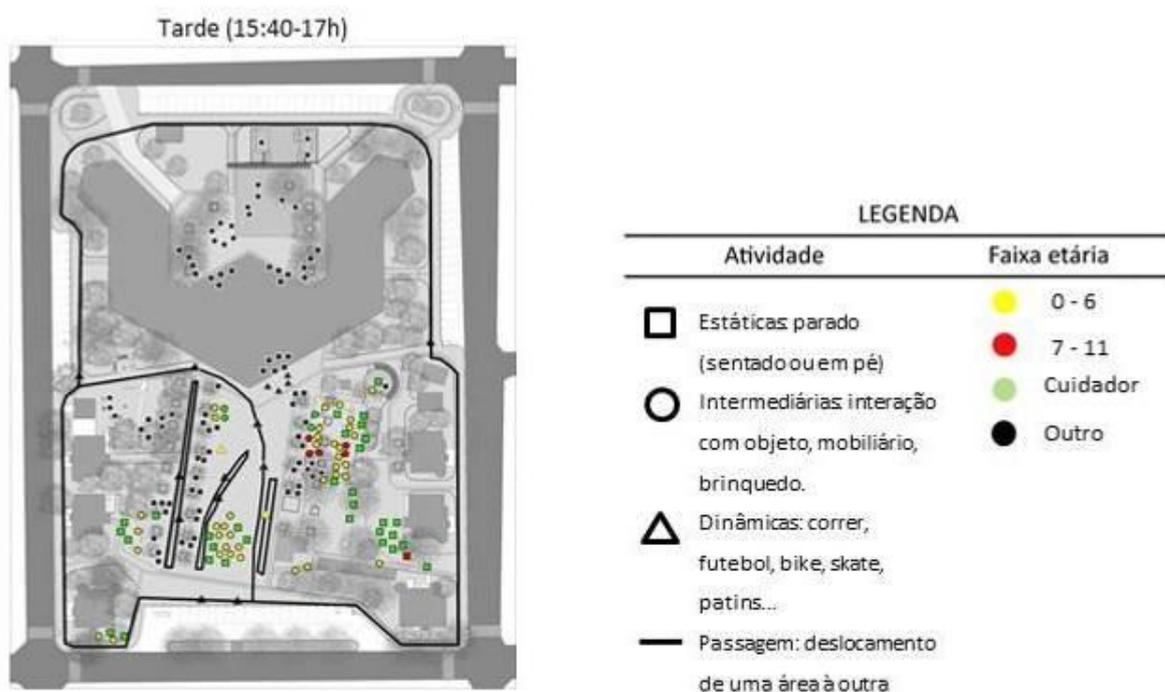


Fonte: Acervo pessoal (2021)

Outra questão que foi observada é que neste horário não há opção de lanche na praça. Foi observado que um pai foi juntamente de sua filha, de aproximadamente 3 anos, até a loja de conveniência do posto de gasolina no quarteirão vizinho para que fosse possível comprar um lanche, o qual foi consumido na arquibancada da Brinquedopraça. E, por fim, foi confirmado que, próximo das 10h, a temperatura vai chegando a níveis desconfortáveis e as pessoas começam a se dispersar, pois o sombreamento das árvores já não é mais suficiente.

O turno da **tarde**, das 15:40 às 17h, se mostrou como um momento de concentração crescente (Figura 56). Nos primeiros minutos, só havia uma criança com sua mãe na Brinquedopraça, a qual comentou preferir este horário justamente pela tranquilidade de pouca movimentação. Durante esse período, foram contabilizadas aproximadamente 15 crianças de 0 a 7 anos pela praça. Em relação às outras atividades foram identificadas: a presença de mais grupos de dança pela praça; a permanência de alguns idosos nos bancos; o uso da academia ao ar livre por poucas pessoas; as bancas de revistas em funcionamento; alguns comércios ambulantes chegando, como carrinho de pipoca e de milho; concentração de skatistas nas pistas; crianças brincando na pista metálica do vagão de trem; e uma festa de aniversário infantil sendo organizada próxima ao vagão de trem.

Figura 55 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (tarde)

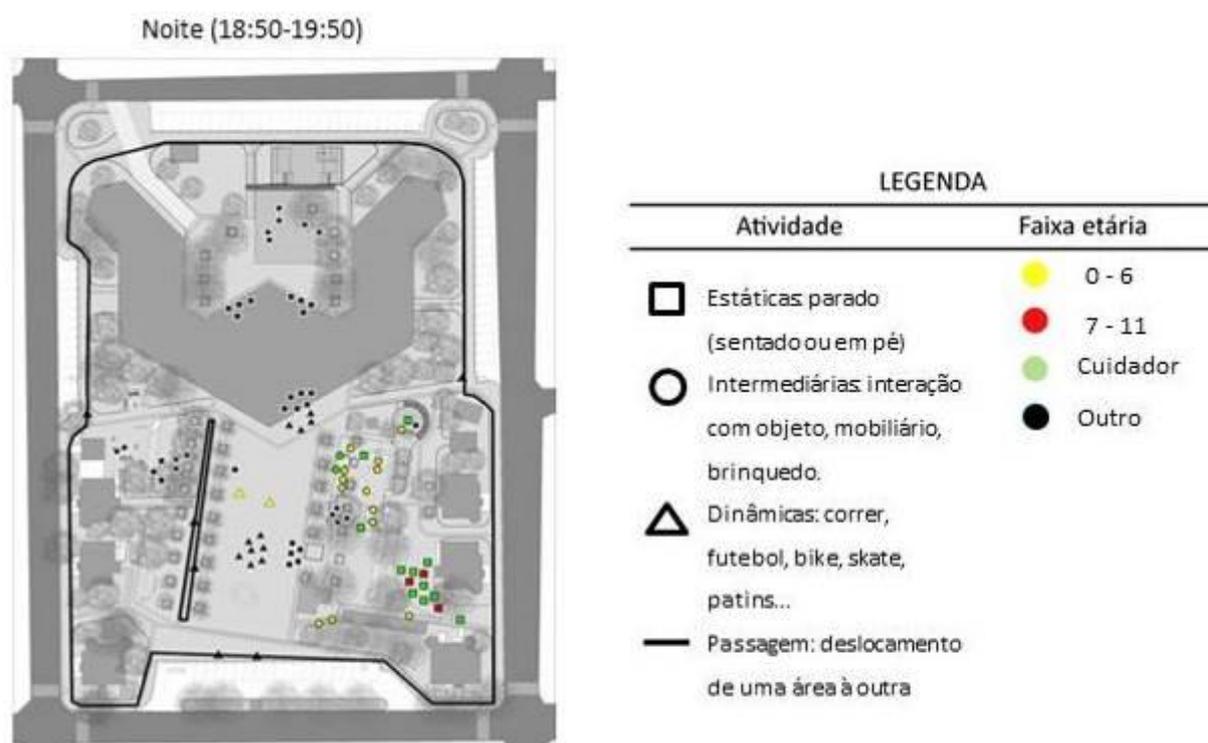


Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Na Brinquedopraça, os movimentos foram semelhantes aos observados pela manhã, como a preferência pelos balanços e pela casinha de madeira. Foi possível testemunhar o uso das gangorras (Brinquedo 01) por um grupo de adolescentes.

A última observação ocorreu entre 18:50 e 19:50. O horário da **noite** é o de maior movimentação, tendo sido inviável contabilizar o número de crianças presentes. As atividades observadas foram semelhantes ao do turno da tarde, mas com o agravante do aumento significativo do público em todos os espaços, notou-se o descumprimento das medidas preventivas do COVID-19 nos espaços abertos, como o distanciamento, o uso de máscaras certificadas ou o uso de álcool em gel. (Figura 57)

Figura 56 - Mapa Comportamental da Praça Luiza Távora (noite)



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Neste horário estava havendo programação infantil no castelinho do *Espaço Mais Infância*, houve uma maior concentração de crianças nos brinquedos mais antigos e, enfim, foi notada a presença de crianças com faixa etária entre 7 e 11 anos que, em sua maioria, eram os convidados do aniversário que estava acontecendo.

As ações subversivas neste horário foram ainda mais presentes, como a escalada nas hastes diagonais do Brinquedo 06, o uso do balanço (Brinquedo 03) para brincadeiras de giros ou em posição agachada; e a utilização da rampa do vagão de trem como pista para bicicleta. A Figura 58 revela o contraste entre a forma que uma adulta usa (sentada) e a forma que duas crianças entre 7 e 11 anos utilizam, além de capturar crianças ao fundo subindo simultaneamente em uma árvore.

Figura 57 - Ações subversivas na Brinquedopraça



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Aproximadamente às 18h foi ligada a fonte de água, o que promoveu uma concentração de crianças mais novas que brincaram energicamente sob os olhares atentos de seus respectivos cuidadores (Figura 59).

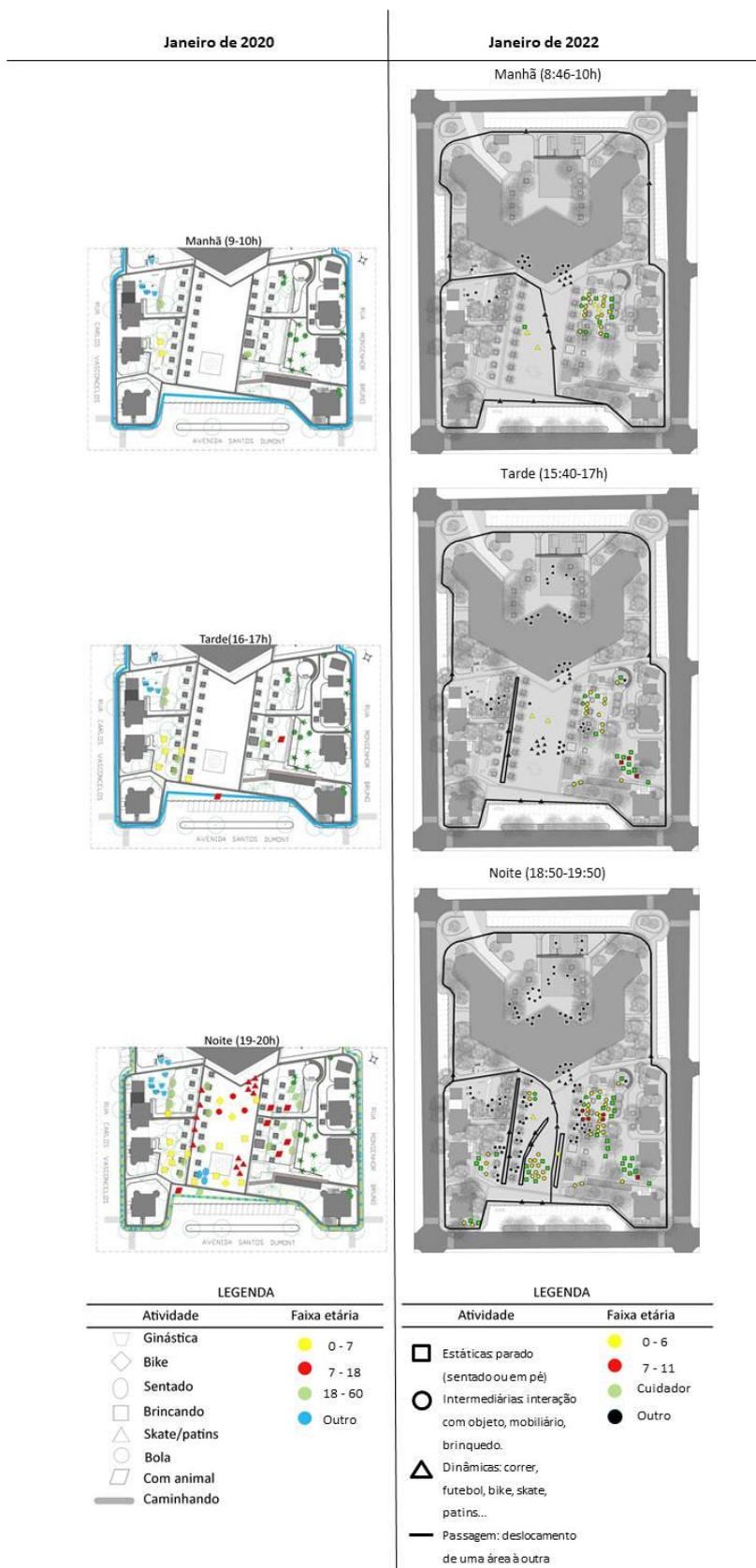
Figura 58 – Fonte d'água em uso



Fonte: Acervo pessoal (2021)

O Mapa comportamental foi aplicado também na pesquisa de 2020, tendo sido aprimorado na versão final, em especial, na legenda a fim de tornar a análise mais condizente com o objetivo da pesquisa. Ainda assim, foi possível comparar janeiro de 2020 e janeiro de 2022, os dois momentos registrados (Figura 60). É importante registrar que foi constatado que o auge de ocupação da praça foi das 16:40 às 18:30, porém a aplicação da metodologia não foi feita neste horário a fim de seguir os parâmetros da pesquisa de 2020 e, assim, viabilizar uma comparação o mais tangível possível.

Figura 59 - Comparação de Mapas Comportamentais 2020 e 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

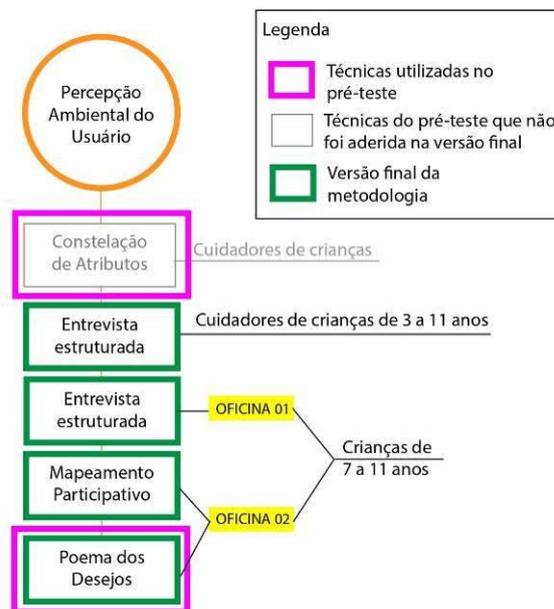
Comparando os dois momentos, nota-se o aumento do público infantil em todos os turnos, sendo a região de maior concentração sempre o equipamento da Brinquedopraça. Os brinquedos mais antigos deixaram de ser tão frequentados e a fonte transformou-se em um ponto bastante atrativo no período em que está ligada. O conflito entre atividades de skate e bicicleta no pátio central reduziu consideravelmente, sendo mais concentrado na região da praça que não possui equipamentos infantis, onde a pista de skate foi ampliada. Também foi observado que, às 19h, a Loja da Ceart fecha, desligando as luzes e deixando a praça menos iluminada, o que possivelmente é um fator de dispersão. Por fim, a análise dos mapas revela que, mesmo diante do contexto de pandemia, o espaço público se mostrou vivo e densamente ocupado.

4.2.5 Percepção ambiental do usuário

Esta é a última fase de coleta de dados, desta vez com o foco integralmente voltado para a perspectiva dos usuários que ocupam a Praça Luiza Távora. Segundo Ferrer, Sarmiento e Paiva (2022, p. 34) a relevância desta fase se deve ao fato de poder resgatar uma visão sobre o ambiente, que pode não ter sido até então percebida pelo pesquisador, uma vez que não tem experiência de uso do ambiente.

Compreende-se por percepção ambiental a definição de Del Rio (1996) que diz que é “um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos”. Assim, técnicas de percepção ambiental foram definidas para cuidadores e as crianças (Figura 61).

Figura 60 – Técnicas da Etapa Percepção Ambiental do Usuário



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Idealmente, essas técnicas devem ser aplicadas em formato presencial, porém, conforme já esclarecido no item 4.2.1, as condições do COVID, foram determinantes para que fossem adaptadas para o formato virtual. Ferrer, Sarmiento e Paiva falam sobre esta possibilidade de adaptação:

Salientamos aqui, que há relatos de pesquisadores que não conseguem realizar a etapa de percepção dos usuários, por uma série de motivos, especialmente durante a pandemia de Covid-19, que dificultou o acesso aos locais e aos sujeitos de pesquisa. Nesses casos, há possibilidade de realizar pesquisa com usuários usando ferramentas digitais. (FERRER, SARMENTO E PAIVA, 2022, p.34)

Os resultados obtidos em cada técnica foram aqui descritos e, quando pertinente, comparados os cenários entre a pesquisa de 2020 e a de 2022.

4.2.5.1 Entrevista estruturada com cuidadores

Segundo Rheingantz et al (2009, p.13 e 71), o **questionário** é um instrumento de avaliação de pós-ocupação que contém uma série ordenada de perguntas relacionadas com um determinado assunto, podendo ser entregue pessoalmente ou remotamente, e que deve ser respondido por escrito sem a presença do pesquisador. Enquanto a **entrevista estruturada** também segue um roteiro previamente programado, mas deve ser respondida com a presença do entrevistador.

Para esta pesquisa, inicialmente foi definida a técnica de “questionário” e havia a expectativa de envolver a participação de 10 cuidadores, sendo 5 de crianças de três a seis anos e 5 cuidadores de crianças de sete a onze anos. O primeiro contato com estas pessoas seria na própria Praça Luiza Távora, enquanto usufruíam do espaço com suas crianças, onde seria explicada a pesquisa e feito o convite de participação. Mediante ao aceite, a primeira etapa seria o envio das perguntas em um *Formulário Google*, via e-mail ou *whatsapp*, a serem respondidas pelos cuidadores em um momento que se sentisse mais à vontade. Entretanto, na prática, este formato se mostrou ineficiente, de dez cuidadores que expressaram interesse⁷¹ em participar, apenas duas responderam. Em consonância a isto, no primeiro contato com os cuidadores, comumente era expresso o desejo por responder com a presença da pesquisadora, alegando que, se fossem responder posteriormente, “não teriam tempo” ou esqueceriam. Assim, este formato foi adaptado, deixando de ser um questionário e transformando-se em uma entrevista estruturada, mas seguindo as mesmas perguntas aprovadas no Comitê de Ética e, tendo como condição, o cumprimento dos cuidados preventivos da pandemia, como o uso de máscaras, de álcool em gel e o distanciamento entre entrevistado e entrevistador.

Assim, a técnica de entrevista estruturada foi aplicada com cuidadores de crianças de 3 a 11 anos, entre janeiro e agosto de 2022. A entrevista foi formada por 20 perguntas múltipla escolha e 01 pergunta aberta (Apêndice A), organizadas em grupos temáticos: Proteção; Necessidades Básicas e Conforto; Interação e Conexão⁷². Também foi adicionada a categoria “perfil” e “Direito à Cidade” para que fosse investigado o nível de conhecimento dos cuidadores sobre o assunto. Ao final de cada categoria, foi habilitado um espaço para que os participantes discorressem, caso desejasse, sobre algum os pontos abordados. Além do material de Gehl e Fundação Bernard van Leer (2018), para elaboração das perguntas, foram considerados como referencial especialmente os materiais: Análise física do estudo de caso: Manuais de ferramentas de avaliação comunitárias para crianças e

⁷¹ Este interesse foi manifestado em conversas que aconteceram pessoalmente na Praça Luiza Távora, tendo sido contabilizados através dos registros das mensagens de *whatsapp* e e-mails enviados pela pesquisadora aos cuidadores que não chegaram a ser responder a mensagem posteriormente.

⁷² Estas categorias foram definidas com base com base nos Critérios de Qualidade Urbana do Urban95 de Gehl e Fundação Bernard van Leer (2018, p.26-27)

cuidadores (IRC e CERG, 2009) e Pontos de Discussão descritos no livro “A Última Criança na Natureza” (LOUV, 2016, p.391).

Ao total, foram entrevistados 12 cuidadores (5 cuidadores de crianças de três a seis anos, e 7 cuidadores de crianças de sete a onze anos). Entretanto, tendo em vista que o foco da pesquisa é a perspectiva infantil, sendo a visão dos cuidadores de caráter complementar, só foram aqui compartilhadas as respostas dos cuidadores que tiveram a participação de suas crianças em todas as técnicas da Percepção ambiental do usuário⁷³. Desta forma, foram consideradas 8 respostas de cuidadores (5 de crianças de três a seis anos, e 3 de crianças de sete a onze anos) e, a fim de preservar suas identidades, foram atribuídos os códigos A1 a A8, sendo atribuída a mesma numeração às respectivas crianças nas técnicas de percepção ambiental aplicadas a elas.

Conforme informações do Quadro 16, os cuidadores entrevistados são residentes de diferentes bairros, os quais chegam à praça por diferentes meios de transporte e, em sua maioria, mantêm uma frequência de visita regular em horários diversos.

Quadro 16 - Perfil e informações gerais de cuidadores da Praça Luiza Távora

Perfil e informações gerais							
Cuidadores	Idade da criança	Sexo da criança	Relação com a criança	Bairro	Deslocamento	Frequência de visita	Turno que costuma ir
A1	4	Feminino	Mãe	Jacarecanga	Transporte Público	Uma vez por semana	Manhã
A2	5	Feminino	Mãe	Aldeota	A pé	Várias vezes por semana	Tarde
A3	5	Feminino	Pai	Cocó	Transporte de aplicativo	Uma vez por semana	Tarde
A4	4	Feminino	Mãe	Aldeota	Automóvel particular	Uma vez por semana	Noite
A5	9	Feminino	Mãe	Aldeota	A pé	Raramente	Noite
A6	3	Feminino	Pai	Meireles	Automóvel particular	Várias vezes por semana	Noite
A7	10	Feminino	Mãe	Maraponga	Transporte público	Várias vezes por semana	Noite
A8	10	Masculino	Mãe	Meireles	A pé	Raramente	Noite

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Em relação à **proteção**, as perguntas foram estruturadas de forma a contemplar a sensação de segurança em diferentes aspectos como violência urbana, COVID-19 e acessibilidade, sendo o último o de maior detalhamento. (Quadro 17).

⁷³ As particularidades do processo de pesquisa com as crianças, incluindo a causa das desistências da participação deste público, estão descritas nos itens 4.2.4.2 ao 4.2.4.4, a seguir.

Quadro 17 - Proteção da Praça Luiza Távora

Proteção							
Cuidadores	É seguro e acessível o PERCURSO de casa até a praça	É uma PRAÇA segura (violência urbana)	É uma PRAÇA segura (pandemia)	O PISO DA PRAÇA é bom para fazer caminhadas, brincar e passear com carrinho de bebê	É uma PRAÇA bem iluminada a noite	O PARQUINHO da praça é seguro para as crianças (0 a 12 anos) fazerem uso sob supervisão de um adulto	A PRAÇA é convidativa e acessível para crianças com deficiência
A1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A2	Não	Médio	Médio	Sim	Sim	Sim	Médio
A3	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
A4	Sim	Médio	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
A5	Sim	Sim	Sim	Sim	Médio	Médio	Sim
A6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Médio	Sim
A7	Sim	Sim	Médio	Sim	Médio	Sim	Sim
A8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Médio	Sim

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Em relação à acessibilidade do percurso até a praça, a maioria das respostas foi positiva, com exceção da cuidadora A2 que expressou insatisfação sobre as condições das calçadas que percorre no trajeto que faz a pé de sua casa até o espaço público em estudo. Já no aspecto de violência urbana, os cuidadores expressaram ter a sensação de segurança ao estarem na praça, justificando-a pela presença de policiamento e do constante movimento de pessoas. Entretanto, ainda assim, não são confiantes ao ponto de afirmar que é um espaço livre de riscos de assaltos.

Sobre a pandemia, mesmo sendo um espaço aberto, as pessoas ficaram em dúvida sobre o nível de segurança que a praça oferece. Esta incerteza se dá especialmente pelo nível de lotação que atinge diariamente no turno da noite, quando não são respeitados os distanciamentos e onde muitas pessoas não fazem o uso de máscaras da forma correta.

Foi unanimidade que, dentro dos limites da praça, há boas condições de acessibilidade e estas afirmações normalmente eram acompanhadas de elogios ao espaço como sendo a melhor praça da cidade neste aspecto. Entretanto, quando perguntada sobre a segurança de crianças nos brinquedos infantis, a Cuidadora A5 afirmou que os balanços da Brinquedopraça (Brinquedo 03 e Brinquedo 06) oferecem riscos:

Com relação à segurança no uso dos brinquedos, é sempre muito perigoso a área dos balanços, já presenciei vários acidentes e eu mesma já salvei

minha filha, fico doidinha ali. Acontece a mesma coisa no balanço pra cadeirante, não existe uma área de proteção, sei lá, quem quiser que preste atenção e não passe ali na hora que tiver alguém se balançando, entende? (Cuidadora A5, informação verbal)

Sobre a acessibilidade para crianças com deficiência, a cuidadora A2 fez críticas sobre o Brinquedo 06:

(...) colocaram esse brinquedo aqui, exclusivo, mas eu achei esquisito, porque se é *exclusivo*...aí, como é que tem um brinquedo exclusivo, só pra uma criança, aí os outros ficam só olhando? Ele não é *inclusivo*. Como é que eu tenho uma praça inclusiva que tem um brinquedo exclusivo? Inclusivo é quando todos podem usar. Aquela gangorra [Brinquedo 02] eu acho bem bacana, mas o balanço, não. (...) o pior é que ninguém respeitava, ela (filha) ficava só olhando e eu dizendo “minha filha, mas é só para cadeirante, não pode!” (Cuidadora A2, informação verbal)

Esta cuidadora também comparou as duas áreas de brinquedos da praça e relatou receio quanto aos riscos de queda:

Esse parquinho [Brinquedopraça] é seguro o outro não, o piso não é de borracha, né. Ela [filha] gosta do outro porque lá tem umas árvorezinhas e ela sobe. Os brinquedos são legais, o negócio é a gente que não quer levar, né. Porque tem medo da queda. (Cuidadora A2, informação verbal)

Ainda sobre questão de segurança, foi levantada novamente a questão do conflito de atividades na área central. Este problema, teoricamente, teria sido resolvido com a ampliação da área de pista de skate e da instalação das placas educativas, porém, não foi o que a Cuidadora A2 expressou em sua fala:

Antigamente tudo era grama, porém não tinha esses brinquedos. Então quem quisesse skate, só tinha a outra área lá [outro lado da praça, onde há as pistas de skate]. Quando surgiu a pracinha com cimento, eu achei que cimentou demais (...) e eu deixei de vir por um tempo por causa do trânsito de bicicleta e skate. Embora coloquem placa, as pessoas não respeitam. Eu já vi gente idosa fraturar fêmur...então eu acho que isso é um problema (Cuidadora A2, informação verbal)

O segundo tema abordado foi sobre **necessidades básicas e conforto** (Quadro 18). Em síntese, segundo os cuidadores entrevistados, a praça é um espaço confortável nos aspectos de ruídos sonoros e qualidade do ar, também não apresenta grandes problemas de resíduos sólidos no chão.

Quadro 18 - Necessidades Básicas e Conforto da Praça Luiza Távora

Necessidades Básicas e Conforto					
Cuidadores	Livre de ruídos muito altos (barulhos de trânsito, música, obra, estabelecimento próximo...)	Ar limpo (livre de fumaça de carros, de cigarro...)	Espaço limpo (sem lixo nas áreas de circulação, nos canteiros, nas ruas próximas...)	Bancos confortáveis para sentar com as crianças	No período da manhã e da tarde, há áreas sombreadas suficientes

A1	Sim	Sim	Sim	Sim	Médio
A2	Sim	Sim	Sim	Sim	Médio
A3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A4	Sim	Sim	Médio	Não	Sim
A5	Médio	Médio	Sim	Não	Não
A6	Sim	Sim	Sim	Médio	Não
A7	Médio	Médio	Médio	Sim	Não
A8	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Os maiores problemas identificados foram sobre desconforto pela falta de sombreamento e pelo fato de os bancos não serem ergonômicos e ficarem superaquecidos nos momentos de maior intensidade solar.

Os bancos são confortáveis, só são um pouco quentes à tarde que o sol bate aqui. Se tivessem mais árvores, tivesse mais sombra, seria melhor. (Cuidadora A1, informação verbal)

Sobre “**Interação e Conexão**”, as respostas foram majoritariamente positivas. (Quadro 19)

Quadro 19 - Interação e Conexão da Praça Luiza Távora

Interação e Conexão		
Cuidadores	Há possibilidades de interação com elementos naturais (plantas, pedras, frutos, flores...)	Presença de brinquedos infantis atrativos
A1	Sim	Sim
A2	Médio	Sim
A3	Sim	Sim
A4	Sim	Médio
A5	Médio	Sim
A6	Sim	Sim
A7	Não	Sim
A8	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O Cuidador A3 afirmou que gostava de trazer sua filha para a Praça Luiza Távora para deixá-la com mais contato com a terra possível e, ao longo da entrevista, foi testemunhado o incentivo do pai de que a filha brincasse descalço. E sobre a atratividade dos brinquedos existentes para as crianças, todos concordaram serem bom ou ótimo.

Nas perguntas sobre **Direito à Cidade**, apenas a Cuidadora A5 afirmou saber sobre o direito das crianças de participarem da definição de políticas públicas que lhe digam respeito. Quando perguntados sobre a maioria dos cuidadores relatou

nunca ter tido a oportunidade de participar de um processo de escuta (reuniões, comitês e pesquisa de opinião) sobre suas propostas para políticas públicas para crianças da cidade de Fortaleza, sendo a única exceção a Cuidadora A8 que afirmou que costuma ser consultada sobre assuntos referentes à cidade em período de campanha política.

Eu nunca soube que isso poderia, nem nos colégios. Nem sei como é que elas podem fazer isso (Cuidadora A2, informação verbal)

Lamentável nunca ter sido solicitada minha opinião no trato urbanístico de Fortaleza, por ser usuário assíduo das praças e por ter um vasto conhecimento na área de segurança, pois sou coordenador de emergência da Petrobrás. (Cuidador A6)

O poder público só pergunta na época de eleição e oferece coisa em troca. (Cuidadora A8, informação verbal)

Por fim, quando perguntados sobre seus espaços públicos preferidos no período de suas infâncias, foi curioso constatar que todas as memórias de infância remeteram a espaços que eram amplos e naturais.

Brincava muito em **praça** quando criança. (Cuidadora A1, informação verbal)

Sítio da família, no interior do estado. Muita natureza. (Cuidador A2, informação verbal)

Praça da liberdade Belo Horizonte. (Cuidador A3, informação verbal)

Eu morava na Serra e lá não tinha muito o que fazer. Então lá perto de casa tinha uma Igreja de São Francisco e esse era o lugar que a gente ia todo final de semana, a gente tava na igreja, na missa. Ela era uma igreja pequena, tinha e **pracinha**, aonde a gente ficava brincando. A igreja ainda existe até hoje. (Cuidadora A4, informação verbal)

Meu local preferido na infância (e até hoje) era a **praia!** Todos os domingos meus pais nos levavam. A gente viajava bastante, mas maioria das vezes ficávamos mesmo na Praia do Futuro (barracas). Eu e minha irmã tínhamos a liberdade de ficar brincando na areia, tomar banho de mar e isso me dava uma sensação de liberdade, aventura, autonomia e confiança, especialmente por eu ser a primogênita, com a responsabilidade sobre minha irmã caçula. Então considero que foi importante para que eu desenvolvesse minha autoestima nesse quesito. Às vezes a gente se perdia e se achava, rsrs, sem entrar em pânico, tínhamos a proatividade de tentar se orientar e encontrar onde nossos pais estavam. Muitas habilidades foram desenvolvidas nesse período! Velhos tempos...onde criança podia ficar solta e feliz numa praia do futuro... (Cuidadora A5)

O **parque das crianças** era um sonho com um lago no meio do parque e seus pedalinhos. Atualmente foi feita uma reforma, mantendo as características originais. O ruim do local é a falta de estacionamento público. (Cuidador A6)

“A minha infância foi brincando na minha **rua** mesmo e em um **sítio**, com latinha de leite, pião e bila. Foi na minha rua mesmo que moro até hoje. Brincava de bola, esconde-esconde até 14 anos. É muito diferente da infância da minha filha. A ela sofre preconceito por ser morena, então eu

prefiro trazer ela pra trabalhar comigo aqui na praça me ajudando, mas eu não exploro ela. Ela me ajuda e depois vai brincar!” (Cuidadora A7, informação verbal)

Gostava de um **museu** que tinha perto do palácio da abolição, da época da governadora Luiza Távora. Tinha brincadeira, tinham eventos. (Cuidadora A8, informação verbal)

O Cuidador A3 é natural de Minas Gerais e, ao final da entrevista, manifestou voluntariamente uma imagem positiva sobre a cidade de Fortaleza:

As pessoas gostam muito de criticar, mas eu, particularmente, acho Fortaleza uma cidade muito inovadora nesse negócio de urbanismo. As dificuldades existem em todo lugar, mas é uma cidade muito preparada. Vejo isso na maneira em que eles (poder público) estão colocando as ciclofaixas, a maneira como eles estão mudando ali na Varjota, a Praia de Iracema...É chato hoje, mas no futuro a gente vai entender. (Cuidador A3)

Por fim, percebe-se que os resultados alcançados são semelhantes aos da constelação de atributos da pesquisa de aproximação realizada em 2020, pois, em ambos, os cuidadores expressam o desejo por espaços mais verdes e amplos.

4.2.5.2 Entrevista estruturada com crianças (Oficina 01)

O processo de escuta infantil aconteceu com crianças de 7 a 11 anos que expressaram interesse em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e que tiveram o consentimento de seus responsáveis expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) (Figura 62). Conforme dito no item anterior, alguns cuidadores aceitaram participar da pesquisa, inclusive tendo preenchido o Formulário Google, mas suas crianças não participaram de todas as técnicas da Percepção ambiental do usuário. O principal motivo desta interrupção foi o desinteresse das crianças de participarem, o qual foi integralmente respeitado, conforme previsto no termo de assentimento. Sobre isto, levanta-se a hipótese de que a pandemia contribuiu para este cenário, pois, os cuidadores relataram que elas estavam saturadas da condição de confinamento e do uso excessivo de telas, o qual foi intensificado devido às aulas remotas, por exemplo.

Figura 61 - Registro de criança participante lendo o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido ao lado de sua cuidadora



Fonte: Acervo Pessoal (2022)

Mesmo diante a esta dificuldade, não foram feita adaptação da metodologia para o formato presencial, tendo em vista que a pesquisa já havia sido aprovada pelo Comitê de Ética e, principalmente, visando garantir condições mais seguras às crianças, as quais ainda não possuíam o quadro vacinal completo contra a COVID⁷⁴, logo, seria especialmente desafiador garantir o cumprimento das medidas preventivas do COVID nas atividades de grupo presenciais com crianças. Além disso, a pesquisadora compreende que estas barreiras são importantes de serem vivenciadas e relatadas a fim de retratar a realidade do processo e apontar possíveis caminhos para futuras pesquisas envolvendo crianças que, por motivos diversos, precisem acontecer em formato virtual.

O processo participativo das três crianças de 7 a 11 anos que aceitaram participar da pesquisa foi realizado em duas oficinas online através de videochamadas do *Google Meet*, sendo a primeira destinada à aplicação, em grupo, de uma entrevista estruturada. Para isto, foram utilizados slides ilustrativos de apoio com 10 perguntas, as quais eram semelhantes às aplicadas com os cuidadores, porém com algumas simplificações de linguagem (Apêndice B). As respostas das

⁷⁴ Segundo titular da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Fortaleza, em abril de 2022, apenas 52% das crianças de 5 a 11 anos tomou a primeira dose da vacina contra a COVID-19, e 19% estavam com o esquema completo, o que, segundo a titular são números baixos. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/saude-o-desafio-de-ampliar-a-cobertura-vacinal-entre-as-criancas-e-conscientizar-sobre-a-terceira-dose-na-populacao-adulta#:~:text=%E2%80%9CNas%20crian%C3%A7as%20de%205%20a,crian%C3%A7as%2C%20com%20uma%20cobertura%20espetacular>. Acesso em: 01 de set. 2022

crianças estão registradas nos Quadros 20, 21 e 22 que compara lado a lado as respostas das crianças com as de seus respectivos cuidadores.

Quadro 20 - Resposta Cuidadora A4 e da Criança C4 nas Entrevistas Estruturas

CUIDADORA (A4)		CRIANÇA (C4)	
PROTEÇÃO			
É seguro e acessível o PERCURSO de casa até a praça	Sim	Sim	É UM LUGAR SEGURO?
É uma PRAÇA segura (violência urbana)	Médio		
É uma PRAÇA segura (pandemia)	Não		
O PARQUINHO da praça é seguro para as crianças (0 a 12 anos) fazerem uso sob supervisão de um adulto	Sim		
É uma PRAÇA bem iluminada a noite	Sim	Sim	É BEM ILUMINADA À NOITE?
A PRAÇA é convidativa e acessível para crianças com deficiência	Sim	Não	PODE SER USADA POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?
O PISO DA PRAÇA é bom para fazer caminhadas, brincar e passear com carrinho de bebê	Sim	Sim	TEM UM PISO BOM PARA PASSEAR E BRINCAR?
NECESSIDADES BÁSICAS E CONFORTO			
Livre de ruídos muito altos (barulhos de trânsito, música, obra, estabelecimento próximo...)	Sim	Médio	É CONFORTÁVEL?
Ar limpo (livre de fumaça de carros, de cigarro...)	Sim		
No período da manhã e da tarde, há áreas sombreadas suficientes	Sim		
Bancos confortáveis para sentar com as crianças	Não		
Espaço limpo (sem lixo nas áreas de circulação, nos canteiros, nas ruas próximas...)	Médio	Médio	É LIMPA?
INTERAÇÃO E CONEXÃO			
Há possibilidades de interação com elementos naturais (plantas, pedras, frutos, flores...)	Sim	Sim	VOCÊ CONSEGUE TER BASTANTE CONTATO COM A NATUREZA?
Presença de brinquedos infantis atrativos	Médio	Sim	É UM BOM LOCAL PARA BRINCAR?

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Quadro 21 - Resposta Cuidadora A7 e da Criança C7 nas Entrevistas Estruturas

CUIDADORA (A7)		CRIANÇA (C7)	
PROTEÇÃO			
É seguro e acessível o PERCURSO de casa até a praça	Sim	Sim	É UM LUGAR SEGURO?
É uma PRAÇA segura (violência urbana)	Sim		
É uma PRAÇA segura (pandemia)	Médio		
O PARQUINHO da praça é seguro para as crianças (0 a 12 anos) fazerem uso sob supervisão de um adulto	Sim		
É uma PRAÇA bem iluminada a noite	Médio	Sim	É BEM ILUMINADA À NOITE?
A PRAÇA é convidativa e acessível para crianças com deficiência	Sim	Sim	PODE SER USADA POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?
O PISO DA PRAÇA é bom para fazer caminhadas, brincar e passear com carrinho de bebê	Sim	Sim	TEM UM PISO BOM PARA PASSEAR E BRINCAR?
NECESSIDADES BÁSICAS E CONFORTO			
Livre de ruídos muito altos (barulhos de trânsito, música, obra, estabelecimento próximo...)	Médio	Não	É CONFORTÁVEL?
Ar limpo (livre de fumaça de carros, de cigarro...)	Médio		
No período da manhã e da tarde, há áreas sombreadas suficientes	Não		
Bancos confortáveis para sentar com as crianças	Sim		
Espaço limpo (sem lixo nas áreas de circulação, nos canteiros, nas ruas próximas...)	Médio	Não	É LIMPA?
INTERAÇÃO E CONEXÃO			
Há possibilidades de interação com elementos naturais (plantas, pedras, frutos, flores...)	Não	Sim	VOCÊ CONSEGUE TER BASTANTE CONTATO COM A NATUREZA?
Presença de brinquedos infantis atrativos	Sim	Sim	É UM BOM LOCAL PARA BRINCAR?

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Quadro 22 - Resposta Cuidadora A8 e da Criança C8 nas Entrevistas Estruturas

CUIDADORA (A8)		CRIANÇA (C8)	
PROTEÇÃO			
É seguro e acessível o PERCURSO de casa até a praça	Sim	Sim	É UM LUGAR SEGURO?
É uma PRAÇA segura (violência urbana)	Sim		
É uma PRAÇA segura (pandemia)	Sim		
O PARQUINHO da praça é seguro para as crianças (0 a 12 anos) fazerem uso sob supervisão de um adulto	Médio		
É uma PRAÇA bem iluminada a noite	Sim	Sim	É BEM ILUMINADA À NOITE?
A PRAÇA é convidativa e acessível para crianças com deficiência	Sim	Sim	PODE SER USADA POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?
O PISO DA PRAÇA é bom para fazer caminhadas, brincar e passear com carrinho de bebê	Sim	Sim	TEM UM PISO BOM PARA PASSEAR E BRINCAR?
NECESSIDADES BÁSICAS E CONFORTO			
Livre de ruídos muito altos (barulhos de trânsito, música, obra, estabelecimento próximo...)	Sim	Sim	É CONFORTÁVEL?
Ar limpo (livre de fumaça de carros, de cigarro...)	Sim		
No período da manhã e da tarde, há áreas sombreadas suficientes	Sim		
Bancos confortáveis para sentar com as crianças	Não		
Espaço limpo (sem lixo nas áreas de circulação, nos canteiros, nas ruas próximas...)	Sim	Médio	É LIMPA?
INTERAÇÃO E CONEXÃO			
Há possibilidades de interação com elementos naturais (plantas, pedras, frutos, flores...)	Sim	Sim	VOCÊ CONSEGUE TER BASTANTE CONTATO COM A NATUREZA?
Presença de brinquedos infantis atrativos	Sim	Sim	É UM BOM LOCAL PARA BRINCAR?

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O primeiro ponto abordado sobre **proteção** foi em relação à segurança. A criança C4, antes de responder, refletiu em voz alta considerando o risco de assalto mesmo nunca tendo vivenciado um no local, expressando medo sobre este perigo, inclusive indicando o auxílio de cachorros como possível solução de defesa. Por fim, a criança conclui que, por haver policiamento no local, a praça é segura. É curioso observar os critérios que ela utilizou para definir se é o espaço é seguro ou não.

“Acho que médio porque tem muita gente. Aí vai que tem um assalto? Pode botar cachorro pra cima, né? Mas às vezes passam os carro (sic) da polícia. Então eu acho que sim!” (Criança C4, informação verbal)

Para esta questão da acessibilidade, a pesquisadora reconhece que a pergunta não foi bem formulada (“Pode ser usada por uma criança com deficiência?”), sendo passível de interpretações divergentes com o real propósito de investigação que seria de entender se, na praça em estudo, há condições físicas favoráveis ao uso por crianças com deficiência. Para corrigir este erro, quando a pergunta foi lida durante a Oficina 01, a pesquisadora esclareceu o seu real sentido. Como resposta, a criança C4 afirmou que um “um cadeirante” (sic) não conseguiria brincar na praça por limitações de locomoção. Diante a isso, a Cuidadora A4 explicou que eles brincam de outras formas, mas ainda assim, a criança defendeu que a Praça Luiza Távora não é acessível para crianças com deficiência. De modo geral, na categoria de proteção, as respostas das crianças demonstraram-se compatíveis com as de seus respectivos cuidadores.

Na categoria de **necessidades básicas e conforto**, a presença de resíduos sólidos e orgânicos se destacou como os pontos de incômodo das crianças.

“porque as pessoas jogam lixo na rua” (Criança C4, informação verbal)

“e também é cheio de folha” (Criança C7, informação verbal)

“Tem folhas no chão, garrafa. Quando eu vejo, apanho e boto no lixo” (Criança C8, informação verbal)

Quando questionadas sobre conforto da praça, duas crianças afirmaram que a praça é desconfortável com as justificativas de haver muita aglomeração de pessoas, presença de sujeira e de poluição sonora.

“porque é cheio de gente e os lugares por onde as pessoas passam é sujo” (Criança C4)

“muito barulho de grito, de carro, de tudo” (Criança C7, informação verbal)

Sobre **interação e conexão**, foi unânime que há possibilidades de interação com elementos naturais e que a praça é um bom local para brincar. As crianças indicaram que os balanços são os brinquedos preferidos na praça, curiosamente, os equipamentos apontados pelos cuidadores participantes como os mais perigosos.

“A gente brinca perto das árvores, plantas, gramas” (Criança C4, informação verbal)

Por fim, sobre **Direto à Cidade**, nenhuma das crianças sabiam sobre a existência de leis que dizem respeito ao direito das crianças de participarem de decisões políticas, assim como, todas disseram nunca terem tido oportunidade de serem escutadas pelo poder público sobre seus desejos para a cidade de Fortaleza.

4.2.5.3 Mapeamento Participativo (Oficina 02)

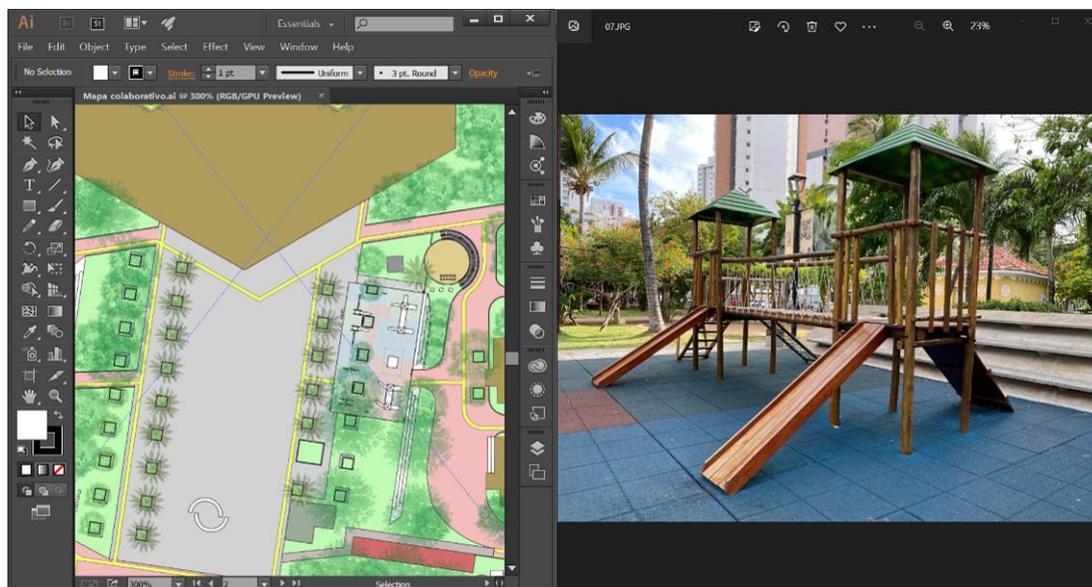
Na Oficina 02 com as crianças, foi aplicada a técnica de **Mapeamento Participativo**, a qual foi incorporada na metodologia⁷⁵ a fim de realizar um diagnóstico do espaço, na perspectiva das crianças de 7 a 11 anos, antes de solicitar que elas indicassem possíveis melhorias no Poema dos Desejos. Esta técnica surgiu na década de 1990, tendo como missão tornar visível o conhecimento, a cultura e a história de um local e conta com a participação social para sua elaboração, incluindo minorias, proporcionando mais transparência no processo de planejamento e tomada de decisão. Este tipo de mapeamento é flexível quanto às ferramentas, podendo ser tanto por meio de cartolinas, recortes, quanto por meio virtual, com uso de softwares avançados. (CARVALHO, 2021)

Para esta pesquisa, foi escolhido o formato virtual, com transmissão via videoconferência *Google Meet*, tendo como base a planta baixa da Praça Luiza Távora. Primeiramente, as crianças participantes foram convidadas a um reconhecimento do local com o auxílio do compartilhamento de tela com imagens do mapa que seria trabalhado juntamente de fotos do entorno e do interior da Praça (Figura 63). Tendo em vista que as crianças não estavam inseridas na praça, este momento introdutório foi uma estratégia encontrada para possibilitar um processo de

⁷⁵ O contato com este conceito se deu através da pesquisa da Dra. Carolina Carvalho, criadora do instituto Comunidades Vivas (<https://www.comunidadesvivas.com.br/>), que gentilmente aceitou realizar uma mentoria *online* em abril de 2021 sobre a técnica para sanar dúvidas desta pesquisa.

imersão, o qual viabilizou um diálogo que conduziu as crianças ao resgate compassivo de experiências e sensações previamente vivenciadas no lugar.

Figura 62 - Tela compartilhada no momento introdutório da Oficina 02



Fonte: Acervo Pessoal (2022)

Quando perguntadas sobre a localização de determinados equipamentos, as crianças rapidamente conseguiram responder de forma correta, logo, todas as crianças participantes demonstraram facilidade de se localizarem na planta baixa. As reações diante às fotografias renderam importantes percepções.

A Criança C7 frequenta o local várias vezes por semana, pois costuma acompanhar a sua mãe, a qual vende acessórios infantis na praça à noite, logo, foi a que demonstrou um maior senso de apropriação. A Criança C7 disse amar frequentar o Espaço Mais Infância, que já utilizou bicicletas do Bicletar para brincar dentro da praça, que já tomou banho na fonte luminosa. Quando perguntada sobre os Brinquedos antigos, disse:

Quando é de noite as crianças pouco ficam lá porque ele é meio perigoso, porque fica muito escuro lá. (Criança C7, informação verbal)

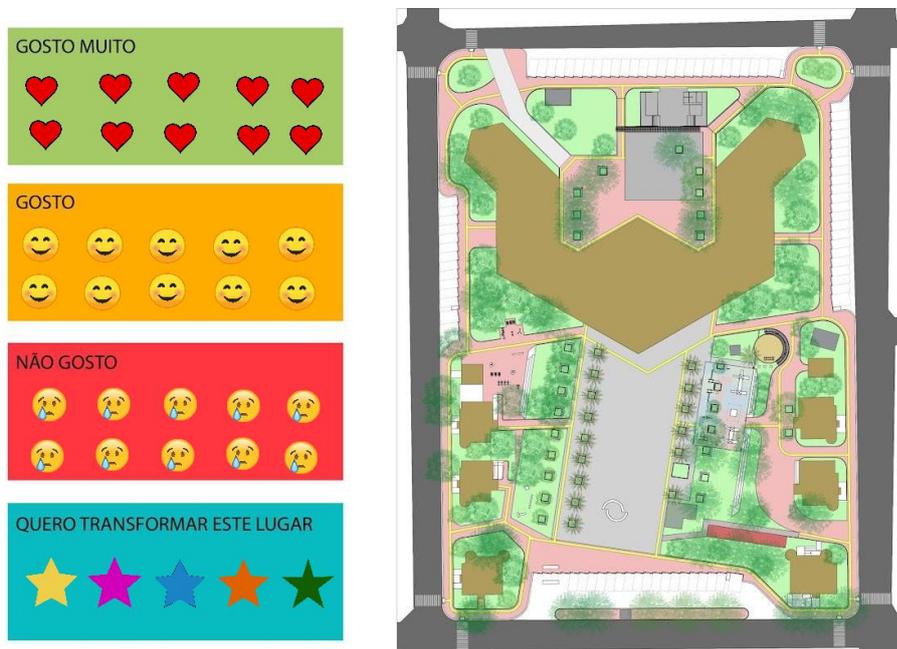
Em relação à Brinquedopraça, todas as crianças disseram gostar, sendo o Brinquedo 03, o balanço, o preferido de todas. Mas a Criança C4 disse preferir brincar na Academia de adultos, na rampa descendo de patinete e em um equipamento de musculação que fica na Caixa de areia. Quando apresentada a fotografia do Brinquedo 06, o balanço para crianças com deficiência, disseram ter medo de se machucarem.

Eu não brinco mais [no Brinquedo 06] porque já aconteceram muitos acidentes, ele ia para um lado e para o outro muito rápido. Ele era tipo um balanço para deficientes, pessoas com cadeiras de roda. Hoje ele tá fechado. Às vezes ficam sentadas só na cadeirinha, os bebês. (Criança C7, informação verbal)

Esse trem [Brinquedo 06] é para criança deficiente, mas tem criança que fica pendurada. Não precisa tirar, mas pode mudar. Era pior quando tava sem corrente. A minha prima de quatro anos tava nele e se machucou. (Criança C8, informação verbal)

Este momento introdutório durou aproximadamente 10 minutos, depois foi dado início a elaboração do Mapeamento Participativo em si. Nesta etapa, as crianças foram convidadas a especializarem figurinhas próprias do universo digital - carinhas de felicidade, de tristeza, coração e estrela - para expressar os locais que gostam muito, gostam, não gostam e que querem transformar (Figura 64). Cada criança escolheu uma estrela com a cor de sua preferência, a qual foi posicionada no espaço que desejaria representar com suas propostas de mudanças na técnica Poema dos Desejos.

Figura 63 - Mapa base para Mapeamento Participativo

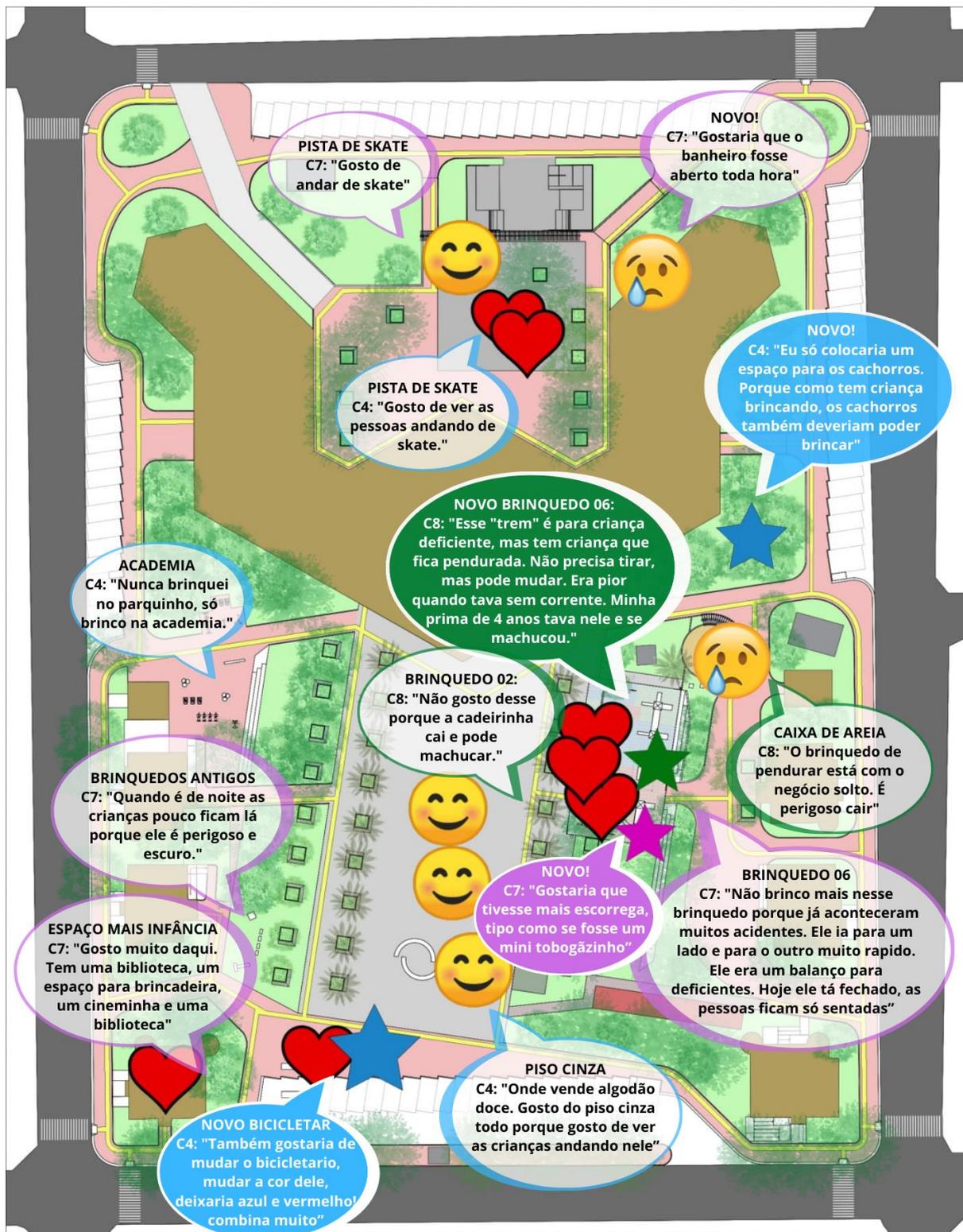


Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O resultado da aplicação da técnica está representado na Figura 65 juntamente da espacialização das falas das crianças. Foram especializados corações em quatro lugares: a pista de skate, a brinquedopraça, o Espaço Mais Infância e as estações de Bicicletar. Para a Criança C4, tanto a pista de skate quanto a área central foram escolhidos como lugares que acha interessante sob a

justificativa de serem espaços muito movimentados e esta ser uma dinâmica interessante de ser observada.

Figura 64 – Mapeamento Participativo da Praça Luiza Távora



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Como local que não gosta, a Criança C7 evidenciou o problema de não haver banheiros de livre acesso na praça. Já a Criança C8 manifestou preocupação com questões de segurança apontando brinquedos que necessitam de manutenção.

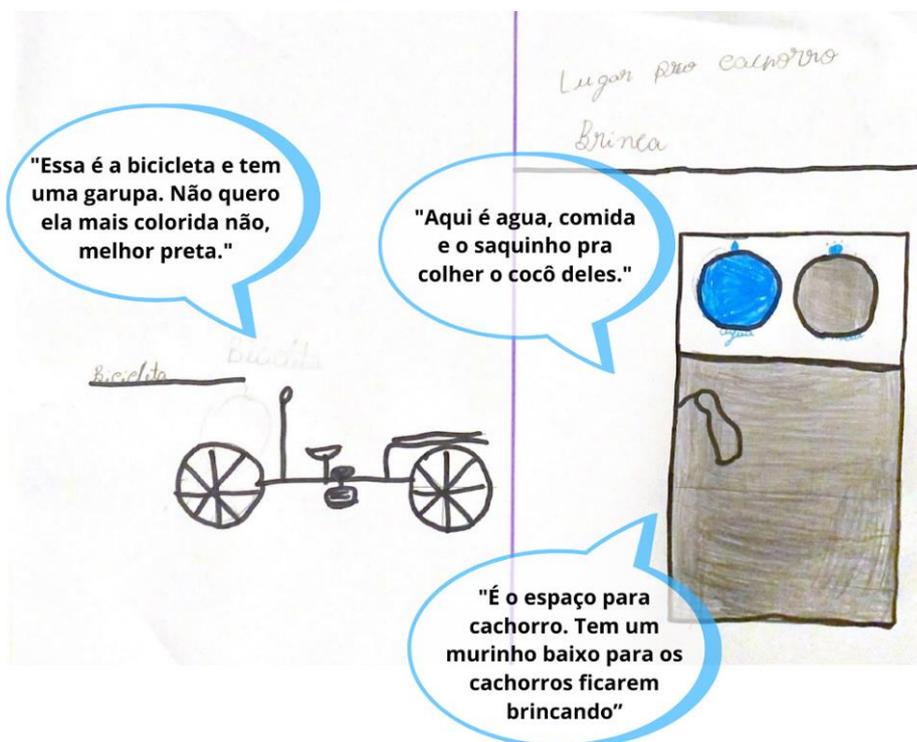
4.2.5.4 Poema dos Desejos (Oficina 02)

A aplicação do Poema dos Desejos ocorreu também na Oficina 02, dando sequência às discussões do Mapeamento Participativo. Esta técnica foi idealizada por Sanoff (1995) e parte de uma pergunta norteadora que convida o entrevistado a respondê-la através de desenho, escrita e/ou fala. Segundo Rheingantz et al (2009, p.43-44), quando aplicado em crianças é recomendado o uso do desenho pelo fato de ser mais atrativo. Além disso, a análise do desenho, quando somada à oralidade infantil, possibilita a identificação do imaginário coletivo em relação àquele contexto experienciado pelos usuários e contribui com a construção do que seria a imagem ideal do ambiente analisado.

A pergunta definida para ser respondida foi “*Como você gostaria que fosse a Praça Luiza Távara?*” e houve a orientação de que as crianças representassem, através de desenhos, os pontos que posicionaram suas respectivas estrelas no mapeamento participativo. Para elaboração da atividade, foi disponibilizado em média quinze minutos, depois elas apresentaram seus desenhos para o grupo. Ao fim da oficina, foram orientadas a scanear e enviarem as imagens via *whatsapp*. Ao fim de contemplar os detalhes evidenciados na apresentação oral, nas figuras da pesquisa, foram inseridas em balões as falas das próprias crianças.

A criança C4 indicou dois locais que precisam de melhoria (Figura 66), o primeiro seria a mudança do modelo da bicicleta da estação do Micibicicletar, que poderia ter uma garupa e ser da cor preta. E a segunda sugestão foi a criação de um espaço próprio para cachorros para evitar acidentes envolvendo animais e pessoas. Esta foi a mesma criança que, na entrevista estruturada, relatou que um cachorro poderia protegê-la em uma possível situação de assalto. Logo, possivelmente esta criança tem convívio com animais domésticos no seu cotidiano, o que explicaria a sua preocupação em priorizá-los na praça. Ainda que não seja o foco deste trabalho confirmar tais hipóteses, é cabível alertar que aparentes despreziosas falas são capazes de revelar particularidades de vivências e comunicar necessidades legítimas.

Figura 65 – Poema dos Desejos - C4



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A Criança C7 afirmou desejar a presença de mais escorregadores na praça, logo, representou uma nova proposta de brinquedo, que nomeou de "togãzinho". Na Figura 67, as falas inseridas explicam soluções de segurança que foram projetadas, como a instalação de um ponto de iluminação dentro do brinquedo e o posicionamento de almofadas no final dos tobogãs para evitar machucados. Esta mesma criança foi a que, na etapa do mapeamento participativo, evidenciou dois pontos: (1) que a área dos brinquedos antigos está escura, sendo este o motivo pelo qual as crianças não mais o utilizarem com frequência, e (2) que o brinquedo para criança com deficiência estava sendo palco de acidentes. Logo, a Criança C7, a partir das suas vivências, identificou problemas reais no espaço e, no seu desenho, buscou artifícios para garantir que estes não mais se repetissem.

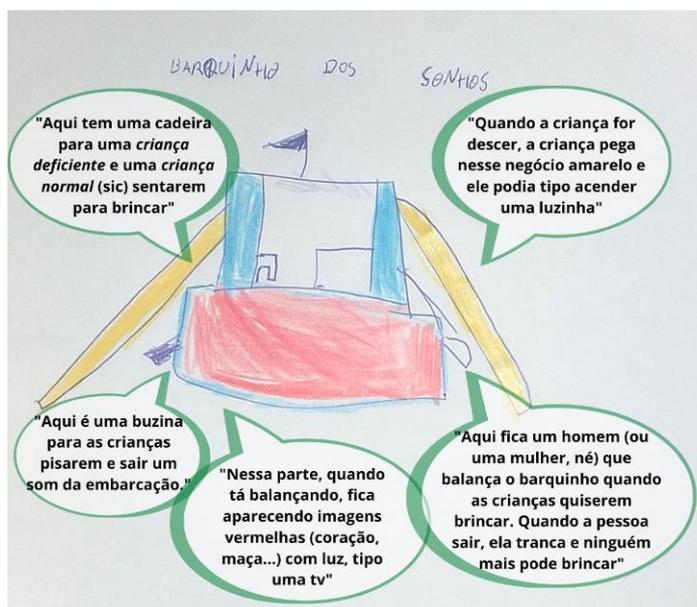
Figura 66 – Poema dos Desejos – C7



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A Criança C8 propôs uma reforma no Brinquedo 06, o balanço para crianças com deficiência (Figura 68), o qual, na fase de mapeamento participativo, a mesma criança relatou um acidente que uma prima havia sofrido neste equipamento, mas que evidenciou que não seria necessário remover o brinquedo, mas sim, reformá-lo. No início, a Criança C7 demonstrou insegurança em realizar o desenho, afirmando não ser habilidosa para tal, pedindo inclusive ajuda para sua cuidadora. Entretanto, a pesquisadora buscou encorajá-lo, afirmando não ser relevante a excelência do traço, mas sim a expressão de suas ideias. O argumento que surtiu efeito e possibilitou a continuidade da atividade.

Figura 67 - Poema dos Desejos – C8



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

É curioso perceber que a representação no desenho não difere muito do equipamento existente, mas as descrições presentes em sua fala indicaram mudanças importantes como a presença de um(a) funcionário(a) adulto(a) que controlaria o horário de funcionamento do brinquedo e a inserção de fontes sonoras e luminosas de caráter lúdico.

Conclui-se que associar a técnica Poema dos Desejos ao Mapeamento Participativo foi uma decisão que possibilitou a compreensão da perspectiva infantil de forma mais holística.

4.2.6 Diagnóstico ergonômico e Recomendações do ambiente

Diante às mensurações, observações e relatos registrados, em síntese, pode-se afirmar que a alta atratividade Praça Luiza Távora se deve a uma configuração espacial ampla, arborizada, confortável e que transmite sensação de segurança. Além disso, é um espaço público de lazer com vitalidade, com programação cultural infantil frequente.

Sobre os mobiliários de sentar-se, tendo em vista o desconforto ergonômico e térmico relatados pelos cuidadores e crianças, sugere-se a instalação de unidades de bancos com encostos e com assento de madeira, material de menor condutibilidade térmica. Também se recomenda a instalação de estruturas de cobertura nos pontos mais críticos de insolação, o plantio de mudas nativas de grande

porte e a instalação de iluminação noturna em suas proximidades. Isso vale para os mobiliários de brincar, pois, se houvesse mais áreas sombreadas e iluminadas, os brinquedos poderiam ser mais bem distribuídos, tendo em vista que atualmente concentram-se na Brinquedopraça, o que gera aglomeração ao entardecer e um esvaziamento nos brinquedos antigos.

Em relação à ergonomia dos mobiliários, nota-se que a maioria atende às recomendações da NBR 9050/2020 e da NBR 16071/2021, mas ainda assim, na fase de Identificação da configuração ambiental, foram encontrados riscos de aprisionamentos de dedos, cabeça e pescoço. Sobre este aspecto e demais problemas de acessibilidade descritos no Quadro 14, a recomendação é que o passeio, as travessias, as guias rebaixadas, os estacionamentos, a vegetação, a sinalização tátil e os brinquedos passem por ajustes seguindo as recomendações normativas com mais rigor. Porém, em relação ao Brinquedo 06, o balanço para crianças com deficiência, tendo em vista os diversos relatos de acidentes causados durante o uso, a recomendação é a completa remoção em todas as unidades de Brinquedopraças, a abertura de um inquérito aos seus produtores por danos à população e que, em seu lugar, seja instalado outro mobiliário de brincar que contemple com mais segurança as crianças com deficiência.

Nas fases de Avaliação do ambiente em uso e da Percepção ambiental do usuário, foi diagnosticado que o ato do brincar na Praça Luiza Távora não se restringe ao espaço projetado para tal ato. O brincar se apresentou como um estado de presença por parte das crianças e dos jovens, sendo o espaço um integrante da narrativa brincante. A rampa do trem, um pequeno arbusto, a fonte luminosa de água, as barras dos brinquedos e as arquibancadas de concreto também são elementos muito atrativos às crianças. Essas reflexões estão presentes também nas respostas dos cuidadores da última pergunta da entrevista estruturada, que indaga sobre as características do local que mais gostavam de brincar em suas épocas de infância. Em síntese, eles expressaram que a sensação de liberdade e de autonomia eram os aspectos mais marcantes, não se restringindo ao critério de presença de brinquedos. O Parque da Liberdade (Cidade da Criança) também é citado como um espaço de referência para um dos cuidadores entrevistados, confirmando que este foi e ainda é um espaço vivo na memória afetiva dos habitantes de Fortaleza.

Um aspecto subjetivo identificado no processo de escuta foi a sensação de insegurança principalmente em relação a assalto, queda e contaminação viral na pandemia, presente nos relatos dos participantes adultos e crianças. Segundo Carroll, Witten e Kearns (2015, p.356), o medo e a discriminação de outras pessoas, como moradores de rua, podem ser uma barreira para a atividade física e social saudável das crianças e para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento de espaços públicos. Para haver uma mudança neste cenário, é preciso políticas públicas efetivas com medidas de redução de desigualdades sociais e que zelem pela saúde física e mental dos cidadãos.

Nas falas das crianças tanto no mapeamento participativo quanto no poema dos desejos, foi percebido que: (1) o brinquedo preferido foi o balanço (Brinquedo 03); (2) a área central foi uma das mais citadas positivamente por ser ampla e possibilitar o brincar livre; (3) as crianças expressaram considerável preocupação por questões relativas à segurança; (4) relataram insatisfação por falta de livre acesso ao banheiro; (5) não necessariamente as crianças preferem brincar nos equipamentos mais coloridos; (6) além de movimentarem-se, as crianças gostam que haja espaço para observar o movimento de outras crianças.

Seguindo os critérios estabelecidos por Chawla (2003, p.228), da Figura 7, e tendo como base os dados coletados na MEAC, pode-se afirmar que a Praça Luiza Távora é um local de encontro que oferece as qualidades físicas positivas de segurança viária, variedade de configuração de atividades, áreas verdes e condições favoráveis para liberdade de movimento. Na qualidade física negativa estaria a falta de serviços básicos por não oferecer livre acesso a banheiros.

Na perspectiva dos indicadores de praças do IAB (2021, p.80), também pode-se afirmar que a Praça Luiza Távora cumpre os critérios estabelecidos, pois possui bancos no entorno das áreas dedicadas à infância e no dia em que foi realizadas as pesquisas de Avaliação do ambiente em uso, recebeu crianças em todos os turnos em diferentes áreas e equipamentos. O aspecto mais falho foi relacionado a pouca quantidade de áreas de recreação sombreadas dedicadas à infância. Ainda que apresente pontos de melhoria importantes, conclui-se que a Praça Luiza Távora é um exemplo de espaço público de lazer amigo da criança pois oferece infraestrutura favorável a este público nos aspectos de proteção, necessidade básicas, conforto, interação e conexão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por compreender o estado da arte do tema Cidade Amiga da Criança, o uso da Revisão Integrativa de Literatura foi essencial. Os resultados mostraram que: nas pesquisas de estudo de caso, há predominância das análises de multicaseos que aplicam os métodos de mapeamentos colaborativos e diários de campo; que a produção científica brasileira ainda encontra-se concentrada na região sul e sudeste do país; que há carência de metodologias participativas destinadas à primeira infância; e que esta é uma área de pesquisa essencialmente multidisciplinar, composta por conhecimentos do urbanismo, mas também dos direitos humanos, da sociologia, do desenvolvimento infantil e da psicologia ambiental.

O conceito de Cidade Amiga da Criança, ainda que tenha se apresentado plural, variando a depender de questões culturais, sociais e econômicas, possui eixos norteadores no que diz respeito às condições de segurança, ludicidade, acessibilidade e acesso à natureza, por exemplo. Uma das formas de conectar-se com o meio natural no contexto urbano seria através das áreas verdes, logo, foram feitas reflexões sobre os critérios utilizados em índices existentes que se propõem a quantificar a disponibilidade de acesso desses espaços por habitantes. Assim, conclui-se que, para alcançar um diagnóstico que traduza a realidade, há algumas distinções importantes de serem consideradas sobre esses espaços:

- São áreas de acesso público ou restrito à população?
- São áreas urbanizadas ou estão em estado natural? Se forem urbanizadas, qual o estado de manutenção se encontram?
- Possuem construções privadas e/ou institucionais (seja por invasão ou não) dentro do seu perímetro?
- No acesso a essas áreas, há elementos que favorecem a segurança viária?
- Se possuir recurso hídrico, qual é o estado de limpeza da água?
- Quais tipos de vegetação são considerados no cálculo? (rasteira, arbustiva ou arbórea? espécies nativas ou invasoras? proporcionam sombreamento durante todo o ano ou perdem as folhas nos períodos de seca? são frutíferas? se sim, os frutos são tóxicos para humanos e animais?)

- O espaço oportuniza as crianças frequentadoras a experimentarem diferentes sons, odores, texturas; andar descalço pela areia, gramado; ter contato com animais e insetos?

Logo, não havendo este nível de detalhamento nos índices usualmente adotados, seria precipitado utilizá-los como parâmetros para diagnosticar a quantidade de áreas verdes por crianças habitantes de zonas urbanas. No caso de Fortaleza, a urbanização das pequenas áreas verdes remanescentes de loteamento urbanos vem sendo uma estratégia adotada para garantir o acesso ao verde e ao brincar, especialmente às crianças residentes das regiões de menor IDH, onde esta faixa etária está concentrada. Os espaços de brincar vêm se multiplicando através da distribuição de playgrounds no formato convencional, mas também com inovações educativas (Cidade da Criança) e naturalizadas (Microparques Urbanos). Assim, a cidade de Fortaleza vem se aprimorando em ser uma cidade construída “para” as crianças. Todavia, a capital cearense ainda não pode ser considerada uma cidade construída “com” as crianças, demonstrando carecer de expertise na aplicação de metodologias participativas com crianças em processos que se propõem planejar espaços públicos de lazer. Os estudos teóricos da RIL apontam que é urgente desprender-se da crença de que a perspectiva adulta, de forma autônoma, representa o caminho mais assertivo, e que é preciso reconhecer que a perspectiva infantil é capaz de revelar sutilezas “invisíveis aos olhos cansados” dos adultos.

Outro ponto importante é que, ao longo da pesquisa sobre Fortaleza, foram vivenciadas barreiras no acesso aos dados sobre criança e espaços públicos, seja por excesso de burocratização, falta de atualização, desalinhamento entre órgãos públicos responsáveis ou por não haver histórico de levantamento das informações solicitadas. Estas barreiras dificultaram a elaboração de um diagnóstico mais preciso, mas, além disso, configuram um cenário de fragilidade pública que prejudica a elaboração de políticas mais assertivas, pautadas em dados.

Para o estudo de caso, a MEAC se mostrou como uma metodologia adequada para os objetivos traçados, tendo em vista seu caráter multidimensional, adaptável e sistemático. Antes do detalhamento dos resultados, uma observação necessária a ser feita é que esta pesquisa foi realizada no contexto da pandemia COVID-19. Esta condição de emergência sanitária impôs limitações que dificultaram

a livre circulação nos espaços públicos e o contato com as crianças. Além disso, na esfera sensível, foram vivenciados momentos de medo e de muitas incertezas. Tendo em vista a flexibilidade permitida na MEAC e buscando garantir condições de segurança a todos os envolvidos, as técnicas foram adaptadas para o formato virtual.

Realizar pesquisa com o público infantil foi um caminho repleto de particularidades. No início da pesquisa de campo na Praça Luiza Távora, foram feitos muitos testes a fim de fazer o reconhecimento do local e de conquistar a confiança das crianças, potenciais participantes da pesquisa. Percebeu-se que direcionar um convite verbal para que as crianças participassem da pesquisa acadêmica, por maior entusiasmo que fosse expresso, não foi uma abordagem atrativa. Propor uma brincadeira com a criança tampouco foi uma postura bem recebida, pois, às vezes despertava desconfiança por parte de seus cuidadores. Dentre as tentativas, uma estratégica atípica que mostrou resultados foi levar o cachorro de estimação da pesquisadora para a praça, como forma de atrair atenção das crianças. Em certa medida esta se mostrou como uma boa ideia, mas não tão eficiente tendo em vista que a agitação do animal dificultava a conclusão da aplicação das técnicas.

Além disso, ao longo do estudo de caso, foi preciso lidar com outras situações adversas: ouvir que a criança dizer que não queria participar, mesmo tendo o seu cuidador expressado entusiasmo com a pesquisa; lidar com o imprevisto do cuidador confirmar participação das oficinas online e, na hora marcada, não comparecer; ouvir cuidadores se recusarem de participar por desconfiança sobre a seriedade da pesquisa, mesmo após explanar todas as etapas e transparência exigida pelo comitê de ética. Assim, surgiram reflexões sobre o quanto que o ritmo de pesquisa envolvendo crianças é particular e inquietante, exigindo uma conduta de resiliência. Na lógica capitalista em que estamos inseridos, em que tempo é dinheiro e que os projetos políticos duram quatro anos, respeitar o ritmo da criança, de fato, não é uma tarefa fácil, e o adultocentrismo aparenta-se como o caminho “mais prático”.

Em relação às ferramentas utilizadas na pesquisa, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi adaptado em formato lúdico (Apêndice A) e funcionou bem para a compreensão das crianças, que não manifestaram muitas

dúvidas e expressaram entusiasmo nas informações apresentadas. Este era um ponto que preocupava, pois se tratava de um documento enviado para a criança em formato virtual, com muitas informações e de extrema importância que fosse compreendido em sua inteireza. Pelo fato das crianças serem um público que depende do consentimento de um responsável, para pesquisar sobre (e com) elas é preciso seguir procedimentos mais rígidos quando comparado com pesquisas que envolvem apenas o público adulto. Ao mesmo tempo, conforme já pontuado, a imprevisibilidade da criança exige resiliência por parte do pesquisador, que terá de ter a paciência e humildade de adaptar métodos repetidas vezes. Assim, viver um processo investigativo deste tipo é um constante malabarismo entre o rigor ético, que busca garantir a segurança, e a maleabilidade, que busca seguir o ritmo ditado pela própria criança. Eis um processo especialmente desafiador.

Dentre as técnicas aplicadas com as crianças na etapa de Percepção Ambiental do Usuário, o Mapeamento Colaborativo associado ao Poema dos Desejos se mostrou eficiente, pois as crianças de 7 a 11 tiveram facilidade de compreender as instruções, de fazerem a leitura das imagens aéreas, assim como, conseguiram elencar problemas e potencialidades do lugar, ainda que não estivessem inseridas na Praça.

Já a técnica de Entrevista Estruturada se mostrou interessante por possibilitar uma comparação direta entre as respostas das crianças com as de seus respectivos cuidadores. Todavia, durante a aplicação, foram notados pontos importantes de serem aprimorados em futuras pesquisas. A principal questão foi sobre a linguagem utilizada, a qual precisava ser simples, mas também complexa o suficiente ao ponto de promover diálogos que não minimizassem nem extrapolassem a capacidade de elaboração dos envolvidos. Encontrar esse ponto de equilíbrio foi desafiador. Uma possibilidade imaginada para futuras pesquisas com crianças de 7 a 11 anos seria a realização de uma etapa prévia de alinhamento de conceitos como “lei”, “direitos”, “pessoas com deficiência”, “conforto” e “poder público”. Esta seria uma estratégia útil também para capacitá-las para futuras oportunidades de participação popular.

Ao longo da pesquisa, a habilidade de escuta foi sendo aprimorada, a pesquisadora foi se autoconhecendo e buscando evitar comportamentos prejudiciais para a prática da escuta ativa, como interromper e complementar a linha de

raciocínio dos entrevistados. A princípio, essas atitudes podem ser interpretadas como formas de manifestar compreensão e empatia, porém, na verdade, resultam em um processo de escuta de baixa qualidade, a qual encara a visão do entrevistado como previsível e genérica, ao invés de particular e plural.

Já sobre a configuração espacial da Praça Luiza Távora, conclui-se que um dos motivos dela ser considerada “a melhor praça da cidade” se dá graças às boas condições de acessibilidade e segurança, tendo em vista que cumpre com muitos dos critérios da NBR9050 e da NBR 16071. Dentre os pontos de melhoria, está a disposição dos brinquedos, os quais encontram-se excessivamente concentrados, condição que eleva os riscos de acidentes em decorrência das aglomerações.

Por fim, um ponto interessante e gratificante foi perceber que os cuidadores e as crianças participantes da pesquisa demonstraram-se curiosas para saber mais sobre o tema, desejosas de aprenderem mais sobre e de terem mais oportunidades de envolvimento em processos participativos.

Diante a isto, conclui-se que esta pesquisa assume o papel de “manifesto pelas crianças”, o qual tem como objetivo trazer à tona a importância de ouvir as infâncias em contextos urbanos por acreditar no potencial de trocas intergeracionais no processo de reflexão e construção de realidades mais justas. A sede por entender a participação das crianças no espaço e para o espaço existe por parte da pesquisadora por acreditar que a escuta ativa das vozes das crianças auxiliará em tomadas de decisões mais assertivas e acessíveis na esfera política.

Outro fator de destaque foram as adaptações feitas nas técnicas da MEAC diante às necessidades que se apresentaram: público infantil e condições limitantes do COVID-19. Acredita-se que a combinação de técnicas aplicadas, com especial destaque para o Mapeamento Participativo, revela um caminho interessante para outras pesquisas com crianças que, por motivos diversos, precisam ser realizadas de modo virtual.

Além disso, a relevância desta pesquisa está no produto gerado pelo esforço destinado à sistematização de dados que poderá ser acessada pela comunidade acadêmica no desenvolvimento de futuras pesquisas, principalmente por este ser um tema que era até então inédito dentro do Programa de Pós-

Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (PPGAUD+).

Por fim, com base nos resultados encontrados, foram elencadas recomendações gerais e específicas acerca da temática de criança e cidade.

Recomendações Gerais

- Que o poder público realize investimento em levantamentos de dados intersetoriais, a partir de parcerias entre com pesquisadores e que visem a construção de um banco de dados com painéis de fácil leitura, de acesso público, acompanhados de análises diagnósticas que adotem linguagem simples e que sejam atualizados em tempo real.
- Que sejam feitos estudos sobre de quais formas a ludicidade pode estar presente nos espaços públicos de lazer de forma mais criativa, educativa e orgânica, extrapolando a condição de playground

Recomendações específicas

- Que as instituições de ensino fomentem debates e ofereça disciplinas sobre espaços amigos das crianças, indicadores de áreas verdes amigas das crianças
- Maior propagação da MEAC nos estudos de espaços públicos de lazer
- Fomento de pesquisas que se proponham desenvolver metodologias de escuta ativa especializadas para a primeira infância (0 a 6 anos)

Espera-se que esta pesquisa seja capaz de servir de subsídio para outras pesquisas, tendo em vista que há diferentes infâncias, espaços e formas de ocupar a cidade. Apresenta-se aqui um amplo campo de possibilidades de investigação, por exemplo: entender como seria um espaço amigos para crianças com deficiência; compreender de que forma a prática do futebol contribui na construção da imagem da cidade para as crianças; conhecer as formas de lazer infantil na orla marítima de Fortaleza, dentre outras. Diante a estes esforços científicos, acredita-se que será possível construir, paulatinamente, embasamento para que as cidades amigas das crianças sejam cada vez mais presentes no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 880 Cities, Bernard van Leer Foundation. **Building better cities with young children and families**: how to engage our youngest citizens and families in city building: a global scan of best practices. Toronto: 880 Cities, 2017. Disponível em: https://www.880cities.org/portfolio_page/portfolio_pagebuilding-better-cities-with-young-children-and-families/. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.
- ABNT. ABNT NBR 16071-7: **Playground – Parte 1**: Terminologia. Rio de Janeiro, Junho, 2021.
- ABNT. ABNT NBR 16071-7: **Playground – Parte 2**: Requisitos de segurança. Rio de Janeiro, Junho, 2021.
- ABNT. ABNT NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.
- AGOSTINI, O.S.; MOREIRA, M.C.N. Quando fazer pesquisa com crianças significa negociar com adultos: bastidores de uma pesquisa com crianças de seis anos em escolas. **Ciência&Saúde Coletiva**. v. 24, n.10, set.2019, p.3753-3762. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182410.23872017>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- ALARASI, H., MARTINEZ, J., AMER, S. Children's perception of their city centre: a qualitative GIS methodological investigation in a Dutch city. **Children's Geographies**, v. 14, nov.2015, p. 437-452. Acesso em: 9 nov. 2020.
- ALBARDÍA, María Teresa Santos. **Protagonismo Infantil na América Latina**: metodologias participativas na vida das crianças das classes populares. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. 203p.
- ALMEIDA, Elvira de. A Criança e a Invenção de seu Espaço. Pós. **Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, 1(2), 5-20, 1992. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/136177>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ALMEIDA, M.T.P., SIEBRA, L.M.G. O Lazer infanto-juvenil nos espaços públicos de Barcelona. Pedagogia Social. **Revista Interuniversitaria**. n.25. 2015. Acesso em: 21/05/2021.
- AMADO, J.; ALMEIDA, A.C. Políticas públicas e o direito de brincar das crianças. **Laplage em Revista** (Sorocaba). v. 3, n.1, jan-abr.2017, p.101-116. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731237p.101-116>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- ARCHARD, D. Children: **Rights and Childhood**. New York: Routledge, 2004.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, July 1969.

ASSAD, Kátia Fernanda Faria. **Concepções de crianças acerca do exercício de sua cidadania na cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2016

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. **Carta das cidades educadoras**. Gênova: AICE, 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

BAIERL, L.F. **Medo Social**: da violência ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBOSA, Ana Helena do Nascimento. **“Se essa rua fosse minha”**: as crianças e suas narrativas verbais e visuais do bairro Vicent Pinzón / Ana Helena do Nascimento Barbosa. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

BEZERRA, Ruth Germana Alencar Araripe. **Entrevista de Ruth Germana Alencar Araripe Bezerra**, concedida à Francinalda Machado Stascxak. Fortaleza, 18 de dezembro de 2020. Duração: 1h25min.

BHABHA, J. The Child: **What Sort of Human?** PMLA, v.121, n. 5, p. 1526-1535, 2006.

BIGGS, S., CARR, A. Age- and Child-Friendly Cities and the Promise of Intergenerational Space. **Journal of Social Work Practice**, v. 29, n.1, jan. 2015, p.99-112, DOI: 10.1080/02650533.2014.993942. Acesso em: 21/05/2021.

BLAUTH, Guilherme. **Parques naturalizados** (livro eletrônico): como criar e cuidar de paisagens naturais para o brincar. São Paulo: Instituto Alana, 2022.

BONANI, Dani. As Aventuras da Bellen no Ceará – Parte 3 – Praça dos Mártires/Passeio Público. La Belle du Jour Blog por Dani Bonani. 19 dezembro de 2013.

BORJA, Jordi. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2000. Disponível em <<https://www.academia.edu/3630914/El-espacio-publico-ciudad-y-ciudadania-jordi-borja>> Acesso em 23 dez. 2021

BRASIL, Amíria Bezerra; NASCIMENTO, José Clewton; CARNEIRO, Alexandra de Paula Passos. (RE) **Ordenar o Xadrez**: Plano de Sabóia Ribeiro para a Cidade de Fortaleza, 1947, In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em 01 de março de 2019.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 abril 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). 2008. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm#art65

BRASIL. **Lei Nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Marco legal da Primeira Infância. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/l13257.htm>. Acesso em: 12 abril 2018.

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância**. Lei n. 13.257 de 8 de março de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 12 abril 2021.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza**: uma breve história. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

BUGGENHOUT, M. V. Street child spaces: belonging, conflict and resistance in the city of Durban through the eyes of street youth. **Children`s Geographies**. vol. 18, n. 1. set. 2019, p.96-109., DOI: 10.1080/14733285.2019.1668911. Acesso em: 21/05/2021.

CAHYANI, Intan Puti; EDEL, Eky Erlanda; NGAPA, Yuliu Dala. Optimization of child-friendly green open space for Brebes Regency. Masyarakat, **Kebudayaan dan Politik** V. 32, n 3, 2019, page 262-274. Acesso em: 21/05/2021.

CANTER, D. **The psychology of place**, London, Architectural Press, 1977

CAROOLL, P., CALDER-WE, O, WITTEN, K., ASIASIGA, L. A Prefigurative Politics of Play in Public Places: Children Claim Their Democratic Right to the City Through Play. **Space and Culture**, V. 22, 2019 p.294-307. Acesso em: 30/05/2021.

CARROLL, Penelope; WITTEN, Karen; KEARNS, Robin; DONOVAN, Phil. Kids in the City: Children's Use and Experiences of Urban Neighbourhoods in Auckland, New Zealand. **Journal of Urban Design**. V.20, n.4, p.417-436, jun. 2015.

CARVALHO, Carolina Monteiro de; GIATTI, Leandro Luiz; FAGERHOLM, Nora, BEDRAN-MARTINS, Ana. Participatory Geographic Information Systems (PGIS) to

assess water, energy and food availability in a vulnerable community in Guarulhos (Brazil), **International Journal of Urban Sustainable Development**, 13:3, 516-529, 2021.

CASTRO, José Liberal de. **Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana de Fortaleza**. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: 1994.

CASTRO, José Liberal de. **Passeio Público: espaços, estatuária e lazer**. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2017

CASTRO, Lucia Rabello de. **Subjetividade e Cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001

CAVALHERO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos, diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., E ENCONTRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4. Vitória, 13 a 18 de setembro, 1992. **Anais**, Vitória, 1992. p.29-38.

CEARÁ. **Programa Mais Infância Ceará**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/EBook-MaisInfanciaCeara-2019.pdf> Acesso em: 28 de jan. 2002.

Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP). **Vamos ouvir as crianças?** caderno de metodologias participativas. Rio de Janeiro: CECIP, 2013. Disponível em: http://www.cecip.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/vamos_ouvir_crianças-ebook.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA). **Histórias e lutas: sistematização da experiência da rede OPA- rede de orçamento e participação ativa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/04/49788-CADECA-LIVRO-HISTORIAS-E-LUTAS-MIOLO.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA). **Participação política de crianças e adolescentes**. CEDECA, 2017. Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Cartilha-direito-a-participa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

CHARLES A.N. III. Filme **O Começo da Vida**. Direção de Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes, 2016. (120 min.).

CHAWLA, Louise. **Growing Up in an Urbanism World**. Reino Unido: UNESCO, 2002

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. Concepção de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 211-234, maio-ago. 2013.

Disponível em <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15478>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. **Cidade 2000**: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988

_____. Planejamento e Expansão Urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA José Borzacchiolo da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p.143-185

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da Cunha. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**, 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DEL RIO, Vicente. **Cidade da Mente, Cidade Real**: Percepção Ambiental e Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.). Percepção Ambiental. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DERR, Victoria; CHAWLA, Louise; MINTEZER, Mara. **Placemaking with Children and Youth**: Participatory Practices for planning sustainable communities. New Village Press, 2018.

DIAS, M. S. **Em busca dos espaços públicos de brincar**: um estudo das infâncias contemporâneas na cidade de Vitória-ES. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 25, n. 45, p. 102-117, 2018. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v25i45p102-117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/111550>. Acesso em: 8 nov. 2020.

DIAS, Milton. **Cartas sem resposta**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1974.

DREYFUSS H.; TILLEY, A. R. **As medidas do homem e da mulher**: fatores humanos em design. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DRISKELL, D. **Creating Better Cities with Children and Youth**. A Manual for Participation. London: Earthscan, 2002.

DUNKER, Christian Ingo Lenz e THEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista**: como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta, 2019

EDITORA POISSON. **Série educar**: artes e ludicidade. Vol. 21. Belo Horizonte: Poisson, 2020

EKAMBI-SCHMIDT, J. **La Percepción del hábitat**. Gili: Barcelona, 1974.

EKAWATI, S.A. Children - friendly streets as urban playgrounds. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v.179, abril 2015, p.94-108. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.02.413>. Acesso em: 21/05/2021.

ELALI, Gleice Azambuja. **Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça?** Contribuição metodológica na valiação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), 2002.

ELSHATER, Abeer. What can the urban designer do for children? Normative principles of child-friendly communities for responsive third places. **Journal of Urban Design**. California, v 23, n.3, p. 432-455, agosto. 2017. Acesso em: 21/05/2021.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael. **Crianças na cidade: mobilidade e sociabilidade nas superquadras de Brasília**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

FERNANDEZ, Flora Monte Alegre Olmos. **Criança e Cidade: construção da paisagem sob a ótica do brincar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

Ferreira, D. (2012). **Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIG-P) na prevenção de desastres ambientais**. Estudo de caso do Morro do Baú em Ilhota/SC. MSc Dissertation. Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

FERREIRA, E. P. O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt. **Sapere Aude**, 8(15), 211-226. 2017.

FERRER, Nicole; SARMENTO, Thaisa Sampaio; PAIVA, Marie Monique. A MEAC DE VILMA VILLAROUÇO: **Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído**. Curitiba: Editora CRV, 2022

FORTALEZA, **Plano Municipal de Caminhabilidade de Fortaleza – PMCFor**,

FORTALEZA. **LEI Nº 11.070**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020. Institui o Marco Legal da Primeira Infância de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/norma/13047>. Acesso em 05 set. 2022.

FORTALEZA. **Plano Fortaleza 2040**. Fortaleza: 2021. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/revistas/i-mostra-virtual/index.html>

FORTALEZA. **Lei N.º 17.380/2021**, de 05 de janeiro de 2021. CONSOLIDA E ATUALIZA A LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ, PARA A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Fortaleza: Câmara Municipal. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17380-2021-ceara-acresce-dispositivo-a-lei-n-17380-de-5-de-janeiro-de-2021-que-consolida-e-atualiza-a-legislacao-do-programa-mais-infancia-ceara-para-a-superacao-da-extrema-pobreza-e-a-promocao-do-desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 07 set. 2022.

FOUNDATION, Bernard van Leer. Toolkit – **For measuring urban experiences of young children**. 2018. Disponível em: https://issuu.com/bernardvanleerfoundation/docs/urban95_field_guide Acesso em: 12 abr. 2021

FRANCIS, M., & LORENZO, R. Seven realms of children's participation. **Journal of Environmental Psychology**, Elsevier, 22, 157-169. 2022.

FREEMAN, C., 2006. **Colliding Worlds**: planning with children and young people for better cities. In: Gleeson, B., Sipe, N. (Eds.), *Creating Child Friendly Cities: Reinstating Kids in the City*. Routledge, London, pp. 69e85.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, R. M. **Entre mitos e limites: as possibilidades do adensamento construtivo face à qualidade de vida no ambiente urbano**. Tese (Doutorado) Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças**. São Paula: Panda Educação, 2020. FRIEDMANN, Adriana. Diálogos do Brincar #3 – A voz da criança com Adriana Friedmann. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YuQm1RPC3WQ> Acesso em: 13 abr. 2021

FRIEDMANN, Adriana. **Paisagens infantis**: uma incursão pelas naturezas, linguagens e culturas das crianças 2011

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan; Bernard van Leer Foundation. **Toolkit for measuring urban experiences of young children**. Haia, Holanda: Bernard van Leer Foundation; 2018. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/publications-reports/urban95-tools-for-studying-public-life-public-space/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

GILL, Tim. **Urban playground** - How child-friendly planning and design can save cities. Portland Place, London: Riba publishing, 2021.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006

GOPNIK, A. Filme **O Começo da Vida**. Direção de Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes, 2016. (120 min.).

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget**: experiências básicas para utilização pelo professor. São Paulo: Vozes, 2013.

GRAAF, Shenja van der Graaf. **The Right to the City in the Platform Age**: Child-Friendly City and Smart City Premises in Contention. *Information*, 2020, v. 11, n.6, p.285; doi:10.3390/info11060285. Acesso em: 21/05/2021.

Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza. **Manual de orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria**: Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: SPB; abril, 2019. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/manual_orientacao_sbp_cen.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2022

HART, Roger. **Children's participation**: From tokenism to citizen-ship. Florence, Italy: UNICEF International Child Development Centre, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo. n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - **Projeções da população**: Brasil e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

Índice de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas e Plano de Adaptação. Fortaleza, Ceará. 2020 <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/forclima/02.-ndice-de-Vulnerabilidade-s-Mudanas-Climticas-compactado.pdf>

Institute for Transportation and Development Policy (ITDP). Complete Neighborhoods for Babies, Toddlers, and Their Caregivers. Nova Iorque: **ITDP**, 2021. Disponível em: <https://www.itdp.org/publication/complete-neighborhoods-for-babies-toddlers-and-their-caregivers/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Instituto da Infância (IFAN). **Primeira Infância: investimento estratégico para a política municipal**. YouTube, 15 de agosto de 2022. Disponível em: < <https://youtu.be/KFd9ujiDaZQ> >. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). Guia 3: diretrizes para desenho urbano. Fundação Bernard van Leer: São Paulo, 2021. Disponível em:

https://site.arbo.org.br/wp-content/uploads/2021/03/iab-guia_3-web-reduzido.pdf

Acesso em: 09 dez. 2022

INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION (IEA). **What is ergonomics.**

Disponível em: <https://iea.cc/?s=what+is+ergonomic#> . Acesso em: 04 setembro 2022.

International Rescue Committee (IRC), Children's Environments Research Group (CERG). **Child Friendly Community Self-Assessment Tool for Children.** 2009. Disponível em: <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022

_____. **A Child Friendly Community Self-Assesment Tool for Pre-School Parents.** 2009. Disponível em: <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

_____. **A Child Friendly Community Self-Assessment Tool for Primary School Parents.** 2009. Disponível em: <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

IRC/CERG. **Child Friendly Community Self-Assessment Tool for Children.** 2012. Disponível em: Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit - Home (uio.no) Acesso em: 12 abr. 2021.

IRC/CERG. **Child Friendly Community Self-Assessment Tool for School Parents.** 2012. Disponível em: Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit - Home (uio.no) Acesso em: 12 abr. 2021.

Issues in developing communication strategies for implementing child-friendly city policies. E3S Web of Conferences, v.74, out/2018.

JACOBS, JANE. **Morte e vida nas grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000

KILIÇASLAN, H. **Urban Metaphors in the Interaction of Child with Public Kindernothilfe** (KNH). Participação significativa da criança: transformando realidades. Duisburg, Alemanha: Kindernothilfe; 2020.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Volume XVII. Tradução de Luis da Câmara Cascudo. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura Governo do Estado de Pernambuco Departamento de Cultura, 1978.

KRAFTL, P.; HADFIELD-HILL, S. **Build a Community in a day:** Resource pack for engaging children and young people in planning and design. 2019. Disponível em: https://www.planning4cyp.com/resources/Build%20a%20Community%20in%20a%20Day%20Resource%20Pack_2019.pdf Acesso em: 19 abr. 2021

KRAFTL, Peter; HADFIELD-HILL, Sophie. **Build a community in a day**: resource pack. Birmingham: Universidade de Birmingham; outubro, 2019. Disponível em: https://www.planning4cyp.com/resources/Build%20a%20Community%20in%20a%20Day%20Resource%20Pack_2019.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: **Cadernos de Pesquisa**. Revista Quadrimestral – julho 2002, nº 116. São Paulo: FCC, 2002, p. 41-59.

KRISHNAMURTHY, S. Reclaiming spaces: child inclusive urban design *Cities & Health*. V.3, n 1-2, nov. 2017. p. 86-98. DOI: <https://doi.org/10.1080/23748834.2019.1586327>. Acesso em: 11/08/2021.

KRYSIK, Natalia. Designing child-friendly high density neighbourhoods: transforming our cities for the health, wellbeing and happiness of children. Londres: Cities for Play, 2020. Disponível em: <https://www.citiesforplay.com/child-friendly-neighbourhoods>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

LEFÈVRE, Henri. Espaço e Política - O Direito à Cidade, Vol.2. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFÈVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFÈVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LIBERATI, Alessandro et al. The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *Plos Medicine*, [s.l.], v. 6, n. 7, p.1-28, 21 jul. 2009. **Public Library of Science (PLOS)**. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100>.

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. Coleção Cidade Aberta. São Paulo: Nobel, 1989.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; UCHOA, Sheila Monteiro. Orçamento público e participação ativa - crianças e adolescentes em movimento para o exercício da cidadania. **Revista de informação legislativa**, v. 46, n. 181, p. 71-89, jan./mar. 2009.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**. 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2018.

LYNCH, Kevin. **Growing Up in Cities**. London: The MIT Press and UNESCO. 1977.

MARSI, Sawsan Saridar. Integrating youth in city planning: Developing a participatory tool toward a child-friendly vision of Eastern Wastani – Saida. **Alexandria Engineering Journal**, v.57, n2, fev.2017, pp. 897-909. Acesso em: 21/05/2021.

MCGLONE, N. Pop-Up kids: exploring children's experience of temporary public space. **Australian Planner**, v.53, n.2, jan. 2016, p.117-126, DOI: 10.1080/07293682.2015.1135811. Acesso em: 21/05/2021.

MEIRELLES, R (Org.). **Território do brincar**: diálogo com escolas. São Paulo: Ground, 2026.

MEYER, BERNHARD; ZIMMERMANN, Stefanie. Cidades para BRINCAR e SENTAR: Uma mudança de perspectiva para o espaço público. São Paulo: Instituto Alana, 2020.

MOLES, A, **Sociodynamique de la culture**. Paris, Mouton, 1973.

Moradora da região. **Entrevista II**. [fev. 2021]. Entrevistador: Alana Aragão. Fortaleza, 2021. 1 arquivo.mp3 (10:48 min.).

MORANO, Raquel Pessoa; SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. **Percursos urbanos: uma análise da acessibilidade sob a perspectiva das pessoas com deficiência visual**. In: VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, Fortaleza, 2018.

MULLER, Marcelle Suzete. **Diretrizes para projetos de parques infantis escolares acessíveis**. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MULLER, Verônica Regina; ARRUDA, Fabiana Moura. **Crianças e pesquisa**: da investigação à formação e participação política. Revista Educação e Cultura Contemporânea. Rejaú/MA, v. 12, n. 29, p. 127-159, maio/ago. 2015.

NAM, Hyohin; NAM, Seok In. **Child-friendly city policies in the Republic of Korea**. Children and Youth Services Review. V. 94, p.545-556, nov. 2018.

NAN, Fang. **Policy innovation on building child friendly cities in China**: Evidence from four Chinese cities. Children and Youth Services Review. V. 118, nov. 2020.

NASCIMENTO, Andréa Zemp Santana do. **A criança e o arquiteto**: quem aprende com quem? Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP. São Paulo, 2009.

NOBRE, Leila. Cidade da Criança – Escola Alba Frota. Fortaleza Nobre. 11 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/05/cidade-da-crianca-escola-alba-frota.html> Acesso em: 10 de abril de 2021.

NOBRE, Yuri. **Entrevista I**. [mar. 2021]. Entrevistador: Alana Aragão. Fortaleza, 2021. 1 arquivo.mp3 (58 min.).

NOVA YOHANA, M. NOR, FITRI HARDIANTI, 4 TUTI KHAIRANI HARAHAP. Communication Model of Siak Children's Forum Cohesiveness in Actualizing Siak Child-Friendly City. *MIMBAR: Journal of Social and Development*, v.34, N 1st, jun.2018, pp. 138-146. Acesso em: 21/05/2021.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental & adensamento urbano**: Um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). São Paulo: Humanitas, 2008.

Núcleo Ciência pela Infância (NCPI). **Caminhos e aprendizados para iniciativas focadas na primeira infância**. São Paulo: NCPI; junho, 2021. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Caminhos-e-aprendizadospara-iniciativas-focadas-na-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Núcleo Ciência pela Infância (NCPI). **O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância** [livro eletrônico]/ Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. -- São Paulo : Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2021. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/wp6-bairro/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022

OLDENBURG, Ray. **The Great Good Place**: Cafes, Coffee Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons and Other Hangouts at the Heart of a Community. Marlowe & Co, New York, 1989.

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 2000. p. 17-35.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Dez estratégias para a segurança de crianças no trânsito**. Genebra: WHO, 2015. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/162176/WHO_NMH_NVI_15.3_por.pdf?sequence=11. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

PEQUENO, R.; FREITAS, C. F. S. Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. **Cadernos Metrópole.**, v. 14, n. 28, p. 485–505, 2012.

PITSIKALI, A. PARNELL, R. MCINTYRE, L. The Public value of child-friendly space. Reconceptualising the playground. *Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research* Vol. 14, No. 2, 2020. p. 149-165 DOI 10.1108/ARCH-07-2019-0164. Acesso em: 21/11/2021.

POLGAR, Carmen Pérez del; ANGUELOVSKI, Isabelle; CONOLLY, James. Toward a green and playful city: Understanding the social and political production of children's relational wellbeing in Barcelona. **Cities**, v. 96, 2020.

PRETO ZEZÉ. **Das quadras para o mundo**. Fortaleza: Cene, 2020.

PRIORIDADE ABSOLUTA. **Primeira infância é prioridade absoluta**, 2017. Disponível em: <<https://prioridadeabsoluta.org.br/biblioteca/primeira-infancia-e-prioridade-absoluta/>>. Acesso em: 08 abr 2019
public spaces. Local Environment

PUTRI, Rufia Andisetyana; ASTUTI, Winny; RAHAYU, Murtanti Jani. Community Capacity in Providing Neighborhood Unit-Sacale Social Infrastructure in Supporting Sukarta Child Friendly. **Procedia** - Social and Behavioral Sciences, v. 227, p. 536-544, jul, 2016. Acesso em: 21/05/2021.

QUEIROZ, D. de A. H. de O.; CARVALHO, S. M. Avaliação da qualidade das áreas verdes urbanas de Ponta Grossa, PR, Brasil. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 217–236, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13451>. Acesso em: 22 ago. 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO; FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Observatório da Primeira Infância em 5 passos**: Guia da Multiplicação. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.observaprimeirainfancia.org.br/static/user/user_3_arquivos_mocuarmj_guia_de_multiplicacao.pdf>. Acesso em: 08 abr 2019.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTRA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 117p.

RIZZINI, Irene; TABAK, Jana; SAMPAIO, Eduarda. **O bem-estar da criança e o direito à participação na América Latina**. Centro Internacional de estudos e pesquisas sobre a infância, 2018. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Publicacoes/O_bem_estar_crianca.pdf> Acesso em 22 dez. 2021.

SANOFF, Henry. **Creating Environments for Young Children**. Mansfield: BookMasters, Inc., 1995.

SANTIAGO, Z. M. **Arquitetura e Instrução Pública**: a Reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

SANTIAGO, Z. M. P.; SANTIAGO, C.Q. de; SOARES, T. S. Acessibilidade no espaço público: o caso das praças de Fortaleza. **Revista Ergodesign HCI**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 32-39, 2016.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto Santiago. **Acessibilidade Física no Ambiente Construído**. O Caso das Escolas Municipais de ensino fundamental de Fortaleza, CE (1990-2003). (Dissertação) Universidade Federal do Ceará; Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Bruno Vieira; CARNEIRO, Jéssica de Souza. Política, participação e pesquisa com infância e juventude: uma entrevista com Lúcia Rabello de Castro. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 12, n.2, p. 209-2016. jul./dez. 2021.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo de valorização imobiliária em Fortaleza. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v.2 n.2 p.12 – 40, 201.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Neri dos, FIALHO, Francisco A. P. **Manual de análise ergonômica do Trabalho**. 2 ed. Curitiba: Gênese Editora, 1997.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **Espacialidades da infância: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de Fortaleza-CE**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância e cidade: restrições e possibilidades**. Revista Educação, v.41, n.2,p. 232-240, maio-ago, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Revista Educação**, Sociedade e Cultura, n. 25, p.183-206, 2007.

SENDA, M. Safety in Public Spaces for Children's Play and Learning. **IATSS Research**. 38, mar. 2015, p. 103-115. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.iatssr.2015.02.001>. Acesso em: 21/05/2021.

SEVERCAN, Yuce Can. Planning for the Unexpected: Barriers to Young People's Participation in Planning in Disadvantaged Communities. **International Planning Studies**, v.20, n.3, jun.2015, pp. 251-269, DOI: 10.1080/13563475.2014.985195

SHONKOFF, J. P. Filme **O Começo da Vida**. Direção: Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes, 2016. (120 min.).

SILVA ALVES, E. **Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1298>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SILVA, Alexandre Antônio Bruno, et al. "Os assentamentos precários em Fortaleza: um breve panorama da qualidade de vida dos excluídos" **Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, june 2021.

SILVA, Celma Fernanda Tavares de Almeida. **CIDADE CRIATIVA E INFÂNCIA: A DINÂMICA DOS PARQUES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COM GRANDE**

CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS EM NATAL-RN. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Elizete Américo. **Espaços Públicos e Territorialidades**: as Praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, Fortaleza-CE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2008, 476 p

SOEHARNIS, Ranny Surya Maharani, LAKSMONO, Bambang Shergi. Space. Rupkatha **Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities** (ISSN 0975-2935), Vol. 10, No. 3, 2018 p.19-30 DOI: <https://dx.doi.org/10.21659/rupkatha.v10n3.03>. Acesso em: 21/05/2021.

SPENCER, Christopher (org.). **Children and their environments learning**: Using and Designing Spaces. UK: Cambrige University Press, 2006.

Steffens, K. & Vergara, J. (2013) **Ciudad Emergente e Street Plans. Urbanismo Táctico 3**: Casos Latinoamericanos , p. 68.

SYDRÃO, Régis Leitão. **A ferrovia e os processos de estruturação urbana em Fortaleza (1915-1950)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, São Paulo, 2017.

TARANTINI, E.; DERR, V. **“Because we are all people”**: outcomes and reflections from young people’s participation in the planning and design of child-friendly

TEDX TALKS. Território do Brincar | Renata Meirelles | TEDxSaoPaulo. Disponível em: <https://youtu.be/nWbcLVzmj7E>. Acesso em 01 de set 2022.

TISSOT, Karla Nazareth Simões de Almeida. **A CRIANÇA E A CIDADE**: Percepções e memórias infantis sobre Pelotas (RS). *Interespaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*. Rejaú/MA, v. 2, n. 6, p. 33-59, maio/ago. 2016. Acesso em: 21/05/2021.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños**: un modo nuevo de pensar la ciudad. Madrid: Fund. German Sanchez Ruiperez, 1991.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. A perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

United Nations Children’s Fund (UNICEF). **Building child friendly cities**: a framework for action. Florência, Itália: UNICEF Innocenti Research Centre; 2007. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/416-building-child-friendly-cities-a-framework-for-action.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

United Nations Children's Fund (UNICEF). **Child friendly cities and communities handbook**. Disponível em: <https://www.unicef.org/eap/reports/child-friendly-cities-and-communities-handbook>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Urban95. **Guia urban95**: ideias para ação. Haia: Bernard Van Leer Foundation, 2019. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/an-urban95-starter-kit-ideas-for-action/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

VASCONCELOS, Alana Aragão; VILLAROUCO, Vilma; LIMA, Manuela; SANTIAGO, Zilsa; PINHEIRO, Antônio Auriseu N. **Estudo sobre qualidade de espaços públicos para a infância a partir da aplicação da Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído na Praça Luiza Távora em Fortaleza**. VIII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, Natal, 2020.

VIEIRA, Andrea de Brito Stefanelli. **Mobiniário urbano no espaço público para o lazer infantil**: uma reflexão no contexto da "academia da primeira idade" na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2018.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Imaginação e criação na infância**. Tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes, 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

VILLAROUCO, Vilma. 2020Live no YouTube – Canal Aurbufal, exibida em 18 de maio de 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=MIPgl8xHzbw>

VILLAROUCO, Vilma. **Construindo uma metodologia de avaliação ergonômica do ambiente**. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ergonomia – ABERGO, Bahia, 2008.

VILLAROUCO, Vilma. **Modelo de avaliação de projetos**: enfoque cognitivo e ergonômico. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2001

VILLAROUCO, Vilma. **Tratando de ambientes ergonomicamente adequados: seriam ergoambientes?** In: MONT'ALVÃO-O, C.; VILLAROU O, V. (Ed.). . Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído. Teresópolis: 2AB, 2011. p. 25-46.

WILLIAMS, SAMUEL; WRIGHT, HANNAH; ZU DOHNA, Felicitas. **Cities Alive**: Designing for Urban Childhoods. London: ARUP, 2017. v. 28E-book.

WILSON, Katherine; CLARK, Andrew F.; GILLILAND, Jason A. Understanding child and parent perceptions of barriers influencing children's active school travel. **BMC Public Health**, v. 18, n. 1, p. 1-14, ago, 2018. Acesso em: 21/05/2021.

WITTEN, Karen; KEARNS, Robin; CARROLL, Penelope. Urban inclusion as wellbeing: Exploring children's accounts of confronting diversity on inner city streets. **Social Science & Medicine**, v. 133, p. 349-357, jan., 2015. Acesso em: 21/05/2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO ONLINE APLICADO COM CUIDADORES



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

PESQUISA

**"CIDADE E CRIANÇA: ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
DE FORTALEZA SOB A ÓTICA BRINCANTE INFANTIL"**

POR ALANA ARAGÃO



Questionário estruturado online

Este questionário faz parte da pesquisa intitulada "Cidade e criança: estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil", elaborada pela estudante do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design Alana Aragão Vasconcelos com orientação da professora Dra. Vilma Villarouco (in memoriam), Dra. Zilsa Santiago e co-orientação de Clarissa Freitas.

Informamos que esta pesquisa foi devidamente aprovada no Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFC, em cumprimento à Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. (CAAE: 46096721.1.0000.5054)

Tempo de preenchimento: aproximadamente 15 minutos.



***Obrigatório**

E-mail *

Seu e-mail

Próxima

Página 1 de 9

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Cuidadores de crianças de 3 a 11 anos

Você está sendo convidado(a) pela pesquisadora ALANA ARAGÃO VASCONCELOS como participante da pesquisa intitulada "Cidade e criança: estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil".
 Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Este termo de consentimento apresentará a você, possível participante, a pesquisa em desenvolvimento que busca analisar a qualidade de praças de Fortaleza e a sua relação com as crianças e cuidadores que ali frequentam. A motivação desta pesquisa está relacionada ao quanto que os primeiros anos de vida são determinantes no desenvolvimento do ser humano, assim como, com o fato de que todo cidadão possui o direito de acesso a um espaço urbano acessível e de que a criança possui o direito de participar das decisões políticas da cidade, ambos assegurados pela Constituição Federal Brasileira e reforçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A cidade de Fortaleza possui um histórico de feitos relacionados a esse tema, dentre eles: em 2005 cria o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente, em 2014 é cidade brasileira pioneira na publicação de um Plano Municipal da Primeira Infância e em 2018 é reconhecida internacionalmente por uma significativa redução nos índices de morte e acidentes de trânsito. Atualmente a capital cearense possui parceria com a Fundação Bernard van Leer e conta com o Programa Mais Infância do Governo do Estado do Ceará.

Em escala internacional, o ex-prefeito de Bogotá, Henrique Peñalosa afirma que "as crianças são uma espécie de indicadores. Se podemos construir uma cidade bem-sucedida para crianças, teremos uma cidade bem-sucedida para todas as pessoas". Entretanto, uma das maiores barreiras para incorporar a perspectiva das crianças nos projetos urbanísticos da cidade é o adultocentrismo, uma postura vaidosa de desconsiderar, duvidar e de não fornecer condições favoráveis para a potente ótica brincante infantil em assuntos decisórios da cidade.

Assim, com a preocupação de promover espaço de diálogo com o público infantil, em especial, sobre praças da cidade de Fortaleza, esta pesquisa busca aplicar a Metodologia Ergonômica para Ambiente Construído (MEAC) com adaptações de necessárias no contexto crítico da pandemia. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, observacional, descritivo, com abordagem qualitativa baseado na acessibilidade urbana, design universal e participação infantil.

A pesquisa se desenvolverá em espaços público de Fortaleza e a coleta de dados com participantes acontecerá seguindo as seguintes etapas abaixo:

1 – Autorização de observar a criança, pelo qual é responsável, utilizando o espaço público. Nesta etapa

será utilizada a aplicação da técnica Mapa Comportamental, assim como a realização de registros fotográficos e audiovisuais capturados por celular. (*Trata-se de uma observação técnica que

utiliza ícones posicionados, pela pesquisadora, no mapa da praça para registrar os fluxos e as ações das crianças observadas enquanto utilizam o ambiente.)

2 – Aplicação de questionário a participantes (cuidadores de crianças de 3 a 11 anos). O questionário será

via Google Forms, conterà 25 perguntas e durará, aproximadamente, 15 minutos.

3 – Acompanhamento da criança em duas oficinas online de duração entre 30min e 1h, via Google Meet (apenas para cuidadores de crianças com idade entre 7 e 11 anos):

I- Questionário (10 perguntas fechadas para as crianças);

II- Mapeamento Participativo e Poema dos Desejos** que acontecerão em datas a serem combinadas. (**Trata-se de técnicas que convidam as crianças a especializar os pontos positivos e negativos no espaço público estudado e, por fim, propor uma melhoria através de desenhos.)

Por fim, todos os dados colhidos poderão apresentar um novo olhar sobre os espaços públicos investigados

e suas possíveis problemáticas que afligem o público infantil. Assim, a pesquisa poderá apontar melhorias

no espaço construído que favoreça uma melhor acessibilidade e atratividade para todos e, em especial, às crianças.

Ressalta-se que nesta pesquisa, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira

ou pagamento para participar. Você poderá se recusar a continuar participando e também poderá retirar o

seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Nesta mesma pesquisa, você e a sua criança não serão identificados em nenhum momento e as

informações mencionadas só serão trabalhadas entre os profissionais estudiosos do assunto.

Ciente dos riscos diante ao contexto da pandemia, a metodologias não envolve aproximação entre

pesquisadora e participantes. Por este motivo, a técnica do Mapa Comportamental e Sensorial, a qual

necessariamente é presencial, respeitará o distanciamento social seguro e as técnicas de Questionário,

Mapeamento Participativo e Poema dos Desejos serão todas em formato online. Apesar disso, você tem

assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente

produzidos pela pesquisa.

Você, participante, poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa (dados, entrevistas, fotos), a

qualquer momento. E, ao final da pesquisa, todos os resultados estarão disponíveis ao público. Você será

esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua autorização ou da pessoa responsável por você. Todas as informações coletadas ficarão armazenadas somente com o pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos; após este período, elas serão destruídas.

Este termo de consentimento apresenta o telefone do pesquisador responsável para qualquer informação e/ou dúvida. Ele será impresso em duas vias, sendo uma arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra entregue a você, participante.

Contato do responsável pela pesquisa:

Nome: Alana Aragão Vasconcelos

Instituição: Universidade Federal do Ceará/DAUD/PPGAUD

Endereço: Av. da Universidade, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design, Campus

Universitário Benfica, Fortaleza, CE.

Telefones para contato:

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Declaro que é de livre e espontânea vontade que estou como participante de uma * pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Li e confirmo a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nome completo da CRIANÇA *

Sua resposta _____

Qual idade da criança? *

- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11

Caso cuide de mais de uma criança que frequenta a praça regularmente, por favor, informe aqui o(s) nome(s) e a(s) idade(s) dela(s).

Sua resposta

Nome completo do CUIDADOR (adulto responsável que preenche este documento) *

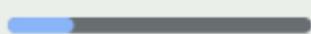
Sua resposta

Whatsapp do CUIDADOR *

Sua resposta

Voltar

Próxima



Página 2 de 9 Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - Crianças (3 a 11 anos)

Esta parte deve ser apresentada à CRIANÇA para que ela esteja ciente de que está sendo convidada a participar de uma pesquisa.

Ao final da leitura, o item de concordância só deve ser assinalado se ela compreender todo o conteúdo e estiver de acordo em participar.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA CRIANÇAS



O QUE É ESSA PESQUISA?

OLÁ CRIANÇA, ME CHAMO ALANA ARAGÃO, SOU ARQUITETA E URBANISTA E ESTOU DESENVOLVENDO ESTA PESQUISA QUE SE CHAMA "CIDADE E CRIANÇA: ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE FORTALEZA SOB A ÓTICA BRINCANTE INFANTIL"

ELA BUSCA ANALISAR A QUALIDADE DE PRAÇAS DE FORTALEZA E A RELAÇÃO QUE AS CRIANÇAS E OS SEUS CUIDADORES TEM COM ESSES ESPAÇOS.

COMO VAI FUNCIONAR?

VAMOS JUNTOS ESTUDAR SOBRE UMA PRAÇA DA CIDADE DE FORTALEZA QUE VOCÊ COSTUMAR IR.

A SUA OPINIÃO E AS SUAS IDEIAS SERÃO MUITO IMPORTANTES, MAS VOCÊ SÓ VAI FAZER O QUE SE SENTIR À VONTADE, CERTO? SE VOCÊ NÃO GOSTAR DE ALGO QUE EU LHE DISSER OU PEDIR, EU VOU OUVIR E RESPEITAR O SEU PEDIDO, MESMO QUE ELE SEJA DE VOCÊ PEDINDO PARA DESISTIR DA PESQUISA. NÃO VAI TER NENHUM PROBLEMA!

E SE VOCÊ TIVER ALGUMA DUVIDA, PODE SEMPRE ME PERGUNTAR.



PRAÇA LUIZA
TÁVORA



DIA 01**NA PRAÇA**

EU IREI LHE OBSERVAR ENQUANTO VOCÊ BRINCA NA PRAÇA. POR SEGURANÇA, ESTAREI LONGE DE VOCÊ E USAREI MÁSCARA. TODOS PROTEGIDOS!



TAMBÉM FAREI ALGUMAS FOTOS E VÍDEOS DESSE MOMENTO. MAS FIQUE TRANQUILO, POIS EU NÃO IREI MOSTRAR SEU ROSTO NEM DIZER SEU NOME EM NENHUM DOCUMENTO, CERTO?

DIA 02**ONLINE**

EM GRUPO DE 05 CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 07 E 11 ANOS,

VOU FAZER 10 PERGUNTAS SOBRE O QUE VOCÊS ACHAM DA PRAÇA QUE ESTAMOS ESTUDANDO.



DURAÇÃO: ATÉ 30 MINUTOS

DIA 03**ONLINE**

TAMBÉM SERÁ EM GRUPO DE 05 CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 07 E 11 ANOS. E VAMOS FAZER DUAS COISAS:

01. CONSTRUIR UM "MAPA COLABORATIVO", AONDE VOCÊS IRÃO COLOCAR FIGURINHAS NOS LOCAIS QUE GOSTAM OU NÃO GOSTAM DA PRAÇA.



02. VOU CONVIDAR VOCÊS A FAZEREM UM DESENHO DE COMO VOCÊS GOSTARIAM QUE FOSSE A PRAÇA DOS SEUS SONHOS.

DURAÇÃO: ATÉ 60 MINUTOS

DADOS DA PESQUISADORA

ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO APRESENTA O TELEFONE DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA QUALQUER INFORMAÇÃO E/OU DÚVIDA. ELE SERÁ IMPRESSO EM DUAS VIAS, SENDO UMA ARQUIVADA PELO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, E A OUTRA ENTREGUE A VOCÊ, PARTICIPANTE.

NOME: ALANA ARAGÃO VASCONCELOS

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/DAUD/PPGAUD

ENDEREÇO: AV. DA UNIVERSIDADE, DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN, CAMPUS UNIVERSITÁRIO BENFICA, FORTALEZA, CE.

TELEFONES PARA CONTATO: (85) 9.9736-6806



ATENÇÃO: SE VOCÊ TIVER ALGUMA CONSIDERAÇÃO OU DÚVIDA, SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA, ENTRE EM CONTATO COM O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC/PROPESQ - RUA CORONEL NUNES DE MELO, 1000 - RODOLFO TEÓFILO, FONE: 3366-8344/46. (HORÁRIO: 08:00-12:00 HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA). O CEP/UF/PROPESQ É A INSTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ASPECTOS ÉTICOS DE TODAS AS PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS

SE VOCÊ ENTENDEU TUDO QUE FOI EXPLICADO E CONCORDA EM PARTICIPAR DESTA PESQUISA, POR FAVOR, MARQUE A OPÇÃO ABAIXO.



Declaro que fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e * detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste Termo de Assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Li e confirmo a aceitação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para Crianças (TALE)

Voltar

Próxima

Página 3 de 9 Limpar formulário

Perguntas introdutórias

A partir desta parte, dá-se início a pesquisa em si, a qual deve ser respondida pelo CUIDADOR.

Nesta seção, são feitas 06 perguntas gerais para que seja possível identificar o nível de relação entre criança/cuidador e pessoas/praca.

Qual o gênero da CRIANÇA? *

- Feminino
- Masculino
- Outro: _____

Qual o seu vínculo com a criança? *

- Mãe/Pai
- Avó/Avô
- Outro: _____

Em qual BAIRRO moram? *

Sua resposta _____

Qual MEIO DE TRANSPORTE utilizam para ir de casa até a Praça Luiza Távora? *

- A pé
- Transporte público
- Automóvel particular
- Bicicleta particular
- Moto
- Bicicletar
- Transporte de aplicativo (uber, 99...)
- Outro: _____

Em que TURNO você e a criança costumam frequentar a Praça Luiza Távora?

- Manhã
- Tarde
- Noite

Com que FREQUÊNCIA você e a criança costumam ir à Praça Luiza Távora? *

- Raramente
- Uma vez por semana
- Várias vezes por semana
- Todos os dias

Voltar

Próxima

Página 4 de 9 Limpar formulário

Proteção

Você considera que a Praça Luiza Távora é segura?
Por favor, responda os 07 itens abaixo conforme a sua opinião.



*

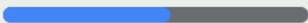
	Não	Médio	Sim
É seguro e acessível o PERCURSO de casa até a praça	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É uma PRAÇA segura (violência urbana)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É uma PRAÇA segura (pandemia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É uma PRAÇA bem iluminada a noite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A PRAÇA é convidativa e acessível para crianças com deficiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O PISO DA PRAÇA é bom para fazer caminhadas, brincar e passear com carrinho de bebê	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O PARQUINHO da praça é seguro para as crianças (0 a 12 anos) fazerem uso sob supervisão de um adulto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Deseja fazer alguma observação a mais sobre esse tema? (OPCIONAL)

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 5 de 9 [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

Necessidades Básicas e Conforto

Você considera que a Praça Luiza Távora é confortável e atende às necessidades básicas? Por favor, responda os 05 itens abaixo conforme a sua opinião.



*

	Não	Médio	Sim
Livre de ruídos muito altos (barulhos de trânsito, música, obra, estabelecimento próximo...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ar limpo (livre de fumaça de carros, de cigarro...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço limpo (sem lixo nas áreas de circulação, nos canteiros, nas ruas próximas...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bancos confortáveis para sentar com as crianças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No período da manhã e da tarde, há áreas sombreadas suficientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Deseja fazer alguma observação a mais sobre esse tema? (OPCIONAL)

Sua resposta

Voltar

Próxima

Página 6 de 9 Limpar formulário

Interação e Conexão

Você considera que a Praça Luiza Távora proporciona momentos de interação e conexão? Por favor, responda os 02 itens abaixo conforme a sua opinião.



	Não	Médio	Sim
Há possibilidades de interação com elementos naturais (plantas, pedras, frutos, flores...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presença de brinquedos infantis atrativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Deseja fazer alguma observação a mais sobre esse tema? (OPCIONAL)

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Página 7 de 9 [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design. [Denunciar abuso](#)

Direito à Cidade



Você sabia que é garantido por lei incluir a participação das crianças e de seus cuidadores na definição das políticas públicas que lhe digam respeito, em conformidade com suas respectivas características etárias e de desenvolvimento? (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/2016, Art. 4) *

Sim

Não

Você já teve a oportunidade de participar, como cidadã(o), de algum evento organizado pelo poder público para escutar as suas propostas para a cidade de Fortaleza? (reuniões, comitês, pesquisa de opinião...) *

Sim

Não

O poder público já escutou a criança que você cuida sobre como ela gostaria que fosse a cidade de Fortaleza? *

Sim

Não

Deseja fazer alguma observação a mais sobre esse tema? (OPCIONAL)

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Página 8 de 9](#) [Limpar formulário](#)

Pergunta aberta

Você consegue se lembrar e descrever seu ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER preferido * na sua infância (em Fortaleza ou não)? Onde era, como se sentia quando estava ali? Como está este local hoje em dia?

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Voltar

Enviar

Página 9 de 9

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.



Este formulário foi criado em Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO ONLINE APLICADO COM CRIANÇAS 7 A 11 ANOS NA OFICINA 01


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

ESSA É A PESQUISA "CIDADE E CRIANÇA: ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE FORTALEZA SOB A ÓTICA BRINCANTE INFANTIL" DA ALUNA ALANA ARAGÃO



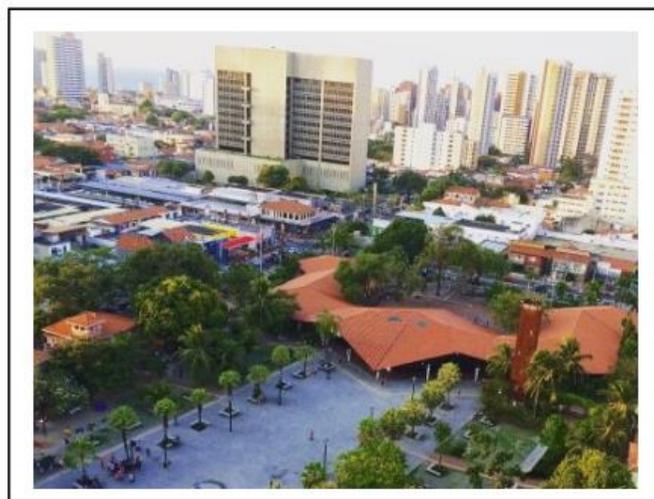

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

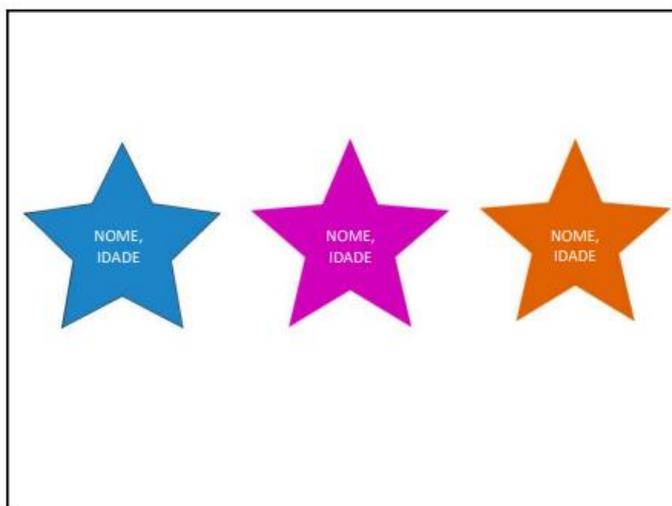
AQUI TEMOS ALGUMAS PERGUNTAS PARA SEREM RESPONDIDAS POR VOCÊS, CRIANÇAS ENTRE 7 E 12 ANOS DE IDADE!




UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

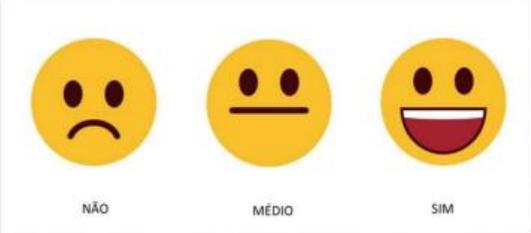
A ATIVIDADE VAI DURAR ENTRE 30 E 60 MINUTOS.
VAMOS?





PROTEÇÃO

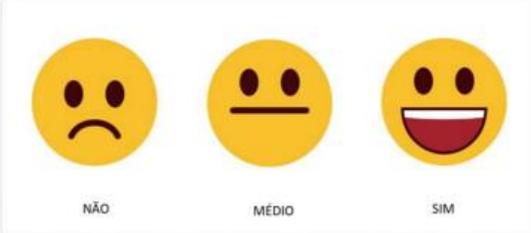
PODE SER USADA POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?



NÃO MÉDIO SIM

NECESSIDADES BÁSICAS E CONFORTO

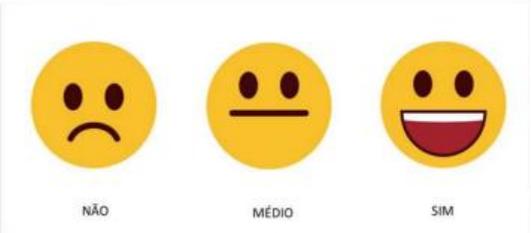
É LIMPA?



NÃO MÉDIO SIM

NECESSIDADES BÁSICAS E CONFORTO

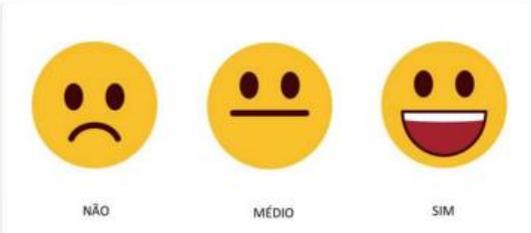
É CONFORTÁVEL?



NÃO MÉDIO SIM

INTERAÇÃO E CONEXÃO

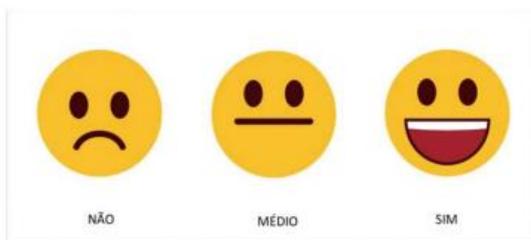
É UM BOM LOCAL PARA BRINCAR?



NÃO MÉDIO SIM

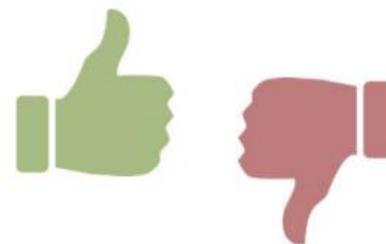
INTERAÇÃO E CONEXÃO

VOCÊ CONSEGUE TER BASTANTE
CONTATO COM A NATUREZA?



DIREITO DA CIDADE

VOCÊ SABIA QUE EXISTE UMA LEI QUE DIZ QUE AS CRIANÇAS TÊM DIREITO A PARTICIPAR DE DECISÕES POLÍTICAS SOBRE A CIDADE QUE MORAM?



DIREITO DA CIDADE

O PODER PÚBLICO JÁ ESCUTOU VOCÊ SOBRE COMO VOCÊ GOSTARIA QUE FOSSE A CIDADE DE FORTALEZA?



ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Cidade e criança: estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil

Pesquisador: Alana Aragão Vasconcelos

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 46096721.1.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.169,919

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como tema central a qualidade dos espaços públicos para as crianças. Neste estudo, o pesquisador agrega conceitos como a ergonomia, a participação infantil no planejamento urbano e a qualidade dos espaços públicos para a criança. A pesquisa aplicará a Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído, assumindo a escuta ativa de movimentos, falas e desenhos como recursos valiosos na compreensão da percepção e dos desejos de crianças e cuidadores, frequentadores de praças públicas de Fortaleza como o Microparque José Leon, a Praça Luiza Távora e a Praça Itinerante Dias Melhores. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, observacional, descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa baseado na acessibilidade urbana, design universal e participação infantil. As praças a serem pesquisadas serão: Praça Luiza Távora, Praça Itinerante Dias Melhores e Microparque José Leon. A amostra de pessoas pesquisadas será escolhida por facilidade de acesso, não sendo uma amostra estatisticamente representativa. A pesquisa de campo será realizada com o uso da Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC), envolvendo cinco etapas: Análise Global do Ambiente (A partir de uma abordagem macro, será utilizado o walkthrough para registrar as primeiras impressões do lugar); Identificação da Configuração Ambiental (Por meio de levantamento de dados de dimensionamento, layout, segurança e acessibilidade); Avaliação do Ambiente em Uso (Envolve observações cuidadosas da execução das atividades por parte dos frequentadores do recorte espacial através do uso de registros de imagens, aplicação do método Mapa Comportamental);

Percepção Ambiental do Usuário (Serão utilizadas as ferramentas Questionários estruturados online para cuidadores e crianças de 7 a 12 anos que também realizarão Mapeamento Participativo e Poema dos Desejos, ambos também online para acessar a opinião de pais e crianças sobre as Praças em estudo); **Diagnóstico Ergonômico e Recomendações do Ambiente** (Consiste na compilação dos resultados e das suas respectivas sugestões para atingir a melhoria técnica do espaço). Serão selecionadas 60 pessoas. Por praça, serão escolhidas 5 crianças de 7 a 12 anos e seus 5 respectivos cuidadores, além de 5 crianças de 3 a 7 anos e seus cuidadores. Desta forma, serão 20 pessoas participantes por praça, sendo estas frequentadoras assíduas destes espaços públicos. A pesquisa será descrita em detalhes para os participantes que deverão manifestar concordância. Os cuidadores (adultos) deverão assinar o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e as crianças deverão assinar o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido). Questionários estruturados online serão enviados para os cuidadores. Será realizado agendamento de datas para oficinas online com as crianças (7 a 12 anos). Serão realizadas 2 oficinas online por praça. O primeiro encontro será para aplicação do questionário e o segundo para a aplicação do Mapeamento Participativo e do Poema dos Desejos. As oficinas terão duração entre 30min e 1h e acontecerão na plataforma de videoconferência Google Meet. O pesquisador aplicará um piloto da pesquisa, realizando o walkthrough e as técnicas de percepção ambiental em formato online com crianças de 7 a 12 anos de idade e seus cuidadores. Os dados serão analisados por meio de um método hipotético-dedutiva. Será feita comparação dos levantamentos físicos dos espaços com as orientações presentes nas normas NBR 9050 e NBR 16071; interpretação dos poemas de desejos, dos mapas comportamentais, sensoriais e participativos; explicação dos gráficos gerados pelas respostas fechadas e dos agrupamentos de palavras das respostas abertas dos questionários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a qualidade de praças de Fortaleza e a sua relação com as crianças e cuidadores que ali frequentam.

Objetivos Secundários: Sistematizar a trajetória da inclusão da participação política infantil e da maturação do conceito de Cidade Amiga da Criança nas escalas: mundial, nacional e, em especial, municipal de Fortaleza; Mapear e analisar espaços públicos de Fortaleza amplamente definidos como espaços que priorizam o lazer infantil; Apresentar as barreiras e os avanços no alinhamento entre teoria e prática da priorização das crianças como cidadãos de direito à cidade de Fortaleza.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Ciente dos riscos de contágio pelo Coronavírus SARS-CoV-2, as etapas iniciais (1- Análise

Global, 2 - Check-list de acessibilidade e 3- Mapa Comportamental e Sensorial) que necessitam de realização de estudo presencial nos espaços públicos, não envolverão interação direta com outros usuários do espaço. No momento da coleta, será cumprido o distanciamento social e demais medidas estabelecidas por decreto do governo estadual. A fim de também reduzir os riscos da pandemia, a etapa (4) Percepção ambiental do usuário será totalmente em formato virtual, por meio de videoconferências e uso de recursos como compartilhamento de tela. Esta etapa tomará tempo dos participantes e oferecerá como risco a invasão de privacidade. A fim de minimizar possíveis desconfortos, os envolvidos terão acesso ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e às perguntas dos questionários, no mínimo, 24h antes da aplicação, via e-mail, e terão liberdade para não responder questões que julgarem ser constrangedoras. No processo de coleta, também será dada especial atenção aos sinais verbais e não verbais, sendo o processo imediatamente interrompido ou suspenso diante a algum sinal de desconforto. Antes de iniciar qualquer aplicação de técnica que envolva pessoas será reforçado, em diálogo, sobre a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas.

Benefícios: A presente pesquisa oferecerá possibilidade de gerar conhecimento para entender a aplicação do conceito de Cidade Amiga da Criança nos espaços públicos de Fortaleza. A partir da experiência de coleta de dados com cuidadores e crianças irá sugerir estratégias para planejar, de forma colaborativa, espaços urbanos mais seguros e lúdicos para as crianças e, por consequência, para todos os demais públicos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta tema relevante. Objeto de estudo é adequadamente fundamentado em revisão bibliográfica ampla e atual. Objetivos estão apresentados e são claros e factíveis. Métodos apresenta adequada descrição dos participantes, procedimentos e análises. Nesta versão do protocolo de pesquisa, o pesquisador alterou o título para aumentar o potencial de acesso a outros pesquisadores interessados no tema. Objetivos, método, estratégias e instrumentos não sofreram alteração.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados e estão de acordo com a Resolução 510/16.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa não apresenta pendências éticas ou documentais.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1858116_E1.pdf	26/11/2021 11:24:18		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2_PROJETO_DE_PESQUISA2.pdf	26/11/2021 11:23:40	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Cronograma	7_CRONOGRAMA3.pdf	24/11/2021 17:02:13	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Outros	11_CARTA_APRECIACAO_CEP_UFC.pdf	16/11/2021 12:39:22	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	16/11/2021 12:33:48	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Outros	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO PARA CRIANCAS.	11/11/2021 15:06:39	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3_TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	11/11/2021 15:05:59	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	6_CARTA_APRECIACAO_CEP_UFC.pdf	08/07/2021 18:59:00	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	PPGAUD_CARTA.pdf	08/07/2021 18:46:21	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4709949.pdf	08/07/2021 18:43:37	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Declaração de concordância	8_DECLARACAO_PESQUISADORES.pdf	08/07/2021 18:42:19	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Outros	4_TERMO_DE_COMPROMISSO_USO_DE_DADOS_ASSINADO.pdf	20/04/2021 18:58:45	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito
Orçamento	10_ORCAMENTO.pdf	20/04/2021 11:13:40	Alana Aragão Vasconcelos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 16 de Dezembro de 2021

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))